

Compromisso e Luta/Educação

POLÍTICA GERAL

INSERÇÃO DO BRASIL NO CENÁRIO INTERNACIONAL

1 – A globalização produziu um panorama extremamente negativo, que tem entre seus efeitos: a fragmentação do mundo do trabalho, a exclusão de grupos humanos e o abandono de continentes e regiões. Há, hoje, uma concentração sem precedentes de riqueza em algumas empresas e países e a perda de poder da maioria dos Estados em favor das corporações privadas. Aumentam as desigualdades entre os países mais e menos desenvolvidos.

2 – Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), as 500 pessoas mais ricas do mundo têm renda total superior ao conjunto de 416 milhões de habitantes mais pobres do planeta. Isto significa que cada um desses 500 bilionários concentra uma renda igual a 820 mil de miseráveis.

3 – O país com maior coeficiente de desigualdade, conforme o último relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), é a Namíbia. O Brasil também aparece como uma das nações mais desiguais do planeta. Uma colocação inferior apenas à verificada na Guatemala, Botsuana, Suazilândia, Lesoto, República, Centro-Africana, Serra Leoa e Namíbia. É também o sexto país mais pobre do mundo.

4 – O G-8, grupo das oito mais poderosas nações do mundo, virou as costas aos pobres do mundo. As políticas de comércio, a exportação de armas e as aventuras militares deste grupo condenaram milhões de pessoas à pobreza nos últimos 30 anos.

5 – O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), as duas poderosas instituições financeiras criaram uma lista de nações em situação crítica, que podem se candidatar ao cancelamento de 100% de sua dívida externa. Desde 1999, desta lista com 42 nações, apenas 18 foram, de fato, contempladas. Isso porque esses extremamente bem-comportados governos aplicaram ferozmente cada parágrafo da agenda neoliberal. O Brasil é exemplo de país que tem seguido as regras do Banco Mundial e do FMI e, assim, tem

priorizado as formas de inserção ditadas pelos interesses de mercado e pela agenda neoliberal.

6 – Os trabalhadores devem, diante desta situação, erguer suas bandeiras e lutar pela paz mundial que, nesta situação, tem importante caráter revolucionário por se contrapor à política externa do imperialismo.

7 – Também é fundamental defender e se envolver na constituição de uma ampla rede mundial de solidariedade, aos povos que lutam pela independência, soberania, contra a exploração e a miséria.

DEFENDEMOS:

8 – o fim da política neoliberal;

9 – a autodeterminação dos povos;

10 – o estado palestino soberano e independente;

11 – o fim do bloqueio econômico dos EUA a Cuba e ao Iraque;

12 – a luta contra a restrição à democracia e à liberdade dos povos;

13 – que o governo brasileiro suspenda sua participação intervencionista no Haiti, com o retorno das tropas brasileiras;

14 – não à Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

ENCAMINHAMENTOS:

O SINPEEM DEVE:

15 – apoiar todas as lutas dos povos contra a exploração, contra a política neoliberal, contra a agressão militar imperialista, por meio da solidariedade ativa e de denúncias;

16 – participar das campanhas e lutas em defesa da independência e soberania dos povos;

17 – participar de todas as campanhas e lutas contra a criação da Alca.

CENÁRIO NACIONAL

18 – O governo Lula, o PT e os partidos que lhe dão apoio estão envolvidos e envolveram nosso País em mais uma grave crise.

19 – Temos hoje a continuidade da política eco-

nômica do governo anterior e dos métodos utilizados no passado para a formação de maioria parlamentar que dê sustentação e aprove todas as medidas do governo, o que é extremamente grave.

20 – Desde o primeiro dia de seu mandato, Lula aplica a mesma política econômica neoliberal de FHC. A obtenção do superávit primário para pagar a dívida parece ter se transformado no único programa de governo. As altas taxas de juros, redução dos gastos sociais, reforma da Previdência para suprimir direitos e impor critérios mais rigorosos para a obtenção da aposentadoria, elevação da carga tributária, especialmente sobre a pessoa física, entre outros, são âncoras desta política de efeitos perversos.

21 – Esta política é mantida às custas do desmantelamento implacável dos sistemas públicos de educação, saúde e previdência social. Até o fim deste ano, o governo Lula terá pago R\$ 450 bilhões aos detentores de títulos da dívida pública e investido R\$ 45 bilhões em educação e R\$ 20 bilhões no programa Bolsa Família.

22 – Sua manutenção tem rendido elogios da cúpula do FMI, dos banqueiros e dos empresários, que tratam de blindar o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, o presidente do Banco Central, Francisco Meireles, e até mesmo o presidente Lula, que continua preservado pela mídia empresarial e pela elite, que têm interesse em manter esta política econômica.

23 – A reação apaixonada de apoio ao ministro da Fazenda deixa claro o interesse da elite em explorar a questão ética e moral, preservando, no entanto, seus interesses. A blindagem montada em torno de Palocci, seu representante maior visa manter a política de altos juros, que garantiu o lucro recorde de R\$ 2,475 bilhões no primeiro semestre de 2005 ao banco Itaú e de R\$ 2,621 bilhões ao Bradesco. O maior lucro já alcançado por uma instituição bancária no Brasil.

24 – Na aprovação da reforma da Previdência, que grandes sacrifícios trouxe para os trabalhadores privados e servidores públicos, o governo obteve maioria dos votos com facilidade. Como consequência das medidas que adotou, o governo perdeu apoio popular, ficando refém das forças conservadoras.

25 – Afundado em denúncias de toda ordem, o governo realiza alianças ainda mais esdrúxulas, entregando mais ministérios para representantes de tudo que foi combatido pela população brasileira.

26 – O esquema que desvia milhões e milhões para contas privadas é "café pequeno" diante da espoliação mensal do povo brasileiro, resultado da política econômica do governo. Bilhões de dólares são carreados aos cofres privados do sistema financeiro internacional.

27 – A prioridade da política econômica do governo pelo superávit primário, para o pagamento da dívida, não melhorou em nada a situação dos "fundamentos" da economia, além de reduzir a soberania do país e agravar os problemas sociais.

28 – Só em cinco países os 10% mais pobres ficam com uma parcela de renda menor que a dos brasileiros miseráveis: Venezuela, Paraguai, Serra Leoa, Lesoto e Namíbia. O Relatório do Desenvolvimento Humano 2005, divulgado a uma semana da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, revela que em nenhum país a desigualdade de renda é tão intensa quanto no Brasil.

29 – Continuamos, ainda sob o governo Lula, vivendo uma situação perversa, na qual o Estado financia o capital financeiro, e não o contrário, como seria justo. A política de juros altos para conter a inflação e atrair o capital externo é a grande responsável pelo aumento vertiginoso de dívida interna. Os poucos beneficiários desta política são os bancos e os grandes capitalistas.

30 – Para fazer face à instabilidade, o Brasil adotou, nos últimos anos, a chamada política de ajuste estrutural. Nela busca-se a estabilidade financeira pela redução dos gastos nas políticas sociais do Estado, pela abertura dos mercados ao capital internacional, pela privatização das estatais e extinção dos direitos trabalhistas e previdenciários. Infelizmente Lula, mantém esta política de forma intocável.

31 – É preciso mudar o rumo e isto só será possível com a luta combativa dos trabalhadores, estudantes e do povo, por uma nova ordem política, econômica e social.

DEFENDEMOS:

32 – a manutenção dos direitos sociais dos trabalhadores;

33 – a luta contra a política neoliberal;

34 – a retomada do crescimento econômico e distribuição de renda;

35 – a luta por um novo modelo de desenvol-

vimento, baseado no incentivo ao mercado interno.

36 – o não-pagamento das dívidas externa e interna;

37 – a defesa da independência e soberania nacional;

38 – a luta contra as privatizações das empresas estratégicas;

39 – previdência pública, baseada nos princípios da universalidade, solidariedade, com gestão democrática;

40 – a redução da jornada de trabalho, sem redução de salário;

41 – a reforma agrária, democratizando o acesso a terra e ao crédito;

42 – as reformas fiscal e tributária, baseadas nos princípios de justiça social;

43 – a reforma urbana e política habitacional que assegure o direito à moradia;

44 – a luta pela emancipação das mulheres e o combate a toda discriminação e opressão de gênero;

45 – a luta anti-racismo em todas as suas manifestações.

ENCAMINHAMENTOS:

46 – Participar ativamente de todas as lutas contra a política econômica neoliberal de Lula.

47 – Desenvolver atividades como debates e seminários, visando o aprofundamento das questões políticas.

48 – Participar de Fóruns e ações unificados, contra a política econômica e, em defesa, dos direitos os trabalhadores, da educação e do serviço público.

CENÁRIO ESTADUAL

ALCKMIN E SERRA E SERRA: PARCEIROS NA CONCEPÇÃO DE ESTADO E NAS AÇÕES

49 – A participação paulista no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro atingiu seu pico nos anos 70 e em 1980 chegava a 41,1%. Vem recuando gradualmente desde então: 37,9%, em 1990, e 31%, atualmente. Entre 1980 e 1998, o PIB per capita do Brasil cresceu uma média anual de 0,1% e o de São Paulo diminuiu 1%.

50 – O declínio do peso relativo de São Paulo na economia não abala sua condição de centro dinâmico da economia brasileira, que se repõe

nas novas condições dadas pelo modelo neoliberal. Aqui se concentra um terço do mercado de consumo do país e se situa o centro das finanças, da produção tecnológica e científica, da indústria de ponta e dos serviços especializados, da biotecnologia. Também o eixo da indústria cultural e da mídia desloca-se no rumo de São Paulo. Esta centralidade se desdobra na esfera da luta social e política. Defrontam-se aqui os principais destacamentos das classes que polarizam a sociedade brasileira.

51 – A política neoliberal de FHC e de Alckmin provocou, nos últimos anos, a redução da presença do Estado, deixando uma única empresa estatal, a Sabesp. Os recursos obtidos com esta política de destruição, no entanto, não foram utilizados em infra-estrutura e serviços. A população, quase sem defesa, está nas mãos de grandes empresas que se fundem para exercer o monopólio da exploração de vários serviços antes públicos por meio de contratos de concessão.

52 – A educação e os seus servidores padecem de todos os problemas decorrentes do desmonte da máquina pública, privatizações, terceirizações e parcerias, marcas da política do governo Alckmin.

53 – Alckmin e José Serra são parceiros na concepção de Estado e nas ações político-administrativas. E isto exige dos trabalhadores unidade de ação contra suas políticas.

DEFENDEMOS:

54 – posicionamento contrário à política neoliberal do governo Alckmin;

55 – fim da política de transferência de encargos com a manutenção e desenvolvimento do ensino do Estado para os municípios;

56 – expansão da rede física escolar para atender toda a demanda dos ensinos fundamental, médio e superior;

57 – revisão e anulação dos contratos de terceirizações, parcerias e privatização de empresas e bancos públicos;

ENCAMINHAMENTO:

58 – Desenvolver ações conjuntas contra as políticas do governo de Geraldo Alckmin.

CENÁRIO MUNICIPAL

59 – A derrota da ex-prefeita Marta Suplicy para o prefeito José Serra mais do que expressar um voto ou uma vontade da população em ter na Prefeitura o ex-ministro de FHC, que tantos males causou ao país e aos trabalhadores com sua política neoliberal, significou uma condenação às suas políticas e aos métodos de seu governo.

60 – Durante quatro anos de gestão, a ex-prefeita cometeu erros, apoiando-se em aliança política com os vereadores que compuseram, no passado, a base de apoio dos governos Pitta e Maluf. Afastou-se de suas bases de apoio nos movimentos popular e sindical, aplicando medidas que contrariaram o programa e compromissos históricos assumidos, como a redução da verba da educação, aumento de 40% somente para os cargos de confiança e a manutenção da mesma política salarial de Paulo Maluf, por exemplo.

61 – Estes erros, entre outros, como a cobrança das taxas de luz e de lixo, criaram, infelizmente, as bases políticas e eleitoral que garantiram a vitória do atual prefeito.

62 – Logo de início, Serra, não deixou margem de dúvidas de qual seria a sua política: redução de despesas com pessoal, parcerias através de contratos de gestão, terceirizações de serviços e ações políticas sociais restritivas.

63 – São Paulo esta endividada. Um nível de endividamento e comprometimento anual de suas receitas com pagamento de juros que impede investimentos, paralisa projetos e garantem a diferentes prefeitos os argumentos ou justificativas políticas e administrativas para não apresentarem soluções para os problemas da cidade.

64 – Em 10 meses de governo, várias medidas foram adotadas pelo governo Serra. Justificando a necessidade de contenção de despesas e racionalização de recursos: reduziu de 31 para 13 Coordenadoria de Educação. Falou em economia de milhões com esta decisão, mas até agora não se verificou o investimento de um só centavo na melhoria da rede, condições de trabalho e valorização salarial dos profissionais de educação.

65 – Insensível à falta de pessoal, suspendeu a realização de novos concursos e nomeações de aprovados em concursos ou seleções públicas. A escolha dos aprovados para prover os cargos de supervisor escolar, diretor de escola, professor de educação infantil e fundamental II só aconteceu

depois de nossas pressões. A escolha para os cargos de professor de fundamental I, até agora, não aconteceu, apesar do compromisso assumido.

66 – A necessária realização de concursos para agentes escolares, organização da carreira do pessoal técnico-administrativo da educação, até agora, nada.

67 – A cada dia o governo Serra anuncia uma nova medida sem nenhum debate com os servidores. O caráter privatista das ações do prefeito fica claro, com a proposta de gestão das áreas de educação, saúde e cultura por meio de organizações sociais, e de assistência social.

68 – O financiamento da educação através de parcerias, a assunção da demanda escolar em claro processo de submissão à política de municipalização da educação, a proposta de redução dos turnos de funcionamento das escolas sem a necessária construção de novas unidades que evitem superlotação de salas e desemprego dos profissionais de educação, a adoção de mecanismos de avaliação para concessão de gratificações e a ausência de uma política que recupere e valorize os salários dos servidores têm muito em comum com o que é praticado há 12 anos pelo governo do Estado. Devemos continuar lutando contra isso, unificando nossas ações com o conjunto do funcionalismo.

DEFENDEMOS:

69 – a continuidade da luta contra a privatização e terceirização dos serviços públicos;

70 – Alteração da Lei Orgânica do Município (LOM) para restabelecer o percentual mínimo de 30% estritamente para a manutenção e desenvolvimento do ensino;

71 – a não-inclusão de gastos com programas assistenciais como sendo no orçamento da educação;

72 – a aplicação de todos os direitos funcionais previstos em lei;

73 – o não-pagamento da dívida pública municipal, convertendo este dinheiro para investimentos em saúde e educação;

ENCAMINHAMENTOS:

O SINPEEM DEVE:

74 – Organizar plenária municipal, com a par-

ticipação de pais, representantes de Conselhos de Escolas e de moradores, sobre políticas públicas do governo Serra.

75 – Propor às entidades de servidores a organização de um fórum sobre direitos, condições de trabalho e obrigações do governo com os servidores.

76 – Organizar lutas unificadas com o funcionalismo em defesa dos serviços e dos servidores públicos.

77 – Realizar a Marcha Municipal em Defesa da Educação Pública para Todos com a participação de pais, alunos, conselhos, grêmios e entidades estudantis.

POLÍTICA EDUCACIONAL

78 – A sociedade capitalista em que vivemos, para assegurar sua sobrevivência, intensificou a divisão social e do trabalho. Sua transformação atingiu diretamente o mundo da cultura e da educação. Separou os que concebem dos que executam, os que dirigem dos que são dirigidos, os que governam dos que são governados, os que têm controle da produção dos que só têm a força de trabalho como alternativa à sobrevivência física.

79 – Na década de 80, o Brasil passou por um período no qual proliferou a produção na área da educação. Novas formas de pensar a escola como transformadora social e de democratização ao acesso e ao conhecimento foram apresentadas, algumas para atender aos organismos de controle internacionais e outras que são as que de perto nos interessam, visando que a escola contribuísse para a transformação social.

80 – Com este entendimento, defendemos que o trabalho pedagógico decorre da natureza histórica do ser humano. Precisamos de uma escola que desenvolva todas as aptidões do ser humano em todos os sentidos e o prepare para a diversidade que encontrará na sociedade, que desenvolva a habilidade de satisfazer não só as exigências da sociedade como também as suas inclinações pessoais, numa perspectiva com fins individuais e sociais.

81 – Neste sentido, a educação tecnológica não prescinde o humanismo nem a necessidade de conteúdos que preparem o cidadão para a sua totalidade de capacidade produtiva e também lhe dê condições de aproveitar o lazer e os bens espirituais, além dos materiais aos quais o trabalhador tem estado excluído.

DEFENDEMOS:

82 – educação pública gratuita, laica e de qualidade para todos;

83 – dotação e adequação dos percentuais da educação estatal de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico do mundo contemporâneo;

84 – integração da escola com outros agentes de desenvolvimento como a família, o estado, a sociedade civil e seu conjunto;

85 – o desenvolvimento profissional dos trabalhadores de educação, mediante adequada formação, progressão na carreira, valorização salarial, capacitação e atualização permanente;

86 – o sindicato como interlocutor e agente histórico junto ao governo e a outros setores da sociedade na defesa da educação pública;

87 – a elaboração e a implantação de um plano municipal de educação com o envolvimento de todos os setores da sociedade e responsáveis pela educação na cidade de São Paulo.

AValiação DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

88 – O município de São Paulo tem todas as condições necessárias para ser modelo de educação pública de qualidade para todo o país. Tem condições financeiras, profissionais habilitados, comunidade que não desconhece a tecnologia e, em sua maioria, tem acesso a ela e não ignora seu direito à escola pública. Mesmo com todas estas condições os diversos administradores de São Paulo com exceção do governo da prefeita Erundina, que desenvolveu uma política avançada de educação, com linha pedagógica clara, programas de formação dos profissionais em educação e construção de escolas para o atendimento a demanda - sempre deixaram em segundo plano a atenção necessária com a educação. O prefeito José Serra não foge à regra dos seus antecessores. Continua com o desmonte da escola pública e retirada de direitos dos profissionais de ensino. Desconsidera a realidade e as reais necessidades desta metrópole.

89 – O atual governo não tem política de construção de escolas para atender à demanda, descharacteriza a função da escola e implementa projetos sem a participação da comunidade escolar. Utiliza novas estratégias do neoliberalismo que

descharacterizam o que se entende por ensino público, pois o simples fato de termos financiamento da educação não é suficiente para caracterizá-la como pública.

90 – A implementação das terceirizações, dos convênios e a possibilidade das organizações sociais gerenciarem equipamentos e funcionários públicos, como previsto no Projeto de Lei nº 0318/05, são uma clara orientação privatista utilizando fundos públicos para avançar a mercantilização da educação, e uma séria ameaça a liberdade de cátedra e violação de direitos dos profissionais de educação e dos demais servidores públicos.

DEFENDEMOS:

91 – a aplicação de, no mínimo, 30% em manutenção e desenvolvimento de ensino;

92 – cumprimento dos artigos nºs 70 e 71 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), quanto às despesas que podem ser realizadas com recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino;

93 – devolução até o final da atual gestão dos valores devidos à educação;

94 – a vinculação das parcelas relativas às devoluções com a valorização dos profissionais de educação: salários e formação;

95 – a garantia da participação democrática na elaboração do Plano Municipal de Educação;

96 – a valorização da atuação criativa dos profissionais de educação, não os tornando como meros executores dos diferentes aspectos das políticas administrativas e educacionais do governo;

97 – a estimulação das experiências de interação da escola com a comunidade, que contribuam na formação da cidadania democrática;

98 – escolas equipadas com bibliotecas, salas de leitura, laboratórios, salas de informática e demais recursos necessários para uma educação de qualidade;

99 – o desenvolvimento de projetos culturais e educativos de luta contra discriminação racial, de gênero e de outras formas de intolerância;

100 – o incentivo à produção e à manifestação cultural dos alunos e dos profissionais em educação da rede municipal de ensino;

101 – a promoção da formação dos professores e demais profissionais em educação do município para atendimento as crianças e adolescentes em conflito com a lei;

102 – respeito e incentivo às organizações dos

estudantes na escola e na comunidade através de grêmios e grupos de trabalho;

103 – a formação em nível superior a todos os docentes e aos integrantes do Quadro de Apoio;

104 – a manutenção da carreira do magistério consolidada através das leis nºs 1.229/92; 11.434/93; 12.396/97 e 13.500/03;

105 – a manutenção das jornadas docentes existentes;

106 – a redução da jornada dos profissionais em educação em J-40; ATEs, Quadro de Apoio e especialistas;

107 – a manutenção das salas de leitura e a função do professor orientador de sala de leitura (POSL);

108 – a manutenção dos laboratórios de informática, o programa de informática educativa e a função de professor orientador de informática educativa (POIE);

109 – manutenção dos direitos e vantagens do exercício profissional, previstos na legislação, como quinquênios, sexta-parte, enquadramento por promoção, evolução funcional e progressão;

110 – a constituição da comissão de acompanhamento, gestão e fiscalização de receitas e despesas vinculadas à manutenção e desenvolvimento do ensino;

111 – respeito ao direito de livre manifestação, pensamento, organização e de greve;

112 – a retirada do Projeto de Lei nº 318/05 (organizações sociais);

113 – o fim das terceirizações e dos convênios;

114 – manutenção da obrigatoriedade de realização periódica de concursos de acesso e ingresso.

REDE MUNICIPAL DE ENSINO

115 – Os municípios devem organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados. Devem oferecer a educação infantil, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição.

116 – Em São Paulo, a rede municipal de ensino possui 1.286 unidades escolares: 334 Centros de Educação Infantil (CEIs); 464 Escolas de Educação Infantil (Emeis); 459 Escolas de Ensino Funda-

mental (Emefs); seis Escolas de Educação Especial (Emees), oito Escolas de Ensino Fundamental e Médio (EMEFM); 14 Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (Ciejas) e um Centro Municipal de Capacitação para o Trabalho (CMCT).

117 – As condições físicas das instalações e os equipamentos de cada uma delas são bastante diferenciadas. Temos desde unidades em excelentes condições às sem condições de funcionamento. Um dado comum à maioria é a falta de pessoal docente e do Quadro de Apoio.

118 – Trabalham na Rede Municipal, 72.323 docentes, especialistas, servidores do Quadro de Apoio à educação e agentes de apoio.

119 – Apesar da grandiosidade desta rede, faltam escolas nas diferentes modalidades de ensino. A SME, afirma que faltam 126 mil vagas para crianças de 0 a 6 anos de idade. Que 70% das unidades funcionam com três turnos diurnos, mas que o ensino fundamental está quase universalizado.

120 – As soluções que apresentam para a falta de vagas na rede e para a redução de turnos não têm planejamento nem debate.

DEFENDEMOS:

121 – a universalização do atendimento às crianças de 0 a 6 anos de idade pela rede pública direta e em unidades adequadas a cada faixa etária;

122 – a universalização do acesso ao ensino fundamental;

123 – a construção de novas unidades para atender às crianças com necessidades especiais;

124 – a vinculação da redução do número de turnos em cada unidade da rede à redução do número de alunos por sala e garantia de emprego e direitos de todos os profissionais de educação;

125 – a ampliação planejada do número de escolas em todas as modalidades de ensino;

126 – a criação do Centro de Controle e Planejamento para o atendimento à demanda escolar;

127 – a realização imediata do senso escolar;

128 – a formação de conselhos regionais de moradores que acompanhem e fiscalizem as condições de construção e funcionamento das escolas.

ENCAMINHAMENTOS:

129 – Exigir que a Secretaria Municipal de Educação (SME) publique anualmente o quadro de demanda escolar;

130 – Exigir que a SME publique anualmente o plano de obras e o estudo de demanda.

A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL

131 – A transferência para o sistema de ensino da educação infantil de 0 a 6 anos provocou mudanças na política de recursos humanos, na administração do sistema e no financiamento da educação básica. Mais encargos para os sistemas sem a devida contrapartida de repasses de recursos fez com que várias administrações deixassem de atender às crianças em creches ou Centros de Educação Infantil (CEIs).

132 – A alteração da LDB, através da Lei Federal nº 11.114/05, que dispõe sobre a iniciação no ensino fundamental aos 6 anos, a recente Ordem Normativa nº 03/05 e o Parecer nº 02 de 15 de setembro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional do Ministério da Educação (MEC), que vincula a idade mínima aos nove anos de duração do ensino fundamental, provocam profundas mudanças na educação infantil e no ensino fundamental.

133 – O MEC diz que haverá um período de transição até que seja obrigatória a matrícula na primeira série aos 6 anos de idade e o ensino fundamental com duração de nove anos.

134 – A educação infantil não pode sofrer um retrocesso. O terceiro estágio nesta etapa de ensino é importante para o desenvolvimento da criança. Além disso, a extinção do terceiro estágio pode implicar em prejuízos funcionais e remuneratórios para milhares de professores de educação infantil. As mudanças, com toda certeza, não podem ser implementadas sem uma ampla discussão e instituição de mecanismos que proteja e assegure direitos aos profissionais de educação infantil.

DEFENDEMOS:

135 – a manutenção das atuais escolas de educação infantil;

136 – a manutenção do terceiro estágio na Emei;

137 – a construção de Centros de Educação Infantil (CEIs);

138 – a redução do número de alunos por sala nas Emeis;

139 – a manutenção do atendimento das crianças de 4 a 6 anos nas Emeis;

140 – férias coletivas nos CEIs a partir do próximo ano;

141 – garantia de vagas para toda a população em idade própria nos CEIs e nas Emeis;

142 – o direito de intervalo e exercício das horas/atividades dentro do horário;

143 – contagem do tempo de auxiliar de desenvolvimento infantil (ADI) como de magistério para todos os fins;

144 – a ampliação do módulo de volantes nos CEIs;

145 – exigir da SME a garantia de cursos de formação para o exercício do magistério;

146 – a integração do Quadro de Apoio dos CEIs no Quadro dos Profissionais de Educação (QPE);

147 – melhores condições de trabalho e formação permanente para os profissionais de educação infantil;

148 – o fim do rodízio de classe;

149 – a equiparação dos direitos funcionais.

150 – Proporção adulto/criança

0 a 1 anos - 4 alunos por adulto

1 a 2 anos - 6 alunos por adulto

2 a 3 anos - 9 alunos por adulto

3 a 4 anos - 20 alunos por adulto

4 a 5 anos - 20 alunos por adulto

5 a 6 anos - 25 alunos por adulto

ENSINO FUNDAMENTAL

151 – Com a publicação da Resolução nº 3, da Câmara de Educação Básica do MEC, que afirma que a antecipação da obrigatoriedade de matrícula nesta etapa implica na ampliação da duração do ensino fundamental para nove anos, cria-se uma nova situação, ainda que seja estabelecido um período de transição até a sua implantação, em caráter definitivo.

152 – Até o momento, a SME tem considerado que a antecipação da matrícula e os nove anos não são obrigatórios, conforme afirmou o secretário da pasta, José Aristodemo Pinotti. No entanto, devemos nos posicionar sobre esta questão.

153 – Defendemos o terceiro estágio na educação infantil. Porém, o debate desta questão não deve se prender apenas à duração de oito ou nove anos, mas também às nossas condições de trabalho, defesa do emprego e dos direitos da criança e

dos professores de educação infantil.

154 – Garantido o terceiro estágio na educação infantil, devemos vincular os nove anos de ensino fundamental à garantia de recesso escolar de 30 dias em julho, recesso a partir de 20 de dezembro e férias integrais no mês de janeiro.

DEFENDEMOS:

155 – o terceiro estágio na educação infantil;

156 – a não-ampliação da carga horária relativa à duração total do ensino fundamental;

157 – a redistribuição do total de 6.400 horas ou 1.600 dias de efetivo trabalho escolar ao longo dos nove anos de duração do ensino fundamental, reduzindo o número de dias letivos e carga horária/ano;

158 – a garantia de acesso a toda a população, respeitadas a faixa etária e as necessidades especiais dos educandos;

159 – a adequação do ensino noturno às necessidades do alunado, por meio de compatibilização de horários, opções programáticas e metodológicas diferenciadas, acesso a todos os recursos pedagógicos da escola;

160 – a manutenção da Sala de Apoio Pedagógico (SAP) e Sala de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais (Sapnes);

161 – a garantia da efetiva implementação do ensino fundamental em ciclos, considerando o processo de reconstrução do conhecimento pelo educando.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

DEFENDEMOS:

162 – a garantia da existência dos cursos noturnos nas escolas reorganizadas em três turnos, para assegurar a matrícula dos alunos trabalhadores do ensino fundamental regular e de jovens e adultos;

163 – a priorização do ensino presencial, regular e supletivo;

164 – a ampliação do número de cursos de educação de jovens e adultos I e II nas unidades escolares;

165 – exigir que o Estado e o Município realizem um censo educacional visando localizar a demanda de jovens e adultos "analfabetos" e que ofereçam educação para todos;

166 – a articulação de políticas de educação de jovens e adultos com as de proteção contra o desemprego e de geração de empregos;

EDUCAÇÃO ESPECIAL

DEFENDEMOS:

167 – manutenção e ampliação do número de escolas de educação especial;

168 – ampliação da rede, considerando a infra-estrutura necessária ao trabalho pedagógico de qualidade, com acompanhamento especializado junto à equipe escolar;

169 – construção física, com adaptações adequadas aos portadores de necessidades especiais;

170 – espaços especializados de atividades artístico-culturais, esportivas e recreativas, além de equipamentos e espaços específicos para o trabalho de apoio aos alunos com dificuldade de aprendizagem;

171 – ampliação dos projetos de atendimento às crianças com necessidades especiais, realizados nas próprias unidades, com professores capacitados;

172 – a capacitação para os professores que desejarem trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais e com dificuldade de aprendizagem em programas especiais de formação - exemplo: Sala de Apoio Pedagógico (SAP) e Sala de Apoio Pedagógico de Necessidades Especiais (Sapne);

173 – os intercâmbios com outras secretarias, visando o atendimento urgente aos alunos portadores de necessidades especiais;

174 – a criação de centros públicos estatais de apoio interdisciplinar para alunos da rede pública municipal com necessidades educacionais especiais, bem como às famílias e escolas, para os casos não compatíveis com a inclusão;

175 – a disponibilização de livros didáticos em braile, em caracteres ampliados para alunos com deficiência visual no ensino fundamental básico;

176 – a garantia de transporte escolar com adaptações necessárias aos alunos que apresentem dificuldades de locomoção;

177 – que as escolas considerem em seus projetos pedagógicos as necessidades educacionais especiais de alunos, definindo os recursos necessários e oferecendo informações em serviço aos profissionais em exercício;

178 – que SME realize um censo educacional estabelecendo um sistema de informações completo sobre a população com necessidades especiais e, a partir daí, ao localizar a demanda, ofereça vaga para todos;

179 – a inclusão de disciplinas específicas para capacitação ao atendimento dos alunos especiais nos currículos de formação de professores nos níveis médios e superior;

180 – a realização de encontros em troca de experiências entre os profissionais habilitados em necessidades especiais e os da rede regular;

181 – a manutenção das Emees com o mesmo caráter das antigas Escolas Especiais para Portadores de Deficiência Auditiva (Emedas).

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

DEFENDEMOS:

182 – a participação das secretarias de Saúde, Educação, Esportes, Meio Ambiente e Assistência Social no desenvolvimento de programas de apoio às crianças e aos adolescentes infratores;

183 – programas de apoio à formação do professor que atua com menores em condição de risco;

184 – a revisão da burocracia que envolve o Programa das Escolas e a utilização das verbas no seu desenvolvimento, dando maior autonomia e agilidade às escolas, para ações imediatas;

185 – a colaboração dos governos federal, estadual e municipal em todas as atividades que envolvam medidas sócio-educativas;

186 – a garantia de políticas educacionais voltadas para a diversidade étnica, presentes na sociedade brasileira, na tentativa de romper estereótipos racistas;

187 – a realização de atividades esportivas e culturais nos bairros e entre as escolas, para a integração dos jovens;

188 – que a SME realize campanhas educativas contra as depredações e violência nas escolas;

189 – aulas públicas e no espaço escolar, com pais e familiares dos alunos, sobre a proteção à criança e ao adolescente e a inclusão destes, quando em conflito com a lei.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

190 – A gestão democrática deve ser entendi-

da como a prática de decisões coletivas em toda a estrutura da SME, implicando na criação de canais organizados de representação.

191 – O Conselho de Escola deve considerar o espaço fundamental em que se constrói e se manifesta a participação de representantes de todos os seguimentos da comunidade escolar nas decisões relativas à educação e ao funcionamento da escola.

DEFENDEMOS:

192 – o fortalecimento do caráter deliberativo do Conselho de Escola;

193 – a participação dos profissionais de educação no Conselho de Escola;

194 – a atuação prioritária da comunidade no Conselho de Escola, implementando um conselho deliberativo e democrático;

195 – amplo trabalho de divulgação, formação e conscientização da importância de um conselho forte dentro de uma gestão democrática, envolvendo os profissionais de educação, pais e alunos;

196 – a garantia de espaço físico e de materiais básicos para as reuniões e encontros dos Conselhos de Escolas ou grupos de cidadãos (pais, alunos e educadores), interessados na organização do conselho da unidade;

197 – que as verbas da Associação de Pais e Mestres (APM), originária do MEC ou de outros órgãos governamentais, contribuições voluntárias e outros sejam utilizadas apenas para fins votados e deliberados pelo Conselho de Escola, impedindo-se o seu uso em contratação de pessoal.

ORGANIZAÇÃO DO ENSINO

198 – A organização do ensino em ciclos evita rupturas ou fragmentação do percurso escolar, assegura a continuidade do processo educativo e permite a adoção do processo pedagógico aos diferentes ritmos de aprendizagem. O sucesso desta forma de organização, no entanto, depende muito da criação de condições para que toda a equipe escolar possa se envolver com os objetivos estabelecidos ano a ano em cada ciclo e com relação entre os ciclos. Mais do que uma simples ruptura da cultura de organização do ensino em séries, depende, para não ficar reduzida somente a um mecanismo de aprovação automática, de no-

vos procedimentos na organização de todo o trabalho escolar. Está relacionado com o projeto pedagógico da escola, jornada de trabalho, formação dos profissionais, definição curricular e articulação de conteúdos programáticos.

DEFENDEMOS:

199 – a organização do ensino em ciclos;

200 – o restabelecimento dos processos de avaliação do aluno, conforme estabelecido no regimento de 1992;

201 – a adaptação da estrutura de todas as escolas à organização do ensino em ciclos;

202 – a efetivação de um trabalho político e pedagógico sistemático, que favoreça a real implantação do ciclo;

203 – a realização de reuniões e seminários, considerando-os como dias letivos, com a participação dos pais, alunos e profissionais em educação, para debater o que é ensino fundamental em ciclos;

204 – a avaliação dos resultados da organização do ensino em ciclos da rede municipal e aprofundamento do debate sobre os eixos norteadores da estrutura e funcionamento dos ciclos;

205 – a avaliação contínua e diagnóstica, acompanhada das condições necessárias para executar atividades que permitam aos alunos superar dificuldades;

206 – tomar como ponto de referência para a estruturação dos ciclos o desenvolvimento do aluno e não a organização dos conteúdos;

207 – a defesa do princípio de progressão do aluno em contraposição às idéias de promoção automática ou de promoção/retenção;

208 – exigir da SME que a autonomia da escola seja sustentada pela existência de relações democráticas entre as unidades escolares e os órgãos centrais;

209 – a adaptação da estrutura de todas as escolas à organização do ensino em ciclos;

210 – a formação para todos os profissionais de educação, visando a superação de dificuldades existentes com esta forma de organização.

MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO

211 – O governo do Estado tem transferido para as prefeituras a responsabilidade quanto ao atendimento da demanda no ensino fundamental. É uma

municipalização, sem contrato ou parceria com as prefeituras. É feita de forma oficiosa e sem resistência da autoridade municipal, como já vem acontecendo há vários anos na cidade de S. Paulo.

212 – Enquanto o Estado diminui seus gastos com o setor, transfere para o município encargos sem a devida transferência de recursos.

213 – Infelizmente, a prefeitura, sempre pareceu ignorar os problemas, que vão aumentando. Mais do que isso, agora há explicitamente uma parceria entre os dois entes, aprofundando a municipalização do ensino, sem que questões importantes, como a redução do número de alunos por sala e a garantia dos direitos de emprego e funcionais dos educadores, sejam resolvidas.

DEFENDEMOS:

214 – a posição contrária à municipalização do ensino;

215 – o atendimento à educação fundamental pelo Estado e pelo Município;

216 – o entendimento entre Estado e Município para fixarem cotas de responsabilidades quanto ao oferecimento de vagas no ensino fundamental;

217 – a descentralização e democratização dos recursos vinculados para a educação;

ENCAMINHAMENTOS:

218 – Participar e organizar campanhas em defesa da escola pública.

219 – Organizar em conjunto com entidades da educação e sindicatos de trabalhadores o movimento social em defesa da educação pública.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

220 – O financiamento é o ponto central, nevrálgico e essencial para a implementação de políticas públicas, garantidoras de direitos sociais, entre eles, a educação. Vivemos uma luta acirrada na sociedade, sobre concepção de educação. Há aqueles que a defendem como sendo uma mercadoria como outra qualquer, disponível aos que possam pagar. Esta lógica mercantil, aplicada em vários países do mundo nas últimas décadas, desconsidera os aspectos devastadores, provocados por políticas neoliberais.

221 – No Brasil, estas políticas neoliberais (mercantilizadoras) em educação podem ser desnuda-

das quando observamos uma sistemática política de sucateamento da educação por diferentes governos, apesar de afirmarem da prioridade em universalizar o acesso ao ensino fundamental.

222 – O direito da população a "acessar os níveis mais elevados do conhecimento da cultura e da pesquisa" encontra obstáculos nestas políticas neoliberais que vão desde a escassez de recursos, caos nos equipamentos e rede física, condições de trabalho e salários aviltantes, passando pelo alojamento da formação dos educadores, sua desregulamentação profissional e, chegando à farra da abertura de novos cursos superiores privados, com recursos públicos.

223 – Aliados a este quadro persistem os vetos presidenciais ao Plano Nacional de Educação (PNE), que destinava 7% do PIB como gasto mínimo nacional com educação.

224 – No caso da cidade de São Paulo, a redução da verba da educação de 30% para 25%, destinada à manutenção e desenvolvimento do ensino, foi justificada pelo governo municipal pela necessidade de uma mudança na concepção tradicional de educação, voltada exclusivamente para o desenvolvimento cognitivo.

225 – O resultado desta política foi a continuidade do abandono das escolas nos aspectos pedagógico, condições de trabalho, recursos humanos e equipamentos adequados às necessidades das escolas.

226 – Tanto o governo FHC como o governo Lula, até o momento, optaram pela contenção dos investimentos em políticas públicas sociais, objetivando o equilíbrio das contas públicas para viabilizar, prioritariamente, o pagamento das dívidas interna e externa.

227 – Outro aspecto a se considerar sobre financiamento da educação é o que trata dos recursos vinculados constitucionalmente.

228 – Ao longo dos anos, a disputa pela vinculação e aplicação integral dos recursos da educação foi protagonizada pelos educadores, cientistas, sindicatos de educadores e partidos de esquerda. Na cidade de São Paulo, o SINPEEM sempre esteve à frente desta luta, fiscalizando, denunciando e pressionando diferentes Governos pelo cumprimento da lei.

DEFENDEMOS:

229 – mais verbas para a educação;

230 – verbas públicas exclusivamente para a escola pública estatal;

231 – o cumprimento dos artigos nºs 70 (com exclusão do inciso V) e 71 da LDB, que definem quais as despesas que são consideradas ou não como despesas com educação;

232 – a aprovação de lei que puna, com a perda imediata do mandato, aquele que incluir despesas de previdência, saúde, segurança, administração e cultura, como gastos com educação;

233 – a constituição de comissão municipal para controlar e fiscalizar receitas destinadas à educação e as despesas realizadas, com a participação das entidades de classe da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, por meio do processo eletivo;

234 – a ação judicial contra o prefeito Serra pela não-aplicação dos 30% na educação, em 1999;

235 – a organização de debates centrais e regionais sobre financiamento da educação, envolvendo profissionais da educação, escolas e comunidade;

236 – exigir que 60% da verba do Fundef sejam aplicados na valorização do salário dos profissionais em educação, conforme estabelecido na legislação;

237 – a transferência periódica, conforme prevê a LDB, dos recursos vinculados para a conta da Educação, sendo as verbas geridas pela SME;

FUNDEF E FUNDEB

238 – O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) foi criado com data marcada para ser extinto. Oito anos após ter entrado em vigor não resolveu os problemas estruturais de falta de recursos para a educação. Não houve ampliação do percentual gasto, reduzindo-se a um mecanismo de redistribuição entre Estados e Municípios do mesmo total de receitas.

239 – A prefeitura de São Paulo, que durante todos estes anos sempre teve recursos adicionais do Fundef, não teve como resultado nenhuma mudança que pudesse ser creditada à sua existência. Os profissionais de educação não tiveram um centavo sequer aplicado em salário ou investido em formação.

240 – Consolidou-se por diferentes governos o entendimento de que a Prefeitura já gasta 60% das receitas vinculadas com manutenção e desenvol-

vimento do ensino fundamental e 60% dos gastos com pessoal.

241 – O Fundef não pode ser aplicado na educação infantil e no ensino médio. A proposta do governo federal é constituir agora o Fundo Nacional para o Financiamento da Educação Básica (Fundeb).

242 – O objetivo é dirigir os recursos vinculados para o ensino médio, ensino fundamental e educação infantil de 4 a 6 anos, deixando de fora o financiamento da educação infantil de 0 a 3 anos. Novamente não haverá ampliação do percentual do PIB comprometido com a educação. Pelos cálculos de vários técnicos, há inclusive perdas de receitas para vários municípios como São Paulo.

DEFENDEMOS:

243 – Não ao Projeto de Fundeb do governo;
244 – fim do veto aos 7% do PIB destinados à educação;

245 – a ampliação para 10% do PIB para investimentos em educação; Não aprovação do FUNDEB;

QUESTÕES SALARIAL E FUNCIONAL

246 – Mudar a lei que dispõe sobre a política e a sistemática de reajustes para os servidores municipais é de fundamental rigor e necessidade. A lei aprovada na gestão de Paulo Maluf e não-alterada até hoje estabelece que os servidores terão reajuste quadrimestral, nunca inferior ao índice de inflação acumulado no período, desde que as despesas gerais com pessoal não ultrapassem 40% das receitas correntes do Tesouro Municipal.

247 – A inexistência de reajustes e as perdas salariais e do poder aquisitivo de todos têm sido o resultado desta política. Nos quatro anos de governo Marta, com muita dificuldade e muitas manifestações, conseguimos que fossem aplicados alguns reajustes, que aliviaram parte das perdas. Marta encerrou seu governo aplicando 2,01% de reajuste no ano passado, perdas salariais acumuladas durante sua gestão.

248 – O prefeito José Serra, até agora, se recusa a atender à reivindicação de 34,76%, apresentada em fevereiro por todas as entidades do funcionalismo. Com a aprovação do desconto previdenciário e o ridículo reajuste de 0,1%, os servidores tiveram pela primeira vez redução real e nominal de salários.

249 – A prefeitura fará economia com o recolhimento da contribuição previdenciária e pode muito bem iniciar um processo de recuperação dos salários dos servidores.

250 – Em vez da concessão de abonos ou gratificações, queremos reposição, aumento real e elevação do percentual das receitas orçamentárias destinadas às despesas com pessoal.

DEFENDEMOS:

251 – a alteração da lei salarial;

252 – a vinculação das despesas com salários do QPE às receitas para a manutenção e desenvolvimento do ensino;

253 – a correção dos salários mensalmente, com base no ICV/Dieese;

254 – a devolução, com aplicação no padrão de vencimentos, dos 82,51%;

255 – o fim da política de gratificações;

256 – a incorporação do valor da GDE nos vencimentos;

257 – piso salarial do Dieese para a jornada básica no início de carreira;

258 – piso salarial do Dieese para o pessoal do Quadro de Apoio;

259 – auxílio-refeição para todos, independente de jornada e do vínculo;

260 – isonomia entre proventos e vencimentos;

261 – enquadramentos referentes ao desenvolvimento na carreira aplicados, no máximo, em 30 dias, a contar da data da confirmação do direito;

262 – 50% de adicional para a hora ou hora/aula trabalhada a partir das 19h;

263 – adicional de difícil acesso pago sobre referência da tabela do QPE;

264 – inclusão do desconto dos 3% para o HSPM nos 11% do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da Prefeitura;

265 – pagamento dos ganhos judiciais no padrão de vencimentos;

266 – devolução dos descontos realizados de todos os que tiveram ganhos judiciais e mudaram de cargo;

ENCAMINHAMENTOS:

267 – Realizar campanha salarial conjunta com as entidades dos servidores municipal.

268 – Propor às entidades integrantes do Fórum das Entidades dos Servidores Municipais a

realização de paralisação dos serviços por reposição, aumento real de salários e defesa dos serviços públicos.

269 – Propor às entidades do funcionalismo a organização de greve geral dos servidores a partir do dia 16 de novembro.

270 – Iniciar esta fase da campanha com paralisação de um dia, organizado pelo SINPEEM, independentemente da participação das demais entidades.

QUADRO DE APOIO

271 – O reconhecimento pelo SINPEEM de que o Quadro de Apoio é fundamental dentro da estrutura e para o funcionamento escolar foi fundamental para a realização de um trabalho que tem como consequência o aumento da participação deste seguimento nas lutas organizadas pelo sindicato e para a obtenção de algumas conquistas.

272 – Em 1993, demos o primeiro e importante passo, garantindo a inclusão dos agentes escolares e dos auxiliares técnicos no QPE. De 1993 até 2004, lutamos bastante para que o direito de enquadramento por evolução funcional que conseguimos incluir na Lei nº 11.434 de 1993 fosse regulamentado e aplicado.

273 – Neste ano, com a nossa luta conseguimos finalmente a regulamentação que apesar de ainda não ter sido aplicado correta e integralmente, já enquadrou mais de mil agentes escolares.

274 – Além das lutas por direitos, salários e condições de trabalho, temos tido atenção especial com a formação do Quadro de Apoio. A realização de cursos, seminários, palestras voltados para os integrantes deste quadro tem sido intensa.

275 – No atual momento, algumas questões devem ser debatidas e incluídas na pauta de reivindicações do Quadro de Apoio, como a contagem de tempo de serviço anterior à efetivação como de efetivo exercício para fins de evolução funcional, que garantirá o enquadramento de agentes escolares e também dos auxiliares técnicos escolares (ATEs). Outras questões importantes são: ampliação da amplitude da tabela de vencimentos nos níveis (letras) e graus (nº), para que o enquadramento continue acontecendo até o final da vida funcional do servidor; organização da carreira do quadro de apoio.

DEFENDEMOS:

- 276 – piso do Dieese para a jornada de 40 horas;
- 277 – pagamento do piso de três mínimos como primeira etapa da implantação do piso do Dieese;
- 278 – a revisão do enquadramento por evolução funcional, considerando o tempo de comissionado ou admitido;
- 279 – a redução dos interstícios de tempo para enquadramento por evolução funcional;
- 280 – a não-consideração dos ganhos judiciais como vantagens de ordem pessoal;
- 281 – o direito de substituição de readaptado temporário;
- 282 – concurso para Agente escolar;
- 283 – alteração da forma de provimento do cargo de secretário e realização de concurso;
- 284 – cursos gratuitos organizados e realizados pelo SINPEEM;
- 285 – a complementação de escolaridade sob responsabilidade do governo; direito de saída antecipada aos servidores, regularmente matriculados em curso de complementação escolar de nível superior;
- 286 – o recesso escolar nos meses de julho e dezembro;
- 287 – férias parceladas somente com a anuência do servidor;
- 288 – a convocação, além da jornada de trabalho, somente mediante anuência expressa, garantindo o direito de remuneração ou compensação em dobro;
- 289 – a inclusão do vigia no QPE;
- 290 – o direito de opção de transformação do cargo de agente de apoio em agente escolar;

ENCAMINHAMENTO:

- 291 – Que o SINPEEM continue realizando os cursos de formação por região para o Quadro de Apoio.
- 292 – Que o SINPEEM organize e ofereça curso básico de informática para o Quadro de Apoio.
- 293 – Realizar manifestação na SME, no mês de novembro, exigindo a revisão da evolução funcional do Quadro de Apoio.

ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO À SAÚDE DO TRABALHADOR

- 294 – Saúde é qualidade de vida. Inclui-se aí

trabalho, moradia, educação, alimentação, renda, transporte, meio ambiente, democracia, justiça social e princípios éticos de relacionamentos sociais, baseados na tolerância às diferenças de qualquer ordem.

295 – O trabalho tem sido reconhecido mundialmente como um importante fator de adoecimento ou desencadeante de diversas patologias físicas, mentais e comportamentais.

296 – Os fatores ambientais que podem gerar ou desencadear os distúrbios mentais podem estar associados às condições de trabalho e, principalmente, à organização do trabalho, como estruturação hierárquica, divisão de tarefas, jornadas, ritmos, trabalho em turno, intensidade, monotonia, repetitividade, responsabilidade excessiva, entre outros.

297 – Estas questões se tornaram tão relevantes, que se fez necessária a criação de uma complementação exclusiva para este fim, que é o médico do trabalho.

298 – Para os trabalhadores em educação todos os fatores relacionados acima existem no desenvolvimento de suas funções, com os agravantes da superlotação e do convívio com a violência, ocasionando o crescimento do número de adoecimentos.

299 – Estudo da Federação Canadense de Docentes constatou que as enfermidades que mais acometem os profissionais de educação são o estresse e a depressão. Se temos este resultado num país como o Canadá, é fácil entender porque, aqui em São Paulo, a maior incidência de licenças saúde e readaptações é de profissionais de educação.

300 – Portanto, foi vergonhosa e merece nosso repúdio a campanha feita por órgãos de imprensa, que muito bem serviu aos interesses da administração, difamando e causando constrangimentos aos educadores junto à população.

301 – É urgente que tenhamos ações na defesa da saúde do trabalhador, pois, literalmente, a saúde do profissional de educação está no pronto socorro.

302 – O HSPM hoje pertence ao Sistema Único de Saúde (SUS), embora há cinco anos as verbas não sejam repassadas regularmente, apesar de continuar com a porta aberta do pronto socorro para toda a população.

303 – Com a fixação da contribuição previdenciária em 11%, temos uma carga de desconto absurda. Entendemos que a Prefeitura tem que,

obrigatoriamente, assegurar a assistência à saúde de todos os servidores sem descontar nada além deste percentual.

DEFENDEMOS:

304 – o atendimento pleno à saúde como direito do servidor;

305 – a obrigatoriedade de a Prefeitura oferecer assistência à saúde de qualidade a todos os servidores;

306 – a descentralização do HSPM e do Departamento de Saúde do Servidor (DSS);

307 – a adoção de procedimentos e intervenções nos locais de trabalho, recomendados pela medicina do trabalho, considerando as normas de proteção à saúde;

308 – nenhuma cobrança além dos 11%;

309 – nenhum desconto das licenças saúde para o servidor;

310 – a manutenção do HSPM e a criação do Plano de Saúde Opcional mantido pela Prefeitura e pelo servidor, desde que a sua contribuição não ultrapasse 3% do seu vencimento padrão;

311 – as despesas pagas pela Prefeitura quando o servidor recorrer a hospitais privados por falta de assistência do DSS;

312 – o programa de assistência integral à saúde da mulher, em todas as fases da vida;

313 – a garantia de pagamento do adicional para tratamento aos soropositivos e portadores de doenças incuráveis, bem como o pagamento de todas as despesas médicas e medicamentos;

314 – os serviços preventivos contra doenças profissionais.

**MANUTENÇÃO DA NOSSA CARREIRA
E OS NOSSOS DIREITOS**

315 – Sai governo, entra governo e os nossos direitos continuam sendo alvo de ataques.

316 – Em várias oportunidades, a Secretaria Municipal de Gestão, no governo anterior, se manifestou contra as vantagens de carreira que têm como pré-requisito somente o critério tempo.

317 – Atualmente, não tem sido diferente. O critério da eficiência do servidor para a aplicação de prêmios ou gratificações aparece em todas as discussões sobre reestruturações e planos de carreira.

318 – Não fossem as nossas lutas, os direitos,

como quinquênios e sexta-parte, além da promoção por merecimento e enquadramento por evolução estritamente pelo critério tempo, já teriam sido extintos.

319 – Qualquer reforma administrativa e reorganização de planos de carreiras deve levar em consideração e garantir princípios e condições que defendemos. Os direitos e vantagens de carreira são importantíssimos na composição dos nossos vencimentos. Nas circunstâncias atuais são mais importantes do que qualquer reajuste pequeno, que se decompõe rapidamente.

DEFENDEMOS:

320 – Manutenção das incorporações;

321 – manutenção do direito ao quinquênio e sexta-parte;

322 – manutenção da carreira do magistério;

323 – manutenção das tabelas por jornadas considerando todas como do cargo docente;

324 – manutenção dos direitos de evolução e promoção por mérito e tempo;

325 – todos os direitos de carreira aos adjuntos;

326 – a consideração como docente das funções de POSL, POIE e auxiliar, para aposentadoria e demais efeitos legais;

327 – manutenção das faltas abonadas;

328 – a isonomia entre ativos e aposentados;

**PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
CONFISCA SALÁRIO**

329 – Durante todo o processo de tramitação da lei nº13.397, que dispõe sobre O Regime Próprio de Previdência Social do Município de S. Paulo, uma das primeiras Leis enviada para a Câmara pelo prefeito Serra, o SINPEEM lutou contra a elevação da contribuição e também para impedir que o prefeito José Serra, por meio desta lei, retirasse direitos dos profissionais de educação e dos demais servidores.

330 – Com o apoio da maioria dos vereadores foi aprovada a contribuição. No entanto, a pressão do SINPEEM, que por vários dias lotou a galeria da Câmara e realizou manifestação pública, com a participação de milhares de profissionais, conseguimos modificar o projeto incluindo algumas alterações, entre elas a inclusão das jornadas especiais na base de cálculo da contribuição previdenciária e, como consequência, a manutenção

das incorporações.

331 – Após a aprovação desta lei, o governo vem procurando, por meio de decretos que a regulamentarão retirar o direito de incorporação das jornadas e de diferenças por exercício de cargos e funções.

332 – Ainda que tenha recuado em considerar a data fim de 16 de novembro de 1998 para este direito, fixando-a até 11 de agosto de 2005, não aceitamos e continuamos a luta pelo direito de incorporação previsto nas Leis nºs 8.989/79 e 11.434/93.

DEFENDEMOS:

333 – manutenção do direito de incorporação de jornada especial e de diferenças por exercício de cargos e funções;

334 – o pagamento imediato das dívidas da Prefeitura com o IPREM;

335 – a utilização dos recursos do IPREM em mãos da Prefeitura para reduzir o percentual de desconto previdenciário;

336 – a gestão democrática com participação majoritária dos servidores;

337 – a eleição do superintendente ou diretor do Iprem, órgão gestor do RPPM;

338 – não-transferência dos servidores não-efetivos para o INSS;

339 – a isonomia, entre ativos e aposentados;

340 – contra a incidência do desconto sobre a soma de acúmulo de proventos;

341 – devolução da contribuição dos 5% descontados dos aposentados indevidamente de 16/12/98 até 11/0805.

342 – manutenção da aposentadoria especial aos integrantes do magistério;

343 – abono previdenciário para todos que tem este direito.

QUESTÃO SINDICAL

344 – O movimento sindical enfrenta dificuldades para construir um caminho eficiente no combate às políticas de destruição de direitos e maximização da exploração da mão de obra. Não há, no entanto, dúvidas de que a alternativa, com toda certeza, passa por um sindicalismo de luta e organizado nos locais de trabalho, com um firme programa de mudança estrutural desse sistema de injustiça, profunda desigualdade e miséria.

345 – No momento, exige-se da Central Única dos Trabalhadores (CUT) independência em relação ao governo e uma atuação firme na organização dos trabalhadores, para defender seus direitos e questionar as políticas do governo Lula, dos governadores, prefeitos e dos patrões.

DEFENDEMOS:

346 – o sindicalismo unitário, solidário, de luta, classista, democrático;

347 – a ampla unidade dos trabalhadores de todos os países;

348 – a participação nas ações e lutas organizadas pela CUT e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE);

349 – rejeição à reforma sindical apresentada pelo governo.

BALANÇO DAS ATIVIDADES E LUTAS DO SINPEEM

350 – Qualquer balanço das atividades e da atuação do nosso sindicato não pode deixar de levar em consideração o momento político e as dificuldades enfrentadas por todo o movimento sindical de trabalhadores, resultante de uma conjuntura política e de uma correlação de forças mundialmente desfavorável para os trabalhadores e as correntes antineoliberais.

351 – Por isso, temos a convicção de que a atuação do SINPEEM pode ser considerada satisfatória. Alcançamos, apesar de limitadas, importantes vitórias nos últimos anos. O sindicato cresceu e se estruturou melhor. Tem presença em quase todas os locais de trabalho e hoje é a maior entidade representativa dos profissionais da rede municipal de ensino, com cerca de 46 mil associados.

352 – Como exemplo da nossa atuação, podemos citar a luta no combate à política neoliberal, exigindo mudanças na política econômica, resistindo às reformas da Previdência e sindical, melhor aplicação dos recursos, mais investimentos para a Educação, entre outros itens.

353 – Temos acompanhado e lutado contra todas as medidas adotadas pelos governos contrárias aos interesses da categoria, não só no que diz respeito aos direitos funcionais, mas marcando nossa participação na defesa dos salários, da carreira, da educação pública, contra as privatizações

e em defesa dos direitos gerais dos trabalhadores.

354 – As manifestações e assembléias da categoria, organizadas pelo SINPEEM, são bastante representativas. Prova disso são os números registrados nos atos, paralisações, nas greves de 2004 e na de 2 de junho deste ano, quando o sindicato reuniu milhares de profissionais contra as políticas do prefeito José Serra.

355 – Definimos uma política de formação eficaz, promovendo, periodicamente, cursos, palestras e seminários voltados para o aprimoramento profissional dos nossos associados, com a participação de mais de 42 mil profissionais. Além disso, inovamos na realização do congresso anual, com a divulgação antecipada da programação do evento, que se propõe a discutir temas relevantes como a política educacional, condições de trabalho, novas tecnologias disponíveis, entre outros, além de contar com atividades culturais.

356 – Do ponto de vista financeiro, temos uma direção planejada e situação positiva entre receitas e despesas. Os serviços que realizamos, os investimentos, os programas e a expansão patrimonial nestes três anos comprovam esta afirmação.

357 – Marcamos nossa atuação pela busca do diálogo e da negociação com o Executivo municipal, porém, sem jamais perder de vista que as conquistas são obtidas com pressão e luta.

AS LUTAS PERMANENTES SÃO MARCAS DO SINPEEM

358 – A ação político-sindical do SINPEEM tem sido intensa. Uma atuação que considera as políticas permanentes da nossa entidade, questões conjunturais e campanhas aprovadas em nossas instâncias, com objetivos definidos.

359 – Nossa organização e as ações políticas e jurídicas voltadas à defesa dos direitos dos associados e da Educação estão articuladas e sempre foram desenvolvidas buscando envolver a categoria na defesa dos salários e do emprego, manutenção dos direitos de carreira, defesa da educação pública de qualidade etc.

360 – Ao definirmos os eixos centrais para nossa atuação, não o fazemos alheios à realidade atual. Consideramos também a situação política e econômica que o Brasil atravessa, os atos da administração municipal dos diferentes prefeitos e seus efeitos políticos.

361 – Sempre entendemos que, para uma ação

que considera a necessidade de alcançar objetivos táticos e estratégicos e que não ignora as dificuldades objetivas e subjetivas da realidade, é necessário que se planeje para curto, médio e longo prazos. Assim, nestes anos programamos anualmente todas as nossas atividades e as realizamos com boa participação:

REUNIÕES DE REPRESENTANTES

362 – Temos 3.200 representantes das 1.287 unidades da rede municipal, eleitos pelos profissionais de Educação em seus locais de trabalho, que se reúnem ordinariamente a cada dois meses.

REUNIÕES DO CONSELHO

363 – Os membros do Conselho Geral do SINPEEM foram eleitos em 2003 para um mandato de dois anos.

364 – As reuniões acontecem, ordinariamente, a cada dois meses. No período que compreende a atual gestão, foram realizadas 17 reuniões do Conselho Geral.

ASSEMBLÉIAS ORDINÁRIAS

365 – Estatutariamente, são obrigatórias as realizações de duas assembléias. Uma a cada semestre. Todos os 21 atos e manifestações (com e sem paralisação) que realizamos tiveram caráter de assembléia, com deliberação de vários aspectos das nossas campanhas e conteúdos das nossas pautas. Somente neste ano, foram realizadas sete manifestações, com a participação média de quatro mil profissionais de Educação. Não se pode, como quer algumas pessoas, marcar a atuação do SINPEEM como pouco participativa e antidemocrática. É difícil encontrar uma entidade que realiza tantas assembléias, reuniões e atos públicos como o SINPEEM.

CONGRESSO ANUAL

366 – Os congressos do SINPEEM são reconhecidos como eventos de qualidade relevante. Discute assuntos educacionais, organização do ensino, gestão, financiamento, questões funcionais, estrutura e funcionamento do nosso sindicato. Tudo é debatido e colocado em votação.

CAMPANHAS EM DEFESA DOS SALÁRIOS E DOS DIREITOS

367 – As campanhas em defesa dos salários e dos direitos dos profissionais de Educação são tratadas com o status de política permanente do nosso sindicato. Inserções, em ocasiões específicas, na TV, cartazes, faixas, realização de caminhadas e marchas são instrumentos que temos utilizado.

368 – No ano passado, durante a campanha salarial, realizamos vários atos e uma greve de três dias. A participação nos dois primeiros dias foi pequena. Em 30 de abril, último dia da greve, a adesão ao ato/assembleia foi bastante representativa. A proposta apresentada pelo governo de abrir negociação e as dificuldades de manter a continuidade do movimento levaram a categoria a aprovar sua suspensão.

369 – Neste ano, realizamos cinco atos e convocamos a greve para 2 de junho. A participação da categoria no dia da greve foi representativa, com mais de oito mil pessoas. As propostas apresentadas pelo governo, todas integrantes da nossa pauta - apesar de não atender integralmente o que reivindicamos -, além das dificuldades apontadas pela categoria, foram consideradas para a decisão de 90% dos presentes de suspender a greve e continuar a luta.

370 – Para os que afirmam que o final da greve deu margem para que o prefeito Serra iniciasse seu ataque contra nossos direitos, é bom lembrar que o desconto previdenciário já havia sido aprovado antes da greve e que a licença de curta duração com dispensa de perícia médica não acabou totalmente, como pretendia o governo. Conseguimos sim, com o nosso movimento, o atendimento a algumas reivindicações que constavam da nossa pauta, aprovada na primeira reunião de representantes do ano e depois ratificada em assembleia geral da categoria.

371 – O pagamento da primeira parcela da GDE, a regulamentação e o enquadramento por evolução para o quadro de apoio; o retorno do holerite impresso, a convocação dos aprovados em concurso e o pagamento dos dias parados são conquistas da mobilização, ainda que as consideremos insatisfatórias.

372 – Os ataques que alguns grupos de oposição fazem à Diretoria, afirmando que, por defender a suspensão da greve, traíram e se venderam, acabam por menosprezar e desrespeitar a catego-

ria, que naquelas circunstâncias aprovou a suspensão do movimento.

373 – Nossa participação no processo de negociação foi realizada com a constante mobilização da categoria e o permanente esforço na construção de campanhas unitárias.

374 – Há que se registrar que as maiores manifestações foram organizadas exclusivamente pelo SINPEEM.

RELAÇÃO SINDICAL COM O GOVERNO

375 – Temos sido a principal entidade defensora dos direitos e reivindicações, não só dos profissionais de ensino, mas também do conjunto do funcionalismo.

376 – Seja qual for o partido no comando da administração, mantemos posição independente. Todas as negociações que realizamos se deram em processo de mobilização e luta da categoria. Nossa atuação independente, técnica e politicamente consistente, é reconhecida por várias organizações.

RELAÇÃO COM AS OUTRAS ENTIDADES SINDICAIS

377 – Apesar de algumas iniciativas conjuntas durante as campanhas, tivemos mais dificuldades para atuar com as entidades do funcionalismo municipal.

378 – Parte dessas dificuldades estão associadas às diferenças de concepção sindical e de encaminhamentos no processo de negociação com o governo. Ainda assim, procuramos, sempre, alguma unidade de ação.

ESTRUTURA E ESTATUTO DO SINPEEM

379 – Temos uma estrutura sindical apoiada na organização por local de trabalho em que o representante sindical é elemento de extrema importância. As decisões são construídas a partir dos debates, indicações das reuniões de representantes e deliberações no Conselho, Assembleia Geral e Congresso Anual da categoria, no qual participam milhares de delegados eleitos.

380 – O crescimento da rede de ensino e do número de associados exige, no entanto, novas formas de organização por local de trabalho e região. Exige também aperfeiçoamento nas instâncias de tomada de decisão, na fiscalização e no

processo de escolha das representações locais e da diretoria.

381 – Para atender às exigências postas para o dia-a-dia de nossa luta e representação, apresentamos a proposta de uma nova forma de organização, criando 13 Áreas de Atuação Sindical:

PROPOSTA:

382 – Organizar o trabalho sindical de base por meio das Áreas de Atuação Sindical (AAS/SINPEEM).

383 – Objetivo: intensificar e fortalecer a presença política e organizacional do SINPEEM por local de trabalho e todas as regiões.

A PROPOSTA CONSIDERA:

384 – a localização e a proximidade das unidades escolares;

385 – os limites territoriais dos distritos;

386 – a organização administrativa da SME por meio das Coordenadorias;

387 – as condições de organização e necessidades do trabalho sindical do SINPEEM.

388 – Organizar 13 Áreas de Atuação Sindical (AAS/SINPEEM), que terão cada uma Coordenação com a seguinte composição:

389 – 1 Diretor de Subsede/Regional integrante da Diretoria Executiva do SINPEEM;

390 – 2 Conselheiros Regionais Eleitos pelos demais conselheiros;

391 – 2 Representantes eleitos entre os Representantes de Escolas para grupos de até 40 escolas da AAS.

ORGANIZAR AS 13 AREAS DE ATUAÇÃO SINDICAL CONSIDERANDO:

392 – Os distritos.

393 – A localização e proximidade;

394 – As necessidades de organização do SINPEEM.

395 – As treze áreas deverão entrar ser apresentadas pela Diretoria ao Conselho Geral, na última reunião de 2005, e ser aplicada a partir de 01 de janeiro de 2006.

ASSINAM ESTA TESE:

Claudio Fonseca, Doroty Keiko Sato, Adelson Cavalcanti de Queiroz, Maria Cristina Augusto Martins, Elio Araújo da Silva, Josafá Araújo Souza, Eliazar Alves Varela, José Donizete Fernandes, João Baptista Nazareth Jr., Teresinha Chiappim, Leila Maria da Silva Chicoli, Jacinta Maria de Oliveira Cruz, Júlia Maia, Lilian Maria Pacheco, Luzinete Josefa da Rocha, Mônica dos Santos Castellano Rodrigues, Myrtes Faria da Silva, Nilda Santana de Sousa, Reni Oliveira Pereira, Cleiton Gomes da Silva, Marcelo Alves Nishikata, Floreal Marim Botias Junior, Adeilda de Queiroz Jaen, Ademar de Sousa Zanini, Alayde Simões, Alcinda Maria Machado, Alencar Ribeiro Pimentel, Alessandra Rojas Maciel de Ávila, Ana Maria Maioni P. Barreto, Anezite Padilha de Souza, Angela de Cassia Alves, Antônia Floriano de Oliveira, Antônia Nogueira Lima, Antonio Carlos Todovero, Antônio de Souza, Antonio Di Giogir Filho, Antonio Ney Sampaio Simões, Antônio Reis de Oliveira Paulino, Antonio Zamai, Arismar Campion, Arlete Gomes de Oliveira, Arlindo José da Silva, Beatriz Lorenete Galera, Benvinda Maria Leonidas Bezerra, Carlos Alberto Calil, Carlos René de Freitas, Catarina Jane Staniscia Galli, Silvana Lapietra Jarra, Cicera da Silva, Cícero Teodoro da Silva, Claudinei Lombe, Cleusa Maria Marques, Cleusa G. da Rocha Baruffaldi, Clotilde Lima de Camargo, Cristiane Carneiro de Oliveira, Daiane Eugênia de Souza, Daniela Kirtens Ros, Deise Olimpia Ferreira, Deuel Barreto Garcia, Edilaine Jerônimo Scapucim, Eglair Pereira Lima, Emygdio Di Muzio Junior, Eneas Cavalcante de Queiroz, Eni Nogueira Santos, Esmeraldo Faleiros de Mello, Eulina Rodrigues da Silva, Evaristo Ceschin, Felício Camargo Neto, Filomena Scola Delgado, Francisca Zulmira de Conceição, Fulgencio Barbosa dos Santos, Genoveva Carmo Rodrigues, Gilvânio Guedes dos Santos, Gislaine Dario Barbosa, Hailton de Andrade Sampaio, Helena do Carmo Silva, Helena Maria Cruz, Ieda Alves de Amorim, Ilza dos Santos de Andrade, Izildo Batista de Barcello, Jacinto dos Santos, Jane Garcia, Jaqueline Xavier Lima, João Batista de Jesus Félix, João Batista, João Gilberto de Araújo, José Carlos Valentini, José Jacinto dos Santos Júnior, José Julião de Almeida Ramos, José Pedro Miron, Josefina Maria de Jesus Conceição, Luci Ferreira Moreira Batista, Luciana Germano Augusto, Lucilene Galassi Santoro, Luis Antônio Nogueira, Luis Henrique da Costa, Luis Roberto Gullo Pereira, Lurdiney Borges da Silveira, Magda Chaves Pagliarini, Márcia V. da Silva, Marcos Antonio dos Reis, Marcos Roberto Afonso, Maria Angélica Tavares Costa, Maria Aparecida Balbino Almeida, Maria Aparecida Silva Santos, Maria Auxiliadora Shibao, Maria Barbara Gonçalves, Maria das Dores Yamada, Maria das Graças M. M. Gutierrez, Maria de Fátima dos Santos, Maria de Fátima Ramos Magalhães, Maria de Lourdes Quintino de Lima, Maria do Rosário Gomes, Maria do Socorro Alves dos Santos, Maria Edna Dias Fernandes Silva, Maria Gerusa Barbosa Nogueira, Maria Helena da Silva, Maria Ivone Nunes da Silva, Maria José de Paula, Maria Josefina Moreira Miranda, Maria Lúcia Andrade de Castro, Maria Lúcia dos Santos Oliveira, Maria Sirlei Reino, Mariângela G. S. V. Valente, Marley Pereira, Meire Antônia Vitorino, Miriam Aparecida da Silva, Neucília Borges da Silva, Neusa Saviano de Paula, Nicéa dos Santos Waldemamm, Nilza de Abreu Lira, Nizia Maria dos Santos, Odair Perez Bernal, Olimpia Fernandes, Ondina Rita Pimenta de Figueiredo, Paulo Eduardo Pereira Marques, Paulo Sérgio Luiz, Paulo Sérgio Moraes da Silva, Renato Alves de Melo, Rita de Cassia da Rocha Cunha, Roque de Campos, Roque Melchior, Rosa Maria Santana Magalhães, Roseli D'Agostinho, Rossane Andrade R. dos Santos, Selma de Fátima da Cruz, Sérgio de Oliveira, Sérgio Roberto Cardoso, Sílvia Maria Lucchesi, Solange Aparecida de Oliveira, Sonia Aparecida Tomé, Sônia Maria Nice Granoila, Stela Maris Moreira Panissa, Sueli Leite M. Mathias, Sueli Maria

de Moura Fidalgo, Tânia Fiszuk, Tânia Meire Ferraz, Valéria Maria Ferreira Szlapak, Valni Alves de Oliveira, Valquiria Caetana Franco Peixoto, Vera Heloísa Boaretto, Vera Lúcia Pazin, Vita Mizael da Veiga Dias, Wallace Laboissiere, Wanda Lacerda, Wilson Akio Kyomen, Yone de Souza Lima, Yuri Alexandre Lisboa, Susamar Pereira da Costa, Debora Cauai Canti, Flavia M. M. Gutierrez, Edna Aparecida Eleoterio, Clóvis Roberto da Silva, Donizeti Aparecido do Amaral, Ebelcione Pereira de Oliveira Pinto, Edna Aparecida da Silva Santos, Haroldo Gonçalves Pinto, José Ferreira, Deangelos Márcio Pereira Souza, Maria de Fátima Varella Pontes, Nicanor Pereira Silva, Onofre Domingos de Oliveira, Selma Regina Alexandre Pereira, Silvana Petriccione da Conceição, Vera da Silva, Vera Lúcia de Oliveira, Pedro Antonio da Cruz Argolla, Suzi Modesto de Souza Dias, Solange Roseli de Lima, Maria Cristina Fagundes Mesquita, Francisca das Chagas Amaral do Nascimento, Fátima Aparecida P. S. Bernardino, Gentil Salvador, Ivanice Bertoni Larussa, Izequiel Rodrigues, Izabel Cristina F. Mesquita, Leni Severina de Andrade, Leiva Barbieri, Maria Cristina Beluzzi da Conceição, Maria Lucia Mesquita, Maria Marcia de Oliveira, Marilene Pinheiro, Maria do Carmo Pontes, Maria da Glória Silva Antonio, Miraci Papesky Sabagi, Maria Sonia Costa O. Lazaro, Marcia de Lazari, Isabel Olivares Alfaro, Yolanda Expedita Santos de Souza, Lindaura dos Reis, Rivanda Oliveira de Santana, Olga Litsuko Fernandes, Ivone Maria Gonçalves Borges, Tania Aparecida Fernandes Alves, Maria Eunice dos Santos, Adriana Lores, Geralda Joana Gomes da Silva, Elenice de Campos da Silva Bastos, Marilza Rosseto Santos, Cleonice Helena Oliveira da Silva, Edson Alencar Barbosa, Silvana Aparecida de Jesus Silva, Jarbas de Holanda Gonçalves, Conceição Aparecida de Paula, Cibele Batista da Silva, Cristiane Moraes da Silva, Maria Inês Leandro, Chrystiane Araujo Tejo, Tania Lúcia Maldonato, Elza de Souza Soares, Francisco Pereira Brandão, Franklin Augusto Lucas, Genildo Cleber da Silva, Jasson de Azevedo Santos, Luiz Gonzaga Calegari, Magna Raddi Gabriel, Maria Lucia Kobayashi Arakaki, Paulo Eduardo Carahyba Dias, Regina Cristina Scotton Machado Miranda, Rosane Maria Balbino de Oliveira, Silvio Carlos Pajero, Sueli Scholla Bernabe, Silvia Oliveira da Silveira Aguiar, Clara Lucia Camilo, Daniel Aparecido Pereira, Aparecida Regina Batista de Paula, Regina Maria dos Santos Pito Alexandre, Vera Lucia Gonçalves da Silva, Helena Leda dos Santos, Edna Antonia Sciencio de França, Eliana Andrade da Conceição, Eliana Santos Matos, Antonia Ribeiro da Silva, Antonio Tadeu Garna França, Adriana Rosimeire André, Sonia Maria Marçal, Roberto Carlos Marçal, Ivani dos Santos, Edvaldo Lucio Cardoso, Ozelice Pereira dos Santos, Elza Aparecida de Souza, Ana Maria Pereira Barreto, Severina Alves Feijó e Moura, Flavia Silva Pompro, Vivian Pereira Senna, Nádia Pereira da Silva, Nadia Aparecida Mascolino, Maria José Alves, Cesar Suetsugu Filho, Rosana Girmijs Cipriano, Marcia A. de Azevedo, José Claudio da Gama, Katia Cristina de Ramos, Cintia Aparecida da Silva, Lucilene Lima de Almeida Jackstet, Maria das Dores dos Santos, Creuza Cruz Varago, Maria de Lourdes Soares da Silva Freitas, Adriana Correia de Oliveira, Obrita Ferreira da Encarnação, Maria Aparecida Conde, Sueli Oliveira Silva, Isalma Ursulino da Mota, Janete Ursulino da Mota Pereira, Elizabeth Audria Fernandes, Maria Helena de Almeida, Maria Aparecida Ferreira de Moraes, Edna Lúcia Cruz Vieira, Ana Aparecida Curcio, Roseli dos Prazeres Silva Martins, Alcení Francisca Profirio dos Santos, Tereza Lourença Shacha, Angeli Matias Teixeira de Oliveira, Maria José Araujo, Josnir Pinto da Fonseca, Gabriela Barrio Novo Guimarães, Dirce Mathias de Almeida, Claudia de Arruda Ferez, Maria das Dores Santana Alamino, Marli Rebeca dos Santos, Tamara Nogueira de Souza, Iphigenie Vassilopoulos, Tereza da Costa, Fuzako Mine Scarcell, João Antonio Martins, Maria Helena S. França, Maria

Lúcia Longuini, Marizabel F. de Souza Tavares, Elza Matsuyo Hara-sawa, Zenaide Martins, Elaine Maria da Silva Peres, Elair Garcia Tozzi, Silvana Gomes Garcia Marques, Aparecida Gomes da Silva, Sonia Regina T. dos Santos Ribeiro, Telma Aparecida Gil Alencar, Lilian S. P. Rodrigues, Marilene Dias dos Santos, Ieda de Jesus, Luzinete Nunes da Silva, Sebastiana D. R. Ferreira, Zelia de M. Costa, Viviane Castelli, Elaine da S. Cesar, Solange G. do Nascimento, Ana Claudia Cajueiro.

T E S E 1

XVI
Congresso
de
Educação

Caderno
de
Teses



Para lutar pelos direitos: Unidade dos Servidores pelas reivindicações, sim! Divisão e acomodação, não!

CONJUNTURAS POLÍTICAS

INTERNACIONAL

1 – A situação dos trabalhadores internacionalmente está marcada pela ofensiva do imperialismo norte americano através de sua política de guerra ao “terrorismo” que, na verdade, é um ataque sem precedentes aos direitos dos povos, como a ocupação do Iraque, a intervenção no Haiti, a tentativa de derrubada do governo Chavez na Venezuela. Assim, o imperialismo busca submeter todos os povos, pela pressão econômica e bélica, à sua política de destruição das nações, busca desmontar as organizações construídas pelos trabalhadores para se defenderem dos ataques a seus direitos e conquistas.

2 – Mas vemos também a formidável resistência dos povos: seja no Iraque e na Palestina defendendo a soberania da nação; na França onde os trabalhadores votaram contra a União Europeia em defesa dos serviços públicos; na Venezuela defendendo o governo Chavez e o usufruto das riquezas naturais em benefício das reivindicações sociais e construindo sua Central Sindical Independente, a UNT; na Bolívia, onde acabou de ser realizado um Encontro Continental defendendo a nacionalização do gás e do petróleo naquele país e chamando todos a organizar uma Jornada Internacional de Mobilização unitária em 17 de outubro de 2005.

DEFENDEMOS:

- 3 – Não à ALCA e ao FMI;
- 4 – Solidariedade ao povo venezuelano;
- 5 – Unidade na luta dos povos do continente contra o imperialismo.

NACIONAL

6 – No Brasil, a resistência dos trabalhadores, em 2002, se expressou no terreno eleitoral onde o povo colocou no governo o presidente Lula. A eleição de Lula foi a expressão do popular para impor o atendimento das reivindicações: terra, trabalho, salário e recuperação dos serviços públicos.

7 – Passados quase 3 anos, a situação é difícil para a classe trabalhadora: a reforma da previdência aumentou o tempo para se aposentar e taxou os inativos; a reforma agrária não sai; os trabalhadores perdem empregos e renda; o envio da reforma sindical ao Congresso ataca a independência dos sindicatos e da própria CUT; a Reforma Universitária beneficia o ensino privado; o FUNDEB mantém a mesma verba para atender mais níveis educacionais. Tudo isso fruto da política de continuidade de pagamento da dívida, ou seja a política desenvolvida por FHC. As alianças com os partidos da burguesia, seja no governo, seja para garantir a tal governabilidade, faz com que Lula se afaste completamente do atendimento das reivindicações dos trabalhadores, chocando-se com a base social que o elegeu.

8 – A crise política aberta demonstra onde leva a aplicação da receita do FMI: à destruição das bases da soberania da nação. A corrupção começa com a política de submissão da nação para pagar a dívida! No meio da crise o presidente se diz “traído e indignado”. Mas quem está sendo traído? Os trabalhadores é que estão sendo traídos, pois tiveram queda de sua renda em 14%. O desemprego aumentou em 2004, comparando-se com 2003. Enquanto isso os bancos (Bradesco, Itaú e Unibanco) dobraram seus lucros no 1º semestre de 2005, os empresários tiveram isenções fiscais, os fazendeiros receberam 3 bilhões de reais de subsídios.

9 – Recentemente o superávit fiscal primário foi de 40 bilhões de reais, retirados das áreas sociais para continuar pagando os juros da dívida externa, a qual chegou a 62 bilhões de reais. Enquanto isso os investimentos em saúde, educação, moradia, habitação, reforma agrária, chegaram a 36 bilhões, metade do que foi pago para dívida! Portanto os lucros estão ótimos, mas o mesmo não pode se dizer das condições de vida do povo trabalhador.

10 – Portanto para os trabalhadores resta se colocar em movimento nas suas organizações, nos seus sindicatos e na CUT para exigir do governo a ruptura com essa política, para impor o atendimento das reivindicações. As quais só podem se concretizar com fim da ditadura do superávit primário de Palloci e Meirelles – apoiada por Lula, com a recuperação do salário dos servidores, com a anulação dos leilões das áreas petrolíferas, com a encampação pela Petrobrás da refinaria de Manguiinhos e Ipiranga, com a realização da reforma agrária, com a estatização das empresas ocupadas para garantir os empregos, com a reestatização das ferrovias e dos serviços públicos privatizados e com a retirada das tropas brasileiras do Haiti.

11 – Os sindicatos e a CUT (nossa central), são instrumentos da classe e devem se manter independente do governo, buscando desenvolver as lutas pelos direitos e conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras.

DEFENDEMOS:

12 – Apuração rigorosa de todas as denúncias de corrupção e qualquer ato ilícito, punição para os culpados;

13 – Pela ruptura com o FMI e com o superávit primário;

14 – Mais verba para a educação e serviços públicos;

15 – Não pagamento da dívida externa (bandeira histórica da CUT);

16 – Não à política do FMI: redução da taxa de juros; correção das distorções da tabela de Imposto de Renda; políticas de desenvolvimento com inclusão social; crescimento do nível de emprego; retomada da atividade produtiva e do consumo; Investimento em infra-estrutura e em políticas públicas efetivas para atender a população brasileira.

17 – Lutar pelo aumento geral dos salários;

18 – Retomar todos os direitos previdenciários, revogação da Reforma da Previdência no âmbito da União e dos Estados e Municípios;

19 – Lutar pelo Emprego;

20 – Lutar pela Reforma Agrária.

21 – Retorno das tropas brasileiras do Haiti, não à ocupação militar daquele país;

REVOGAR A LRF

22 – Mais do que nunca é hora de tomar posi-

ção no SINPEEM pela Revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), imposição do FMI para garantir o pagamento da dívida de Estados e Municípios em detrimento dos serviços públicos. Dois motivos recentes reforçam a necessidade de revogar esta lei:

23 – O conjunto de mobilizações dos servidores que percorreu o Brasil nos últimos anos esbararam nas restrições desta lei, utilizada pelo Governo Federal e pelos diferentes governos estaduais e municipais como instrumento para justificar o não atendimento das reivindicações. A LRF impõe limite orçamentário para o pagamento dos trabalhadores.

24 – Em maio de 2005 esgotou-se o prazo para Estados e Municípios enquadrarem-se nas normas desta Lei. Os reflexos disso são desastrosos: na cidade de São Paulo, por exemplo, mesmo com a prefeitura pagando R\$ 5 bilhões da dívida durante o mandato de Marta Suplicy, a dívida que era de R\$ 15 bilhões foi para R\$ 26 bilhões! Esta realidade se reproduz pelos estados e municípios brasileiros. Logo, nem mesmo deixando de investir nos serviços públicos esta dívida é paga.

DEFENDEMOS:

25 – Mobilização, conjuntamente à CNTE e à CUT, pela Revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

ESTADUAL E MUNICIPAL

26 – No estado de SP o governo Covas/Alckmin no poder há 12 anos aplica uma política de “austeridade”, política que ataca diretamente os serviços públicos, com transformação dos hospitais em organizações sociais, arrocho salarial dos servidores, privatização das empresas estatais e sucateamento das universidades.

27 – Na cidade de São Paulo busca-se aplicar essa mesma política. Serra assume a Prefeitura de São Paulo aprofundando os ataques que os servidores sofreram sob o Governo Marta. Serra aprovou projeto de lei que aumenta a alíquota do IPREM para 11%, reduzindo nossos salários. Na regulamentação da reforma previdenciária Serra ataca a incorporação das jornadas especiais. Flexibilizou as funções de POSL e POIE para evitar contratações. Acabou com as licenças de curta duração. Quer implementar a desastrosa política

de bônus já experimentada no Estado. Para o povo aumentou a passagem de ônibus e avança para atacar os serviços públicos, através da aprovação do projeto de Organizações Sociais em todas as áreas, saúde, educação, meio-ambiente e cultura, aprofundando assim o desmonte dos serviços públicos.

DEFENDEMOS:

28 – Pela retirada do Projeto de Lei 318, não à utilização das Organizações Sociais no Serviço Público;

29 – Não à privatização e terceirização da educação e dos serviços públicos;

30 – Verba pública apenas para os serviços públicos estatais;

31 – Unidade dos servidores em defesa dos Serviços Públicos.

QUESTÃO EDUCACIONAL

VERBAS PÚBLICAS SÓ PARA A ESCOLA PÚBLICA!

32 – A imprensa denunciou a fraude no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), levantada pelo Ministério Público. Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, a cada R\$ 4 do FUNDEF, cerca de R\$ 3 são desviados em fraude e corrupção. Foram constatados desvios em 90% dos 281 municípios investigados e, em vários estados se constituíram CPIs para investigar a gestão do FUNDEF, constatando grandes irregularidades, mas com resultados práticos pífios. Há quadrilhas nacionais que até “desenvolveram um software para falsificação de planilhas e prestação de contas”, segundo o citado jornal. O montante desviado, cerca de 21 bilhões, daria para construir 2,8 milhões de salas de aula em todo o Brasil. A imprensa relata ainda a total inoperância dos vários conselhos criados para gerir o FUNDEF, na verdade, uma cumplicidade na legitimação dos “esquemas”.

33 – Mais do que isto, os conselhos de municipalização do FUNDEF visam a capturar as representações das organizações sindicais e populares no quadro da gestão dos orçamentos contingenciados, impostos pelo FMI.

34 – Esse é mais um triste capítulo da municipalização do ensino, iniciada a partir de 1997, no

governo FHC, com a promulgação da Emenda Constitucional (EC) 14/96, que levou à criação do FUNDEF. Os municípios foram obrigados a assumir atividades de ensino que eram responsabilidade dos Estados e da União. A EC 14/96, por outro lado, atribuindo ao Governo da União apenas função redistributiva das verbas, reduzia a contribuição deste nível de governo para a educação fundamental a níveis irrelevantes, hoje em torno de R\$ 400 milhões, quando esta participação chegou a ser em 1996 da ordem de R\$ 3,7 bilhões. As escolas municipalizadas acabam padecendo da falta de verbas dos municípios, ainda mais com a Lei de Responsabilidade Fiscal restringindo gastos públicos.

35 – E as consequências são desastrosas: desemprego de professores, fechamento de períodos noturnos, superlotação nas salas, e, principalmente, abandono do ensino infantil, como já veremos em São Paulo com a implementação do Ensino Fundamental de 9 anos. Nesse contexto, proliferam ONG’s, escolas e creches “comunitárias” privadas, muitas das quais funcionando com dinheiro público – de fato, um tipo de privatização.

36 – O FUNDEB (Fundo do Ensino Básico) proposto pelo governo federal ampliaria, na verdade, a municipalização para o ensino médio e pré-escola, aprofundando a destruição do ensino, agregada à exclusão do financiamento da Educação Infantil e do Ensino Superior públicos, contrapondo a estes níveis ações como o Ensino Fundamental de 9 anos e a Reforma Universitária privatizante.

37 – Apesar de conter algumas alterações em relação ao FUNDEF, o FUNDEB mantém a mesma lógica de desresponsabilização do Estado e de redistribuição dos orçamentos miseráveis. Enquanto isto, o Governo Lula mantém todos os vetos ao financiamento da educação imposto por FHC no Plano Nacional de Educação (PNE).

38 – O SINPEEM, juntamente com a CNTE e suas entidades seccionais, deve exigir do governo Lula emergencialmente a revogação da EC 14/96, de modo a reverter esse processo nocivo de municipalização. Trata-se de uma medida urgente para resgatar o ensino da privatização. Os recursos para tanto existem desde que não sejam engolidos pela corrupção e pela dívida.

39 – Da mesma maneira, o Congresso do SINPEEM deve recusar o FUNDEB e exigir a derubada dos vetos ao financiamento do PNE.

40 – Por fim, é necessário reavivar a luta pelo ensino público e gratuito para todos, em particular lutando contra os dispositivos da LDB e da legislação conexas que permite o desvio das verbas públicas para o setor privado. Verbas públicas só para a escola pública.

DEFENDEMOS:

41 – Não ao FUNDEB, não à política de fundos de financiamento;

42 – Por um real financiamento, pela ampliação a 10% do PIB.

QUESTÃO FUNCIONAL/SALARIAL E PLANO DE LUTAS

PELA REVOGAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

43 – Os trabalhadores vêm enfrentando nos últimos anos grandes ataques com as reformas que aprofundam a retirada de direitos e penalizam a classe trabalhadora, como exige a política do FMI (o governo cumpre) de superávit fiscal, que significa economizar no gasto público para sobrar dinheiro para pagar a dívida externa

44 – A Reforma da Previdência representa o início da privatização das aposentadorias, acaba com a aposentadoria pública e solidária, acaba com a aposentadoria garantida pelo governo, com a paridade entre ativo e inativo, e com a aposentadoria integral. Só a mobilização dos trabalhadores pode revogar esta reforma exigida pelos banqueiros e especuladores financeiros internacionais.

45 – Somos contra os fundos de pensão porque jogar o dinheiro da aposentadoria no mercado financeiro tem causado prejuízos irreversíveis para a classe trabalhadora. Não faltam exemplos no Brasil e outros países onde os fundos já quebraram deixando milhões de trabalhadores sem receber.

46 – É preciso reverter esta situação dando continuidade à luta em defesa da Previdência Pública e Solidária e iniciando uma mobilização nacional pela revogação da Reforma da Previdência, dentro dos princípios e da palavra de ordem da CUT que é mais apropriada do que nunca: Direito não se reduz, se amplia!

47 – Aqui em São Paulo o governo Serra se valeu dessa reforma da previdência para aumen-

tar a alíquota do IPREM para 11% reduzindo nossos salários. Portanto podemos a partir de São Paulo propor uma mobilização de toda a classe trabalhadora pela revogação dessa reforma exigida pela FMI para beneficiar apenas os banqueiros, os gerenciadores dos fundos de pensão que hoje comprovadamente não irão garantir a aposentadoria de ninguém.

QUESTÃO SINDICAL

EM DEFESA DA CUT CONTRA ESSA REFORMA SINDICAL E A DIVISÃO/DESTRUIÇÃO

48 – O Congresso do SINPEEM está chamado a discutir a grave ameaça que paira sobre a Central. A proposta de Reforma Sindical encaminhada pelo Fórum Nacional do Trabalho, e apoiada pela maioria da direção da CUT, é uma afronta às posições históricas cutistas. Os principais pontos da Reforma são:

49 – Reforço da ingerência do Ministério do Trabalho (governo) sobre a organização sindical (critérios de representatividade, enquadramento sindical, resolução de conflitos, estatuto ditado pelo Ministério para sindicatos com “exclusividade de representação” etc.).

50 – O Imposto Sindical é substituído por uma Taxa Negocial (de até 13% do salário anual) compulsória (sem direito de oposição dos trabalhadores), que carrega recursos para a estrutura sindical, centrais e o Ministério do Trabalho.

51 – Abre a possibilidade de flexibilização dos direitos trabalhistas, na linha de que o “negociado prevaleça sobre o legislado” nas negociações entre as partes.

52 – Dá às instâncias superiores de negociação – centrais e confederações nacionais – a prerrogativa de decidir o que poderia ou não ser modificado nas inferiores, atacando a soberania das assembleias de base.

53 – Limita o Direito de Greve e o condiciona à manutenção de “serviços mínimos” que, quando não houver acordo entre as partes, caberia ao patrão o “direito de contratar os serviços necessários”, legalizando os “fura-greves”. Além disso, criminaliza o direito de greve, penalizando sindicatos.

54 – Nos estatutos de fundação da CUT, em seu artigo 4º, estão os seguintes princípios e Com-

promissos da CUT: defende que os trabalhadores se organizem com total independência frente ao Estado e autonomia em relação aos partidos políticos e que devem decidir livremente suas formas de organização, filiação e sustentação material. A CUT lutará pelos pressupostos consagrados nas convenções 87 e 151 da OIT no sentido de assegurar a definitiva liberdade sindical para os trabalhadores brasileiros. Superação da estrutura sindical corporativa vigente, desenvolvendo todos os esforços para a implantação da sua organização sindical baseada na liberdade e autonomia sindical.

55 – Estes princípios estariam sendo respeitados na reforma sindical enviado ao Congresso Nacional? Categoricamente, não!

56 – A CUT nasceu na linha de frente contra a unicidade e o imposto sindical que sustenta até hoje os pelegos. Como pode se submeter aos consensos do Fórum Nacional do Trabalho, com os patrões e a Força Sindical?

57 – Esta proposta de Reforma Sindical é inaceitável! Ela ataca as próprias bases sobre as quais a CUT se formou! A posição da maioria da direção certamente não pode ser confundida com a posição dos milhares de sindicalistas e trabalhadores que estão na base da CUT. Entretanto, desde que se iniciou o debate sobre a Reforma Sindical, há setores que, equiparando a maioria de sua direção com o conjunto da central, decretam que a CUT “não está mais em disputa” e jogam na divisão da central, criando Coordenações (Conlutas e Celutas) como “direções alternativas”, avançando em propostas de “desfiliação dos sindicatos da CUT”. Tais atitudes complementam a daqueles que, ao aceitar a Reforma Sindical, abrem a via para a integração da CUT ao aparelho de Estado. Ambas posições levam ao enfraquecimento e destruição da CUT como central sindical independente o que não podemos permitir. Tanto a “defesa da Reforma” por parte da maioria da direção da CUT quanto a “desfiliação-destruição da CUT” ajudam o governo a cumprir seu objetivo de aprovar a Reforma.

58 – Os setores que conceberam o “CONLUTAS” confundem e dividem a classe trabalhadora, chamam a destruir uma organização construída pelos trabalhadores num momento em que a nossa unidade é elemento fundamental para a superação das nossas dificuldades. A defesa da CUT contra a “reforma sindical” e dos princípios que

a conceberam e construíram o maior patrimônio político da classe trabalhadora brasileira com mais de 3.000 Entidades Sindicais, mais de 7 milhões de sócios e representando mais de 22 milhões de trabalhadores na base não é a defesa de uma sigla, mas a preservação da unidade da classe trabalhadora e do sindicalismo independente em nosso país.

59 – O lugar da maior e mais importante Central Sindical do Brasil e do mundo, se deve a uma trajetória marcada, a despeito dos percalços e contradições, pela luta independente dos trabalhadores, pelos compromissos fundamentais adotados desde a sua criação. É fiel a eles que a CUT deve continuar, para jogar plenamente o seu papel.

60 – Certamente a independência de classe, que marca a fundação e trajetória da CUT, não é um estado passivo. Ela deve ser reafirmada a cada momento da luta, a cada novo desafio enfrentado. Não podemos permitir que nossos percalços e contradições internas dêem margem para iniciativas divisionistas, como é o caso do CONLUTAS que nada mais é do que a tentativa de criar estruturas sindicais como uma segunda edição de partidos políticos. Isso leva à destruição da organização sindical unitária pois obrigaria cada trabalhador a “escolher” seu sindicato a partir de sua identificação com determinado partido político. Por trás da denúncia da direção da CUT, o que temos é, na verdade, uma campanha contra a própria CUT e suas bases constitutivas. Assim, com uma linguagem pretensamente “radical”, a “desfiliação da CUT” é um auxílio para a política do governo de destruir a independência das organizações sindicais construídas pelos trabalhadores.

61 – O SINPEEM é parte da CUT e tem um papel importante na defesa de suas bandeiras históricas, deve se posicionar pela Unidade da CUT contra essa Reforma e também contra a divisão da Central.

62 – É necessário recusar o falso dilema de ou aceitar as posições da maioria da diretoria da CUT ou então rachar a CUT. Nem acomodação, nem divisão!

63 – Para o setor público o ataque é mais profundo. Nossos sindicatos foram construídos com base na liberdade de organização sindical, sem contribuição obrigatória, construindo assim os sindicatos de acordo com a necessidade de cada categoria para lutar pelas reivindicações. Na primeira versão da reforma o artigo 2º colocava que as

disposições da Lei não se aplicava aos servidores, ou seja os servidores teriam uma legislação específica. Discussão essa que está em curso na Câmara Setorial do Fórum Nacional do Trabalho.

64 – Quanto mais se debate a reforma sindical com os trabalhadores mais se vê que essa reforma está longe de atender os nossos anseios. O debate que se estabeleceu até se chegar na 11ª PLENCUT se pôde perceber isso.

65 – A tramitação da reforma está em compasso de espera, por conta da crise estabelecida no governo por sua submissão à política de aplicação do superávit primário onde não sobra recursos algum para atender as reivindicações dos trabalhadores. E quem pode acreditar que podemos esperar alguma coisa positiva desse congresso desmoralizado pela corrupção?

DIANTE DESSE QUADRO PROPOMOS
QUE O SINPEEM:

66 – Seja contra essa reforma sindical

67 – Se dirigir à CUT para que faça o mesmo

68 – Combater para que as convenções 87, 151 da OIT sejam ratificadas pelo governo Lula, retomando assim os princípios de nossa central.

Assinam os Conselheiros:

Casa Verde, Cachoeirinha e Freguesia do Ó

Loide de Oliveira Araújo

Lapa, Perus e Pirituba

Alani stefAnia Widniczek

Lucilene de Araújo Braga

Campo Limpo e M Boi Mirim

Nelson Luiz Gimenes Galvão

Priscila Abbate Silveira

Tese Germinal - Oposição Operária

A CRISE SISTÊMICA DO CAPITAL

A) A CRISE GERAL

1 – A crise de 1973-75 pôs por terra todos os fatores antes favoráveis à expansão mundializada do capital. A partir desta crise, o mundo do capital experimentará um longo ciclo de tendência geral de queda em todos os seus indicadores econômicos e sociais: PIB mundial e de nações (da periferia e do centro), taxas de investimento e de lucro, níveis de utilização da capacidade produtiva instalada, produtividade, salários e rendas, emprego e assim por diante.

2 – Como a crise se propaga por todo o sistema capitalista mundial, ela se fez sistêmica e universal. Por outro lado, a crise, incorporando como norma de organização da produção e do trabalho a reestruturação produtiva e seu braço político, o neoliberalismo, sucateou milhões de empregos, de economias, de regiões, de nações e até de um continente inteiro (a África) e fez com que o potencial produtivo construído permanecesse sem poder ser mobilizado para a produção: a superprodução, agora também potencializada por um brutal desemprego e por uma nunca vista concentração de renda, ultrapassou sua própria escala de mercado. Uma vez esgotadas as possibilidades de novos ciclos duradouros da acumulação produtiva, o capital voltou-se para a esfera da acumulação financeira.

3 – Na esteira de uma acumulação produtiva nas mãos de um pequeno grupo de empresas imperialistas e de uma acumulação totalmente fictícia, esses segmentos do capital imperialista criaram novos produtos, quase todos "imateriais", à venda: pensões, aposentadorias, seguros e outros mais; criaram ou mobilizaram inúmeras novas ou não tão novas instituições financeiras capazes de dar espaço ao giro frenético da modalidade de acumulação especulativa que vicejava; quebraram todas as normas e regras até então existentes e de controle dessa modalidade de capital depredador. No rastro da crise, passaram a especular com ações, cada vez mais valorizadas artificialmente, e com títulos, lançados com sofreguidão por bancos centrais de países que se endividavam às expensas da própria crise de superprodução, num vórtice de verdadeiro furacão que só fez e só faz

crescer essas dívidas sem qualquer horizonte de resolução. Entupiram o mercado mundial com eurodólares, pouco mais tarde, também, com petrodólares, uns como meio de pagamento da dívida crescente da economia norte-americana, outros resultantes da alta dos preços do petróleo, dólares que, não podendo mais entrar no processo de produção e reprodução do capital industrial, foram maciçamente encaminhados para a brutal ciranda do capital fictício. Numa palavra, fizeram todos os demais segmentos de capitais se colocarem de joelhos diante de si e obrigaram ao mundo todo a girar em torno desta provável derradeira orgia do capital. E até criaram um nome para toda esta euforia esquizofrênica: globalização.

B) AS DUAS ORDENS DE DESREGULAMENTAÇÃO

4 – A partir daí, duas ordens de desregulamentação passaram a ser postas em prática: a produtiva e a financeira. A primeira, bancada pelo capital produtivo, com vistas a extrair, em grau máximo, a mais-valia, apoiada inclusive na extensão da jornada de trabalho e na intensificação do processo de trabalho. E isto se deu numa escala jamais ousada pelo próprio capital, contra todas as leis, normas e regras que, produtos das lutas dos trabalhadores, ainda tentavam garantir um mínimo de condições de existência e trabalho, como direito a férias, carteira assinada e outras mais, o que chamam com exagerado eufemismo, flexibilização. A segunda modalidade de desregulamentação, já descrita mais atrás, bancada pelo capital financeiro hoje de longe hegemônico no bloco do capital mundial, veio facilitar a vida do capital parasitário.

C) DEPRESSÃO E CRACK À VISTA

5 – E aí se criou um circuito curioso: a crise de superprodução em marcha alimenta a acumulação financeira e esta, numa via de retorno, alimenta a crise de superprodução. E as duas, de mãos dadas, reforçando-se mutuamente, caminham para um beco sem saída: uma depressão e um rosário de cracks financeiros, todos na mais perfeita ordem do dia, dos mais fortes aos mais fracos países capitalistas.

6 – Assim, por exemplo, as ações que são negociadas na Bolsa ou diretamente pelos Bancos e pelas demais instituições financeiras deveriam de ter o valor nelas indicado (valor de face). Da mesma forma, os títulos da dívida pública e os títulos da dívida privada, que os governos afiançam ou põem à venda nas diversas bolsas e nos diversos mercados financeiros nacionais e internacionais, também devem ter como base, para a remuneração desses papéis (durante o resgate, quando se dá a devolução do principal e dos juros que remuneram os empréstimos), valores reais garantidos pelas dotações orçamentárias e cambiais, pois, como convém lembrar, essas dotações orçamentárias governamentais têm origem na carga tributária que representa valor transferido do produtor assalariado e do consumidor aos cofres dos tesouros nacionais. Se não fosse assim, não faria sentido a política de ajuste fiscal, de contenção de gastos, de manutenção de elevados níveis dos chamados superávits primários e extremo arrocho, imposta pelo FMI aos governos de países endividados.

7 – O quadro do imperialismo neste início de milênio é, então, este: a acumulação produtiva encontra-se em encolhimento nas quatro últimas décadas; a acumulação financeira, ao contrário, encontra-se numa expansão tão acelerada como irracional. A autonomização da esfera financeira tende, num limite lógico, para um absoluto que não pode se permitir alcançar. Temos aí um dos maiores diabos que se põem a tecer os fios de uma crise não comparada à qualquer crise anterior. Mesmo a depressão dos anos 30, parece pilhéria.

8 – A análise e a perspectiva constituem um todo claro porque respaldado pela evidência dos fatos e pela lógica que neles está implícita. O edifício da acumulação produtiva já começou a rachar desde a crise dos anos 1973-75 e já faz mais de 30 anos que as fendas não fazem nada além de estalar. Já a outra torre (a torre gêmea), a da acumulação financeira, arredia a uma ligação umbilical que perigosamente recua e que só pode recuar, continua seu movimento, mas, como pode ser perfeitamente percebido, sob um cenário de erosão mais do que certo. As economias centrais, a dos EUA antes e acima de todas, podem não estar, agora, no centro do cenário temporal do grande processo que se avizinha, mas nem por isso deixam de estar no centro do processo econômico, político e social que de igual maneira se avizinha.

Os mecanismos de propagação da crise da esfera da produção já estão em curso desde muito tempo, enquanto que os da acumulação financeira começaram a explicitar-se nos cracks do México, dos “Tigres”, da Argentina e do quase-crack do Brasil. Tais indícios tendem inexoravelmente a multiplicar-se num crescendo que cercará, com aperto cada vez maior, as economias centrais, inclusive o maior bastião delas, a dos EUA.

9 – Dessa crise tendencial também faz parte a economia dos EUA, pois, como aconteceu outras vezes, circunstanciais retomadas de pouco fôlego, como a de agora, não têm força capaz de reverter o processo de crise em marcha, que ainda não atingiu o estágio de uma depressão, entendida como o ápice agudo de uma crise de superprodução. De outro lado, a acumulação financeira também se encontra em marcha e, como também já foi salientado mais atrás, já exibiu fortes sinais de fendas em alguns países do mundo. Mas também ainda não atingiu um conjunto de cracks sintonizados, como promete ser numa crise sistêmica e mundial, que envolve grandes nações do mundo capitalista. Segue, do exposto, que as duas culminâncias, a depressão e o crack, já estão em processo de gestação assaz adiantado.

A FALÁCIA DO GOVERNO LULA

10 – No governo do PT, as reformas já implementadas e as que estão em marcha, como não poderia deixar de ser, encontram-se dentro do escopo neoliberal. O neoliberalismo, no momento, é a única política implementável pelo capital visando a manutenção ou o crescimento da taxa de lucros. No Brasil, os lucros dos banqueiros nunca foram tão grandes. Os grandes bancos já ultrapassaram a casa dos R\$ 3 bilhões de lucro e os bancos médios estão na faixa de R\$ de 1,5 bi. A manutenção do superávit primário é um seguro para a banca nacional e internacional de que os juros e serviço da dívida continuarão sendo pagos, mesmo que para isto os gastos com saúde, educação, etc., tenham que ser diminuídos. O “capital político” do governo Lula foi consumido rapidamente com as reformas e as denúncias de corrupção que pululam. Uma reeleição que até poucos meses atrás parecia “favas contadas”, ansiada e desejada pelo capital financeiro nacional e internacional, complica-se, apanhado que foi, pela persistente crise estrutural que a ninguém poupa.

11 – Agora, diante destas circunstâncias e das reformas que o capital necessita fazer visando precarizar ainda mais as relações de trabalho (reforma trabalhista e sindical), bem como a reforma política para tentar diminuir o custo com a corrupção (vale lembrar que as denúncias de corrupção apenas mostram o lado do corrompido, sendo as empresas as corruptoras, que, principalmente em períodos de crise e concorrências acirrada, precisam usar de meios “heterodoxos” para “abrir caminho”), o apoio irrestrito do grande capital a um segundo mandato já não é tão seguro assim, pois, diante da “racionalidade” da lógica capitalista, há de se verificar o resultado da planilha de custos: as reformas ficam mais baratas com qual presidente de plantão? Na composição do custo deve ser levada em consideração quem tem mais possibilidade de conter a reação dos trabalhadores à supressão dos seus direitos e conquistas, com um custo menor, tanto financeiro quanto social, considerando-se o potencial nível de atrito e a necessidade de amenizar ao máximo o impacto sobre o metabolismo social do capital.

12 – É preciso dizer que para alguns parece inverossímil a necessidade de construirmos uma alternativa de organização à estrutura sindical, à CUT principalmente e porque não, ao PT. Muitos do que hoje tateiam em busca de alternativas de organização para a classe trabalhadora, estavam (e alguns ainda fazem parte da CUT, PT, etc) há bem pouco tempo dentro dessas organizações. A justificativa para tanto seria de que “não havia alternativa” e que “a política é a arte do possível”. Tais explicações, beiram à resignação, defendida sem crítica à regra do capital. Capital que se arvorava em justificar-se como sendo a “única alternativa” sustentável no “mundo real”. Qualquer “outra alternativa” está excluída a priori por ser impossível. Não seria isto o fim da história?

13 – O discurso de que “não há alternativa”, entretanto, não pode ser considerado como simples aberração pessoal, passível de correção por parte daqueles que defendem tal tipo de proposição. Antes, ao contrário, essa idéia origina-se do atual estágio do capitalismo, ou melhor, da sua crise global, sistêmica e estrutural, onde as margens de manobra objetivas estão cada vez mais reduzidas.

14 – A fase do capitalismo auto-reformador foi-se. Se não houver resistência para garantir os direitos e conquistas dos trabalhadores, serão arran-

cados, pois com a crise estrutural, o capital precisa subtrair, para recompor as taxas de lucro em queda e a classe-que-vive-do-trabalho terá que ser sacudida da sua antiga ilusão de estabelecer o “socialismo aos pouquinhos”.

DEFENDEMOS:

- 15 – Redução de jornada, sem redução de salário;
- 16 – Aumento real de salário;
- 17 – Concurso público;
- 18 – A deocracia operária dentro dos espaços organizativos dos trabalhadores;
- 19 – Desfiliação do SINPEEM da CUT;
- 20 – Lutar contra todas as medidas de retirada de direitos;
- 21 – Independência das organizações dos trabalhadores: fora os partidos burgueses;
- 22 – Pelo socialismo.

Assina esta tese: Jomar Souza

Alternativa de Base e Luta, Coletivo Socialista

Florestan Fernandes e Resistência e Luta

CONJUNTURA INTERNACIONAL

1 – O capitalismo mundial encontra-se em uma profunda crise e mostra a impotência para resolver as mais simples necessidades humanas.

2 – O imperialismo cria novos e aperfeiçoa velhos instrumentos de dominação em nível mundial, sob o comando dos EUA e seus aliados. A crise do sistema capitalista aprofunda a recessão econômica, inclusive nos EUA (principal pilar do neoliberalismo) e deixa mais de um bilhão de trabalhadores desempregados no planeta. Além de uma imensa população pobre, como a mídia mostrou para o mundo com a passagem do furacão Katrina pelo sul dos Estados Unidos. Foi uma punhalada no coração do império. Como se vê, os EUA não conseguem resolver nem os seus próprios problemas.

3 – Assim, como em outros momentos de recessão mais aguda do capital, os EUA realizam guerras contra todos que tenham reservas naturais estratégicas (petróleo, água, biodiversidade...) para o maior acúmulo de riquezas.

4 – Após a intervenção militar e econômica na Ásia Central, tendo como epicentro o Afeganistão, os Estados Unidos lançaram-se sobre o Iraque sustentando o argumento de que seria necessário capturar e destruir supostas armas químicas e "levar a liberdade ao povo iraquiano", encobrendo seus reais objetivos de obter o controle completo sobre o Golfo Pérsico e suas imensas jazidas petrolíferas. Sua aparente e bem sucedida intervenção militar passa a enfrentar tanto uma resistência guerrilheira, como um forte movimento de massa que tem trazido importantes derrotas políticas para os EUA e ampliado o seu desgaste.

5 – Na América, o governo estadunidense estabelece uma política ofensiva para preservar sua hegemonia com uma crescente militarização da região, com destaque para a proliferação de bases militares em vários pontos estratégicos, bem como, depositando todos seus esforços para a implantação da ALCA, projeto este, fundamental para se concretizar as intenções de anexação política, econômica, cultural e territorial dos países deste continente. Conseguiu autorização do governo para-

guarao para abrir mais uma base militar norte-americana, próxima a tríplice fronteira e ao aquífero guarani, uma das maiores reservas de água doce do planeta. Trabalha constantemente para desestabilizar os governos que não se afinam em seu conjunto com as imposições imperialistas, casos do governo cubano e venezuelano, além da recente intervenção política e militar no Haiti. O Plano Colômbia financiado pelos Estados Unidos é outra maneira de aniquilar todos os movimentos de resistência popular naquele país.

6 – Devemos, por outro lado, exigir do governo Lula o fim imediato das operações militares no Haiti, uma vez que entendemos que qualquer tropa que entrar naquele país com o apoio estadunidense será reconhecida como força de ocupação.

BANDEIRAS INTERNACIONAIS:

7 – Soberania nacional aos povos: iraquianos, palestinos, venezuelanos, haitianos, enfim, pela auto-determinação do povos;

8 – Retirada de todas as bases militares dos países controlados pelo imperialismo;

9 – Pela retirada imediata das tropas brasileiras do Haiti;

10 – Não à implantação da ALCA;

11 – Solidariedade com a revolução bolivariana da Venezuela, contra os golpes direitistas da burguesia;

CONJUNTURA NACIONAL

12 – O grave momento histórico em que vivemos exige dos movimentos sociais, dos sindicatos, partidos e organizações de esquerda, enfim de todos os lutadores, uma resposta de coragem e determinação. A crise estrutural vivida pelo capitalismo impõe um aprofundamento sem precedentes da exploração. A exploração cada vez maior das riquezas e devastação dos recursos naturais, bem como a intensificação do uso do Estado e da coisa pública como balcão de negócios, cria situações de verdadeira barbárie.

13 – As "soluções" apontadas pelo capitalismo nesse contexto visam aumentar ainda mais a

subordinação dos países periféricos, seja pela ocupação direta (como no Haiti e no Iraque) seja pela imposição de programas do FMI Banco Mundial. Políticas que aprofundam a miséria do povo, o desmonte da saúde e da educação pública, a falta de moradias, aumentando o abismo entre explorados e a violência.

14 – O Brasil, por seu lado, torna-se tão fiel aos interesses do capitalismo que até mesmo o FMI não vê necessidade de fiscalizar a aplicação de suas políticas. O governo Lula pagou em 2003 e 2004, 273 bilhões de reais só de juros, enquanto na reforma agrária foram aplicados menos de 1 bilhão de reais. O superávit primário de 7% do PIB e o avanço na implementação de uma segunda geração de reformas neoliberais, (por meio das Parcerias Público-Privadas (PPPs)) e das propostas como o déficit nominal zero e a criação de um órgão centralizador das arrecadações) vão na mesma direção: colocar todas as receitas da União a serviço do mercado financeiro.

15 – Para garantir tais políticas, os trabalhadores arcam com um altíssimo custo de vida, seja pelo arrocho salarial, pela informalidade ou, sobretudo, pelos altos índices de desemprego. Como vemos nos vetos ao aumento do salário mínimo e na manutenção da política de arrocho ao funcionalismo público.

16 – A quatro meses da explosão do escândalo do “mensalão”, já parece inacreditável que tudo tenha começado com a divulgação de um vídeo que mostrava uma propina de R\$ 3 mil nos Correios. Talvez tenham sido, para as elites, os R\$ 3 mil mais caros da História do Brasil. Se o festival de denúncias veiculadas pela CPI e pela mídia é novo, o que ele escancara é tão velho quanto a República: as espúrias e históricas relações de negócios das empresas nacionais e multinacionais com o Estado burguês brasileiro, assim como as relações “comerciais” entre todas as instituições da “sociedade política”.

17 – As denúncias, sacodem o Congresso de conjunto. Atingem duramente o PT e os partidos de direita, com figurões como o presidente dos tucanos, Eduardo Azeredo, e o ex-ministro de FHC, Roberto Brant, implicados nos esquemas de Marcos Valério, além de uma lista interminável de peixes pequenos do PL, PTB, PP, PMDB e até PDT. E chamusca o Judiciário, com os hábeas-corpus concedidos a Delúbio e Valério e agora a sentença que paralisa o processo

de cassação de seis deputados do PT.

18 – Diante dessa conjuntura adversa, a classe trabalhadora não pode assistir de forma passiva uma política econômica que nega seus direitos, nem a corrupção desavergonhada com o dinheiro das nossas estatais. Faz-se necessário construir uma plataforma de mudanças que atendam as reivindicações dos trabalhadores.

DEFENDEMOS:

19 – Cassação e cadeia para corruptos. Multas, prisão e confisco de bens para os corruptores!
20 – Acordão é golpe contra o povo! Investigação até o fim!

21 – Este Congresso não tem moral para votar nenhuma Revisão Constitucional.

22 – Imediata e rigorosa investigação de todas as empresas citadas na CPI como financiadoras de caixas de campanha, repasses a deputados, negócios ilícitos com o estado.

23 – Liquidação extrajudicial dos bancos-lavanderias. Investigação minuciosa no sistema financeiro!

24 – Fim do sigilo bancário dos partidos políticos, parlamentares e ocupantes de cargos executivos;

25 – Fim de todos os cargos de confiança por indicação de políticos na máquina federal e nas estatais. DAS e gerentes só de carreira! Eleição pelos trabalhadores dos gerentes médios, comissionados, gerentes executivos e diretores nas empresas estatais e na administração direta

26 – Revogabilidade imediata dos mandatos executivos e parlamentares, em casos de corrupção, com novas eleições para substituir os corruptos.

27 – Plebiscitos e consultas populares para decisão sobre emendas constitucionais, salário mínimo e Orçamento da União. Fim das emendas individuais ao Orçamento, que alimentam a corrupção de políticos e partidos!

28 – Abaixo o mensalão bilionário que o país paga aos bancos internacionais e ao FMI. Auditoria imediata na dívida externa, que o superávit primário seja canalizado para projetos sociais, educação, saúde, emprego e salários.

29 – Salário, emprego, terra, educação, saúde e seguridade social;

30 – Uma política econômica que beneficie os trabalhadores;

31 – Contra as reformas sindical, trabalhista e universitária.

CONJUNTURA ESTADUAL

32 – Tanto a prefeitura de São Paulo quanto o governo estadual, são atualmente governados pelo PSDB. No estado os tucanos já governam a 11 anos. Vejamos um pouco do que tem feito.

33 – Governo Alckmin/Chalita: Sucatear para Privatizar Através das Parcerias, do Voluntariado e da Flexibilização

34 – Os servidores públicos estaduais estão há mais dez anos trabalhando em condições precárias e com as carreiras destruídas. Essa é a situação dos funcionários públicos naquele que se converteu no principal laboratório da política dos tucanos no Brasil. Uma aplicação prática da cartilha neoliberal que no magistério foi concretizada com as salas superlotadas, a redução das aulas da área de humanas, o aumento da jornada sem aumento de salários, o sucateamento das escolas públicas e o desvio das verbas da educação para outras finalidades.

35 – O resultado dessa política tem se expressado em verdadeiros fracassos no que se refere à melhoria da aprendizagem dos alunos. O governo tenta usar artifícios para esconder os efeitos desse gigantesco desmonte e até procura alardear níveis educacionais semelhantes aos da Suíça, utilizando o marketing do secretário Chalita e sua consigna da “educação com afeto”, como receita de sua política educacional. Por traz do aparente bomocismo, o governo esconde a sua verdadeira intenção que é continuar desmontando a escola pública, de forma gradual, entregando o ensino fundamental para as prefeituras, ao mesmo tempo em que cria condições para avançar nas parcerias e no voluntariado.

SITUAÇÃO DA CATEGORIA É CADA VEZ MAIS PRECÁRIA

36 – As conseqüências dessa política para a categoria são as piores possíveis. Com os salários archochados os professores passaram a ter uma jornada de trabalho estafante. Grande parte da categoria trabalha hoje em duas ou três redes numa tentativa desesperada de manter o nível salarial de outras épocas.

37 – Somada a esta situação houve o aumento

da pressão por parte dos superiores hierárquicos que aumentam as exigências burocráticas e muitas vezes estabelecem uma relação de perseguição com quem não reza na cartilha. As teorias e as normas educacionais produzidas pela secretaria da educação responsabilizam os professores pelos fracassos da escola, preconizando a aplicação de mecanismos de mercado para obter a qualidade exigida, como a concessão do bônus de mérito, que divide os professores e praticamente exige um regime de servidão trabalhista. Desconsiderando que os fracassos educacionais são resultado da própria política estatal liberalizante. Esse quadro se agrava com as péssimas condições de trabalho, com ambiente impróprio para o exercício da prática pedagógica, salas superlotadas e com a violência que atinge grande parte das escolas.

38 – A combinação desses fatores: sucateamento, jornada estafante, pressão e violência, é responsável pelo agravamento dos problemas de saúde; afastando o professor da sala de aula, gerando o fenômeno da síndrome da desistência que foi chamada de síndrome de Bournout.

39 – As mobilizações são tratadas como caso de polícia. Professores grevistas foram demitidos a bem do serviço público e mais de quatro dezenas, estão submetidos a processos administrativos. O Secretário passou a adotar a prática da relação direta com os professores através de verdadeiros shows de mídia, para os quais professores, diretores e supervisores são convocados para servirem de plateia do secretário.

40 – Numa manipulação escandalosa, o governo anuncia propostas de concessão de benefícios aos professores através da imprensa. Assim, incorporação de gratificações são anunciadas como reajuste salarial, gratificação como aumento de salário.

41 – A evolução funcional foi regulamentada quase sem condições de ser aplicada, porém foi anunciada como uma grande concessão governamental, com o intuito de fazer marketing político para o tucanato.

DEFENDEMOS:

42 – Derrubada do veto dos 35 alunos por sala, rumo aos 25;

43 – Articular as entidades sindicais e o movimento social contra as políticas neoliberais do Go-

verno Alckimin e Serra;

44 – Realizar atos unificados entre o funcionalismo estadual e municipal no enfrentamento de políticas comuns da administração estadual e municipal que retirem direitos;

45 – Não a privatização e sucateamento do ensino, saúde, assistência, esporte, cultura, enfim, não a redução do papel do Estado na área social.

GOVERNO SERRA: A EXPERIÊNCIA NÃO FEZ A DIFERENÇA!

46 – Serra foi eleito na cidade de São Paulo com o discurso de que o problema da cidade não era de arrecadação, mas de competência e planejamento.

47 – O suposto espírito competente e planejador do Prefeito Serra, não se manifestou para tranquilizar os paulistanos que a saúde, e a educação vão melhorar. Todas as justificativas do governo, tem sido a monótona repetição da herança dos problemas deixados pelo governo anterior, a falta de verbas e a dívida de São Paulo com a União.

48 – Em poucos meses de governo, Serra promoveu o confisco de 6% dos salários dos servidores municipais, arrochou salários concedendo 0,1% de reajuste ao funcionalismo. Tenta retirar direitos assegurados na carreira do magistério e preparou o terreno para estabelecer políticas de bonificação em substituição aos salários.

49 – Editou portarias que dificultam os profissionais da educação de se afastarem da sala de aula, mesmo que seja para aprimorar a formação profissional, acabou com as licenças de curta duração, publicou decreto que regulamenta o pagamento da GDE penalizando os servidores utilizaram licenças de curta duração, instituiu uma planilha de ausências nas escolas e desencadeou uma campanha cujo conteúdo é o descompromisso dos servidores. Não negocia com os sindicatos, ouve as reivindicações e incorpora sugestões quando lhe convém.

50 – Encaminhou, em caráter de urgência, o Projeto de Lei 318/05 que privatiza a gestão do ensino municipal, da saúde, da cultura e do meio ambiente. Na exposição de motivos, do PL encaminhado à Câmara Municipal, argumenta: a gestão pública é ineficiente e incompetente e o funcionalismo possui muitos direitos.

51 – Na gestão Serra/Pinotti a educação está sendo sucateada, nas escolas faltam professores,

agentes escolares e materiais em geral. Os projetos Pós-Escola, Escola Promotora de Saúde e São Paulo é uma escola, tem como objetivo dar visibilidade a esta administração e usá-los nas próximas eleições como propaganda.

52 – Os grandes problemas estruturais da rede continuam sendo ignorados. O necessário debate sobre os ciclos, condições de ensino/aprendizagem, garantia de recursos humanos, redução do número de alunos por sala, materiais, espaço físico, manutenção dos equipamentos e a construção de um Pano Municipal de Educação democrático e participativo não acontece.

53 – Várias escolas estão sendo visitadas para definir os espaços de construção de novas salas visando a redução de turnos e a antecipação do ingresso das crianças com 6 anos na 1ª série.

54 – E outras tantas medidas estão em andamento. Nenhuma aponta no sentido de melhorar as condições de vida e trabalho do servidores e a qualidade do ensino municipal. Todas estas políticas não são estranhas aos educadores. Foram aplicadas na rede estadual pelos governos do PSDB. Não podemos permitir que Serra continue implementando com facilidade este projeto. A organização e mobilização dos educadores e da comunidade são as armas que devemos utilizar neste combate.

DEFENDEMOS:

55 – Nenhuma trégua ao governo Serra! Oposição às políticas do governo que retiram direitos e desmantelam rede municipal de ensino;

ENCAMINHAMENTOS: QUE O SINPEEM:

56 – Assuma publicamente a posição de oposição às políticas que estão sendo encaminhadas;

57 – Elabore materiais apontando as consequências para o ensino municipal às políticas em curso provocam para ser trabalhado com a comunidade;

58 – Organize e mobilize a categoria para resistir e avançar na defesa dos direitos e da educação pública;

59 – Tenho um papel ativo na articulação entre o movimento sindical e social contra as políticas do governo Serra.

EDUCACIONAL

60 – As primeiras medidas adotadas pelo Governo Serra para o funcionalismo e para a Educação Municipal demonstram claramente sua intenção de levar às últimas conseqüências, na cidade de São Paulo, a mesma política de FHC e Alckmin.

61 – Arrocho salarial, políticas de bônus, municipalização, restrição de direitos, terceirizações, enxugamento de quadros, aumento de contribuições, ausência de negociações com os sindicatos são políticas que já estão em curso. O documento da SME para debate na rede municipal de educação, o envio do Projeto que aumenta a contribuição dos servidores para o IPREM, “as reformas/reedição” de portarias que regulamentam o funcionamento da rede, a condução do processo de negociação com as entidades sindicais, a suspensão da chamada de concursados, a ampliação da terceirização das cozinhas são políticas já adotadas.

62 – Não são poucas e nem pequenas as conquistas que estão na mira do governo e tampouco é pequena a sua disposição de igualar as condições de trabalho e direitos dos educadores municipais com os da rede estadual.

63 – No quadro desolador que se encontram as unidades escolares a resposta não pode ser a “falta de dinheiro ou estamos estudando”, como vem ocorrendo. Educação é prioridade!

DEFENDEMOS:

64 – Um Plano Municipal de Educação elaborado pelos educadores, sindicatos, estudantes, sociedade civil e poder público;

65 – Contra a privatização da educação e dos demais serviços públicos;

66 – Módulo completo de profissionais em todas as unidades;

67 – Garantia do direito à formação fora e no local de trabalho a todos os profissionais da educação.

EDUCAÇÃO INFANTIL:

68 – Contra a ampliação dos convênios;

69 – Ampliação da rede direta de CEIs;

70 – Combate ao projeto ‘Mãe-Crecheira’;

71 – Redução do número de alunos por sala nas EMEIS;

72 – Universalização do atendimento à educação infantil.

ENSINO FUNDAMENTAL:

73 – Contra o ensino fundamental de 9 anos;

74 – Revogação da portaria que inviabiliza o funcionamento da sala de leitura e dos laboratórios de informática nas escolas e transforma os POEs e POSLs em professores eventuais;

75 – Manutenção das salas de EJA nas unidades. Contra as escolas-pólo, que dificultam o acesso e permanência de jovens e adultos, provoca excedentes e desorganiza as jornadas dos professores;

76 – Ampliação do número de salas nas unidades somente com projetos que considerem a necessidade de áreas livres e aumento de funcionários;

77 – Debate sobre currículo, ciclos e avaliação;

78 – Redução do número de alunos por sala;

79 – Aplicação da Lei 10.639/02 que institui no currículo a História e cultura africana.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: FUNDEF X FUNDEB

80 – A promulgação da Emenda Constitucional n. 14 e a sanção de sua regulamentação - a lei 9.424, de 24/12/96 estabeleceu a municipalização do Ensino Fundamental como regra geral no Brasil, instituindo no “âmbito de cada estado e do Distrito Federal os chamados “Fundos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério”

81 – O FUNDEF, considerado pelo governo FHC como exemplo inovador da política social que, nos termos de documento do MEC, “articula os três níveis de Governo, incentiva a participação da sociedade na fiscalização dos recursos e define prioridades para que sejam atingidos os objetivos estratégicos de: promover a justiça social, promover uma política nacional de equidade, promover a melhoria de qualidade da educação e a valorização do magistério público”, não passou de uma estratégia para transferir aos Municípios, responsabilidades até então da União e dos Estados, e manter, ao custo mais baixo que for tolerável para as crianças pobres, e só para elas, uma escola pobre. Nunca o Governo Federal gastou tão pouco no ensino fundamental.

82 – O FUNDEB, Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, apresentado como Projeto de Lei em meados de 2001, pelo PT, e incorporado no Plano de Governo dos Partidos da Coligação que elegeu Lula, como solução definitiva e radical, quase mágica para garantir “igualdade de oportunidades” a todos os estudantes brasileiros apresenta também vícios de origem que o colocam numa plataforma de fantasia educacional.

83 – O governo ao propor a vinculação ao FUNDEB de 100% dos da educação, limita ou impede qualquer autonomia municipal ou estadual para definir seus rumos.

84 – Pretende-se com o FUNDEB resolver questões de ordem quantitativa e qualitativa de toda a Educação Básica no Brasil, argumentando-se que a vinculação total dos recursos seria a melhor alternativa para viabilizar a escola de qualidade para todos, em toda a Educação Básica. É evidente que esta é uma simplificação grosseira da questão da igualdade e equidade educacional, pois, num passo de mágica teríamos estabelecido por decreto a suspensão da República Federativa, das responsabilidades específicas dos entes públicos e das especificidades regionais e locais. Pretende-se, repetindo a História e a fase do nacional-desenvolvimentismo, fazer da Educação o mote exclusivo “da revolução” a ser desencadeada no País, e não um dos direitos sociais que, a partir de um Projeto mais global, gere um desenvolvimento pessoal e de nação.

85 – Mas, o que entendemos mais grave ainda, é que em um momento de afirmação da Educação Infantil de zero a três anos, enquanto parte efetiva do processo educacional como um todo, ser excluído do FUNDEB. É inaceitável.

86 – Acreditamos que a partir de planos municipais e estaduais de Educação, elaborados com a participação da comunidade escolar, entidades e a população em geral, poderemos ter boas propostas de políticas educacionais que melhor possa atender aos interesses de todos que estão envolvidos nesse processo e que defendem uma educação pública de qualidade.

87 – Entendemos que a elaboração de um Plano de Educação pela sociedade, onde se possa definir um percentual do PIB que atenda aos interesses da maioria da população brasileira possa ser o caminho para chegarmos a uma educação pública gratuita, e de boa qualidade. PARA ISSO,

NÃO PRECISAMOS FINANCIAR A EDUCAÇÃO ATRAVÉS DE ‘FUNDOS’.

DEFENDEMOS:

88 – Retorno dos 30% para manutenção e desenvolvimento do ensino;

89 – Ampliação dos recursos para a educação pública;

90 – Contra o FUNDEB porque prioriza o ensino médio, exclui a educação infantil de 0 a 3 anos e não aumenta as verbas para a educação;

91 – Contra as políticas de fundos para o financiamento da educação;

92 – Controle dos gastos da verba da educação pela sociedade.

INCLUSÃO E O ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

93 – Desde o congresso de 2004 aprovamos a proposta de implementação em todas as Escolas da rede, atividades sobre o ECA (estatuto da criança e adolescente) com atividades diversificadas como palestras, oficinas, debates, tendo como objetivo aumentar a auto-estima, a confiança e a sua capacidade de integração com a sociedade das crianças e adolescentes em situação de risco.

94 – Podemos concluir que falta na administração Serra a elaboração de uma política para a questão da criança e adolescente e para outras temas sociais relevantes como: a questão da inclusão; combate aos efeitos da violência; preconceito e discriminação racial; inclusão de portadores de necessidades especiais e crianças e famílias em situação de risco.

95 – Vejam alguns pontos de avaliação da atividade realizada pela administração municipal em conjunto com os conselho tutelares e CEDECA na VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:

PONTOS POSITIVOS:

96 – As unidades escolares terem participado, mesmo que a revelia da maioria das Coordenadorias de ensino que não divulgaram ou estimularam a participação;

97 – A possibilidade de trocas de experiências entre jovens e adultos (diferentes segmentos);

98 – A possibilidade de denuncia do contexto

municipal (educação, saúde, etc.);

99 – Articulação das moções de repúdio como à falta de divulgação do evento; à ausência de afrodescendentes, asiáticos, indígenas e do gênero masculino na capa e contracapa do ECA, distribuído pelo CMDCA/05; à utilização dos uniformes escolares como propaganda, tornando os educandos outdoors ambulantes;

100 – Construção da participação paritária (jovens e adultos) na CONFERÊNCIA ESTADUAL DCA (foi alterado o regimento);

101 – Visibilidade dos jovens, das crianças (no palco, após a abertura solene, cobrando das autoridades a coerência e a participação do começo ao fim: não valia ficarem só na abertura!

PONTOS NEGATIVOS:

102 – Desorganização (pauta, horário, composição da mesa, metodologia, apresentações culturais e organização da alimentação as crianças e adolescentes);

103 – Falta de divulgação do evento em geral ocasionando a baixa participação dos professores e alunos da rede municipal;

104 – Ausência de discussão política, de debates após as palestras;

105 – Desinformação de alguns oficinairos, no tocante ao conteúdo desta Conferência.

DEFENDEMOS:

106 – Apresentação de propostas da administração para o tratamento das questões assistenciais sem assistencialismo ou abandono.

107 – Elaboração de políticas de inclusão e combate ao racismo e a exclusão social;

108 – Elaboração de uma proposta que integre as áreas sociais como educação e saúde para o combate aos efeitos da violência social;

109 – Proposta de inclusão de crianças com necessidades especiais.

FUNÇÕES DE POIE E OSL

110 – Discordamos da Portaria 2870/05 porque dá um tratamento às funções de POSL e POIE que impedirá o seu funcionamento regular nas unidades educacionais, a falta de professores ocorre em todas as escolas pelo não preenchimento do módulo de professores adjuntos eventuais.

111 – Além disso, SME concebe estas funções como secundárias e não como parte integrante e necessária para o desenvolvimento do projeto pedagógico da escola. A sala de leitura é uma atividade docente e muito importante para os alunos da rede pública que não têm outras oportunidades de acesso à leitura orientada por um profissional da educação.

112 – Na administração passada, muitos cursos de formação de professores foram direcionados para a necessidade de investir na alfabetização e letramento, onde a sala de leitura e a informática foram fundamentais. O atual secretário ratifica a necessidade deste investimento quando afirma que o maior problema da educação é que os alunos do ensino fundamental não estão aprendendo. Será que esta portaria, ao precarizar estes recursos, ajuda o secretário a enfrentar o desafio de melhorar a qualidade do ensino na rede pública municipal?

113 – O POIE, também uma atividade docente, tem como finalidade orientar professores e alunos a utilizarem a informática pedagogicamente e como recurso de aprendizagem.

114 – No nosso entendimento é inadmissível a regulamentação da falta estrutural de professores, precarizando um atendimento que foi uma conquista para os alunos e professores da rede pública municipal. Todas as EMEFs estão com equipamentos de informática de última geração e não podem ficar em desuso a espera de se transformar em bens inservíveis.

115 – Discordamos também desta concepção tão restritiva, onde só a sala de aula é considerado como espaço de aprendizagem.

DEFENDEMOS:

116 – Revogação desta portaria e o preenchimento dos módulos de professores adjuntos em todas as unidades escolares.

SINDICAL

INTRODUÇÃO

117 – A crise política do país tem reflexos no movimento sindical e no SINPEEM. Podemos afirmar que, vivemos hoje uma crise de representação e que não estamos imunes ao seu contágio. Fato que pode ser observado pelo absenteísmo nas

ultimas eleições onde mais de 15.000 sócios não foram votar. Situação paradoxal já que o sindicato cresceu muito nos últimos anos.

118 – Outro elemento importante de análise para elaborar propostas e políticas para o sindicato é a concepção de sindicato que muitos dos nossos associados verbalizam e/ou demonstram com suas ações. Concebem o sindicato como um escritório de advocacia para onde encaminham seus problemas e aguardam uma solução, inclusive, quando o problema não é a aplicação indevida da legislação e sim uma questão política que demanda a participação, organização e mobilização da categoria. É freqüente a pergunta: o que o sindicato vai fazer por nós?

119 – Podemos destacar ainda o atrelamento que muitas direções majoritárias tem feito aos governos, vide o caso da direção da CUT. Colocando a autonomia e a independência da classe trabalhadora em cheque frente aos governos.

120 – Por outro lado a participação da categoria nos atos, manifestação e a adesão á greve em 2004 e 2005 cresceu. No dia 2 de junho “um mar de gente” (FSP) estava no ato realizado na Sec. de Gestão Municipal. A política e a estrutura do sindicato tem que considerar estes elementos e investir para que a participação ativa da categoria no dia a dia do sindicato continue crescendo e que a concepção de sindicato escritório desapareça.

121 – Para atingir este objetivo, entendemos que é necessário investir na formação política da categoria, descentralizar e democratizar o SINPEEM.

122 – Nossas políticas e propostas de organização são elaboradas com a concepção de fortalecer um Sinpeem de luta, democrático, independente, participativo, que priorize a mobilização. Negociação vitoriosa só ocorre com a categoria organizada. Um sindicato onde a construção da unidade não significa eliminar diferenças, mas esforço de debate para construção conjunta para que 100% da categoria possa encaminhar suas decisões.

DESCENTRALIZAÇÃO

SUBSEDES E ORGANIZAÇÃO REGIONAL

123 – Estamos convencidos de que o modelo de organização de nosso sindicato passa há muito

por um processo de esgotamento, A centralização política e física do sindicato não comporta a dimensão numérica de seus filiados nem em sua diversidade regional e as contribuições políticas

124 – A cidade de São Paulo é maior que muitos países e mais complexo também. Em congressos anteriores foram aprovadas abertura das sub-sedes da zona Oeste e Zona Norte que não saíram do papel, não por falta de empenho dos conselheiros e diretores das regiões, mas por falta de vontade política da direção majoritária.

PROPOMOS:

125 – Apoio aos conselheiros para que possam visitar as escolas, tendo como base as sub-sedes;

126 – Abertura de páginas da internet por coordenaria, por região para trocar de informações, mais rápido e de acordo com a realidade local;

127 – Fortalecimento dos conselheiros na organização regional e dos representantes sindicais (RE) no local de trabalho;

128 – Funcionários capacitados para atender os sócios mais próximos de sua residência;

129 – Defendemos a criação de 10 sub-sedes com estrutura adequada às nossas necessidades: norte (1) leste (3) sul (2) centro (2) e oeste (2).

130 – Sub-sedes equipadas com computadores, Internet, xerox;

131 – Atendimento funcional, jurídico e político nas sub-sedes;

132 – Apoio aos conselheiros para que possam visitar as escolas, tendo como base as sub-sedes;

133 – Abertura de páginas da internet por coordenaria, por região para trocar de informações, mais rápido e de acordo com a realidade local;

134 – Fortalecimento dos conselheiros na organização regional e dos representantes sindicais (RE) no local de trabalho;

135 – Definir as atribuições das sub-sedes para que o trabalho nela executado esteja articulado com a sede central:

SEDE

136 – No jornal deve ter uma página para as sub-sedes;

137 – Boletim geral para reunião de Res;

138 – Plano de formação geral

139 – Organização das regionais;
140 – Garantirá infra-estrutura nas regionais;
141 – Garantirá verbas para despesas correntes, como locomoção para visita nas escolas entre outras.

SUBSEDES

142 – Plano de visita nas escolas da região;
143 – boletins regionais;
144 – Curso de Formação para REs e Conselheiros
145 – Campanhas
146 – Plantão de atendimento individualizado
147 – Acompanhar as atividades nas subprefeituras

DEMOCRATIZAÇÃO

148 – Para permitir participação ativa da categoria, o SINPEEM precisa adotar políticas que ampliem a democracia desde a composição e o funcionamento da diretoria até a organização das Res.

149 – No Congresso de 2001 alteramos o estatuto do sindicato e a diretoria passou a ser composta pelo critério da proporcionalidade.

150 – A diretoria que atuou no triênio 2002/2005 foi composta por este critério e avaliamos que as diferenças não comprometeram seu funcionamento, pelo contrário, a potencializou, pois permitiu que a diretoria pudesse pensar políticas considerando as diversas opiniões e defendê-las unitariamente. Realizamos inúmeras atividades com participação expressiva da categoria, impedimos retirada de direitos no Governo Marta e ampliamos a participação e importância do SINPEEM nas questões gerais.

151 – Tivemos uma diferença política importante no encaminhamento da data base de 2005, nas negociações e na organização da luta contra a reforma da previdência do governo José Serra e no combate aos ataques do governo á nossa carreira e organização da rede municipal.

152 – A diferença política do ultimo período tem servido de pano de fundo para por fim a este mecanismo de democratização da gestão do sindicato, contraditando com a nossa defesa histórica da gestão da escola através dos conselhos proporcionais e paritários. O problema que vivemos hoje, não se localiza na forma de composição da

diretoria mas sobre que política devemos adotar para barrar Serra.

DEFENDEMOS:

153 – Manutenção da proporcionalidade direta e qualificada para compor a diretoria do sindicato;

154 – Criar mecanismos democráticos de acompanhamento das finanças do SINPEEM, com balanço mensal dos gastos publicado no Jornal do SINPEEM, participação aberta aos filiados, além do Conselho Fiscal;

155 – Realizar um Seminário Finanças do SINPEEM para elaboração de uma proposta.

156 – Auditoria na contabilidade do SINPEEM ao final de cada gestão por empresa idônea e especializada;

157 – Imprensa democrática, que além de informar expresse a pluralidade de opiniões trazendo contribuições para o debate;

CONSELHO FISCAL

158 – O atual conselho fiscal, não realizou reuniões permanentes, tendo se reunido apenas duas vezes durante toda a gestão. Não foram apresentados balancetes deste período, a Assembléia de prestação de contas da gestão 2002/2005 foi encerrada sem que os participantes pudessem apresentar pedidos de esclarecimentos sobre as contas do Sinpeem. Este quadro não pode permanecer dessa forma, a contabilidade do sindicato deve ser transparente a todos os seus associados:

DEFENDEMOS:

159 – Publicação mensal dos balancetes ;

160 – Reuniões mensais do Conselho Fiscal;

161 – Eleição democrática dos conselheiros fiscais da próxima gestão, garantindo a pluralidade na representação;

162 – Devolução ao Sinpeem dos repasses a COOPERPEEM, com a correção financeira devida;

163 – Prestação de contas das atividades do sindicato e do Ibiúna Park Hotel.

CAMPANHA SALARIAL 2005

FIM DO MOVIMENTO FACILITOU ATA QUE DE SERRA

164 – Os resultados das negociações revelaram que estávamos corretos quando defendemos na assembleia do dia 02/06/05 a continuidade do nosso movimento. O informe da proposta apresentada pelo governo e a condução truculenta da assembleia impediram o debate e criaram a ilusão de que o calendário de negociações era suficiente.

APÓS AS “NEGOCIAÇÕES”, VEMOS O RESULTADO:

165 – O reajuste salarial continuou sendo o simbólico 0,1%;

166 – A licença médica de curta duração se restringiu a duas por ano e, no máximo, por 3 dias;

167 – A regulamentação da previdência apresentada pelo governo, se aprovada, acabará com as incorporações integrais na aposentadoria;

168 – A lista dos profissionais do Quadro de Apoio com direito a evolução funcional não considerou o tempo em comissão previsto na legislação, prejudicando mais de 2000 funcionários;

169 – A proposta de regulamentação da promoção por merecimento apresentada pelo governo transforma este direito numa ficção, dada a impossibilidade de cumprimento das exigências previstas.

170 – Já naquele momento a única conquista obtida foi o pagamento de R\$ 247,50 da GDE e o holerite impresso.

171 – Mas os motivos da nossa greve eram: aumento de salário, impedir o confisco de 6% e a retirada de direitos da carreira, e combater a política educacional do governo Serra que precariza ainda mais as condições de trabalho nas escolas e responsabiliza os profissionais de educação, alegando que o principal problema é a inassiduidade.

172 – Em toda a história dos profissionais de educação esta é a primeira vez que estamos tendo redução nominal de salário e perda de direitos de carreira.

173 – A conclusão é clara: durante o processo de negociação temos sempre que nos manter mobilizados e a tradição do Sinpeem sempre foi de luta. Nunca tivemos medo de enfrentar todos os

governos que ameaçaram retirar nossos direitos e não será no governo Serra que conseguirão nos calar.

174 – Para nós, a direção tem a responsabilidade de alertar e organizar os profissionais de educação para ampliar e assegurar seus direitos e não induzir à acomodação.

DEFENDEMOS: (PAUTA DE REIVINDICAÇÕES 2005)

175 – manutenção e incorporação das jornadas;
176 – manutenção das incorporações de cargos e funções;

177 – bônus previdenciário para todos os que têm direito;

178 – revogação do decreto da GDE;

179 – piso de três salários mínimos;

180 – redução da jornada do Quadro de Apoio sem redução de salários;

181 – aplicação correta da evolução funcional do Quadro de Apoio;

182 – contagem do tempo de ADI para todos os efeitos no cargo de PDI;

183 – manutenção do terceiro estágio e não-utilização das Emeis para o atendimento a crianças de 6 anos na 1ª série do ensino fundamental;

184 – redução do número de alunos por sala de aula;

185 – manutenção das salas de leituras e dos POSLs e POIEs;

186 – convocação imediata dos professores aprovados para o ensino fundamental I;

187 – direito aos readaptados.

FUNCIONAL

188 – O debate sobre direitos funcionais, especialmente neste governo, deve ocorrer paralelamente ao debate sobre a organização do ensino e das escolas e dos direitos assegurados em Lei.

EM DEFESA DA CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

189 – Considerando que o Governo Serra vem adotando políticas que desmontam a Lei 11.434/94 - Estatuto dos Profissionais da educação, a defesa da carreira e os encaminhamentos que adotaremos para sua defesa deve ser a prioridade deste Congresso.

190 – Em primeiro lugar se faz necessário estarmos, todos, convictos de que defender nossa carreira não é defender privilégios, mas condições de trabalho necessárias e imprescindíveis para uma educação de qualidade.

191 – Em segundo lugar que o governo vem atacando nossos direitos de maneira parcelada alegando: a necessidade de garantir e melhorar a educação municipal, a implantação de novos projetos que poderão se constituir em melhoria da qualidade do ensino, atendimento á demanda e cumprimento de dispositivos Constitucionais.

192 – O primeiro ataque ocorre nas jornadas docentes e nas incorporações para a aposentadoria, na regulação da Lei 13.937/05, onde a JEI e JEA são consideradas como parcelas remuneratórias em decorrência do local de trabalho. Descaracterizar a JEI e JEA como jornada de trabalho provoca alterações que vão muito além da incorporação pela média ou integral. Mexe no calculo de benefícios e no direito de ingresso nestas jornadas.

193 – No momento em que elaboramos este texto já há fortes indícios que os professoras(es), com acúmulo de cargos, que trabalham nas EMELs dos CEUs poderão ter dificuldades em ingressar na JEI.

DEFENDEMOS:

194 – Defendemos a manutenção de todos os nossos direitos previstos na Lei 11.434/93 porque a EC 20 e a EC 41 garantiram a integralidade dos proventos dos servidores públicos, na forma da lei.

195 – As três jornadas como do cargo de professor e pagas como padrões de vencimento. O ingresso nas jornadas especiais é decorrente da opção do professor e da existência de aulas disponíveis, e não do local de trabalho. Se o governo impuser sua interpretação de que a JB é a jornada do cargo, isto refletirá no cálculo dos quinquênios e sexta parte, reduzindo ainda mais nossos salários.

196 – Os cargos em comissão de assistente de direção e secretários de escola são remunerados pelo padrão da jornada básica de 40 horas, portanto, não constituem parcela remuneratória em função do exercício de cargo comissão. Embora seja discriminado no holerite como diferença pelo exercício de outro cargo, não é o que está estabelecido em lei.

197 – Manutenção das funções de POIs, auxiliares de direção e POSLs, bem como, o desenvolvimento das atividades destas funções no horário regular de aulas.

AÇÃO DOS 81%

198 – Diante do arrocho salarial que estamos vivendo a reivindicação do restabelecimento da isonomia salarial com os colegas que estão ganharam na justiça a ação dos 81% aumenta a cada dia.

199 – O SINPEEM realizou seminários e votou em congressos anteriores que o caminho para o restabelecimento da isonomia salarial era político e administrativo.

200 – O Governo Marta tentou “ restabelecer a isonomia” retirando aos poucos o direito de quem venceu a ação, contrariando, obviamente nossos interesses.

201 – Hoje presenciamos uma situação complexa, alguns recebem o reajuste, outros tiveram ganho de causa mas não recebem porque mudaram de CL (mudança de cargo por ingresso), servidores do quadro de apoio tiveram o ganho judicial absorvido com a elevação do piso mínimo e todos os educadores que ingressaram na PMSP após 1994 sequer ingressaram com as ações.

202 – Na campanha eleitoral para a diretoria do SINPEEM para o triênio 2005/2008, a chapa composta pela maioria da ultima diretoria prometeu em várias escolas que encaminharia ações para aqueles que não eram servidores municipais em 1994. Pedimos informações e em conversa informal com advogados verificamos que de fato pode ser possível encaminhar as ações.

203 – Considerando que o reajuste deste ano foi de 0,1%; que sofremos uma redução de 6% nos salários; que este procedimento resolveria, inclusive, o problema dos servidores que mudaram de CL, nada mais justo que o sindicato encaminhe imediatamente estas ações.

DEFENDEMOS:

204 – Encaminhamento imediato de ações judiciais para todos os associados do SINPEEM que ingressaram na PMSP após janeiro de 1994 e para os que não estão recebendo o reajuste devido alterações na situação funcional.

PELA PROMOÇÃO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

205 – Um dos ataques do governo foi à retirada do direito às licenças de curta duração afirmando que há abuso dos servidores quanto a esse direito e vinculou o pagamento da GDE a frequência do servidor a unidade de trabalho. Houve um recuo da categoria na utilização das licenças de curta duração.

206 – Os salários cada vez mais arrojados levam o servidor a não ter qualidade de vida e a ampliar sua jornada de trabalho. Além disso, a falta generalizada de funcionários acarreta uma sobrecarga de trabalho e a consequência imediata é a doença. A descentralização da autorização para as licenças médicas foi consequência da falta de médicos no Departamento de Saúde do Servidor, que não consegue atender sequer a demanda dos exames médicos admissionais.

207 – Mostramos dados sobre o número de readaptações de servidores, as unidades possuem em média de 5 a 8 trabalhadores readaptados. São números alarmantes. Restringir o tratamento ou obrigar o funcionário a trabalhar doente gera problemas crônicos e conseqüentemente, readaptações definitivas. Precisamos avançar no debate sobre a promoção da saúde do trabalhador e não

punir aqueles que ficam doentes.

208 – Observem as tabelas abaixo apresentadas pelo DESAT em 2003, são números relativos a readaptações. As readaptações ocorrem quando o servidor não realiza tratamento médico ou se submete ao trabalho em condições inadequadas. As readaptações são de natureza estrutural, não podendo ser portanto trabalhada com o viés de mídia que o governo deu as licenças de curta duração. Por isso, apresentamos alguns dados sobre os quais precisamos refletir.

READAPTAÇÕES POR CARGO %

209 – Professores Titulares	
Educação Infantil e PDI/ADI	5,3%
Fundamental I	4,5%
Fundamental II	4,5%
210 – Especialistas	
Coordenador Pedagógico	0,71%
Diretor de Escola	0,13%
Supervisores	0%

211 – TIPOS DE RESTRIÇÃO DE FUNÇÃO

	Magistério Geral	Professores	Quadro de Apoio	Outros
A- Voz	16.88%	27.84%	0%	0%
B - Pernas e braços	38.74%	19,97%	68,47%	38,46%
C - Psiquiatria	22,07%	30,37%	8,56%	34,62%
D - Coluna	6,1%	3,35%	10,08%	19,23%
E- Alergia a produtos químicos	5,27%	4,10%	7,15%	3,89%
OUTROS	10,95%	14,36%	5,74%	3,85%

212 – Observando as tabelas acima, verificamos claramente alterações nos tipos de readaptação conforme a função do servidor. Constata-se que não há abuso como diz a prefeitura e sim problemas reais.

213 – A solução esta relacionada às formas de prevenção e a melhoria das condições de traba-

lho. Vejam alguns dos problemas aos quais estamos submetidos.

214 – jornadas extensas – dupla jornada de trabalho do professor(a), agentes escolares com subempregos;

215 – número excessivo de alunos na escola ocasionando o trabalho estressando para o

professor(a) e uma sobrecarga para os agentes escolares na limpeza e na alimentação servida;

216 – estrutura de prédios e equipamentos inadequados e antigos – obrigando o funcionário a se adequar à estrutura e este improvisado acaba adoecendo o trabalhador;

217 – riscos como biológicos, ruídos, químicos, ergonômicos, iluminação inadequada, gases e falta de condições térmicas (escola de latinhas);

218 – insegurança – a violência é uma realidade cotidiana nas nossas escolas, alunos, professores e equipe técnica sofrem um desgaste diário.

POR QUE A IMPLANTAÇÃO DAS CIPAs É ESTRATÉGICO

219 – Após quatro anos de publicação da lei de nº13.174/01 que torna obrigatória a criação das CIPAs por unidade de trabalho na rede municipal. Não foi criada uma política de saúde permanente pela administração municipal ou pelo Sinpeem de denúncia quanto a esta inoperância. Uma política capaz de modificar, formar, orientar e construir propostas capazes de enfrentar o debate sobre a melhoria das condições de trabalho.

220 – No nosso entendimento, a constituição das cipas em nossas unidades de trabalho pode transformar-se em importante instrumento de potencialização das reivindicações por melhores condições de trabalho. Os mapas de risco construídos pelos cipeiros nos permitem informações que garantam articular causa e efeito (nexo causal) e portanto o reconhecimento das doenças ocupacionais.

221 – O forte processo de desmoralização que estamos enfrentando, ministrado pelo governo sera com relação às doenças dos servidores com uso da grande imprensa, merece resposta consistente do Sinpeem. O governo tem fabricado dados a respeito das licenças de curta duração e ganhado a opinião publica, isto tem servido como justificativa para a retirada do direito iniciada com a licença de curta duração e com certeza servirá para retirada de outros direitos que tratam de nossa assiduidade e jornada de trabalho.

222 – O governo avança ganhando terreno na construção de políticas de bonificação que acenam pressões no local de trabalho e dão as relações de trabalho um caráter de assedio moral. Colocando trabalhador para fiscalizar a frequência do outro, por exemplo.

DEFENDEMOS:

223 – Sinpeem deve destinar recursos para enfrentamento de política que atacam nossos direitos e defender nossa identidade profissional;

224 – Que o governo apresente uma política de promoção à saúde dos trabalhadores em educação debatida com as entidades sindicais;

225 – Aplicação da lei 13.174/01 e portaria SGP 374/02 que institui as Cipas (comissão de prevenção de acidentes) em todas as unidades escolares com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e prevenir acidentes e doenças profissionais;

226 – Que o Sinpeem realize a campanha aprovada no congresso anterior por melhores condições de trabalho e defesa da saúde dos trabalhadores em educação;

227 – Elaboração consistente da defesa de melhores condições de trabalho;

228 – Defesa dos readaptados como profissionais, não ao abandono ou atribuição de funções que gerem novas doenças ou desvalorização profissional.

QUADRO DE APOIO

229 – Depois de anos de espera, finalmente o quadro de apoio obteve a evolução funcional. Infelizmente pouco há para comemorar, pois, como sempre o quadro foi discriminado.

230 – O governo não considerou o tempo de comissionado para realizar o 1º enquadramento por evolução funcional, prejudicando as pessoas que começaram a trabalhar na PMSp antes da efetivação do concurso realizado pelo governo Erundina. Se não houver mudança na posição da Administração Municipal muitos agentes escolares se aposentarão sem alcançar a ultima referência do cargo. Além de não contemplar todos os que tinham tempo suficiente para evoluir, a diferença no salário foi rapidamente retirada com o aumento do desconto para a previdência.

231 – Defendemos a realização de uma intensa campanha em defesa do pessoal do quadro de apoio da educação como foi proposto no ato do dia 15/09/05, pois além dos salários defasados, este quadro sofre com o número reduzido de funcionários, sobrecarga de trabalho e ameaça de isolamento com o aumento da terceirização das cozinhas e do pessoal da limpeza, bem como, pela

ampliação da utilização da mão de obra informal nas escolas.

DEFENDEMOS:

232 – Revisão dos critérios utilizados pelo governo para evolução funcional que não considerou o tempo de comissionado como prevê a legislação;

233 – Piso de três salários mínimos;

234 – Cursos de Formação do SINPEEM em todas as regiões, para pontuação na evolução funcional, na área de: informática, nutrição, legislação (escolar, educacional e funcional) saúde escolar, segurança no trabalho, relações humanas e no trabalho, merenda e psicologia;

235 – Cursos de formação sindical e outros temas;

236 – Cursos oferecidos pela administração específicos para o Quadro de Apoio de nível Médio e Superior ;

237 – Afastamento remunerado e diminuição da carga horário para estudar;

238 – Horário de formação dentro da jornada de trabalho com direito a pontuação para evolução funcional;

239 – Imediata regularização do módulo de funcionários do quadro de apoio! Não à terceirização das cozinhas e da limpeza! Contra a utilização de trabalho informal nas escolas;

240 – Instalação de CIPAS em todas as unidades escolares;

241 – Concurso para o cargo de secretário de escola;

242 – Diminuição do tempo de carreira para evolução funcional dos ATEs;

243 – Fim da cobrança de taxas nos cursos de formação do SINPEEM (Centro de Formação e em Ibiúna);

244 – Diárias na Colônia de férias, compatíveis com os salários do Quadro de Apoio;

245 – Que os cargos do quadro de apoio com portem substituição, inclusive no caso de afastamento por readaptação funcional temporária, evitando sobrecarregar os demais servidores;

246 – Aumento do módulo de funcionários;

247 – Adequações das cozinhas;

248 – Produtos de limpeza de qualidade, não tóxicos;

249 – Aparelhos dimensionados para trabalhar em áreas extensas e amplas e com grandes volumes;

250 – Tratamento e acompanhamento, descentralizado, dos problemas de postura;

251 – Implementação da Cesta básica já negociada;

252 – Inclusão do cargo de vigia no quadro de apoio;

253 – Todas as resoluções debatidas pelo quadro de apoio e aprovadas nos Congressos do SINPEEM;

254 – Vestiários com chuveiros e local adequado para as refeições.

Assinam esta tese:

Coletivos: Alternativa De Base E Luta, Coletivo Socialista Florestan Fernandes E Resistência E Luta que possuem membros na Diretoria, Conselho Geral De Representantes, Representantes De Escola e associados: Rosa Palmiro, Antonio Bonfim Moreira, João Kleber Santana Souza, José Carlos Carvalho De Lima, Thereza Christina Cardoso De Lina, Sileia Maria Vieira Barbosa, Marcio Da Silva Batista, Tomaz Humberto Jabanj, Agostinho De Paula Moreira, Regina Maria Tavares, José Edvaldo Alexandre De Amorim, Eduardo Terra Coelho, Sandro Ribeiro Chagas, Isa Silveira Leal, Ester Franco Matias Silva, Roseli P. Santos, Isis Longo, Lee Barbasa, Walmir de Lyrio, Adriana Carvalho da Silva, Geverson Piveta, Cenira de Freitas, Ocimar Leme, Maria Aparecida Capaccioli, Silvana Ferreira dos Santos, Renan, José Silveira, Carmen Lucia R. Alves, Maria Luiza, Sebastião Gomes, Jair da Fonseca, Aglailson Venâncio Longo, Ana Pinheiro da Silva, Laurineide, Marisa de Souza Silva, Dirce Aparecida Costa, Cileda dos Santos Santana, Isnaldo Barreto, Paulo Neves, Rogério Marcos de Melo, Rosemeire Rodrigues dos Santos, Maria de Fátima Prado, Francisco Henriques, Maria Maura de N. Nascimento, Naime Silva, Paula Cristina, Claudio Alves Rodrigues, Marcio Alberto Mendes, Romildo Rodriguez, Flavio Batista de Andrade, Ezequiel Balbino da Silva, Janice Ferreira Carvalho da Conceição, Teresinha Bispo de Lira Souza, Ana Maria Toledo, Andréia de Farias, Alberto Lourenço, Sonia França, Sandra Maganha, Rosimeire Aparecida Leandro, Clenilza Dias de Amorim, Aparecido Dias de Lima, Cristiane Glória da Silva, Graziela Murad, Diego Moreira, Elaine da Silva Santos, José Joaquim Batista Neto, Isabel Cristina Cordeiro, Mª Claudia Fernandez, Inácio Guedes, Ivan Moutinho, Telma da Silva Guimarães, Judite Vitorina de Brito Azevedo, Érica Mª Toledo Catalani, Mércia da Silva Rocha, Alexandre Gilsogamo, Josafa Rehem, Cícero Dias, Rosilene Valério, Sandra Maria da Cunha, Bartira Landim, Josafá Pereira da Silva, Vânia Nunes Barrada, Francisca Maria Silva, Margaret Fiúza, Mª Teresinha Rodrigues Soares, Júlio César Ruiz de Souza, José Geraldo de Souza, João de Oliveira Junior, Luiz Carlos Mazetti, Rafael Augusto C. Farinha, Tânia Maria Barbosa de Freitas, José Edson De Oliveira, Érico, Hilda De Jesus Souza, Rosa Lia Casanova, José Djalma Rebelo De Melo, Tssato Tsubono Sato, Rosana Vieira Torres, Sueli Souza Silva, Francisco Octavio Morgado Carquejo, Eduardo Terra Coelho, Manoela Pardo Arias, Luciene Cavalcanti Da Silva, Vitória Keiko Vassoler, Marcos Paulo Araujo Dos Santos, Egle De Lima Barbosa, Jair Brás Da Silva, Edemilson Perez Clementino, Solange Aparecida Cabrito De Amorim, Marcelo Da Silva Nascimento, Benedito De O Santos Jr, Maria Helena Rocha, Miguel Leme Ferreira, Sabrina Silva Pereira, Ana Paula Farias Figueiredo, Maria Hildete Gonçalves Nepomuceno Resende, Severina Paulina De Oliveira, Sonia Regina Da Silva, Izabel Cristina Dos Santos, Irene Arilda Do Vale, Walter Rodrigues Da Silva,

Maria Alves Queiroz, Juliana Nardi De Padua, Antonio Souza Or-mundo, Elza Valdoski, Rita Tavares Maia, João Gerônimo Da Silva, Alzira Pedro De Paula, Sandra Jugdar Moises De Lima, Silvia De Mi-randa Menezes, Rosemeire Da Costa, Fabio Ricardo Dos Santos, Márcio Antonio Melhado Bezerra, Marli Cristalina Da Silva, Roseli Perei-ra Lima, Marcia Cordeiro, Adriana Jorge Caria, Ivete Reynaldo Da Silva, Ivone Schimak, Argos Bagon, Selma Bitelli Lorenzetti, Teresa Molnar Fernandes, Sidnei Dos Santos Silva, Regiane Machado Leite, José Roberto Marque Da Silva, Antonio Cavalcanti Rego, Alessandra Sitta, Antonio César Alario, Andressa Paola Santoro Piresescola, Ro-seli Maria Roso, Marcos Muller, Alice Eiko Fujii, Anaide Aragão Evan-gelista, Ana Maria Bernardes, Margarida Magalhães Gomes Martins, Nana Hatakeyama, Roseli Ap Silva E Oliveira, Renata Ap. Silva San-tos, Rosmary Mazzoni Huss, Wilma de Freitas, Luisa Geraldí Barbosa De Andrade, Maria De Lourdes Peloso Guizelin, Renato Rodrigues Dos Santos, Viviane Aresseti Pontes, Roseli Dos Santos Moraes, Jair Francisco De Oliveira, Maria Aparecida De Castro, Moises Basilio Leal, Lauro Cornélio Da Rocha, Sidnei Aparecido Soares, Ana Carva-lho Da Silva, Andrea Maria De Lima, Augusto César Giglio Rocha, Maria Aparecida Santiago Maia, Gilmar Gomes Dos Reis, Marcio Dos Santos Leite Oliveira, Adriano Carlos Pinto, Claudio Alves Rodrigues, Edson Luis Amario, Flavio Batista De Andrade, Eliana Maria De Lima, Marcio Alberto Mendes, Romildo Rodrigues Da Conceição, Cenira, Vilma, Maria De Fátima B F Prado, Rita De Cássia Gonçalves Cardo-so, Cristiane Gonçalves Cardoso, João Bosco Da Silva, Dirce Apare-cida Da Costa, Francisco Henriques Alvarez, Ione Cerqueira Silva Alvarez, Regina Célia Soares Bortoto, Denilse Cruz P. Fernandes, Eze-quiél Balbino da Silva, José Roberto Marques, Flávio Batista de An-drade, Robson Félix Alcântara, Roberto Pereira da Silva, Edna Medei-ros Sampaio, Márcio Alberto Mendes, Antonio Cavalcanti, do Rego, Cida Maia, Sidnei Aparecido Soares, Jean Carlo Mujollo.

T E S E 4

XVI
Congresso
de
Educação

Caderno
de
Teses



Democracia Sindical – Rever para Avançar

ANÁLISE DA CONJUNTURA

1 – Frente a conjuntura negativa que enfrentamos é fundamental que o Congresso do SINPEEM ofereça um espaço de reflexão, reestruturação e organização das bases para a luta dos profissionais em educação no próximo período, que ao que tudo indica, será árduo.

2 – Ao invés de uma alternativa ao modelo neoliberal de gestão do Estado, assistimos nos últimos anos sua continuidade e aprofundamento, se concretizando em mais ataques aos direitos trabalhistas e aos serviços públicos, entre eles a educação. Reforma da previdência, ataques do governo Marta aos 30 % vinculados à educação, e do governo Serra ao Estatuto do Magistério, ameaça das reformas sindical e trabalhista, reforma universitária – que transfere verbas públicas para setor privado - e o Fundeb – arremedo que ampliou os setores atendidos pelo Fundef, ao incluir educação infantil e ensino médio, sem ampliar os recursos a ele destinados. Tudo em nome do superávit primário, ajuste fiscal, Responsabilidade Fiscal. Ou seja, prioriza-se o pagamento dos juros das dívidas e os interesses do capital em detrimento das necessidades da população.

3 – Logicamente, todos estes ataques exigem forte resistência, luta e organização dos trabalhadores.

4 – Mas a tragédia não acaba aí. É grave constatar que esta resistência precisa ser construída na contramão das nossas lideranças sindicais. Todos os ataques neoliberais citados a cima vêm ocorrendo com a complacência da CUT, que não combateu a reforma da previdência, participa do Fórum Nacional do Trabalho para as reformas sindical e trabalhista, e inclusive ocupa o Ministério do Trabalho.

5 – Diante da crise política do governo federal, é impossível não se surpreender com a amplitude e complexidade do esquema de aparelhamento do Estado perpetrado pela cúpula do PT. Mas, para quem acompanha de perto a estrutura sindical construída por este mesmo grupo, a anos, na CUT e sindicatos por ele controlados, sabe que trata-se dos mesmos métodos de perpetuação no poder através da centralização, restrição ao debate democrático, e aparelhamento da

burocracia institucional – ou seja, o controle de toda estrutura da organização para utilizá-la como instrumento de interesses político-partidários, de grupos ou pessoais.

6 – No momento em que este projeto e modelo de prática política tem suas entranhas expostas é imprescindível que toda a esquerda brasileira faça uma autocrítica e promova uma revisão ampla, discutindo com as suas bases a necessidade de resgate de uma participação política mais democrática, baseada no diálogo amplo das divergências, na aproximação entre lideranças e base, e no combate a burocratização das organizações.

O SINPEEM

7 – Temos consciência que a luta dos trabalhadores passa por uma fase difícil, que pode ser caracterizada até como de retrocesso, a nível mundial. Mas isso não pode ser razão de acomodação diante dos ataques que sofremos e das dificuldades de mobilização. É fundamental a autocrítica, rever as práticas, formular alternativas, aparar arestas.

8 – Nos intriga que um sindicato que teve um crescimento tão grande em tão pouco tempo, com uma estrutura abrangente, – 4 re's por unidade com reuniões periódicas, grande congresso anual – bastante atuante e presente, com uma categoria que tem potencial para o aprofundamento das discussões políticas, apresente uma mobilização limitada diante do número de filiados, uma forte limitação no enfrentamento com o governo, e venha, mesmo barrando alguns ataques, acumulando mais perdas do que conquistas para a categoria.

9 – Acreditamos que temos um grande potencial que pode ser melhor explorado. Talvez investir na formação sindical e política, no aprofundamento das discussões, na aproximação das lideranças com a base – principalmente CRUE que é ausente em nossa região devido ao número restrito – e na revisão das estruturas de deliberação e discussão, visando democratizar e descentralizar o debate, sejam algumas alternativas para este cenário.

10 – Esta discussão não deve se pautar em orientações político-partidárias, mas no amplo debate sobre o modelo de organização que que-

remos construir a partir deste momento de crise da esquerda brasileira e dos movimentos dos trabalhadores, que exige uma revisão de projetos e práticas.

NESTE SENTIDO PROPOMOS:

11 – Formação de um grupo de estudos e organização de Seminários e Debates sobre o a democracia sindical, para, a partir de uma reflexão coletiva, subsidiar diretivas que possibilitem aprimorar nosso estatuto no combate ao centralismo e burocratismo sindical. Ou seja, um novo modelo de sindicato e de atuação política para nossa categoria, fruto de um amplo debate e da construção de consensos.

12 – Isso é importante pois geralmente os grupos organizados no interior do sindicato elaboram teses e apresentam propostas para o Congresso nas vésperas do mesmo, sem um debate anterior mais aprofundado.

13 – Que o jornal do Sinpeem disponha de um espaço para a divulgação deste debate - citado no item anterior – através de textos dos filiados. Para garantir a pluralidade de opiniões, é importante que haja uma comissão editorial aberta, formada pelos membros do grupo de estudo de democracia sindical, para seleção destes textos garantindo espaço de debate a todos os grupos e correntes.

14 – Que se organize um fórum de debates no site do Sinpeem, ligado a discussão das questões sindicais, com divulgação dos resultados obtidos pelos grupos de estudo, e demais assuntos de interesse da categoria.

15 – Melhoria do processo de preparação para o Congresso Anual do Sindicato. O Congresso sendo a instância máxima de deliberação do Sindicato, elemento fundamental para a organização de nossa instituição e da luta da categoria, exige um processo anterior de discussão para elaboração de teses, análise e discussão nas U.E. 's das teses apresentadas, e eleição dos delegados, que como representantes, precisam levar a posição de seus representantes frente as diversas propostas a serem debatidas e deliberadas no Congresso. Sustentados em tais princípios PROPOMOS:

16 – Que todas as teses sejam publicadas e enviadas às UE's com antecedência à eleição de delegados para o Congresso Anual do Sindicato. O objetivo é que sua análise sirva de base para discussão da eleição dos delegados, e promova

maior participação da base nas deliberações do Congresso. Isso ocorria em anos anteriores, antes da adoção da tese guia. A tese guia é interessante para facilitar os trabalhos no Congresso, mas ela não pode prescindir a publicação das demais teses, pois é um direito de todos os associados elaborar análises que fundamentem suas propostas e apresentá-las democraticamente para serem apreciadas por todos os seus pares.

17 – Que se realizem plenárias ou reuniões regionais para realizar discussões preparatórias para o Congresso.

18 – Revisão das regras da eleição para a diretoria do sindicato. Para que não se repita o que ocorreu neste ano de 2005, quando a comissão eleitoral, composta por 5 pessoas teve 4 membros de uma mesma chapa, de um total de 6 chapas concorrentes. Além disso, muitos associados não se sentiram suficientemente informados sobre as chapas para votar.

PROPOMOS:

19 – Que a comissão eleitoral da eleição para direção do sindicato seja eleita em assembléia e formada por, no mínimo, um representante de cada chapa concorrente. Se houver 2 ou 3 chapas concorrentes, cada chapa apresentará 2 representantes para a comissão eleitoral. Se houver 4 chapas inscritas ou mais, cada chapa apresenta um representante. Caso a Assembléia considere necessário, pode eleger ainda um ou dois observadores neutros.

20 – Que a campanha eleitoral para direção do sindicato tenha um prazo mínimo de um mês, e que seja garantida a divulgação dos programas das chapas através de um debate público em que suas propostas sejam expostas e possam responder a questionamentos da categoria.

21 – Que as eleições ocorram no primeiro semestre, ou em semestre distinto do Congresso Anual, para que nem um dos processos seja prejudicado.

22 – Revisão da estrutura das reuniões de RE. Os RE's são fundamentais para a articulação entre bases e sindicato/lideranças, e para a mobilização. Infelizmente chegam notícias de escolas em que as informações não são transmitidas. São frequentes reclamações de reuniões longas, cansativas, lotadas, onde apenas ouvem, sempre as mesmas pessoas, sem maior espaço para apresentar

suas angústias e dificuldades encontradas nas UE's.

DIANTE DISSO PROPOMOS:

23 – Que todas as reuniões de RE sejam descentralizadas. Ou, caso se considere necessário, os próprios representantes decidam por uma reunião unificada ao final do ano letivo. As centralização das discussões ficariam a cargo das Assembléias e reuniões de CRUE.

24 – Que o caderno de informes seja enviado impreterivelmente com uma semana de antecedência para todas as UE's e RE's para análise e discussão prévia.

25 – Que a reunião de RE seja dividida em dois momentos. No primeiro momento se reuniriam pequenos grupos de 20 representantes, com seus respectivos CRUE, para esclarecer dúvidas sobre os informes de maneira mais próxima e com isso mais eficiente, trazer informações, sugestões, propostas, críticas das UE's. Num segundo momento, formaria-se a plenária, onde cada grupo apresentaria o resultado da discussão e seriam realizados os encaminhamentos.

26 – Acreditamos que isso possibilitaria uma participação mais ativa dos RE's.

27 – Aumentar o número de Conselheiros Regionais na proporção de um CRUE para cada 50 filiados. O objetivo é aumentar a aproximação entre o sindicato e suas bases.

28 – Autonomia para as subseções. A subseção é fundamental como centro de organização e aglutinação dos Conselheiros, Representantes e filiados de cada região. Percebemos em experiências anteriores como a centralização da estrutura do SINPEEM dificulta a organização e mobilização da categoria. Comitês de mobilização não conseguem ter na subseção o apoio necessário devido a falta de materiais ou sua demora em ser disponibilizado, restrição de utilização do espaço para reuniões devido o horário dos funcionários, falta de autonomia para disponibilizar recursos e produzir materiais adequados as especificidades da região, que seriam importantes para a mobilização.

29 – Que o sindicato veicule matérias pagas em forma de reportagens nos jornais e revistas de maior circulação denunciando as mazelas da educação pública, as falácias dos projetos de governo, e as péssimas condições de trabalho. Mesmo que para isso seja necessário dispormos de nosso patrimônio como o Hotel em Ibiúna.

30 – Que a direção do sindicato seja proibida de sortear prêmios, como carros, computadores e viagens. O papel de um sindicato deve ser a defesa e luta dos direitos de seus associados. Essa deve ser também a prioridade para destinação de suas verbas. A ampliação do número de associados deve ocorrer através do convencimento político, e não a busca de benesses pessoais.

31 – No máximo tais medidas precisam ser aprovadas em assembléia ou no Congresso, com ampla discussão.

32 – Que após a apresentação da prestação de contas em Assembléia, haja espaço para que os filiados possam pedir esclarecimentos e apresentar questionamentos e divergências. Para que não se repita o que ocorreu na prestação de contas deste ano de 2005 em que após a apresentação de contas, que ocorreu durante uma hora, as pessoas presentes não tiveram espaço para discutir tal apresentação.

33 – Que o balanço das contas do Hotel de Ibiúna sejam apresentadas com transparência, para que possamos opinar com base em dados concretos se a manutenção de tal propriedade é conveniente ou não para a categoria. Dados como: o Hotel de Ibiúna é auto sustentável? Quanto de sua manutenção é subsidiada pelo sindicato? Quantos associados efetivamente utilizam do Hotel e com que frequência?

Apoiadores:

Daniela Farias
Lidiane Liette de Jesus
Sandra Regina Pintor de Moraes
Célia Maria Campos de Santa Rita
Eliane Lira Do Ó
Roseane Santana
Conceição Queiroz
Ana Célia P. Santos
Viviane A.B. Motonoga
Lilian Terezinha Varasquim
Cecília Pereira Klein
Margareth H. Yoshikewe
Edlaine M. Rodrigues
Marlene Naime
Odete de C. Souza
Fátima Costa
Domingos Valério Filho

Essa é uma tese fruto de discussões na EMEF "Procópio Ferreira", sem participação de correntes, devido a indignação com os últimos acontecimentos em nosso sindicato: ataques do governo, assembléia de 01/09/2005, falta de democracia na eleição para diretoria, fim da campanha salarial em 02/06/2005.

Oposição Revolucionária

CONJUNTURA INTERNACIONAL

1 – O desenvolvimento do capitalismo fez surgir os gigantescos monopólios de abrangência mundial que caracterizam sua fase imperialista. Fase em que esses controlam e ditam a política econômica em escala mundial. A burguesia criou uma rede internacional de organismos econômicos, políticos e repressivos.

2 – Sob o imperialismo, a concentração da riqueza e a exploração não são substituídas ou desaparecem, mas intensificam-se. Em função da concentração da riqueza combinada com o alastramento da miséria, as relações de produção capitalista (trabalho, acumulação privada-lucro) transformaram-se em estorvo ao desenvolvimento da produção, representando ameaça à vida da maior parte da humanidade, o que caracteriza a crise de superprodução capitalista, ou seja, impossibilidade de aplicar na produção todo o potencial das forças produtivas (mão de obra e tecnologia) em função do baixo consumo e da miséria produzida.

3 – Diante da crise capitalista que é crônica e progressiva, a única forma que a burguesia tem para nutrir e desenvolver seu capital, é através da intensificação da exploração aos trabalhadores, o que significa avançar na liquidação das suas conquistas e direitos históricos. É o que temos visto acontecer progressivamente, por isso o crescimento do desemprego, terceirização, flexibilização e retirada dos direitos trabalhistas, eliminação de conquistas históricas (previdência pública, contrato de trabalho, educação e saúde pública).

4 – A economia, a política e as classes têm existência e interdependência internacional, extrapolando as fronteiras nacionais, deste modo os governos em geral (Lula-PT, Alckmin-PSDB e Serra-PSDB) seguem uma mesma linha, que consiste em saquear as conquistas dos trabalhadores em prol dos capitalistas, agem de forma combinada, orientados por uma só política. Por isso, as reformas da Previdência e da Educação que vêm sendo implementadas pelos três governos, cuidam de sucatear/desativar e privatizar o ensino e demais serviços de utilidade pública. Essa política advém da necessidade da burguesia manter seu capital em desenvolvimento, essa é a razão pela qual o ensino público está sendo destruído.

5 – Essa tendência que nos empurra para a barbárie (miséria crescente, guerras e genocídios imperialistas) enquanto condição de vida, só pode ser barrada, através da luta com cunho classista, com unidade, com a democracia operária e seus métodos de luta próprios. Luta para destruir, desarticular a política burguesa, seu programa, aparelhos e métodos de decidir para impor a exploração sobre a maioria (democracia burguesa).

6 – A burguesia imperialista combina o que há de mais avançado em termos de produção, com o que representa e existe de mais atrasado. Convive e nutre-se do subemprego, do trabalho semi-feudal e semi-escravo. Nutre-se, como parasita, da parte que avilta e destroça as condições de vida dos trabalhadores. Essa característica de combinação desigual para extração da mais valia, faz com que o capitalismo arraste os países oprimidos, através dos laços da exploração burguesa, condicionando-os a alimentar o crescimento de grandes monopólios internacionais, ao mesmo tempo em que faz retroceder, aprofundar-se o atraso nas relações de produção nesses países. Essa é a razão do crescimento do trabalho semi - feudal e semi - escravo mundialmente; que está combinado com o fato da burguesia está obrigada a ser cada vez mais voraz e atacar as conquistas conseguidas pelos trabalhadores, como única forma de manter seus lucros, uma vez que não consegue desenvolver a produção e ampliar o emprego da mão de obra. No Brasil, esse fenômeno se dá através do governo Lula-PT, que conta com a colaboração das burocráticas e corrompidas direções sindicais (CUT, Força Sindical etc) que estão ajudando governo e empresários a implementarem as medidas de destruição das conquistas e retirada dos direitos dos trabalhadores (previdência social, direitos trabalhistas, desmonte do Ensino Público, terceirizações etc), agredindo ainda mais suas condições de vida.

7 – Sob o capitalismo, mesmo quando os trabalhadores, através da luta, conseguem algumas conquistas, estas estarão sempre sob ameaça de serem usurpadas pela burguesia, uma vez que para continuar existindo enquanto classe, está obrigada a defender com unhas e dentes a permanência do superado modo de produção capitalista e, portanto, a intensificação da exploração, haja vista a

impossibilidade de ampliar a produção e sua necessidade crescente de baratear custos; leia-se baratear e depreciar a força de trabalho; assim como aniquilar parte dela.

8 – A necessária libertação das forças produtivas para que haja o atendimento das necessidades humanas, principalmente, das massas do proletariado, implica em ter que ampliar a produção em todos os ramos, duplicando-a, triplicando-a (...); requer a massificação do uso dos recursos tecnológicos de última geração, que sob o modo de produção capitalista, obrigatoriamente estará em restrição e limitado a ser aplicado apenas e somente em ilhas diminutas de consumo, destinado ao atendimento das necessidades dos setores da burguesia. Significa dizer que, para além da luta pelas reivindicações imediatas e conquistas pontuais, faz-se necessário que os trabalhadores lutem por resguardá-las da ganância capitalista, para destruir as relações de exploração capitalista, lutem pela derrubada do poder da burguesia e à vitória do proletariado sobre esta. O que torna necessário lutar para desenvolver o programa de emancipação de todo o proletariado e as táticas para vitória da revolução proletária com a destruição do sistema de exploração capitalista, instaurando a produção socialista internacionalmente, garantindo sua organização e socialização através do poder e democracia operária (ditadura do proletariado). A crise da qual é vítima o proletariado só será barrada com a destruição do capitalismo e socialização da produção.

9 – Trata-se, portanto, de saídas momentâneas da burguesia imperialista perante a crise de superprodução do regime de exploração capitalista. Tais medidas repressivas/opressoras tem provocado manifestações populares/sindicais anticapitalista e antiimperialista em vários países do mundo inclusive nos países ricos/opressores. Diante do avançar da crise de superprodução do sistema capitalista e do conseqüente aumento da exploração do trabalho alheio (mais-valia), os capitalistas provocam desemprego, fome, miséria e violência no seio das massas trabalhadoras. Os sindicatos/sindicalistas devem atuar com princípios e programa da classe operária e com democracia operária na luta pelas reivindicações imediatas e transitórias dos trabalhadores contra o sistema capitalista e pelo fim de todas as formas de exploração e opressão social, nacional e internacional, ou seja, pelo fim do capitalismo. A luta anticapitalista e antiimperi-

alista é fundamental para a classe trabalhadora. Os sindicatos são essenciais na organização e na luta dos trabalhadores pelo combate a ser travado contra as principais potências imperialistas e saqueadoras e contra os governos entreguistas dos países pobres/oprimidos. Na construção dos organismos de massa (comitês de bairro, comitês por locais de trabalho, soviets e etc), sob o controle e programa da classe proletária, que tem como objetivo a revolução socialista, em que a classe operária exerça o poder contra a burguesia por meio de um governo operário e camponês.

10 – Não à Alca e demais blocos dos capitalistas;

11 – Fora as tropas imperialistas do Iraque e Afeganistão;

12 – Derrotar o imperialismo; pela autodeterminação dos povos;

13 – Abaixo o capitalismo, pela estruturação do socialismo e do Estado operário através da revolução proletária;

14 – Defesa do internacionalismo operário;

15 – Todo apoio a luta do proletariado Latino Americano;

16 – Fora as tropas brasileiras do Haiti.

CONJUNTURA NACIONAL

ABAIXO AS REFORMAS IMPERIALISTAS DO GOVERNO LULA-PT/FMII!

17 – O governo Lula/PT é estruturado através de uma grande aliança envolvendo a maioria dos partidos burgueses do país e composto a partir da representação do empresariado nacional, dos principais setores das burocráticas direções que controlam os movimentos sindicais/sociais do país (CUT, Força Sindical, Igreja, UNE, MST e representantes do Imperialismo) e representantes do imperialismo que, por terem interferência e influência política e econômica em todos partidos burgueses, dá toda linha programática do governo.

18 – O governo, no seu conjunto, tem por base trabalhar a implementação do programa imperialista. Os setores do governo que têm influência e dirigem o movimento operário, liderados pelo PT, vêm cumprindo um papel de importância decisivo para o imperialismo no sentido de conter as lutas das massas que resistem ao solapamento de suas conquistas históricas. Eis a função que cumprem o PT e as direções burocráticas e traidoras

da CUT e Força Sindical (Socialistas Democratas, pelegos, reformistas etc) no governo Lula para a aplicação do programa imperialista.

19 – Para o imperialismo, é indispensável os dirigentes do movimento operário estarem comprometidos com seu governo e programa. O fato de ser o PT o partido que controla os maiores e mais importantes setores do movimento operário e social constituiu-se na principal razão de ser apoiado e chamado pelo capital nacional e internacional a encabeçar a aplicação do programa imperialista no país. Programa esse, que se baseia integralmente no ataque às conquistas e direitos trabalhistas, representados nas Reformas Sindical/Trabalhista, da Previdência, Universitária/Educacional (Ensino Fundamental, Médio e Universitário) e no aumento de impostos e taxas para os trabalhadores, ao mesmo tempo em que isenta os empresários como forma de manter o lucro.

20 – Combater à política imperialista do governo Lula pelo método das ações diretas dos trabalhadores;

21 – Não pagamento das dívidas externa e interna;

22 – Salário mínimo vital calculado pelos trabalhadores.

CONJUNTURA MUNICIPAL / QUESTÕES FUNCIONAL E SALARIAL

SERRA ATACA O FUNCIONALISMO E IMPÕE POLÍTICA DE PRIVATIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL

23 – O funcionalismo Municipal (SP), assim como os demais servidores públicos Federal e Estadual, está sentindo no dia a dia o resultado da política de saques e achatamento de salários e destruição iniciado no governo de FHC e tem o seu continuísmo no governo Lula em prol da burguesia imperialista e o FMI. Serra segue a risca esta política de arrocho e saques dos direitos dos trabalhadores, isto se evidenciou no último hole-rite com o desconto de 11% do IPREM e nas suas medidas para o desmonte do sistema de ensino municipal.

24 – Os ataques políticos ao conjunto do funcionalismo público municipal aprofundam-se ainda mais com a proposta de fechamento do segundo turno nas escolas e com o fim da Jornada Especial (JEI). A implementação dessa política resultará

milhares de demissões, superlotação de salas, levando a escola pública à privatização.

25 – O governo municipal que não aplica sequer os 25% em educação, propõe a gestão de escola, às famigeradas “caça níqueis” (ONGs) deu um largo passo para a privatização da rede municipal e para isso precisa perseguir, fiscalizar e reprimir a categoria através da avaliação de desempenho e controle diário de falta. O governo Serra, assim como Alckmin, não reconhece as péssimas condições de trabalho da categoria, com salas superlotadas, falta de recursos e a precarização do trabalho e acusa os funcionários de faltosos e impõe a limitação às licenças saúde via escolas. Conjuntamente a toda essa perseguição o secretário municipal ameaça destruir o Plano de Carreira do magistério e se nega atender as reivindicações do conjunto do funcionalismo.

26 – Serra, Alckmin e Lula atuam orquestradamente nos ataques ao serviço público, e para isso contam com o apoio das direções burocráticas da CUT, APEOESP e SINPEEM, estas evitam o confronto aberto dos trabalhadores contra os governos opondo-se aos métodos da luta direta (greves, ocupações) e atuam seguindo o calendário de promessas do governo evitando todas as formas de construção da unidade do funcionalismo através da ação grevista e das assembleias unitárias.

EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, DO EMPREGO E DO SALÁRIO PROPOMOS:

27 – Atendimento das reivindicações do funcionalismo municipal;

28 – Combater as medidas de ataque do governo Serra, pelo método das ações diretas dos trabalhadores;

29 – Unificar a luta, através das assembleias unitárias, a partir da comunidade escolar e professores estaduais;

30 – Manutenção das licenças de curta duração;

31 – Defesa das conquistas no Estatuto do Magistério;

32 – Contra a terceirização;

33 – Aumento do módulo volante por turno;

34 – Intervalo dentro da jornada;

35 – Férias coletivas e direito ao recesso escolar;

36 – Reposição de todas as perdas salariais;

37 – Numero máximo 25 alunos por sala;

38 – Fim da municipalização.

SOBRE A EDUCAÇÃO

A BURGUESIA AVANÇA SOBRE AS CONQUISTAS DOS TRABALHADORES; O ENSINO PÚBLICO ESTÁ AMEAÇADO E SENDO DESTRUINDO.

39 – A educação pública é conquistada e ampliada através da luta geral do proletariado* por condições de vida e contra a exploração burguesa. É uma conquista que se dá sob o terreno da luta de classes que se desenvolveu e se desenvolve em torno do processo de produção. Sua existência e manutenção não é prerrogativa do Estado burguês, só podendo continuar ou ser ampliada mediante a correlação de forças na luta de classes. A educação pública é um elemento necessário à vida do trabalhador. Portanto, compõe parte do valor da mão-de-obra**. Os trabalhadores que atuam na educação pública, realiza essa atividade sob a dependência da luta e conquistas dos demais trabalhadores enquanto classe. Não se trata de uma categoria à parte, que independa do conjunto do proletariado.

40 – O ataque à educação pública é parte da exploração burguesa (redução de custo) que se dá com a desvalorização da mão-de-obra. É uma ação da burguesia, deteriorando as condições de vida do proletariado, sua infância e juventude. Essa realidade deixa à vista quem é inimigo e quem pode se aliar em defesa da educação pública. Isto mostra o caráter de classe que necessariamente, tem que ter qualquer pretensa luta em defesa da educação pública.

41 – A defesa do Ensino Público está diretamente ligada à resistência dos trabalhadores contra a exploração que se dá no processo de produção. Ela diz respeito não só aos trabalhadores que atuam diretamente na educação e os estudantes mas, antes de tudo, faz parte das condições de vida do proletariado. Para ser conseqüente, qualquer luta do setor da educação deve procurar estabelecer a unidade dos trabalhadores; a melhoria ou avanço no campo da educação pública depende diretamente do que ocorre no terreno geral da luta de classes, e só haverá solução definitiva com a destruição do capitalismo. Ao contrário do que propagandeiavam os teóricos burgueses e os representantes de suas idéias nos sindicatos (a burocracia), não têm como haver progresso sustentável no Ensino Público sem que os trabalhadores enquanto

classe não avancem no sentido da unidade da luta enfrentando a burguesia.

42 – Qualquer direção sindical burocrática, procurará desenvolver idéias sobre a educação pública para justificar e tornar aceita sua prática elitizante e corporativista, que enfraquece a luta em torno da educação pública, evitando a unidade da classe.

43 – É falso o discurso burguês dos reformistas burocratas que divulgam a ilusão de ser possível um Sistema de Ensino Público cumprindo o papel de proporcionar melhorias para a vida das massas, independentemente do conjunto dos trabalhadores se envolverem na luta contra a exploração. Com isso querem dizer que não é necessário realizar um combate baseado na unidade sob o ponto de vista de classe contra a exploração burguesa para que os trabalhadores defendam o ensino público. Esse discurso tenta justificar o desenvolvimento do corporativismo. Ele dá base aos métodos burocráticos que dividem e enfraquecem os trabalhadores em suas lutas. Querem assim esconder a impotência do corporativismo para continuar impedindo a realização das assembleias unitárias.

44 – Ora, a raiz da precarização das condições de vida das massas é a mesma: barateamento da mão de obra, redução de custo para a obtenção do lucro dos patrões. (flexibilização dos direitos, demissões, desmonte dos serviços públicos...)

45 – A saída do professorado enquanto trabalhadores da educação pública é uma só: juntar-se aos demais trabalhadores, defendendo a educação no contexto da luta classe.

46 – “A destruição e desmonte do Sistema de Ensino Público, não é uma escolha da burguesia, é uma necessidade para o desenvolvimento do seu capital e sua existência! (...) Na mesma medida, a revolução proletária, não é uma opção, mas uma necessidade inadiável dos trabalhadores, sob pena de aprofundar-se e sucumbir na barbárie social.”

47 – * Proletariado: conjunto dos trabalhadores, que para viver, depende única e necessariamente da venda de sua força de trabalho.

48 – **O valor da mão-de-obra - É medida pelo custo dos meios necessários à manutenção da vida e reprodução do trabalhador enquanto tal.

POLÍTICA SINDICAL

É PRECISO LIBERTAR O SINDICATO DO CARREIRISMO ELEITOREIRO E OPORTUNISMO BUROCRÁTICO!

CONSTRUIR O PROGRAMA E A OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA NO SINPEEM!

49 – O sindicato é, e precisa ser uma organização de massa, aberta a todos os trabalhadores independente das diferenças de idéias, essa forma de ser tem por objetivo realizar a unidade entre os trabalhadores. Por isso, no seu interior pode haver várias correntes de pensamento, configurando-se como um organismo frentista dos trabalhadores para combater a exploração, Por ter esse caráter aberto e de massa, a burguesia (governos/patrões), corrompe politicamente elementos no seu interior, infiltra nos sindicatos suas idéias e táticas, que são representadas pelo que definimos como BUROCRATAS.

50 – Na medida em que conseguem introduzir no dia-a-dia do sindicato os mecanismos burocráticos como o corporativismo, o personalismo e a ausência da democracia operária, os governos e patrões estão mais seguros da impossibilidade do sindicato vir a ser um instrumento vigoroso no sentido de unificar e fortalecer a luta dos trabalhadores contra seus opressores. Os mecanismos da política burocrática têm como objetivo submeter o sindicato à politicagem burguesa e, portanto, debilitá-lo.

51 – A democracia operária é indispensável tanto para permitir o debate das idéias entre os trabalhadores, como para impedir os artifícios dos patrões/governo e sua burocracia. Ser oposição à política burocrática instalada no nosso sindicato, ao oportunismo e colaboracionismo é combater e romper com seus métodos e práticas políticas burguesas incorporadas pelos oportunistas que fazem dos sindicatos trampolim eleitoreiro e ascensão pessoal dos dirigentes. Romper com o corporativismo, com a existência de privilégios e o carreirismo da casta dirigente, que debilita o sindicato enquanto instrumento de luta de classe.

52 – Chamamos os delegados desse congresso a apoiar e trabalhar pela implementação do conteúdo e medidas da tese OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA.

- 53 – Defesa do salário e emprego a todos;
- 54 – Defesa do Salário Mínimo Vital calculado pelos trabalhadores;
- 55 – Pela escala móvel de salários e horas de trabalho;
- 56 – Luta anticapitalista e antiimperialista, em defesa do socialismo;
- 57 – Combate ao corporativismo sindical;
- 58 – Que trabalhe pela unificação dos trabalhadores e das lutas, através de assembleias unitárias;
- 59 – Defesa do comando de greve eleito em assembleia com a participação da base da categoria;
- 60 – Defesa do sindicato enquanto organismo de luta de classes, de massa e frentista;
- 61 – Luta pela conquista da independência do sindicato em relação à burguesia, seu estado e seus partidos políticos;
- 62 – Reconhecer a necessidade e apoiar a organização dos trabalhadores em Partido(s) revolucionários da classe;
- 63 – Defesa do funcionamento do sindicato sob democracia operária e seus mecanismos (proporcionalidade direta em todos as instâncias e imprensa do sindicato e assembleia geral como instancia máxima para o controle da base sob sua direção);
- 64 – Defesa das ações diretas dos trabalhadores, enquanto método de luta;
- 65 – Defesa e atuação a serviço do internacionalismo proletário;
- 66 – Luta contra toda forma de opressão social;
- 67 – Defesa da assembleia geral como órgão superior de decisão para todos os assuntos que diz respeito ao sindicato;
- 68 – Rechaçar a violência reacionária do Estado burguês e das seguranças privadas dos capitalistas contra os trabalhadores. Solidariedade ativa, se colocando pela defesa incondicional da auto-defesa dos trabalhadores!

PLANO DE LUTA

CONSTRUIR A LUTA BASEADA NA UNIDADE E NAS AÇÕES DE MASSA DOS TRABALHADORES

69 – Somente através das ações diretas e unificadas das massas, pode-se fazer frente aos ataques do governo. Essa, além de basear-se na ação direta, deve estabelecer a ligação da luta pela educação com a dos trabalhadores que atuam direta-

te na produção para que, através da unidade de ação, a resistência possa se fortalecer e interferir diretamente na produção controlada pela burguesia.

DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA,
A LUTA E SUA FORMA:

70 – AÇÕES DIRETAS das massas (greves, ações de rua, bloqueios e outros) Nada de submeter às lutas dos trabalhadores às inócuas e ilusórias pressões parlamentares;

71 – Construir a unidade através das ASSEMBLÉIAS UNITÁRIAS com os demais setores em luta;

72 – Ao sair em luta as assembleias gerais deverão estar aberta à participação dos alunos e pais juntamente com o funcionalismo decidindo os rumos da luta.

73 – Colocar a direção política das greves nas mãos dos trabalhadores em luta através do COMANDO DE GREVE COM PARTICIPAÇÃO DA BASE, ELEITO EM ASSEMBLÉIA;

74 – O compromisso com a unidade e a implementação real das assembleias unitárias dos setores dos trabalhadores em luta, é pré condição para que, possibilidade de criar as condições concretas para levar a luta pelo ensino público a ligar-se e interferir na produção direta, ponto ne-

vrálgico dos capitalistas e governos. Essa unidade de ação colocará o governo contra a parede, não permitindo que possa jogar com o tempo e cansaço dos lutadores;

75 – As passeatas e interdição das vias públicas e outras ações de massa deve ter como um dos objetivos principais, o bloqueio da produção via o seu escoamento;

76 – Ao entrar em luta, professores, funcionários, alunos e pais, juntamente com os grevistas dirigir-se-ão às fábricas e demais locais de trabalho para dialogar diretamente e de forma organizada com os outros trabalhadores, chamando-os à solidariedade ativa com ações práticas (paralisações, passeatas, etc.) em defesa do ensino público.

77 – Esta é a forma de luta que devemos trabalhar por sua viabilização, o que implica na necessidade de combater, os métodos burocráticos impostos pela direção reformista. Nada de rebaixar e enfraquecer a luta submetendo essa às disputas parlamentares.

78 – Para dirigir essa luta sua direção não pode estar comprometida com a governabilidade burguesa e sua politicagem!!

Assina esta tese: Oposição Revolucionária

Renovar é Lutar pra Avançar!

CSC – Corrente Sindical Classista

CONJUNTURA INTERNACIONAL

1 – O início do século 21 é marcado pela mais abrangente e avassaladora ofensiva do imperialismo norte-americano contra os povos do mundo e as nações soberanas, a fim de manter a hegemonia unipolar. Ao mesmo tempo avançam os movimentos de resistência a essa hegemonia, como as resistências às ocupações militares, as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras por seus direitos, o combate dos povos por sua emancipação nacional e social, a afirmação de correntes patrióticas nos países dependentes em defesa da soberania nacional e a formação de blocos de países que almejam um novo ordenamento político e econômico mundial.

2 – No plano econômico os retrocessos desta época se manifestam através do aprofundamento das contradições entre os países ricos e os dependentes, de desenvolvimento mediano, ou pobres e subdesenvolvidos. A idéia de desenvolvimento independente e soberano é substituída pela idéia de desenvolvimento autárquico baseado na imposição de um modelo de acumulação capitalista chamado globalização. Este tem por princípio a desenfreada espoliação de povos e nações, a exploração das massas trabalhadoras, o corte de direitos sociais, a devastação ambiental que acarreta o risco de desastres ecológicos no planeta.

3 – No plano político se caracteriza a ofensiva contra a soberania e a independência dos Estados nacionais impedindo que estes se fortaleçam e busquem o caminho próprio de desenvolvimento. A agressão militar e a intimidação se consagram como os métodos preferenciais do imperialismo norte-americano.

4 – Utilizando-se da justificativa de combate ao terrorismo, o governo George Bush afirma uma falsa e cínica luta pela democracia no mundo. Mas na verdade, todos os países que ousarem ter uma atitude de independência e de soberania plena e que não seguirem o modelo norte-americano são alvos potenciais das ameaças, inclusive militares de Washington, com o risco de que lhes ocorra o mesmo que ao Afeganistão e ao Iraque. O verdadeiro combate ao terrorismo exige antes de tudo a remoção das suas causas, o combate a iniqui-

dades do sistema político sob o qual vivemos e o fim de imposições políticas grotescas, que são mantidas pela força, impedindo que os povos vivam em suas terras e que escolham livremente seus governos. Exige ainda o verdadeiro combate às máfias de traficantes de drogas e de armas, que não passam de um submundo do próprio sistema capitalista.

E NA AMÉRICA LATINA...

5 – Na América Latina, os EUA prosseguem seus esforços para manter seus interesses estratégicos. Atualmente, concentram suas atenções na desestabilização de Cuba e da Revolução Bolivariana da Venezuela. No esmagamento da luta guerrilheira na Colômbia, na aplicação de planos intervencionistas como o Plano Colômbia, assim como na tentativa de impor a ALCA ou os tratados bilaterais de livre comércio. Apesar da tentativa estadunidense de prosseguir com a aplicação selvagem do neoliberalismo no continente, a América latina vem buscando alternativas para superá-lo, especialmente através da conquista de governos que se opõem ou se diferenciam deste modelo e das políticas imperialistas para a região.

A RESISTÊNCIA DOS POVOS AO AVANÇO DO NEOLIBERALISMO

6 – O aumento da exploração capitalista sobre os trabalhadores, a intensificação da espoliação sobre povos e países e a ofensiva política e militar do imperialismo norte-americano não poderiam resultar senão no incremento da resistência e da luta dos povos.

7 – No Iraque, a estratégia imperialista de ocupação vem sofrendo sucessivos reveses com o despertar da resistência iraquiana depois da derrubada do regime de Saddam Hussein.

8 – Na Palestina, após a morte de Yasser Arafat, o imperialismo norte-americano busca isolar o país das demais forças patrióticas e revolucionárias. Mas a luta prossegue pela criação do Estado palestino, pela repatriação dos refugiados, pela retirada israelense de todos os territórios ocupados.

9 – No Uruguai, uma ampla coalizão de forças de esquerda e de centro encabeçada pelo líder socialista Tabaré Vazques vence as eleições, despertando a mobilização popular pela realização de mudanças no país.

10 – Na Venezuela, a partir do triunfo eleitoral de Chávez em 1998, teve início a Revolução Bolivariana de caráter patriótico, democrático e popular.

11 – Na Europa, o descontentamento com as posturas anti-republicanas das elites dirigentes se expressa através de greves gerais, manifestações públicas maciças e em contundentes manifestações e pronunciamentos políticos. A eleição de Zapatero na Espanha, a derrota da direita em Portugal e a rejeição ao governo direitista de Silvio Berlusconi pelo povo italiano são significativos exemplos.

12 – Neste cenário torna-se essencial intensificar o combate a essa política de militarização, de guerra, de submissão dos povos e nações e de aprofundamento das desigualdades sociais no mundo.

DEFENDEMOS E LUTAMOS:

13 – Pela paz, contra a guerra imperialista.

14 – Contra o poder hegemônico do EUA.

15 – Pela soberania e independência nacional de todos os países e povos, por uma nova ordem econômica e política, com desenvolvimento, democracia, progresso social e preservação ambiental.

16 – Contra a ALCA.

17 – Pela integração soberana de países e povos. Apoio aos processos de integração em curso na América Latina contrapostos à ALCA: Mercosul, Comunidade Sul-Americana de Nações.

18 – Contra as políticas neoliberais, pelos direitos dos trabalhadores e dos povos.

19 – Pela unidade das forças progressistas, anti-imperialistas, antiglobalização neoliberal.

20 – Pela libertação nacional e social dos trabalhadores e dos povos.

21 – Por uma sociedade justa, democrática, igualitária, socialista!

ENCAMINHAMENTOS:

22 – O Sinpeem deve desenvolver o sindicalismo internacionalista da luta dos trabalhadores e trabalhadoras através da solidariedade de classe, intercâmbio de experiências e ações comuns

23 – O Sinpeem de participar:

24 – do Fórum Social Mundial.

25 – da luta pela paz contra a guerra imperialista.

CONJUNTURA NACIONAL

26 – Devemos estar sintonizados com o processo de luta política em curso no país.

27 – Estamos vivendo uma grave crise política que ainda não chegou ao fim, onde os profissionais de educação deverão exercer um papel protagonista junto com os demais trabalhadores e trabalhadoras, com a CUT e Coordenação dos Movimentos Sociais - CMS como atores políticos na disputa dos rumos do país.

28 – Os desacertos e incorreções políticas e éticas praticadas pela direção do PT, deram margem à vasta exploração política por parte das forças conservadoras que compõem o sistema de poder no Brasil, desde a base econômica até a superestrutura política, a mídia e institucional, trabalham para desacreditar e imobilizar o governo Lula, visa destruir por longo tempo o PT e qualquer pretensão pela esquerda, objetivando a sua volta.

29 – A recomposição de uma frente das forças democráticas, populares e progressistas que se dispersaram e o reforço do papel do presidente Lula depende da atualização de uma plataforma que responda aos anseios do povo e exigidos pelos movimentos sociais, o governo precisa reafirmar e reforçar o diálogo que vem tendo com estes movimentos.

30 – Amplie a liberdade política da representação popular, que resgate a expectativa de mudança da política econômica, redução dos juros e do superávit primário além de reforçar as políticas e medidas de universalização dos direitos sociais.

31 – A esperança não pode morrer nem o povo deve se deixar abater.

32 – Elegemos Lula para mudar este País, para garantir a transição política e abrir caminho para uma sociedade justa e democrática. Defender este governo no que tem feito por um Brasil soberano e as medidas da política externa e outras em favor do povo brasileiro, mas criticar e mobilizar exigindo as mudanças que precisam ser feitas para concretizar as propostas originais em torno das quais foi eleito.

DEFENDEMOS:

33 – Dar continuidade à apuração e punição

rigorosa de toda denúncia de corrupção e qualquer ato ilícito, dentro ou fora da administração.

34 – Um projeto de desenvolvimento nacional soberano e com valorização do trabalho

35 – A recomposição da capacidade de investimentos e do papel do Estado no desenvolvimento, na geração de emprego e universalização dos serviços públicos.

36 – Contra as altas taxas de juros, o Superávit Fiscal Primário e o Déficit Nominal Zero.

37 – Auditoria da dívida externa e buscar alianças na América Latina e outros países para não pagá-la.

38 – O fim da lei de responsabilidade fiscal – LRF;

39 – Contra a reforma sindical e trabalhista e qualquer outra reforma que retire direitos dos trabalhadores e trabalhadoras;

40 – Soberania sobre a Amazônia brasileira incrementando políticas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis;

41 – A retirada das tropas brasileiras do Haiti;

42 – Liberdade política para os movimentos sociais e sindicais;

43 – Reforma política democrática garantindo o financiamento público para as campanhas eleitorais, a ampla liberdade de coligação partidária e a diminuição da cláusula de barreira para representação parlamentar;

44 – Democratização dos meios de comunicação;

45 – Contra a autonomia do Banco Central e ampliação do controle público sobre o mesmo.

46 – Elevação constante do salário mínimo real;

47 – Redução da Jornada de trabalho, sem redução de salário;

48 – Ampliação dos investimentos públicos nas áreas sociais;

49 – Reforma urbana para garantir o acesso universal à moradia de qualidade;

50 – Reforma agrária e cumprimento das metas de assentamento estipuladas pelo governo Lula;

51 – Medidas efetivas de combate ao desemprego e defesa dos direitos trabalhistas;

52 – Desenvolvimento de política cultural que reflita a identidade e os valores brasileiros;

53 – Fortalecimento da luta contra todas as formas de discriminação de gênero, de raça/etnia e orientação sexual.

54 – Abertura imediata de todos os arquivos sobre a Guerrilha do Araguaia.

ENCAMINHAMENTOS:

O SINPEEM DEVE PARTICIPAR:

55 – Das atividades promovidas pela CUT, CNTE e CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais).

56 – Dos movimentos pela mudança da macroeconomia do Brasil, em defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras e da soberania nacional.

57 – Da Campanha pelo SIM ao desarmamento.

58 – Da Campanha pela revisão da lei punitiva do aborto.

59 – Pela aprovação do PL 4.559/04 de prevenção e enfrentamento à violência doméstica.

CONJUNTURA ESTADUAL

60 – No Estado de São Paulo, a política do PSDB de Alckimin continua fazendo estragos contra o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras. Ataca os serviços públicos com a cobertura da famigerada LDF – Lei de Responsabilidade Fiscal – que impede investimentos na saúde, educação, moradia para continuar o pagamento da dívida do Estado.

61 – Não atende o mínimo das reivindicações dos servidores públicos estaduais, retoma a política de privatizações para continuar desmantelando o Estado paulista. No campo e nas cidades continua a repressão aos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra e sem-teto.

62 – Para o professorado paulista o governo Alckimin representa: retrocesso, arrocho, estagnação profissional, violência, descaso e desrespeito. Tudo é fruto do projeto neoliberal aplicado há mais de 10 anos pelos tucanos.

63 – A truculência e autoritarismo do governo estadual, expressos sem máscaras na realidade da FEBEM, onde reduz as verbas, busca colocar a população contra os servidores para justificar a entrega para as organizações sociais, tirando a responsabilidade do Estado. As rebeliões constantes demonstram que não é desta forma que se resolvem os problemas da juventude – considerando caso de polícia e repressão.

64 – Aumentou a alíquota da previdência dos servidores públicos. Aplica arrocho salarial e política de abonos, na qual exclui os aposentados.

65 – Alckimin vetou a emenda que amplia recursos da educação na LDO de 30% para 31%. Isto é um retrocesso para o Estado de São Paulo. O governador privilegia o pagamento da dívida exor-

bitante do Estado e amplia a terrível dívida social com o nosso povo. A ampliação de recursos para a educação depois de 10 anos sem aumento de verbas, beneficiará as universidades públicas com aumento de 9,57% para 10 % do ICMS e a mudança na base de calculo, incluindo itens como as compensações federais de descontos impostos. A projeção será de ampliação mais de 5% no orçamento em cada universidade com a responsabilidade de aplicação destes recursos em aumento de vagas, investimentos em pesquisas e ações de extensão para benefícios da sociedade. É preciso derrubar o veto na Assembléia Legislativa.

66 – Devido à pressão e a unidade dos servidores concede, às vésperas da manifestação conjunta de 26 de agosto, um reajuste salarial insatisfatório e continua ainda com as gratificações, ao invés de incorporar as já existentes. Evidentemente que isto reflete também seus objetivos eleitorais para 2006, já que é um dos candidatos do PSDB para presidente da república.

67 – Atacou duramente a greve dos docentes na UNESP e FATECs. Na RTV Cultura, diminui as verbas e não concedeu reajuste negociado com o patronato.

DEFENDEMOS:

68 – Combater a política aplicada por Alckimin de diminuição do papel do Estado seja através das privatizações, da contratação de mão de obra terceirizada, da entrega às organizações sociais e da demissão dos servidores.

69 – A necessidade da construção da mais ampla unidade do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do Estado contra a política destruidora do Alckimin, partindo da unificação das lutas dos servidores públicos estaduais, mas buscando envolver o conjunto dos trabalhadores privados do Estado, pois o ataque aos serviços afeta diretamente a toda população paulista.

70 – A necessidade de avançar cada vez mais o esforço da CUT-SP em organizar a campanha salarial unificada com os servidores estaduais pois tem fortalecido a luta.

CONJUNTURA MUNICIPAL

71 – COMBATE AO GOVERNO SERRA, pois tem aplicado políticas contrárias aos interesses dos profissionais de educação, da escola públi-

ca e do povo paulistano.

72 – Caracteriza-se como um governo que não tem projeto para a cidade, prevalece a paralisia administrativa e abandona obras iniciadas e desmonta programas de inclusão social e distribuição de renda.

73 – Serra governa de acordo com as prioridades dos tucanos: ajuste fiscal, enxugar a máquina pública através da terceirização da administração e com o PL 318/05 das organizações sociais pretende privatizar o ensino, à pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico, a proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

74 – Aumentou a passagem de ônibus para CR\$ 2,00 e restringiu o bilhete único a quatro viagens por 2 horas, prejudicando milhares de trabalhadores e desempregados.

75 – Aprovou a lei da previdência aumentando a contribuição em mais 6% o que equivale a 120% (5% + 6%) dos servidores para a caixa do IPREM. Na regulamentação não está garantida a incorporação das jornadas especiais para aposentadoria, entre outras perdas.

76 – Na campanha salarial tivemos 0,1%. Pela primeira vez na nossa história tivemos redução de salário, pois teremos com o aumento da previdência, uma perda de 6%.

77 – Retirou direitos da carreira do magistério, desmontou as Salas de Leitura, e de Informática, transformando os professores (as) destas salas em eventuais.

78 – Editou portaria que dificulta os profissionais de educação de pedirem afastamentos, tanto para tratamento de saúde como de formação. Acabou com a licença de curta duração.

79 – Enfim, procura sucatear a educação municipal como acontece no Estado, com a mesma política de abono, de jornada, de turnos de aulas, supressão de salas, descompromisso com a educação de jovens e adultos, etc.

ENCAMINHAMENTO:

80 – O Sinpeem deve organizar a categoria, principalmente nos locais de trabalho, para lutar contra o governo Serra que retira direitos dos profissionais de educação e da população de São Paulo.

QUESTÃO EDUCACIONAL

81 – A luta em defesa da escola pública, gra-

tuita, laica, unitária e de qualidade social contínua. Só esta proposta garante uma escola verdadeiramente democrática.

82 – Na concepção de escola unitária, o ser humano é concebido como ser ativo, crítico, construtor de sua própria cultura, da história e da sociedade em que vive. Para tanto, é imprescindível seu acesso a uma escola que, além de formação ampla, desenvolva valores e atributos inerentes à cidadania.

83 – Defendemos uma escola de educação integral, que garanta o caráter unitário do conhecimento – articulando os saberes científicos, tecnológicos e sócio-históricos, tendo como pressuposto fundamental a construção de um referencial que reflita as necessidades do mundo do trabalho em contraposição ao mercado de trabalho – uma escola contrária ao individualismo, envolvida na busca do desenvolvimento humano e na perspectiva do engajamento social e político.

84 – Embasados nesta concepção é que somos contra os acordos de livre comércio: GATS, ALCA e NAFTA, onde as intenções dos países desenvolvidos, capitaneados pelos EUA, entre outras é a mercantilização da educação, ou seja, deslocá-la da esfera de direito para de produto – “quem tem dinheiro tem acesso”. Desejam formular um sistema educacional baseado no mercado com fins lucrativos. É este o debate no âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC sobre o setor de “serviços”, dando a possibilidade de acordo comercial operarem sob a égide da legislação deste organismo mundial desmantelar a previdência social, o sistema educacional e de saúde, ou sejam das políticas públicas que são estabelecidas como direito da população em possibilidade de lucro do capital.

85 – Os resultados acerca dos Acordos de Livre Comércio são: aumento da precarização dos postos de trabalho; alto índice de demissão, especialmente na indústrias que empregavam mulheres; violação e flexibilização das leis trabalhistas; privatizações de bens e serviços públicos essenciais, entre outros.

86 – Quando defendemos a educação como um direito é indispensável a regulamentação, pelo Estado, da educação privada.

87 – Defendemos um sistema nacional de educação que articule os graus, níveis, séries, modalidades de ensino e mecanismos democráticos de passagem de uns a outros, em regime de co-responsabilidade entre as instâncias gestórias e as

esferas de poder. Um sistema baseado nos seguintes princípios básicos: a educação como um direito de todos os cidadãos e cidadãs, visando à formação integral; o dever do estado na garantia da escola pública, gratuita, laica, unitária e de qualidade social; a igualdade de oportunidade e condições para o acesso e permanência. A ausência de efetivo sistema nacional de educação configura a forma fragmentada e desarticulada do projeto educacional vigente.

88 – A universalização do acesso é uma meta a ser seguida. Pois apenas 23% das crianças de zero a seis anos frequentam as escolas de educação infantil. Foi aprovada, recentemente pelo Senado, a PEC 40/00 que torna obrigatória e gratuita a educação infantil. O ensino fundamental, com a obrigatoriedade garantida em lei, existe 97% de crianças matriculadas, a partir dos sete anos. Dos alunos e alunas concluintes do ensino fundamental, menos de 30% alcançam o ensino médio e menos de 1% o nível superior. Há ainda um expressivo número de pessoas analfabetas – 12% - 20 milhões, na área rural este percentual é maior. Temos 40 milhões de pessoas consideradas analfabetas funcionais. Os programas de alfabetização devem, necessariamente, priorizar a continuidade dos estudos do alunado, para assegurar a institucionalidade do EJA nos sistemas públicos de ensino. Caso contrário não alcançará os objetivos propostos. A falta de vagas nas escolas públicas e os altos custos das escolas privadas, além das condições sociais de miséria e desemprego, falta de mais verbas para educação e a não prioridade desta área pelos governantes são algumas das principais causas do baixo acesso.

89 – Além do grave problema do acesso temos ainda a necessidade da garantia da permanência na escola e a qualidade do ensino. Só com programas sociais, campanhas e ações afirmativas não resolvem de forma radical estes problemas educacionais. É preciso que haja mudança da sociedade com um projeto de desenvolvimento nacional, com soberania e valorização do trabalho. Mais verbas para a educação, melhorar as condições de vida e trabalho dos profissionais de educação.

ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS

90 – O PNE – lei 10 172/02 - estabelece “a meta de ampliar para nove anos a duração do ensino fundamental obrigatório com início aos seis

anos de idade, à medida que for sendo universalizado o atendimento na faixa de 7 a 14 anos.”

91 – A lei 11 114 de 16 de maio de 2005 alterou artigos da LDB para os pais matricularem seus filhos e filhas a partir dos seis anos de idade no ensino fundamental, desde que atendidas a taxa líquida de escolarização de pelo menos 95% da faixa etária de sete a quatorze anos, nas redes públicas e a não redução média dos recursos por aluno do ensino fundamental.

92 – Está em processo a implantação do ensino fundamental em 9 anos. Várias Secretarias Estaduais e Municipais de Educação já estão funcionando com esta proposta. No município de São Paulo pretendem implementá-la ano que vem.

EXISTEM VÁRIOS QUESTIONAMENTOS E INDAGAÇÕES:

93 – As EMEIs serão desestruturadas?

94 – A educação infantil ficará reduzida de zero a cinco anos?

95 – Até universalizar o ensino fundamental de nove anos no sistema estadual ou municipal, é possível atender as crianças de 6 anos de idade nas EMEIs?

96 – Quais são os conteúdos a ser trabalhados no primeiro ano do ensino fundamental de nove anos?

97 – Quais são as implicações pedagógicas na ampliação do ensino fundamental para 9 (nove) anos?

FUNDEB

98 – No congresso anterior deliberamos ser favorável à política de criação de fundos com recursos públicos específicos, que possibilitam aloca-los, de acordo com o interesse desejado, priorizando uma necessidade enquanto a mesma não esteja universalizada.

99 – Somos contra o Fundef, pois não abrange a educação infantil, ensino médio, EJA e as diversas modalidades de ensino.

100 – Por outro lado a PEC 415/05 do Fundeb, que está no congresso, não contempla o que queremos por que:

101 – exclui a educação infantil de zero a três anos;

102 – não apresenta critérios de custo aluno mínimo e o percentual de investimento mínimo nacionalmente levando em consideração a necessidade de estabelecer valores per capita diferen-

ciados por etapas e modalidades;

103 – a complementação da União é extremamente reduzida – 2% do total dos recursos movimentados pelo fundo. Não está claro de onde virão os recursos para essa complementação. Deve ser maior que a do Fundef e não deve servir para saldar eventual débito do fundo anterior.

104 – não absorve a concepção de PSPN (Piso Salarial Profissional Nacional) importante instrumento de valorização e isonomia mínima para os profissionais das diversas regiões;

105 – o percentual para pagamento dos profissionais de educação deve aumentar para 80% e incluir os funcionários também;

106 – redefinição dos conselhos municipais de acompanhamento e controle social do fundo, visando melhorar e aperfeiçoar os mecanismos de controle e fiscalização dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

107 – A desvalorização dos profissionais de educação carrega o referencial que a grande maioria – 83% são mulheres, de acordo com a pesquisa Retrato Escola 3, realizada pela CNTE, em 2002. Conjugada à miserabilidade salarial e fruto do desmonte do serviço público agravou-se a precarização das condições de trabalho, submetendo os profissionais de educação a esforços sobre-humanos para o desenvolvimento de suas atividades.

108 – A ausência de uma política de formação inicial e continuada limitou o processo de qualificação profissional a iniciativas individuais e poucas de alguns governos, restringindo, dessa maneira, o acesso da maioria dos trabalhadores e trabalhadoras ao aperfeiçoamento profissional.

REFORMA UNIVERSITÁRIA

109 – O debate promovido pelo MEC transcorreu de forma ampla e democrática e contou com participação ativa das entidades nacionais de educação e também de trabalhadores das instituições públicas e privadas, da comunidade científica e de profissionais dos movimentos sociais. Foram debatidos e apresentados dois anteprojetos e o último já foi enviado ao congresso nacional para votação. O resultado final foi uma proposta mais enxuta e com maior coerência interna, mantém o

fortalecimento da educação pública, colocando metas mais claras de inclusão, melhora a proposta de financiamento, incluindo as instituições estaduais e municipais, trabalha o financiamento estudantil como uma questão de política de permanência, determina regras claras de avaliação. Mas uma verdadeira reforma, pressupõe dar conta da regulamentação da educação superior privada que hoje é responsável por 80% das matrículas e no sistema representa a grande maioria das instituições. O avanço que tinha no primeiro antiprojeto foi reduzido no segundo, pois suprime pontos de importância vital que possibilitariam a regulamentação do ensino privado, como a alteração total do capítulo que tratava de regulamentar e distinguir as exigências para as mantenedoras e sua diferenciação com as mantidas. Atenuou consideravelmente as exigências de gestão democrática e controle social nas instituições privadas e resgatou os Institutos Superiores como uma das modalidades da educação superior. Ao definir as características da instituição comunitária, deixa brecha para que este tipo de instituição possa ser vinculado a pessoas físicas, e possam ter fins lucrativos

107 – Portanto é preciso alterar 4 pontos para que a proposta de reforma da educação superior signifique um avanço:

111 – as exigências para as mantenedoras do setor privado e a autonomia para as mantidas, regulamentando a relação entre ambas;

112 – clara definição das instituições comunitárias como instituições fundacionais, sem fins lucrativos, com qualidade e gestão democrática;

113 – a retirada dos Institutos Superiores de Educação como modalidade da educação superior;

114 – a retomada dos capítulos que tratavam da gestão democrática e controle social de todo o sistema de educação superior.

DEFENDEMOS:

115 – A escola pública, gratuita, laica, unitária e de qualidade social;

116 – Sistema nacional de educação;

117 – Mais verbas para a educação pública, a derrubada dos vetos do PNE e ampliação do percentual até 10% do PIB. Acabar com a DRU (desvinculação das receitas da União);

118 – Pressionar o parlamento para modificar a PEC 415/05 a fim de termos um Fundeb que queremos, conforme as críticas acima. Por um Fun-

deb que atenda toda educação básica, com mais recursos e contemple a valorização de todos os profissionais de educação.

119 – Pagamento pelo governo federal da dívida do Fundef com os estados e municípios. Já foi acionado na justiça por várias entidades, como a CNTE.

120 – Revisão do PPA para aumentar a complementação para o fundeb.

121 – Uma reforma do ensino superior que avance no conceito de educação como direito e não uma mercadoria. Valorização da universidade pública e regulamentação do ensino superior privado. Gestão democrática para todas as instituições. Lutar para incluir os 4 pontos acima no PL encaminhado ao congresso nacional. Portanto uma reforma educacional e universitária progressista e democrática.

122 – Contra a proposta do CNE para o curso de pedagogia, pois defendemos que haja uma formação de profissionais da educação comprometida com a transformação da escola, do ensino e da educação no país. Deve ser um curso de graduação plena que supere a dicotomia entre o bacharelado e a licenciatura e que forme o pedagogo para atuar em espaços escolares e não-escolares, na docência, na gestão e na produção e difusão do conhecimento do campo educacional.

123 – Escola pública para todos e todas e em todos os níveis do CEI à universidade.

124 – Verba pública somente para escola pública!

125 – A valorização dos profissionais de educação, inclusive o pessoal do quadro de apoio, com piso salarial profissional do Dieese, com carreira, condições dignas de trabalho e formação inicial e continuada;

126 – Contra a privatização e terceirização da educação e dos serviços públicos;

127 – Defesa de uma política educacional para jovens e adultos;

128 – Por um plano municipal de educação democrático e progressista ;

129 – Eliminação do analfabetismo;

130 – Que o estado/município realize um censo educacional visando localizar a demanda de jovens e adultos “analfabetos” e a seguir ofereça a educação para todos.

QUESTÃO FUNCIONAL / SALARIAL

131 – Defesa da categoria - A defesa de todos

os profissionais de educação – docentes, especialistas e funcionários - deve ser um dos principais motivos da existência do Sinpeem, no âmbito funcional, salarial, educacional, sindical, da saúde, condições de vida e trabalho, direitos sociais, participação na luta geral da sociedade e na politização desta categoria.

DEFENDEMOS:

132 – Contra as terceirizações e o PL 318/05 das organizações sociais que é privatização da educação municipal, saúde, meio ambiente entre outros:

133 – Ampliação da rede de educação infantil (CEI e EMEIs) com construção de novas escolas

134 – Ampliação da rede de educação infantil (CEI e Emeis) com construção de novas escolas

135 – Redução do número de alunos por sala de aula com construção de mais escolas para atendimento da população em demanda;

136 – Contra a redução de turnos enquanto não tiver escolas suficientes para atender a demanda escolar.

137 – Valorização do trabalho docente e demais funcionários com reconhecimento político e social;

138 – Manutenção da carreira do magistério: evoluções, licenças, promoção, merecimentos, etc;

139 – Garantia das jornadas especiais de trabalho: JEI, JEA e sua incorporação para aposentadoria;

140 – Por uma avaliação de desempenho democrática que avalie também as políticas de Governo com a qualidade do ensino;

141 – Preenchimento de cargos vagos nas escolas, com realização de concursos e com convocação dos concursados;

142 – Manutenção dos projetos de salas de leitura e informática educativa com seus respectivos profissionais;

143 – Valorização dos fóruns democráticos da escola: Conselho de Escola, APMs, Grêmios Estudantis ou comissões de alunos, etc;

144 – Fim do autoritarismo nas escolas;

145 – Amplo trabalho de divulgação, formação e conscientização da importância de um conselho de escola forte dentro de uma gestão democrática, envolvendo os profissionais de educação, pais e alunos;

146 – Destinação de espaço na U.E.s para a

implantação e funcionamento do grêmio estudantil, considerada sua importância social, política e educativa.

FORMAÇÃO

147 – Garantia de cursos de formação, pelo governo, em universidades públicas, para todos os profissionais que trabalham na Educação;

148 – Condições reais para que o professor (a) continue estudando e possa frequentar cursos, palestras, congressos, seminários, faculdades, etc.

ADJUNTOS

149 – Lotação inicial aos professores adjuntos nas escolas e posteriormente nas coordenadorias.

150 – Direito de ocupar cargos administrativos da classe III do magistério;

151 – Transformação dos professores (as) adjuntos em professores (as) titulares;

152 – Garantia de remoção anual para o professor ou professora adjunto de uma unidade escolar para outra se garantida a fixação de lotação na unidade escolar.

QUADRO DE APOIO

153 – Redução da jornada de trabalho do quadro de apoio para 6 horas, sem redução de salário;

154 – Criação de uma política de formação continuada para o quadro de apoio e administrativo;

155 – Complementação de Escolaridade sobre responsabilidade do governo;

156 – Recesso escolar no mês de julho extensivo a todos os profissionais de educação que a administração tome as medidas cabíveis para que os equipamentos continuem em funcionamento;

157 – Garantia de substituição nas licenças do quadro de apoio;

158 – Incorporação dos vigias escolares no QPE;

159 – Sala para o quadro de apoio em todas as unidades de trabalho com infra-estrutura adequada;

160 – Correção técnica nos artigos 7º e 12º do decreto 45.587/04 e portaria 5.937/04 e as retificações sobre o critério de contagem de tempo na primeira evolução em inclusão da aprovação em concurso como título;

161 – Reestruturação da carreira do quadro de apoio, conforme deliberação de Congressos anteriores;

162 – Isonomia de direitos entre os agentes de apoio lotados nos CEIs e os agentes escolares.

SALARIAL

163 – Por uma política de aumento real, isonomia e valorização dos salários para que o professor (a) não precise acumular turnos para compensar salários, nem os funcionários terem trabalho extra;

164 – Contra a política do bônus e de gratificações;

165 – Piso salarial do DIEESE e imediato de três salários mínimos para jornada de JB e o pessoal do quadro de apoio; Reposição salarial de 34,76%;

166 – Pagamento da diferença (70%) GDE referente ao ano de 2004;

167 – Revisão da lei salarial que dispõe sobre a sistemática e periodicidade de reajustes no salário dos servidores;

168 – Plano de restabelecimento da isonomia salarial, com extensão dos ganhos judiciais para todos os profissionais do quadro dos profissionais de educação e dos demais quadros que atuam nas unidades da SME;

169 – Pagamento da gratificação de difícil acesso, calculada sobre o valor padrão da referência QPE 11 A.

APOSENTADORIA

170 – Garantia de isonomia para os aposentados (as);

171 – Por uma política de incorporações de jornadas na aposentadoria.

SAÚDE

172 – Melhoria do atendimento no HSPM, intensificando a participação na gestão administrativa,

173 – Pela manutenção da licença de curta duração;

174 – Exigir a implantação e funcionamento das CIPAS nos locais de trabalho;

175 – Fim da violência nas escolas e promoção da atuação da GCMs junto à comunidade por

uma cultura de não-violência;

176 – Auxílio doença para portadores de doenças crônicas e ou incuráveis, independentemente do valor salarial recebido;

177 – Direito de utilização do HSPM pelos filhos (as) dos servidores (as) independentemente da idade dos mesmos;

178 – Inclusão dos 3% pagos ao HSPM nos 11% do IPREM.

CEI

179 – Equiparação de direitos conquistados pelo quadro dos profissionais de educação, como carreira, jornadas JEI, JEA, JB, horário de intervalo, férias coletivas;

180 – Contrato de professores adjuntos para substituições e manutenção do projeto pedagógico;

181 – Implementação de Sala de Leitura e de Informática;

182 – Reforma e reestruturação dos prédios escolares dos CEIs ao conceito pedagógico

183 – Regimento de CEI conforme LDB;

184 – Democratização da gestão, criando e fortalecendo a participação de funcionários e comunidade nos fóruns de deliberações;

185 – Cursos de formação para todos os funcionários do CEI;

186 – Criar condições reais para PDI exercer o direito as horas atividades semanais e incorporação do tempo de ADI para evolução funcional e aposentadoria especial.

QUESTÃO SINDICAL

REFORMA SINDICAL

187 – A CUT reafirma a necessidade de democratizar a estrutura sindical, de forma a contar com entidades sindicais realmente representativas.

188 – Considerando a importância estratégica para a luta dos trabalhadores de democratizar as relações capital-trabalho, garantindo o direito de organização dos trabalhadores e trabalhadoras nos locais de trabalho e entendendo que tal perspectiva somente será conquistada se criarmos na sociedade um ambiente político em que os direitos sindicais sejam entendidos como conquistas democráticas.

189 – Compreendendo, ainda, que as forças

conservadoras da sociedade buscam fazer do congresso Nacional uma “caixa de ressonância” de seus ataques aos direitos da classe trabalhadora e que a aprovação de leis de interesse da classe trabalhadora só ocorrerá se fizermos uma ampla pressão política e popular.

190 – Identificando, por outro lado, que o tema da reforma sindical tem provocado polêmicas no movimento sindical e considerando que a proposta de reforma sindical foi entregue ao Congresso Nacional, a CUT delibera uma plataforma democrática básica para a reforma sindical.

191 – A Plataforma Democrática Básica que servirá para nortear a intervenção da CUT sobre os rumos da tramitação da reforma sindical no Congresso Nacional. Aprovada na 11ª Plenária Nacional da CUT:

192 – Reconhecimento das Centrais Sindicais com liberdade na estrutura vertical;

193 – Manutenção da estrutura atual nos sindicatos de base, condicionada a critérios de representatividade e democratização nos estatutos;

194 – Organização Sindical por Setores e Ramos de Atividade;

195 – Fim do Imposto Sindical (contribuição compulsória) e das taxas confederativa e assistencial e instituição da Contribuição Negocial;

196 – Direito de Organização por Local de Trabalho – OLT;

197 – Contrato Coletivo Nacional por Ramo;

198 – Direito de Negociação e Greve no Setor Público nas três esferas e nos três poderes;

199 – Ultratividade dos Contratos (significa que enquanto não se chega a uma nova convenção e/ou acordo coletivo continuarão valendo as cláusulas do acordo anterior);

200 – Substituição Processual (permite às organizações sindicais representarem na Justiça os trabalhadores e trabalhadoras de sua base, evitando que fiquem expostos a retaliações patronais);

201 – Coibição das práticas anti-sindicais (proíbe demissão ou perseguição de sindicalizados, grevistas e militantes);

202 – Ratificação da Convenção 158 da OIT (proíbe as demissões imotivadas);

203 – Não intervenção do Estado na organização sindical.

DEFENDEMOS:

204 – Um movimento sindical classista, de luta,

organizado na base, independente e autônomo, politizado;

205 – A garantia plena dos direitos sindicais dos servidores e servidoras pública, pelo direito de greve;

206 – Revogação de todas as medidas de flexibilização dos direitos trabalhistas e terceirização dos serviços públicos;

207 – A permanência do Sinpeem na CUT. Devemos atuar por dentro dela, participando das atividades da CUT, fazendo as críticas e contribuindo para que seja, de fato, uma central classista, com unidade nas lutas contra a reforma sindical e trabalhista e qualquer reforma ou medida que retire direitos e conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras, presente em todas as lutas a nível internacional, nacional, estadual e municipal na defesa dos direitos do povo brasileiro e do Brasil democrático e progressista. Uma CUT independente de governos, partidos políticos e religiões. Somos contra a divisão da CUT, pois só enfraquece o movimento sindical e social;

208 – A participação nas atividades promovidas pela CMS – Coordenação dos Movimentos Sociais.

209 – Lutar contra a reforma sindical e trabalhista, a PEC 369 e qualquer outra reforma que retire direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

210 – Que a plataforma democrática tirada na 11ª plenária nacional da CUT sobre a reforma sindical seja instrumento para unificar a luta por uma reforma sindical que contenha avanços.

APROFUNDAR A DEMOCRACIA INTERNA E A DESCENTRALIZAÇÃO DO SINPEEM

211 – O Sinpeem deve organizar os profissionais de educação para lutar por seus direitos e avançar nas conquistas e impedir qualquer retrocesso. Só com a unidade da categoria e a luta decidida e organizada conseguiremos enfrentar as ameaças das políticas neoliberais aplicadas pelos governos e agora pelo prefeito José Serra.

212 – Precisamos de uma direção democrática, combativa e de luta que não se deixe levar pelas dificuldades e esteja disposta a politizar a categoria para enfrentar as lutas, colocando os interesses dos profissionais de educação acima de projetos individuais ou de grupos.

213 – Deve-se estimular o debate interno de

propostas e não de ataques pessoais, as críticas devem ser analisadas e não interpretadas como ataque pessoal. Ampliar a democracia e a participação da categoria nas diversas instâncias do sindicato.

214 – A descentralização é o contra ponto ao trabalho centralizado, exclusivo. A divisão de responsabilidades, com condições de realizá-las, é uma forma concreta de participação e crescimento da militância sindical no Sinpeem, e melhor atendimento à categoria.

215 – As sub-sedes precisam ser dinâmicas, com infra-estrutura adequada e condições para que os conselheiros e conselheiras possam realizar seu trabalho na região e a categoria ser melhor atendida próximo ao seu local de trabalho, oferecendo cursos e atendimento aos associados e associadas. É preciso manter as atuais sub-sedes e abrir outras, de acordo com o parágrafo 15 do artigo 31 do estatuto do Sinpeem.

DEFENDEMOS:

216 – O sindicalismo classista, de luta, organizado na base, com filiação da maioria da categoria, com representantes sindicais por local de trabalho, com conselheiros e conselheiras regionais, com todas as garantias de estabilidade e representação sindical, com assembleias e congressos periódicos; politizado, participando e valorizando a luta de todos os trabalhadores e trabalhadoras; democrático, independente de governos, patrões e partidos políticos;

217 – Aprofundar a democracia interna no Sinpeem;

218 – Um sindicato que amplie a participação da categoria na definição de suas políticas, que democratize seus fóruns de deliberação. Ter a democracia interna e decisões coletivas como princípio da luta política, sindical e educacional por novas conquistas;

219 – A maior descentralização com as sub-sedes nas diversas regiões, conforme já deliberado em congresso do Sinpeem, com infra-estrutura adequada e possibilidade dos conselheiros e conselheiras poderem exercer o seu trabalho sindical como visitas as escolas reforçando e apoiando os representantes de escolas;

220 – A sub-sede ser um centro irradiador das atividades do sindicato na organização da região, na maior aproximação com a base, reestruturan-

do e dando condições de organização social, sindical e com cursos de formação e na mobilização e lutas da categoria

221 – Priorizar o trabalho com os representantes de escolas dando condições para poderem exercer a sua atividade sindical na unidade de trabalho;

222 – Publicação mensal no jornal do Sinpeem da prestação de contas do sindicato para que o coletivo da categoria possa tomar conhecimento;

223 – Uma CUT classista e de luta e contra a divisão da CUT;

224 – Unidade na CUT contra a Reforma Sindical, a PEC 369 e qualquer medida que ataque a direitos e conquistas dos trabalhadores. Pela plataforma democrática básica.

ESTATUTO DO SINPEEM

225 – Defendemos as seguintes alterações:

226 – Art. 68 parágrafo 1º com a seguinte redação: A comissão eleitoral será formada por 5 (cinco) sócios, que não sejam candidatos ou candidatas de chapas, entre os quais será eleito um presidente;

227 – Art. 73 – (...) a proporcionalidade de 20% no caso de duas chapas e 10% no caso de três ou mais chapas;

228 – Inciso II do art. 73 - os 12 cargos da diretoria Geral não entram na divisão das rodadas, pois serão escolhidos numa única vez de acordo com a proporcionalidade obtida pelas chapas;

229 – Novo artigo – No capítulo IV – Diretoria – Art. ... Só é permitido uma reeleição para o mesmo cargo na diretoria do Sinpeem.

Assinam a Tese Renovar é lutar pra avançar:

Raquel Felau Guisoni, Ângela Venâncio da Silva, Maria Aglais de Oliveira, Francisca Pereira da Rocha, João Antonio D. Carvalho, Roque Nobre Machado, Elizete Souza Almeida, Regina Aparecida Paulo Lyrio, Edivan Vales Fernandes, Eunice (Sazon) Alves de Oliveira, Rita de Cassia Alves, Antonio Alves, Cristiane Maria de Souza, Maria Dileuza de Souza, Cláudio José Alves Ferreira, Marly Janete Martins, Magda Valderes Rodrigues, Marlúcia Gonçalves de Abreu, Margareth da Silva Aguiar, Sonia Maria do Nascimento de Matos, Adjacir Berilo, Enélio Naider Filho, Otoniel de Lima, Antonio Luis. Juliana Aparecida Martins de Oliveira, Wagner Almeida, Monique Moreira, Imaculada Romero, Josberto Silva Rodrigues, Edi Carlos M. da Silva, Roberval Romeu da Silva.

SINPEEM pela Base

CONJUNTURAS POLÍTICAS

INTERNACIONAL

1 – A economia mundial está cada vez mais globalizada e o capital mais concentrado em grandes empresas multinacionais, entretanto, este desenvolvimento econômico não tem significado melhoria nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. Não existe uma relação direta entre desenvolvimento econômico e melhorias sociais porque o capitalismo não acumula capitais para redistribuir renda.

2 – O fato mais recente que explicita esta situação foi o que ocorreu nos EUA em New Orleans. A catástrofe em consequência do furacão Katrina e a atitude do presidente Bush em não socorrer imediatamente a população negra e pobre daquela região, na nação mais rica do mundo, evidenciou mais uma vez o que é o capitalismo e a democracia burguesa. A situação em que ficou a população desta região não se diferenciou em nada de situações semelhantes em outros países pobres do planeta.

3 – Analisando esta situação, nos reforça a idéia de que desenvolvimento econômico sem um amplo movimento por conquistas sociais não haverá melhora de condições de vida para a classe trabalhadora, pode até gerar empregos, mas com salários archochados e com um Estado mínimo preocupado apenas em regular a especulação financeira e reduzindo cada vez mais os serviços públicos oferecidos à população.

4 – Não há hoje no planeta uma ação política da esquerda internacional capaz de resistir e se opor a esta situação. O fim do socialismo no leste europeu, num primeiro momento fortaleceu o projeto da social democracia, principalmente a europeia, que acreditava na humanização do capitalismo e no desenvolvimento econômico como condição para ampliar as políticas sociais. Este projeto também já foi amplamente desmistificado, não só não conseguiu humanizar o capitalismo, como também se mostrou ineficiente para deter as investidas bélicas do imperialismo americano.

5 – A estratégia dos EUA de dominar os territórios do Oriente Médio para monopolizar a exploração do petróleo, inclusive com o apoio de vári-

os países da Europa e da Ásia como Inglaterra, Espanha, Itália, Rússia e Japão, teve como consequência a proliferação de ações terroristas. Embora sejamos contra a política imperialista dos EUA no Oriente Médio também discordamos das práticas terroristas e acreditamos que só serão superadas quando surgir um movimento organizado por uma nova esquerda mundial capaz de revitalizar o projeto de sociedade socialista.

6 – No continente americano, esperávamos que o governo Lula fizesse uma política de aliança com os países da América do Sul para fortalecer o Mercosul e impedir a inclusão destes países na ALCA. O Brasil não entrou para a ALCA, mas o fortalecimento do Mercosul não ocorreu, mesmo tendo no Uruguai, Venezuela e Argentina governos com apoio popular. O protecionismo econômico condicionado pelos interesses das grandes empresas destes países tem inviabilizado o Mercosul.

7 – O governo Lula tem se empenhado para que o Brasil venha a fazer parte do Conselho de Segurança da ONU, entretanto, este objetivo não justifica a manutenção das tropas brasileiras no Haiti. Defendemos a retirada imediata.

PROPOMOS:

8 – Retirada das tropas brasileiras do Haiti;

9 – Não à ALCA;

10 – Contra a política imperialista dos EUA em todo o planeta;

11 – Unidade dos trabalhadores de todos os países contra todas as políticas que retiram direitos e não melhoram a qualidade de vida

NACIONAL

12 – O governo Lula tem sido uma decepção para vários segmentos da sociedade brasileira, mas principalmente para os trabalhadores. Mesmo antes de todo este escândalo da corrupção a insatisfação já era grande porque a política econômica atrelada a juros altos, às metas de superávit, ao cumprimento dos acordos com o FMI condicionou todas as demais políticas do governo.

13 – Os trabalhadores estão mais pobres e os banqueiros cada vez mais ricos. O desemprego continua expressivo e as políticas sociais como

saúde, educação, habitação tem tido seus orçamentos sistematicamente reduzidos. A reforma sindical e trabalhista só não foi aprovada porque foi atropelada pelos escândalos da corrupção, mas se aprovada significaria o desmonte dos direitos conquistados arduamente pelos trabalhadores durante quase um século e consolidados na Constituição de 1988.

14 – Não temos o que comemorar no governo Lula, e nas eleições presidenciais do ano que vem estará desmoralizado por não ter concretizado as promessas de campanha e o que defendeu nos seus 20 anos de história. O mar de lama de corrupção que hoje envolve até ex-ministros do governo Lula tem que ser analisado não do ponto de vista moral, mas politicamente. A corrupção está engendrada em toda a sociedade capitalista a começar pela empresas que sonégam impostos, não repassam a contribuição previdenciária e do FGTS e nada acontece. É verdade também que a corrupção não é novidade na história do nosso país, neste ou naquele governo, mas Lula chegou ao poder prometendo ser diferente e agora não podemos aceitar como justificativa que todos os partidos fazem caixa 2 nos financiamentos de campanhas eleitorais, como se isto pudesse absolver todos.. A situação é mais grave ainda quando constatamos que o uso de dinheiro público para comprar votos de deputados não foi para aprovar projetos que beneficiavam a classe trabalhadora, pelo contrário, eram projetos contra os trabalhadores e só protegiam os lucros dos próprios empresários.

15 – Os que ainda defendem o governo Lula justificam que a direita está se aproveitando da situação para desmoralizar o governo e se fortalecer. É evidente que isto está ocorrendo, mas a responsabilidade é de quem permitiu que isto acontecesse e não podem querer caracterizar a todos que não aceitam se calar de estarem fazendo o jogo da direita. Os primeiros a fazerem o jogo da direita foram os que chegaram ao poder para fazerem a mesma política da direita e até usar os mesmos esquemas de corrupção. Não podemos e não vamos nos calar.

16 – O momento exige reflexão. É necessário entendermos porque tudo isto está ocorrendo e como não permitir que se repita.

17 – O movimento sindical que foi duramente reprimido durante a ditadura militar, cresceu, se fortaleceu e construiu muitas lideranças. Com o processo democrático, estas lideranças começaram a

disputar eleições tanto executivas como parlamentares, e aos poucos foram ocupando o aparelho de Estado e se distanciando dos movimentos sociais ou atrelando-os aos seus mandatos e a fazer alianças com setores que antes faziam cerrada oposição. O ápice deste processo foi a chegada do Lula à presidência da república, a maior liderança sindical do país, que só chegou ao poder fazendo alianças com setores da classe dominante que no passado apoiaram a ditadura e a repressão aos movimentos populares. Não somos contra fazer alianças desde que não descaracterize a proposta política, mas não foi o que ocorreu com o processo de ascensão de Lula ao poder. Se ainda existem parlamentares do PT comprometidos com os movimentos sociais, são exceções, minorias, isoladas na estrutura interna do partido e outros foram até expulsos.

18 – Apoiamos a candidatura de Lula em 2002, mesmo conscientes das suas limitações, porque a história não anda em linha reta e tínhamos a esperança que neste governo os movimentos sociais poderiam se fortalecer, mas hoje temos que reconhecer que isto não ocorreu e a descrença e a decepção tem tornado muito mais difícil a reorganização dos movimentos sociais.

19 – A democracia serve para os trabalhadores terem liberdade de organização e expressão, mas conquistas sociais só ocorrem como resultado de muita luta, caso contrário a democracia será apenas um instrumento mais eficaz para a classe dominante impor sua hegemonia e explorar ainda mais os trabalhadores.

20 – Defendemos a construção de uma ampla frente de esquerda e unidade de ação, para reconstruir os movimentos sociais e termos força para exigir dos diferentes governos a manutenção e ampliação dos nossos direitos e exigir as mudanças necessárias para que os trabalhadores tenham emprego, qualidade de vida, assistência à saúde, educação de qualidade para todos, aumento de salário e melhores condições de trabalho e aposentadoria decente que garanta uma sobrevivência digna para quem trabalhou uma vida inteira.

21 – Defendemos que os trabalhadores participem do processo eleitoral, mas sem ilusões, temos que ter consciência que as lideranças políticas, seja no sindicato, no parlamento ou em cargos executivos só conseguirão ter uma atuação política em benefício dos trabalhadores se os próprios trabalhadores estiverem organizados e não

perderem a sua autonomia de classe.

PROPOMOS:

22 – Combate a corrupção de todos os governos, apuração e punição de todos os envolvidos;

23 – Fortalecimento dos movimentos sociais na luta por melhores condições de vida dos trabalhadores;

24 – Participação nos processos eleitorais tendo claro que as conquistas sociais só ocorrerão se os trabalhadores estiverem organizados;

ESTADUAL

25 – O governo de Geraldo Alckmin já vem fazendo há anos a política que Serra agora tenta fazer no município de São Paulo: não negocia com o funcionalismo, arrocha salários, introduziu uma política de abonos tendo como critério a assiduidade excluindo os aposentados. O salário de um supervisor aposentado do Estado não garante as condições de qualidade de vida. A estrutura de carreira do professor estadual tem apenas quatro referências e a maior parte do tempo não tem nenhuma evolução funcional e só são computados títulos acadêmicos. Aumentaram a duração da hora/aula e as horas adicionais são bastante reduzidas. Todas as análises e diagnósticos sobre o baixo desempenho dos alunos responsabilizam os professores e não a estrutura de organização do ensino da rede estadual. Os servidores estaduais têm apenas direito a 6 abonadas ao ano e 12 justificadas com desconto para todos os fins.

26 – Os professores eventuais são contratados e só recebem as aulas efetivamente dadas, quando não dão aulas sequer assinam ponto. Além disso, tem privatizado sistematicamente os serviços públicos.

PROPOMOS:

27 – Combate a todas as políticas do governador Geraldo Alckmin contrárias aos interesses dos servidores públicos e da população.

CONJUNTURA MUNICIPAL

28 – A política do governo Serra quanto aos serviços públicos tem sido intensificar as diversas formas de privatização sob a alegação de que de

não há recursos financeiros suficientes e que os serviços prestados pelo setor privado são mais econômicos e de melhor qualidade.

29 – Estamos realizando o XVI Congresso do Sinpeem, e todos os anos nós combatemos a privatização. Mudam-se os governos e a privatização continua, assim como o sucateamento dos serviços públicos para justificar a privatização. Faltam recursos humanos e materiais, não investem em infraestrutura e na formação dos funcionários e depois vão para mídia desqualificar o funcionalismo, como aconteceu recentemente, quando foram para a imprensa discutir as licenças de curta duração. O governo transmitiu para a população a imagem de servidores relapsos, que a administração anterior foi permissiva e que o Prefeito Serra é o moralizador do serviço público.

30 – No entanto, nas escolas o módulo de funcionários está sempre incompleto, não há professores adjuntos eventuais suficientes e os agentes escolares e auxiliares técnicos são obrigados a fazer serviço dobrado.

31 – Na saúde e nos transportes públicos a situação não é diferente, continuam muito aquém das necessidades da população. Os transportes públicos estão cada vez mais caros e insuficientes.

PROPOMOS:

32 – Contra todas as políticas de privatização do governo Serra,

33 – Contra a política de desqualificação dos servidores públicos;

34 – Contra a retirada de direitos e arrocho salarial;

35 – Serviços públicos de qualidade para toda a população.

EDUCACIONAL

A IDENTIDADE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

36 – A história da educação municipal de São Paulo nos últimos 40 anos foi marcada por avanços e recuos, conforme a alternância no poder de diferentes partidos políticos. Neste processo, o SINPEEM em todos os seus congressos tem debatido as políticas educacionais e pedagógicas das diferentes administrações e aprovado propostas para

todas as modalidades de ensino da rede municipal. Hoje nós temos um acúmulo de propostas e concepções educacionais, mas poucos avanços, porque as administrações que sucederam a Prefeitura Luiza Erundina, não fizeram uma discussão pedagógica e educacional de forma séria e sistemática com o conjunto da rede municipal.

37 – Hoje não há uma identidade de rede e cada escola tem seu projeto e se organiza como pode enfrentando as carências materiais e de recursos humanos, classes super lotadas e uma rotina burocrática intensa que absorve grande parte do tempo dos coordenadores pedagógicos e diretores. Defendemos a autonomia pedagógica das escolas em função das características da sua realidade específica, mas sempre defendemos também a necessidade de um projeto para o conjunto da rede que desse suporte para as escolas desenvolverem seus projetos específicos e que este projeto não fosse imposto criando uma hierarquia entre quem planeja e quem executa. Todos os profissionais de educação devem participar do planejamento e da execução.

TRIO GESTOR

38 – Uma das propostas da Secretaria Municipal de Educação é investir no trio gestor (supervisor, diretor e coordenador pedagógico) para que sejam os intermediários entre o DOT (Departamento de Orientação Técnica) e os professores. Ainda que digam o contrário, nos preocupa a possibilidade dos professores serem transformados em meros executores de propostas pedagógicas elaboradas por DOT, cabendo ao trio gestor o controle da execução. Devemos ficar atentos, porque se isto ocorrer será um grande retrocesso, pois há anos vimos avançando no sentido de todos serem planejadores e executores e que na escola os projetos pedagógicos, assim como a gestão da escola, no seu conjunto, tivessem o planejamento, a organização e a execução de forma coletiva envolvendo todos os profissionais de educação, alunos e pais.

39 – Os supervisores, diretores, coordenadores pedagógicos, assistentes de direção e auxiliares de direção devem sim ter uma gestão pedagógica e não separar o administrativo do pedagógico, mas isto não deve significar uma volta à hierarquização onde uns decidem e outros cumprem ordens de cima para baixo.

FORMAÇÃO

40 – A proposta apresentada pelo DOT quanto à formação dos professores é que seja definida e planejada a partir das necessidades reais de cada Unidade Escolar, articulada com seu projeto pedagógico e plano estratégico de ação. A partir da definição das escolas, as coordenadorias e DOT passariam a subsidiar esta formação. O importante é que nas Unidades Escolares este processo seja feito com a participação efetiva dos professores e que haja uma troca entre as escolas da região para o aprofundamento do conhecimento da realidade a ser enfrentada.

SALAS DE LEITURA E LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

41 – Nesta administração a preocupação do governo Serra tem sido em controlar a assiduidade dos profissionais da educação, restringindo as licenças de curta duração, os afastamentos autorizados para participação em eventos educacionais e sindicais e até mesmo o funcionamento das salas de leitura e laboratórios de informática. Retrocedem a uma visão já bastante superada que o espaço da sala de aula é o único local onde se dá a aprendizagem. As salas de leitura e os laboratórios de informática desenvolvem com os alunos atividades pedagógicas consideradas de docência até mesmo para fins de aposentadoria especial. Estas atividades foram uma conquista muito importante tanto para os alunos como para os docentes. Temos hoje na rede municipal 572 Salas de Leitura e 470 Laboratórios de Informática nas escolas de ensino fundamental, médio e educação infantil. Um acervo significativo que não podem ser subutilizados.

42 – Hoje, numa sociedade com tantos recursos de mídia onde os meios de comunicação privilegiam a imagem e não o texto, a sala de leitura numa unidade escolar deveria ser prioridade. Acreditamos que embora a comunicação por imagem seja importante e imediata, o pensamento reflexivo, o enriquecimento do vocabulário são fundamentais para uma aprendizagem capaz de formar alunos críticos, criativos, formuladores e elaboradores de suas concepções para terem condições de se apropriarem da realidade e nela intervirem como sujeitos históricos e não meros consumidores de produtos, imagens e opiniões.

43 – Junto com a leitura, a informática também é uma atividade imprescindível nas escolas por vários motivos: a informática é cada vez mais introduzida no cotidiano das nossas vidas e não há como prescindir de seus recursos; para a grande maioria dos alunos a escola é o único local onde os mesmos têm acesso à informática; o objetivo da informática na escola não é apenas domínio de manipulação tecnológica, mas sim de desenvolver a informática pedagógica, estando totalmente vinculada às outras atividades de sala de aula. Todas as EMEFs dispõem hoje de equipamentos modernos, com acesso a internet e data show, não disponibilizar estes recursos para os alunos é realmente não só um desperdício como retirar dos mesmos uma grande conquista.

44 – A portaria que transformou os POSL e POIE em “professores eventuais” veio na verdade normatizar o descumprimento de outra portaria que estabelece um módulo de professores adjuntos eventuais por unidade escolar. A quase totalidade das escolas da rede municipal de ensino, não dispõe de professores adjuntos eventuais, mesmo tendo concursados de todas as áreas e modalidades de ensino para serem chamados.

45 – É inaceitável que o governo Serra, não aplique a verba da educação como prevê a legislação, não coloque nas escolas os número de professores suficientes, impeça o funcionamento sistemático das salas de leitura e laboratórios de informática e ainda vá para a imprensa desmoralizar os profissionais de educação como se não fossem assíduos, inventassem doenças para fugir às suas obrigações e não tivessem compromisso com a educação.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

46 – A gestão democrática é um dos pilares fundamentais da unidade escolar, embora tenhamos um Conselho de Escola paritário e deliberativo, a gestão democrática só ocorre quando todos os profissionais de educação, junto com os alunos e pais, entendem que democracia começa com a vontade política de exercê-la. O amparo legal é a condição para o exercício democrático, mas não sai do papel quando os agentes gestores da escola não assumem o exercício democrático das suas atribuições e competências.

47 – O ranço autoritário nas nossas escolas ainda é forte, embora tenhamos avançado bastante.

Há muita confusão e diferenciação no entendimento do funcionamento do Conselho de Escola. A normatização é clara e democrática, mas na realidade os Conselhos de Escola ainda são pouco atuantes e muitas vezes não exercem como deveriam sua participação na organização das escolas e nem sempre são respeitados pelos órgãos intermediários e centrais da Secretaria Municipal de Educação.

48 – Defendemos o fortalecimento dos Conselhos de Escola, o combate a todas as formas autoritárias de gestão e o debate sobre as dificuldades e os diferentes entendimentos em relação ao funcionamento dos Conselhos de Escola.

ESCOLA PÚBLICA, ESTATAL, GRATUÍTA, LAICA PARA TODOS

49 – O Prefeito José Serra encaminhou à Câmara Municipal o PL 318/05 para entregar a gestão de unidades educacionais, da saúde e do meio ambiente para ONGs e sem licitação. Ficará a critério do Prefeito não só escolher as ONGs como disponibilizar funcionários públicos para prestar serviços, não estando previsto se estes funcionários terão o direito de recusarem. O argumento é que esta forma de gestão é mais econômica, mais eficiente e mais flexível. Como se não bastasse o arrocho salarial e o sucateamento dos serviços públicos esta proposta vem para aprofundar o processo de privatização. A experiência do PAS na gestão do Maluf já deixou bem claro que estas formas de privatização acabam se transformando em tráfico de influências políticas e corrupção, além de deteriorar ainda mais os serviços públicos prestados à população.

50 – Somos contra a expansão dos convênios na educação infantil e a todas as formas de privatização dos serviços públicos, como terceirizações, parcerias, ongs, cooperativas ou qualquer outra forma que implique na transferência de verbas públicas para setores privados.

51 – Defendemos a universalização da educação básica e o acesso ao curso superior a todos, em instituições públicas estatais mantidas e administradas pelo poder público.

ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS

52 – O governo Lula alterou a LDB com a Lei 11.114/05 tornando dever dos pais a matrícula de

crianças com 6 anos no ensino fundamental e ao mesmo tempo estabelece que o poder público só efetuará a matrícula de crianças com 6 anos no ensino fundamental nas escolas públicas se 95% das crianças de 7 a 14 anos já estiverem atendidas. Posteriormente o Conselho Nacional de Educação publicou a Resolução 03/05 determinando que a matrícula de crianças com 6 anos de idade, está condicionada a implementação do ensino fundamental de 9 anos.

53 – Em São Paulo, o Secretário Municipal de Educação, José Aristodemo Pinotti em entrevista ao Jornal da Tarde em (17/05/2005), defendeu o ensino fundamental de 9 anos para aumentar em 12% a arrecadação do FUNDEF. Somos contra o ensino fundamental de 9 anos porque estão apenas preocupados em aumentar arrecadação de verbas sem se preocupar com a criança. Se o objetivo da educação é o desenvolvimento da criança em todos os aspectos e não apenas o cognitivo, a antecipação da entrada da criança no ensino fundamental é uma violência. Principalmente se considerarmos que a cidade de São Paulo não dispõe de espaços de lazer para as crianças desta faixa etária e mesmo em casa as famílias hoje são menores e a escola oferece a possibilidade de uma socialização mais rica para estas crianças.

ENSINO FUNDAMENTAL

54 – O documento “Proposta de Formação DOT 2005” reconhece duas realidades: os professores da rede municipal têm boa formação e os alunos pouca aprendizagem. Pretendem superar o fracasso da aprendizagem propondo uma gestão pedagógica que envolva todos os educadores e atingir o objetivo de proporcionar aos alunos o domínio da leitura e da escrita. “A escola hoje precisa formar pessoas capazes de encontrar, selecionar, analisar e utilizar informações. A escola precisa ainda tornar as pessoas capazes de argumentar, organizar e articular idéias e comunicar-se” (Documento DOT 2005). Embora apresentem uma concepção ampla de leitura e escrita e a necessidade de uma ação pedagógica articulada tanto na escola como no conjunto da rede, vemos algumas dificuldades: primeiro como conseguir a concretização deste objetivo, se não foram consideradas as dificuldades das escolas e as possíveis soluções? A outra é que definem como objetivo “conseguir com que todos os alu-

nos sejam capazes de ler e escrever convencionalmente ao final do 2º ano do Ciclo I do Ensino Fundamental”. Entendemos que o domínio da leitura e da escrita é um processo longo que se aperfeiçoa durante todo o Ensino Fundamental e não se conclui no 2º ano do ciclo I, porque ler e escrever, é mais do que dominar a junção mecânica das letras do alfabeto é se apropriar do sentido das palavras nos contextos em que são expressas e conseguir usá-las em outros contextos com outros sentidos. Qual seria o conceito de “convencionalmente” no contexto desta afirmação? Entendemos que esta afirmação está desconsiderando a organização dos ciclos e suas dificuldades de implementação.

55 – A escola pública democratizou o acesso à educação no ensino fundamental para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos na cidade de São Paulo, mas não democratizou a aprendizagem. Concordamos com a afirmação que a formação dos professores e especialistas das escolas municipais são de boa qualidade, apesar do pouco investimento dos governos na formação destes profissionais. A estrutura da nossa carreira incentivou os profissionais do magistério a estarem constantemente frequentando cursos de aperfeiçoamento profissional, ainda que com seus próprios recursos. Hoje 80% dos professores têm curso universitário. A JEI com 1/3 de horas adicionais também foi uma conquista e uma condição imprescindível para o planejamento coletivo do projeto pedagógico.

56 – O desafio para democratizarmos a aprendizagem dos alunos é muito mais complexo do que parece e envolve mudanças tanto na organização das escolas como aspectos sociais, culturais, psicológicos, estrutura familiar e até a profunda crise de valores e da ausência de valores numa sociedade cada vez mais consumista e imediatista. Entretanto, temos claro que é fundamental garantir condições de trabalho adequadas para que as propostas pedagógicas sejam concretizadas. Se a escola tivesse estrutura para atender os alunos com dificuldades de aprendizagem e os professores também pudessem ter assessoramento pedagógico já teríamos um grande avanço. Há anos defendemos a experiência de Porto Alegre, com a criação de Laboratórios de Aprendizagem para atender as dificuldades de aprender dos alunos e orientações/sugestões didáticas e metodológicas para os professores.

PROPOMOS:

- 57 – contra o ensino fundamental de 9 anos
- 58 – contra a hierarquização entre planejamento e execução
- 59 – pela revogação da portaria que inviabiliza o funcionamento sistemático das salas de leitura e laboratório de informática
- 60 – amplo debate sobre currículo, ciclo e avaliação com a participação de todos os profissionais do magistério: professores e especialistas.
- 61 – redução do número de alunos por sala
- 62 – debate sobre o funcionamento dos Conselhos de Escola

EDUCAÇÃO INFANTIL

63 – O documento de DOT 2005 afirma “a aprendizagem da linguagem oral e escrita na Educação Infantil é um dos elementos para que possam ampliar suas possibilidades de participação e inserção em diversas práticas sociais cotidianas”. Nos preocupa que esta afirmação possa levar ao entendimento de uma formalização do ensino da linguagem oral e escrita, principalmente nas EMElS, transformando-as em uma etapa preparatória para o ensino fundamental.

64 – A educação infantil deve ter um currículo próprio voltado para o desenvolvimento integral da criança concebendo o cuidar como parte do processo de educar. A aprendizagem oral e escrita na educação infantil não deve ser concebida como preparação para o ensino fundamental. Deve se dar de forma integrada a todas as atividades desenvolvidas nas instituições de educação infantil sem a rigidez da formalização do ensino fundamental.

65 – As rotinas das EMElS e CEIs devem estar voltadas para desenvolvimento da criança visando a conquista da sua autonomia e o reconhecimento da educação nesta faixa etária como um direito da criança em primeiro lugar, embora seja também um direito das famílias.

66 – Os Ceis tiveram muitos avanços, mas ainda há uma precariedade muito grande em relação ao módulo de recursos humanos e condições de trabalho. O professor de desenvolvimento infantil tem uma jornada de 6 horas relógio sem direito a intervalo e as 3 horas semanais previstas na legislação para atividades de formação e planejamento não tem condições de serem realizadas porque

não há profissionais para atender as crianças durante a realização destas atividades. As soluções encontradas são diversas e sempre precárias.

PROPOMOS:

67 – Redução no número de alunos por classe nas EMElS

68 – Férias coletivas a partir de 2006. SME se posicionou favorável, mas não a partir de 2006. Estão estudando a possibilidade de viabilizar esta proposta.

69 – Defendemos que a proposta de férias coletivas nos CEIs sejam amplamente debatidas com os pais das crianças para que percebam que é o melhor tanto para as crianças como para o funcionamento destas unidades educacionais.

70 – direito de intervalo de 15 minutos para as PDIs dentro da jornada

71 – criação do cargo de ATE I e Assistente de Direção em todos os CEIs

72 – ampliação do módulo de volantes para 4 por turno

73 – módulo de 1 auxiliar de enfermagem por turno

74 – reconhecimento do tempo de ADI como tempo de magistério para todos os fins

75 – integração do Quadro de Apoio dos CEIs no QPE

76 – Sala para PDIs/ADIs

77 – carreira unificada para os profissionais de educação infantil

78 – contra ao projeto de “mãe crecheira”

79 – universalização da educação infantil

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

80 – No último congresso nos posicionamos contra a proposta do FUNDEB apresentada pelo governo federal, e estávamos certos. A proposta apresentada pelo executivo federal no Congresso Nacional não só não acolheu as propostas apresentadas pelas entidades, como piorou ainda mais o projeto, excluindo as creches que atendem crianças de 0 a 3 anos como reduzindo de 80% para 60% a parcela do FUNDEB destinada a valorização dos magistério. Não adianta mudar nomenclatura se não aumentar a verba da educação. O objetivo do FUNDEB é priorizar o ensino médio e a inclusão da educação infantil de 4 a 6 anos não significará uma melhoria na qualidade da educa-

ção neste segmento porque não está ocorrendo com aumento de verbas, apenas alterando a redistribuição da mesma verba.

81 – No município de São Paulo o Prefeito Serra não tem aplicado os 25% previstos para manutenção e desenvolvimento do ensino e tem ampliado a rede conveniada de CEIs.

PROPOMOS:

82 – aumento das verbas para a educação em todas as esferas: federal, estadual e municipal;

83 – contra a proposta de FUNDEB enviada pelo executivo federal ao Congresso Nacional;

84 – Verbas públicas para escolas públicas financiadas e administradas pelo poder público.

85 – retorno dos 30% para manutenção e desenvolvimento do ensino

86 – controle dos gastos da verba da educação pela sociedade

87 – Contra o veto de Geraldo Alckmin ao aumento das verbas para as universidades públicas estaduais.

CONTRATAÇÕES INFORMAIS

88 – A falta de segurança e de funcionários do Quadro de Apoio na maioria das escolas e CEIs, têm proliferado a contratação informal de pessoas da comunidade remunerados pelos demais funcionários da escola ou APM, para fazer limpeza esporádica, ajudar na cozinha ou fazer a segurança na porta das escolas. Alertamos a todos os profissionais de educação que esta situação tem gerado tanto processos administrativos como trabalhistas.

89 – A SME embora não garanta os funcionários e nem a segurança das escolas sempre se exime de sua responsabilidade quando surgem problemas decorrentes desta situação e ainda punem administrativamente os envolvidos.

90 – Entendemos que esta solução não é adequada e gera mais problemas, o correto não é buscarmos soluções informais e isoladas, muito menos tirar dos nossos já reduzidos salários para assumir responsabilidade do poder público.

91 – Devemos nos unir e exigir que SME garanta a todas as unidades escolares o módulo completo de funcionários e segurança nas escolas e CEIs e se tiver que contratar pessoas da comunidade para prestar serviços em unidades escolares, que seja feito sob responsabilidade da prefeitura.

FUNCIONAL

81% PARA TODOS

92 – A retomada da isonomia salarial não se dará pelo caminho da justiça, porque ainda que fosse uma ação coletiva considerando a votação unânime do STF pela inconstitucionalidade do ato do Maluf em fevereiro/95, só se estenderia o ganho judicial para os associados do Sinpeem e os demais ficariam excluídos. Além disso, não há garantia de resultado favorável, pois é muito difícil ganhar uma ação coletiva. Se até mesmo quem exonera de cargo e muda de CL perde o direito aos 81%, mesmo para quem já estava recebendo, será muito difícil ter êxito numa ação coletiva ou encaminhar ações pelo direito aos 81%, para os servidores que ingressaram no serviço público municipal após fevereiro/95.

93 – O departamento jurídico do Sinpeem entrou com nova ação para aqueles que perderam em caráter definitivo. Ainda está em tramitação e não sabemos qual será o resultado. Para os que perderam as ações, encaminhadas por outras entidades ou escritórios de advocacia, não entramos neste momento. Decidimos que seria melhor aguardar o resultado das ações que estão em tramitação para depois analisar a possibilidade de encaminhar as demais.

94 – Entendemos que o sindicato deve defender os direitos do conjunto da categoria e garantir a isonomia para todos. Esta solução só é possível se for resultado de uma negociação política com a administração municipal.

ISONOMIA SALARIAL

95 – Qualquer plano de isonomia salarial tem que reconhecer obrigatoriamente o direito de todos os servidores aos reajustes de 62% em dezembro de 1994 e os 81% em fevereiro de 1995 na tabela básica devidamente corrigida pelos índices inflacionários posteriores. As metodologias de cálculo são variadas, polêmicas e complexas apresentamos abaixo os critérios abaixo da metodologia que entendemos ser a mais correta. É preciso ficar bem claro que o plano de isonomia que estamos propondo se refere a uma recomposição da tabela básica e não interfere no andamento das ações judiciais.

DEFENDEMOS:

96 – A isonomia deve ser recomposta na tabela básica;

97 – Os ganhos judiciais de cada servidor devem ser respeitados como direito subjetivo. Isto significa que os ganhos judiciais que ultrapassam a tabela básica devem ser respeitados e os que mesmo tendo ganho judicial ficarem abaixo da tabela ganharão a diferença de valores;

98 – Garantia do direito constitucional de irredutibilidade de salário;

99 – Defendemos como parâmetro na negociação política na isonomia um plano de pagamento que se inicia com a dívida reconhecida pela Prefeitura em todas as ações com ganho de 25,32% até atingirmos o índice de 82,52% que é cálculo da dívida apresentado pelo SINPEEM e ratificado em várias sentenças.

100 – Os aumentos salariais lineares devem sempre refletir sobre os ganhos judiciais

101 – Revalorização das tabelas básicas do conjunto dos profissionais de educação com aumento do piso do Quadro de Apoio e do piso da carreira do magistérios (JB QPE 11 A) para três salários mínimos dando início a execução do plano de isonomia.

POLÍTICA SALARIAL E RESULTADO DAS NEGOCIAÇÕES

SERRA NÃO DÁ AUMENTO PARA SERVIDORES MUNICIPAIS

102 – O governo Serra deixou os servidores sem aumento, já que o próprio governo assume que 0,1% era simbólico para cumprir a lei salarial. Além de não termos tido aumento salarial, perdemos 6% com o desconto da contribuição previdenciária a partir de 11/8/05. Este posicionamento do governo foi colocado desde o início. Em nenhum momento sinalizaram com a possibilidade de um índice maior de reajuste. No dia 2 de junho, quando a categoria participou de ato em grande número, sendo uma das nossas maiores mobilizações, demonstrou disposição de enfrentar a intransigência do governo, entretanto o informe dado pelo presidente do Sinpeem passou a ilusão de que havia um calendário de negociação, inclusive para reajuste de salários. O calendário de negociação era para discutir as li-

cenças de curta duração, a regulamentação da promoção e da previdência.

LICENÇAS DE CURTA DURAÇÃO

103 – O decreto sobre as licenças médicas foi realmente negociado, mas o artigo que se referia à redução das licenças de curta duração o governo disse que era inegociável e não foi alterado. Diante desta situação o SINPEEM apresentou a proposta de aceitar a redução de 7 para 3 dias com a condição de não limitar o número de licenças, mas o governo ignorou esta proposta.

PROMOÇÃO POR MÉRITO

104 – A promoção por mérito prevista na Lei 8989/79 foi revogada e os novos critérios estabelecidos em lei dependem de regulamentação em decreto. O governo apresentou uma proposta que não foi aceita pelas entidades e até agora não ocorreram outras reuniões sobre esta questão. A proposta apresentada dificulta a promoção por mérito, nem com 30 anos de serviço seria possível chegar no grau E. Alegaram que realmente não era para todos, pois se o critério é mérito, deve ser concedido apenas para servidores muito dedicados!!!!!!

PREVIDÊNCIA

105 – Quanto à regulamentação da Lei 13.973/05 apresentaram alguns critérios básicos que seriam utilizados para elaboração do decreto e no dia 01/09/05 informaram que serão publicados dois decretos: um regulamentando a base de cálculo e outro regulamentando as regras para a aposentadoria. Negaram dar cópia da minuta para as entidades, apenas fizeram exposição e leitura. Ouvimos um amontoado de absurdos e ilegalidades e com veemência refutamos a proposta apresentada. Até a última manifestação ocorrida em 15/09 o governo disse que ainda estava analisando e não tinha novidades para apresentar às entidades.

106 – O segmento dos servidores públicos mais prejudicados na minuta do decreto apresentada pelo governo é sem dúvida nenhuma os profissionais de educação, porque os demais servidores ou incorporam seus benefícios na ativa ou já não são incorporáveis. Por isso entendemos que apesar de ser sempre correto buscar a unidade dos servido-

res municipais, se os profissionais de educação não tiverem disposição de luta seremos os maiores derrotados. Provavelmente estes decretos já estarão publicados na data do congresso, mas mesmo assim queremos registrar o que defendemos:

107 – A constituição prevê duas formas básicas de cálculo para aposentadoria: a média de 80% das maiores remunerações de julho/94 em diante, obrigatoriamente, para todos que ingressaram no serviço público após 31/12/2003 quando foi publicada a Emenda Constitucional 41. E para todos que embora estivessem no serviço público antes desta data, não preencherem os requisitos para a integralidade, conforme artigo 6º da E.C. 41.

108 – A outra forma de cálculo é a integralidade para todos servidores que ingressaram no serviço público até 31/12/2003 e preencherem as condições previstas no artigo 6º da E.C. 41/05, com direito à totalidade da sua remuneração na forma da lei. A Lei 11.434/93 deve ser respeitada, já que decreto não altera lei. Não é verdade que nossas incorporações ocorrem depois que aposentamos, os requisitos para a incorporação se dão na ativa apenas recebemos depois que aposentamos.

109 – O governo tem insistido que a Lei 13.973/05 abrange alterações nos direitos previstos em nosso estatuto, mas não tem o menor fundamento jurídico. Querem nos convencer que as jornadas especiais são parcelas remuneratórias em função do local de trabalho e que os cargos em comissão (secretário de escola e assistente de direção) também são parcelas remuneratórias em função do exercício de cargo em comissão. Estes argumentos são infundados e pressupõem a interpretação de que a jornada do cargo de professor é a jornada básica. Nosso estatuto define todas as jornadas como padrões de vencimentos e em nenhum artigo define a JB como a única jornada do cargo.

110 – A discussão jurídica é espinhosa porque pode dar margem para todo tipo de interpretação, a questão se decidirá politicamente. Neste sentido, se não tivermos força para retomar a nossa mobilização seremos derrotados e todas as aposentadorias dos professores serão calculadas pela média, refletindo no pagamento dos quinquênios e sexta parte. Os profissionais efetivos com jornada básica de 40 horas terão de fato a integralidade, mas os professores só terão a média.

111 – Em reunião anterior afirmaram que o nosso estatuto é inconstitucional desde a publica-

ção da E.C. 20/1998, mas por erro das administrações anteriores as aposentadorias mantiveram as incorporações previstas em nosso estatuto. E que esta administração apenas está corrigindo o que já deveria ter sido corrigido, estabelecendo a data de dezembro/98, como limite para as incorporações. Embora não pretendessem revogar as incorporações das aposentadorias já concedidas erroneamente.

112 – Na última reunião 01/09 apresentaram a data de 11/08 como limite para as incorporações. Vejam que contradição: se o nosso estatuto é inconstitucional não poderiam fixar a data de 11/08. Se não é inconstitucional não podem nos tirar os direitos das incorporações porque decreto não altera lei. As propostas de regulamentação e argumentos do governo são incoerentes, confusas e ilegais, só fica muito claro que querem nos retirar direitos e só temos uma alternativa: lutar.

113 – Se antes da realização do congresso os decretos já estiverem publicados com a retirada dos nossos direitos defendemos que organizemos todas as formas de luta pela sua revogação.

QUADRO DE APOIO

EVOLUÇÃO FUNCIONAL

114 – Depois de 12 anos esperando a evolução funcional os funcionários do Quadro de Apoio foram surpreendidos com os critérios utilizados para concessão da evolução funcional em julho deste ano. Embora a lei, o decreto e a portaria estabeleçam que na primeira evolução deva ser contado todo o tempo de exercício comissionado em atividades equiparadas à do cargo efetivo. Entretanto, o mesmo só foi contado para quem estava com o tempo de carreira correspondente às exigências de cada referência. Isto gerou uma profunda injustiça, porque muitos profissionais com mais tempo de trabalho não tiveram a mesma evolução que outros com menos tempo de trabalho. Exigimos a correção destes critérios utilizados. A SME se comprometeu a analisar a situação, mas até agora não obtivemos nenhuma resposta.

115 – É preciso ficar bem claro para todos os profissionais do Quadro de Apoio que a conquista da evolução funcional foi uma conquista de campanhas salariais anteriores ao governo Serra. Embora tenha sido paga a partir deste ano a regulamentação foi negociada no governo anterior. A lei

prevê a evolução funcional todos os anos no mês de abril e só foi paga em julho retroativa a abril devido a problemas técnicos na contagem de títulos e nota da avaliação de desempenho.

116 – Quando defendemos a continuidade da greve em 2/6/2005 foi para conseguirmos aumento de salário e de forma alguma isto prejudicaria o Quadro de Apoio, como foi informado em carta assinada pelo Presidente do Sinpeem, em nome de toda a diretoria. É importante esclarecer também que em nenhum momento esta carta foi submetida à aprovação do conjunto da diretoria.

117 – Fazer discurso de unidade é muito fácil, o difícil é ter uma prática de construção da unidade no cotidiano das atividades sindicais e não distorcer os fatos para desqualificar lideranças que sempre se empenharam em ampliar e defender os direitos do Quadro de Apoio.

REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DO QUADRO DE APOIO

118 – Em congressos anteriores aprovamos uma reestruturação da carreira do Quadro de Apoio propondo a criação do cargo de secretário, aumentando as referências para 14 evoluções com redução do tempo para evolução, concurso de acesso para os integrantes da carreira, inclusão dos vigias e unificação das carreira de agentes escolares e ATEs. Infelizmente a administração anterior colocou como condição para a regulamentação da evolução funcional não fazer alterações na carreira e depois na última negociação alterou a proposta negociada na mesa setorial de educação, reduzindo a diferença entre as referências de 10% para 6,5% e incluindo a avaliação de desempenho como requisito obrigatório para a evolução funcional. Como o governo exigia a inclusão da avaliação de desempenho como condição para a regulamentação, propusemos que fosse incluída na tabela de títulos, podendo ou não ser considerada a critério do profissional de educação em condições de ser evoluído, mas não fomos atendidos.

PROPOMOS:

119 – Revisão da evolução funcional do Quadro de apoio considerando o tempo de comissionado para todos, conforme estabelece a legislação;

120 – Reestruturação da carreira do Quadro de apoio conforme proposta exposta acima;

121 – Piso de três salários mínimos

122 – Curso de Formação em todas as regiões para fins de evolução funcional

123 – Curso de Formação sindical

124 – Exigir que a SME ofereça cursos de formação para o Quadro de Apoio

125 – Afastamento remunerado para estudar

126 – Horário de formação dentro da jornada de trabalho

127 – Fim da cobrança de taxas nos cursos de formação oferecidos pelo SINPEEM

128 – Diárias na colônia de férias do Sinpeem compatível com o salário do Quadro de Apoio

129 – Concurso de agente escolar para preencher o módulo de agentes escolares em todas as Unidades Escolares;

130 – Instalação de CIPAS em todas as Unidades Escolares

SINDICAL

131 – Nós, do SINPEEM PELA BASE junto com outros grupos políticos (Alternativa de Base e de Luta, Coletivo Florestan Fernandes e Resistência e Luta) participamos da composição da Chapa 2 na última eleição do Sinpeem. Avaliamos que tivemos uma votação significativa considerando que concorreram seis chapas. Com 27,5% dos votos, a chapa 2 conquistou o direito de participar da diretoria ocupando 12 cargos.

132 – Mesmo tendo nossa participação garantida pelas urnas decidimos não participar da diretoria. Agradecemos a todos que votaram na Chapa 2 e principalmente aos que votaram pelo reconhecimento do nosso trabalho.

133 – Não temos representação na diretoria, mas ratificamos nosso compromisso com a luta dos educadores municipais e continuaremos atuando para fortalecer nosso sindicato, ampliar e defender nossos direitos, condições de trabalho e a educação pública municipal.

134 – Neste momento avaliamos que teremos melhores condições de contribuir com o movimento dos educadores municipais fora da diretoria, pois a divergências políticas com o grupo majoritário Compromisso e Luta são cada vez maiores principalmente quanto à forma de gestão do SINPEEM. O Estatuto do Sinpeem tem sido sistematicamente desrespeitado.

135 – Divergências políticas são naturais e só isto não seria motivo para não estarmos na diretoria. Sempre defendemos a proporcionalidade e isto pressupõe ter tolerância com as diferenças e democraticamente construir a unidade.

136 – Infelizmente, o grupo majoritário, faz discurso de tolerância democrática e unidade porque sabe que esta é a forma de funcionamento do Sinpeem que a maioria dos associados aprovam, mas suas ações têm sido cada vez mais autoritárias e desrespeitosas.

137 – Não nos dispomos a uma luta interna permanente e também não queremos dar sustentação para uma diretoria em que o grupo majoritário decide tudo e só divide a responsabilidade quando são criticados ou cometem erros. Além disso, estão fazendo uma política muito clara de conciliação com o governo Serra e fomentando o divisionismo para enfraquecer a capacidade de mobilização dos educadores.

138 – Queremos gastar nossa energia na luta em defesa dos nossos direitos e não na disputa estéril de grupos políticos, onde até mesmo o respeito humano deixou de existir, prevalecendo a desqualificação e intrigas de todo tipo.

139 – Defendemos a unidade das oposições em defesa da democracia no SINPEEM, e no que for possível, unidade de ação na elaboração de propostas e nas lutas que com certeza seremos obrigados a realizar.

140 – Não fazemos oposição a pessoas e sim a posições políticas e não nos negaremos a fazer unidade até mesmo com o grupo majoritário, quando tivermos acordo com as posições políticas, mas seremos intransigentes na defesa do cumprimento do estatuto do SINPEEM e da democracia sindical, assim como, no combate a política do governo Serra.

141 – Nos declaramos abertos ao diálogo com todos os grupos políticos do SINPEEM que estiverem comprometidos como a democracia sindical e a construção da unidade de ação no embate com a política do governo Serra, que até agora só propôs arrocho salarial, retirada de direitos e recusa a negociação.

**APRESENTAREMOS NO CONGRESSO
UMA PROPOSTA DE ESTRUTURA E
FUNCIONAMENTO DO SINPEEM**

PLANO DE LUTAS

142 – Ato na SME para apresentar as propostas aprovadas neste congresso quanto à política educacional e organização das escolas. A proposta de data será feita durante o congresso.

143 – Outras propostas serão apresentadas no congresso

Assinam esta tese:

Ademir Aparecido da Silva
Alessandra Alvarez Lira de Araújo
Ana Maria de Siqueira
Ana Maria Pinheiro Scabelo
Anália Crisafulli Boa Ventura
Antonio Coelho Moreira
Aparecida Alves de Souza
Berenice Oppido
Braz Gomes da Silva Filho
Carla Berro
Célia Daglio Colombani
Cleide Bassinello Sartori
Daniel Trivinho
Eliane Maria de Oliveira
Eliezer Oliveira de Moraes
Etelvina da Conceição dos Santos
Hilda Tsukako
Isabel Leal da Silva Machado
Ivana Silvia Kotait
Izildinha Vanize dos Santos Sobral
Jane de Fátima Capeli
Jaqueline Benevento Peres
Joselina Maria Villares Ferreira Bastos
Jurides Villares
Lucy Tavares Santos
Luís Antonio Alves Camargo
Luzia Maria Nogueira Silva
Manoel Romão
Marcia Dias de Oliveira
Maria Rita Cáceres
Nilva Batistão
Noemia Aguiar da Silva
Olair Regina da Silva Barros
Olga Maria Caramori
Rejane Ferreira
Renata Tedesco
Sandra Regina de Oliveira
Selma Maria Bergamini
Suzana Beatriz Katzenstein
Tânia dos Santos Corrêa
Vadinei Rodrigues de Melo
Vitória Taakagaki Yamaguishi
Wagner R. de Castro
Zélia Maria de Souza Santos
Zilda Viana Spinelli

Corrente Proletária da Educação Independência de classe: Constituir os Tribunais Populares

1 – A tese da Corrente Proletária da Educação tem como essência a defesa da independência dos sindicatos e da CUT frente ao Estado e seus governos. Diz aos trabalhadores que somente com a independência de classe é que poderemos enfrentar os crimes da burguesia, que vão dos assassinatos dos sem-terra, da violência sobre os sem-teto e camelôs, do massacre à juventude dos bairros pobres, dos ataques às reformas neoliberais e culminam com a brutal corrupção, envolvendo todos os governos. Para isso, combate a farsa das CPIs e das investigações por meio dos organismos do Estado e levanta a bandeira dos Tribunais Populares. Um Tribunal nascido da luta coletiva dos explorados para julgar e punir a corrupção dos governos e os crimes cometidos contra a vida dos trabalhadores.

2 – Denuncia a podridão não só do PT/Lula, mas de todos os partidos da ordem capitalista, seu Estado e suas instituições. Chama os trabalhadores a não apoiarem a farsa montada pela oposição PSDB/PFL, que visa recuperar o apoio eleitoral perdido em 2002, e nem se submeterem à burocracia vendida (CUT, sindicatos/UNE), que faz de tudo para manter o apoio ao governo Lula.

3 – Conclama, assim, os explorados a saírem às ruas em defesa das reivindicações de salário, emprego, direitos trabalhistas, educação pública e gratuita em todos os níveis. Exige o fim da reforma privatista da educação e luta pela estatização de todo o sistema de ensino e por uma escola vinculada à produção social. E levanta a bandeira de que não haja nenhum jovem fora da escola e nenhum jovem e trabalhador sem emprego.

4 – Convoca a maioria oprimida a rechaçar os planos militares e econômicos dos países imperialistas, a defenderem a autodeterminação dos povos e a expulsão dos invasores do Iraque, Afeganistão, Haiti etc. Ergue o apoio à luta do povo boliviano, bem como, das massas dos continentes submetidos ao intervencionismo do grande capital.

5 – Traz como tarefa a esse congresso a luta pela implantação da democracia sindical (operá-

ria). Combate o alto grau de burocratização existente na CUT/sindicatos, que os tornou abertamente apêndice do governo do PT e rechaça a política de romper com a CUT e criar uma nova Central. Ao contrário, trata-se de realizar um trabalho no seio dos explorados pela independência de suas organizações.

6 – Trabalha pela unidade das massas política e organizativamente por meio da construção das frações revolucionárias para varrer a burocracia corrupta e aparelhista, presente nos sindicatos e na Central.

7 – Trata-se de uma tese assentada na estratégia da revolução social, que visa a derrocada do capitalismo e a implantação de uma sociedade sem exploradores e explorados, uma sociedade socialista.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

8 – Nos últimos anos, assistimos a crescente ofensiva bélica dos países imperialistas. Em nome da “paz”, da “democracia”, da “luta contra o terror”, os Estados Unidos da América lideram a escalada aos países menos desenvolvidos de todo o mundo, sobretudo do Oriente Médio. São exemplos deste processo as ocupações do Afeganistão e do Iraque. Nestes dois países, os governos foram derrubados pelas potências imperialistas, que impuseram um governo servil. A população sofreu e sofre verdadeiros massacres realizados pelo exército anglo-americano (somente entre 09 e 10 de setembro, 144 combatentes da cidade de Tal Afar, no Iraque, foram assassinados). No Iraque, o exército invasor ainda se encarrega do saque das riquezas petrolíferas e o país enfrenta o acirramento de conflitos internos, sobretudo entre sunitas e xiitas por conta de uma Constituição imposta pelo governo Bush.

9 – Além do Oriente Médio, os Estados Unidos estão voltando com mais intensidade suas atenções para a América Latina. A ocupação do Haiti também implicou a derrubada do governo. As eleições para presidente e líderes municipais são adi-

adas pela Missão das Nações Unidas para a “Estabilização do Haiti” (Minustah), isto é, por um organismo estranho ao povo haitiano. Finalmente, o controle da população miserável neste país está sob direção do Brasil, que seguindo ordens dos Estados Unidos e da França, controla 6.200 soldados, os quais reprimem os 400 mil moradores da favela de Bel Air e se aliam à Polícia Nacional do Haiti (PNH) que, só início do ano, assassinou dezenas destes moradores, porque são partidários do presidente deposto, Aristide.

10 – Na América Latina, ainda, os Estados Unidos alegam que há uma conspiração dos governos de Cuba e da Venezuela que visa minar a “democracia” no continente. Isso para justificar a opressão nacional. Além disso, têm aumentado suas bases militares, a exemplo do México, El Salvador, Panamá e Cuba.

11 – A tão propalada “liberdade”, em pleno século XXI, ainda não é conhecida por diversos territórios, sobretudo por aqueles que enfrentam um verdadeiro domínio colonial dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França. Porto Rico, Ilhas Virgens Americanas, Samoa Americana, dentre outros, estão sob a tutela dos Estados Unidos. Da mesma forma, Guiana Francesa, Martinica, Polinésia Francesa etc., estão sob o jugo francês. Bermudas, Ilhas Cayman, Malvinas, além de outros territórios e povos são controlados pela Grã-Bretanha.

12 – Os Estados Unidos têm um poderio militar superior ao das outras potências, por isso, estão à frente de todas as guerras e conflitos e impõem o alinhamento de alguns países imperialistas ao redor de sua estratégia militarista. Esta estratégia, isto é, o intervencionismo militar crescente, ocorre porque as potências imperialistas têm a necessidade de saquear cada vez mais as riquezas dos outros países, de controlar suas fontes de matérias-primas, de dominar os mercados consumidores de todo o mundo. Querem garantir sua hegemonia e só conseguem fazê-lo pisoteando a autonomia das outras nações, oprimindo-as. Daí afirmarmos que a intervenção militar é uma das formas de opressão nacional.

13 – Neste processo de opressão nacional, as potências imperialistas se unem. Unem-se para derubar os governos dos países semicoloniais $\frac{3}{4}$ não plenamente desenvolvidas em termos capitalistas, com uma pseudo-independência política e dependentes economicamente $\frac{3}{4}$, que resistem ao seu

domínio. Contraditoriamente, lutam entre si (conflitos interimperialistas) em torno da exploração e controle do mundo, muitas vezes gerando guerras que acabam por exterminar milhares de seres. As guerras, por outro lado, têm servido para alimentar a indústria bélica e as empresas monopolistas dos países imperialistas, que ganham bilhões na reconstrução de nações inteiras.

14 – É preciso entender que o sistema capitalista sempre implicou a existência de um Estado armado, que serviu, no passado, para sua expansão por todos os continentes, transformando a maioria das regiões em áreas de domínio (colônias) das metrópoles. Por meio de guerras, ocupações e saques coloniais, as metrópoles puderam se desenvolver. Na fase atual, imperialista, a sobrevivência do capitalismo continua, em grau mais avançado, dependendo dos mesmos artifícios, para aumentar a opressão nacional.

15 – A opressão nacional, entretanto, implica também em intervencionismo econômico. E ambas as formas de intervencionismo (militar e econômico) ocorrem porque o sistema capitalista está em crise, isto é, está em decomposição, está se desintegrando. Ou seja, ao mesmo tempo, em que há um desenvolvimento tecnológico que faz a produção se aperfeiçoar e aumentar, o estreitamento do mercado mundial gera a crise de superprodução, a qual muitas vezes redundando em guerras interimperialistas. Outro aspecto da desagregação do sistema capitalista é o grande volume do capital parasitário em contraposição ao capital produtivo (investido na produção).

16 – O intervencionismo econômico também tem crescido nas últimas décadas. Há quase vinte anos os planos do Fundo Monetário Internacional (FMI) estão sendo impostos em diversos países semicoloniais em detrimento de suas economias e de suas soberanias. Estes planos têm a função de descarregar parte da crise sobre a maioria das nações semicoloniais. Tais nações são “orientadas” a privatizarem as empresas estatais, a desnacionalizarem suas economias, a cortarem recursos públicos aos serviços essenciais e também cumprirem metas de superávit primário como garantia de pagamento de suas dívidas aos bancos estrangeiros.

17 – Os efeitos desse intervencionismo são devastadores sobre os países que carecem de desenvolvimento econômico. Postos de trabalho e conquistas sociais são destruídos, os desequilíbrios re-

gionais se acentuam, o endividamento cresce e a maioria da população empobrece. Estudo recente da ONU revela que a África empobreceu ainda mais nos últimos quinze anos, ou seja, desde 1990, o contingente de miseráveis teve um aumento de 86 milhões de pessoas, totalizando hoje 313 milhões de pessoas miseráveis, numa população de cerca de 850 milhões.

18 – A aplicação dos planos do FMI (que chamamos de neoliberais), na América Latina, torna-a mais submissa aos países imperialistas, sobretudo aos Estados Unidos. A tentativa deste último de impor a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), por outro lado, é uma maneira de ir mais fundo no seu domínio. Em visita ao Brasil, no mês de abril, a secretária de Estado dos Estados Unidos, Condoleeza Rice, deixou claro que o governo de seu país pretende retomar as negociações da ALCA e teve resposta positiva do governo brasileiro. Aliás, é assim que os Estados Unidos pretendem viabilizar a ALCA: estabelecendo acordos bilaterais.

19 – Essas medidas (planos do FMI, ALCA etc.) não poderão assegurar o desenvolvimento do capitalismo, como anunciam os seus defensores. Na verdade, geram um momentâneo crescimento em alguns lugares e arrastam a maioria das nações à condição de miserabilidade, a exemplo da Bolívia, onde 70% dos habitantes estão mergulhadas na pobreza.

20 – Essa situação acaba mantendo um sistema agonizante, aumentando as chances de crises mais profundas no futuro e a convulsividade social e política. A agonia do sistema capitalista se faz sentir, sobretudo, entre os explorados tanto de países semicoloniais como de países imperialistas. No mundo todo, em maior ou menor grau, diante da crise do capitalismo, os trabalhadores enfrentam a perda de direitos, o arrocho salarial, o aumento da exploração. Os patrões buscam jogar o peso da crise sobre eles e o Estado, que só serve aos interesses dos capitalistas, também. A exemplo do que ocorre nos Estados Unidos (em Delaware), por exemplo, a General Motors, a maior montadora de automóveis do mundo e que emprega 111 mil trabalhadores só neste país, anunciou que planeja cortar mais de 20% de sua força de trabalho (atingindo cerca de 25 mil trabalhadores) até o fim de 2008. Além disso, quer reduzir imediatamente os custos com seguro-saúde. Na Inglaterra, a rede pública BBC, rede de televisão e

rádio mais importante do mundo, anunciou sua pretensão de eliminar aproximadamente 4 mil postos de trabalho, atingindo quase 20% dos trabalhadores, por causa de um processo de privatização de alguns departamentos. Na Argentina, o desemprego atinge 13% da população ativa (1,3 milhão de pessoas) e a pobreza afeta 40,2% da população (9,3 milhões de pessoas). Na África do Sul, o desemprego chega a 26% (segundo dados do governo) e 40% (de acordo com os cálculos feitos por entidades independentes).

21 – Em diversos países europeus, latino-americanos e nos Estados Unidos, nos últimos 15 anos, ocorreram reformas da Previdência Social. Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Brasil elevaram a idade mínima para a aposentadoria (60 / 65 anos) e pretendem elevar ainda mais (67 / 70 anos). Na Suécia, o sistema foi parcialmente privatizado e nos Estados Unidos estudam fazer o mesmo. Há uma única orientação do capital nestes países: a privatização da previdência.

22 – Diante deste quadro de opressão nacional e social, os trabalhadores do mundo reagem por meio da luta. A resistência heróica do povo iraquiano contra a ocupação do país pelos Estados Unidos e forças aliadas, ora por meio dos atentados, ora pelas milícias populares, mostra o ódio do povo e o avanço da luta antiimperialista. Só não tem sido mais contundente por falta de um partido que tenha por estratégia a revolução proletária, que pressupõe a direção da classe operária e o armamento geral das massas. Predomina, assim, o nacionalismo burguês, revestido pelo obscurantismo religioso e pelo método do terrorismo, alheio à luta geral das massas.

23 – O combate de décadas do povo palestino contra o intervencionismo militar de Israel / EUA já fez milhares de vítimas e temperou uma juventude que coloca suas vidas em nome da libertação e da conquista de suas terras, usurpadas com a criação do Estado de Israel, ponto estratégico do imperialismo norte-americano no Oriente Médio. Ressalta a necessidade da organização internacional do proletariado, capaz de responder aos levantes nacionais contra o imperialismo com o programa da revolução socialista.

24 – Os bloqueios, as ocupações, a criação das assembléias populares e o enfrentamento direto aos planos neoliberais pelos mineiros, camponeses, estudantes, cocaleiros e trabalhadores em geral fizeram da Bolívia um país de revoltas cons-

tantes contra os governos entreguistas. Recentemente, a luta das massas levou a derrocada do presidente. Tal luta só não tem desembocado na insurreição (guerra civil) porque a burocracia sindical (Central Operária Boliviana), Igreja e partidos como o MAS (Movimento pelo Socialismo) de Evo Morales desviam o eixo central da luta para o colaboracionismo e para realimentar a democracia burguesa. O Partido Operário da Bolívia (POR) trabalha para que a luta das massas vá no sentido da revolução social.

25 – No Equador, em agosto, trabalhadores das empresas petrolíferas privadas, das províncias de Orellana e Sucumbíos, realizaram greves. Reivindicavam maior investimentos em construção de estradas e melhoria nos serviços de transporte e o fim da concessão a Oxy (empresa norte-americana).

26 – Na Argentina, houve uma crescente onda de greves e protestos nos últimos anos. Neste ano, à luta dos piqueteiros se somou a dos metalúrgicos, professores e estudantes e trabalhadores da saúde. De forma geral, houve a reivindicação de aumento salarial, mais investimentos em saúde e educação, além do aumento do subsídio pago pelo governo aos piqueteiros. A utilização do método da ação direta, sobretudo de bloqueios de ruas, estradas e pontes, foi constante.

27 – O problema apresentado pelos movimentos dos trabalhadores é, de um lado, a existência de direções traidoras das centrais sindicais e, de outro, a ausência da direção revolucionária para as massas. As centrais sindicais têm cumprido o papel de frear o movimento dos trabalhadores e projetar o apoio a uma das frações burguesas. Suas políticas fizeram dos sindicatos apêndices dos governos e das multinacionais. São inúmeros os exemplos dos acordos pró-patrão.

28 – Trata-se da construção de direções revolucionárias o que pressupõe a existência do Partido da Revolução Proletária.

DEFENDEMOS:

29 – Abaixo o intervencionismo econômico e militar do imperialismo. Fora com as tropas invasoras do Iraque e de outras semicolônias. Fora as tropas brasileiras do Haiti;

30 – Defesa da autodeterminação dos povos;

31 – Fim da ofensiva dos Estados Unidos por meio da ALCA, que é a forma dos Estados Unidos

aumentarem o saque na América Latina. Não ao Mercosul;

32 – Rompimento com o imperialismo. Não pagamento das dívidas interna e externa, fim de todos os acordos com o FMI / BIRD;

33 – Fim do sistema capitalista. Transformação da grande propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, por meio da revolução social proletária. Por uma sociedade socialista.

CONJUNTURA NACIONAL

34 – No Brasil, as contradições do sistema capitalista resultaram em crise política e aumento da opressão social.

35 – No âmbito político, os atuais escândalos de corrupção contribuíram para desmascarar o verdadeiro modo de funcionamento do Estado burguês e o atrelamento do PT a este Estado. O PT hoje é um partido apodrecido, como demonstra a rede de corrupção em que está envolvido. Tal apodrecimento, por sua vez, é expressão da podridão de toda a classe capitalista e seu Estado. No interior deste Estado, ocorre a concorrência entre os capitalistas por meio da compra de governos, deputados, funcionários etc. É assim que este Estado funciona.

36 – O PT privilegiou a atuação política no Estado burguês. Passou a utilizar a política burguesa e os mecanismos de funcionamento do Estado e, com isso, se aburguesou. Este aburguesamento é fruto das alianças que o PT fez com os partidos da ordem capitalista (partidos dos exploradores) para ganhar eleições e para governar. É também fruto dos acordos com poderosos grupos econômicos-financeiros para garantir os financiamentos de suas campanhas eleitorais. Em troca da dinheirama dos capitalistas e do apoio dos partidos aliados, o PT utilizou o seu controle da CUT e movimentos sociais e sua capacidade de manipulação eleitoral das massas.

37 – Os acontecimentos atuais e a conduta do PT demonstram a impossibilidade de qualquer partido alcançar o poder do Estado pela via eleitoral sem depender do financiamento de campanhas pelos capitalistas. Demonstram, também, que a democracia burguesa está falida, como atesta o amplo envolvimento de partidos e parlamentares na corrupção. Sendo minoria, o PT, para governar o país, teve de subordinar seu governo a um acor-

do com partidos fisiológicos e de oligarcas, vendendo cargos e soltando dinheiro. Só assim o PT pôde ter maioria no Congresso. Só assim pôde montar a sua “base aliada”.

38 – A democracia burguesa está falida e o Parlamento é um antro de traficantes e larápios, que serve aos interesses dos capitalistas contra as massas oprimidas. Está falido também o reformismo petista, que se degenerou na política do grande capital, transformando-se em agente do imperialismo, e chegou a compor, juntamente com seus aliados, uma quadrilha estatal.

39 – Por isso, afirmamos que a crise política atual não é fruto de um golpe de direita, mas sim da luta entre grupos capitalistas. Os partidos da oposição burguesa (PSDB e PFL) entram em choque com o PT / Lula, porque os dois lados representam frações capitalistas no interior do Estado. O grupo oposicionista pretende abalar a candidatura de Lula para as próximas eleições. Mas não discorda da diretriz econômico-financeira do PT. Não há conflitos em torno dessa diretriz. Setores industriais e comerciais estão de mãos dadas com o governo quanto à contenção dos salários e a contenção da luta feita pela burocracia sindical. Exigem apenas respostas quanto a problemas como carga fiscal, juros e direcionamento do orçamento.

40 – A burguesia e seus partidos têm o objetivo de desmoralizar o governo PT / Lula, enfraquecer o apoio eleitoral da população e derrotá-lo no próximo pleito. O impeachment de Lula foi acenado como parte da guerra parlamentar contra o governo do PT, mas não é ainda o objetivo dos capitalistas. As próprias investigações realizadas pela oposição burguesa perderam seu ímpeto diante das denúncias que se estendem à maioria dos partidos, PSDB, PFL, PDT, PSB, PTB etc. Todos são sustentados por grupos capitalistas e todos usam o Estado para o tráfico.

41 – O PT queria reformar o capitalismo e democratizar o Estado burguês, mas passou a servir aos interesses do capital internacional e nacional e também à politicagem de todos os partidos burgueses. Não fez nenhuma reforma para resolver a situação de miséria dos explorados, ao contrário, ataca a vida da maioria. Ao assumir o Estado, manteve a política pró-imperialista de FHC e protegeu banqueiros, multinacionais e a agroindústria com sua política econômica.

42 – No Brasil, há mais de dez anos, segue-se

os ditames do FMI. Primeiro, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) aplicou o receituário neoliberal do Fundo, privatizando empresas, abrindo mais o mercado para o capital internacional, reduzindo os recursos para áreas básicas e eliminando os direitos dos trabalhadores. Agora, Luís Inácio Lula da Silva (PT) cumpre com este papel, governando para a burguesia nacional e estrangeira.

43 – O Ministério da Fazenda do governo Lula pretende ir mais a fundo na abertura do mercado brasileiro aos produtos industrializados estrangeiros. Seguindo as determinações dos países imperialistas da Organização Mundial do Comércio (OMC), quer reduzir as tarifas de importação (35% para 10% a tarifa máxima e de 10,77% para 7,39% a tarifa média, que é a efetivamente utilizada).

44 – Dentre os direitos trabalhistas, destaca-se a questão da reforma da Previdência. Em 1998, FHC combinou o tempo de contribuição (35 anos para homens e 30 anos para mulheres) com a idade (60 anos para homens e 55 anos para mulheres). Em 2003, o governo Lula, além de manter esta medida, aumentou o valor do desconto feito no salário dos servidores públicos (de 6% para 11%) e taxou os aposentados. Lula ainda planeja implantar uma reforma trabalhista que eliminará direitos, tais como: licença maternidade, indenização por demissão, 13º salário, enfim, quer “flexibilizar” as relações de trabalho.

45 – A ausência de investimentos em serviços básicos tem agravado ou mantido condições de vida precárias para a maioria pobre da população. No Brasil, apenas 25% da população conta com rede de esgoto e só 12% dos dejetos são tratados. Além disso, a maior parte da população enfrenta um déficit habitacional de cerca de 7,280 milhões de moradias. Nos últimos 10 anos o déficit aumentou 16,5%. Considerando todos os membros da população que não possuem casa própria, este número sobe para 33,9 milhões.

46 – A desigualdade social tem aumentado, como demonstra a concentração de renda no país. Enquanto 7 milhões de pessoas (4% da população brasileira) movimentam 18 bilhões de reais por mês, 54 milhões (31% do total do país) gastam apenas 4 bilhões de reais mensalmente. O primeiro grupo, com renda mais alta, é composto por aqueles que possuem renda familiar acima de 30 salários mínimos. O segundo, com a renda mais baixa do país, é formado por pessoas que ganham até 3 salários mínimos.

47 – Diante deste quadro grave de miserabilidade, o governo Lula tem priorizado o pagamento da dívida externa, sustentando o parasitismo financeiro. Não é atoa que eleva o imposto de renda pago pelo trabalhador sobre seu salário, que cresceu 6% em 2005. Em 1986, o trabalhador entregava 82 dias de seu trabalho no ano e, em 2005, passou a entregar 140 dias. Ou seja, houve um acréscimo de 70%. Isso significa que o governo Lula continua a retirar, através de impostos, o aumento salarial que os trabalhadores conquistaram com luta.

48 – Os trabalhadores, estudantes e demais explorados têm reagido. O Movimento dos Sem-Terra (MST) protagonizou a luta por ocupações de terra em quase todos os estados. O Movimento estudantil pelo Passe Livre, vem ocorrendo em várias capitais do país. A greve dos servidores públicos federais, dos correios, das escolas técnicas, das universidades, são também exemplos da reação dos explorados contra a política governamental.

DEFENDEMOS:

49 – Só os operários, camponeses pobres e demais explorados poderão responder à crise do governo Lula;

50 – Só com independência de classe os trabalhadores enfrentarão os crimes da burguesia;

51 – Constituir um Tribunal Popular para julgar os crimes dos governos burgueses contra a vida dos explorados e a corrupção;

52 – Fim das reformas antinacionais e antipopulares;

53 – Oposição revolucionária ao governo Lula;

54 – Recuperação das estatais privatizadas sob o controle dos trabalhadores;

55 – Fim do latifúndio e entrega das terras aos camponeses, sob o controle dos comitês agrários.

CONJUNTURA ESTADUAL

56 – No estado de São Paulo, o governo de Geraldo Alckmin (PSDB) é marcado pela corrupção, como mostra o exemplo do DETRAN (Departamento Estadual de Trânsito). Este órgão mantém uma contratação irregular com a iniciativa privada para os serviços de emplacamento de veículos. Não há licitação há quase oito anos.

57 – As empresas Comepla (que atende a capital e grande São Paulo) e Casa Verre (que atende o

interior) têm relações comerciais com o Detran desde 1994, mas a contratação sob o governo tucano se manteve e se oficializou em 1997. Além disso, o governo Alckmin utiliza recursos da educação para pagamento de meia passagem para os estudantes e outros fins que se relacionam com a educação, ao mesmo tempo que isenta empresas como o MC Donald's do pagamento de R\$ 148 milhões de impostos.

58 – O governo Alckmin dá continuidade à linha entreguista de FHC / Lula. Em dezembro de 2004, inclusive, houve um acordo entre o governo federal e o governo estadual quanto às Parcerias Público-Privadas (PPPs), que permite as empresas operarem nas rodovias e ferrovias públicas, na área da educação, dentre outros setores.

59 – O Estado mais rico da federação possui o maior índice de desemprego e outros tantos subempregados. Não oferece nenhuma perspectiva à juventude, que enfrenta a falta de trabalho e de estudos. Mantém uma massa de jovens nas Febens. É também o Estado que possui os mais altos índices de assassinatos na faixa de 18 a 25 anos e milhares de favelas (658 mil) e cortiços (29 mil) por todas as partes. O PSDB, como partido da ordem capitalista, coloca o Estado e seu orçamento em favor da minoria burguesa.

60 – O funcionalismo público, que sofre o brutal arrocho salarial e a destruição de direitos sociais, tem se manifestado contra a política do PSDB. Porém, a unidade do funcionalismo tem sido freada em função da burocracia sindical.

CONJUNTURA MUNICIPAL

61 – O governo municipal de José Serra é o governo de FHC / Alckmin, ou seja, é o governo da oposição burguesa à Lula / PT. Trata-se de um governo que impõe a violenta repressão aos camelôs, sem-teto, carroceiros e trabalhadores em geral.

62 – Os camelôs têm sido as maiores vítimas. Desde o início do ano, o centro da cidade de São Paulo foi transformado, diariamente, num verdadeiro palco de guerra. Além dos constantes ataques na Praça da República, na rua 25 de Março, chamou atenção a repressão aos camelôs da região do Brás.

63 – Os carroceiros também são perseguidos pelo governo Serra. A subprefeitura da Sé pretende implantar um projeto que restringirá a circula-

ção deles no centro de São Paulo. De acordo com este projeto, as carroças serão substituídas por caminhões no transporte de materiais recicláveis para as cooperativas. Ou seja, os carroceiros perderão a autonomia sobre a mercadoria, deixarão de transportá-la e deverão entregá-la na cooperativa.

64 – Os sem-teto têm sido arrancados de prédios desocupados pelo governo Serra, aumentando o acampamento em ruas. Na região da Luz, cerca de 300 sem-teto (incluindo 108 crianças) acampam a mais de um mês, tendo de enfrentar a invasão da água da chuva em seus barracos e conseqüentes doenças. A prefeitura, em parceria com o governo do estado, chantageia as famílias: prometem uma bolsa mensal de R\$ 250, colchões, cobertores etc. para aquelas que deixarem a rua e forem para um abrigo.

65 – Na Zona Sul, em Campo Grande, 220 famílias (com cerca de 100 crianças) estão acampadas numa praça, sem condições mínimas de sobrevivência (não há água, luz, sanitários), porque foram despejadas, em março, de um terreno da Eletropaulo, no mesmo bairro. Para completar o quadro, a Subprefeitura da Capela do Socorro pediu a reintegração de posse, despejando mais uma vez estas famílias.

66 – Além disso, o governo Serra está envolvido na corrupção. Fiscais foram surpreendidos ao cobrarem propinas para a liberação de anúncios irregulares na região do Jabaquara. Em depoimento, um deles afirmou que o esquema de corrupção está ocorrendo em outras regiões (Lapa, Pinheiros, Centro, Santo Amaro) e com a participação de vereadores.

67 – A política de Serra é a mesma dos governos estadual e federal. Os cortes de recursos à educação, o arrocho salarial, a redução de direitos vêm sendo impostos. Os trabalhadores têm reagido e enfrentado a repressão policial, mas em movimentos isolados. Carecem de uma direção capaz de organizar coletivamente os explorados para barrar a ofensiva do PSDB.

DEFENDEMOS:

68 – A unidade do funcionalismo, por meio da ação direta, para combater as medidas que atacam suas condições de vida;

69 – Reposição imediata de todas as perdas salariais;

70 – Fim das reformas privatistas.

QUESTÃO EDUCACIONAL

71 – Há cerca de 47 milhões de analfabetos no país. O salário médio dos professores gira em torno de R\$ 500 a R\$ 700 para jornadas de até 40 horas, 48% dos professores sofrem com a síndrome de "burnout", 40% se afastam sistematicamente da sala de aula em decorrência de doenças profissionais. Quase a totalidade das escolas (90%) apresenta problemas de infra-estrutura ou equipamentos deficientes. Diante deste quadro, tanto Lula, Alckmin como Serra, apresentam propostas que visam a redução de gastos por parte do Estado e que resultam em escolas, salas e turnos fechados. Mantêm a maioria dos adolescentes fora da escola e desempregam professores.

72 – Em nível federal, o governo Lula manteve toda a legislação que assegurou a reforma do ensino (LDB, Plano Nacional de Educação etc.). Além disso, avançou com a Reforma Universitária, que se traduz na compra de vagas ociosas nas faculdades privadas (ProUni), que constituem 70% do ensino superior do país e ampliou a rede de ensino à distância, onde seis grupos detêm o monopólio desta modalidade de ensino. Prometeu elevar as verbas educacionais, mas o FUNDEB (que substituirá o FUNDEF), continuará com a lógica do custo-aluno e não contará com recursos necessários para a manutenção de toda a educação básica (acrescentará somente R\$ 14 bilhões nos atuais R\$ 28 bilhões do FUNDEF).

73 – No Estado de São Paulo, Alckmin instituiu, em cerca de 300 escolas da rede estadual, a Escola da Juventude, onde jovens de 18 a 29 anos, precisam apenas freqüentar aulas ministradas nos finais de semana por estagiários. No início deste semestre, promoveu, durante as férias, a reorganização do ensino na FEBEM, reduzindo o tempo de duração dos cursos e o número de salas e turmas. Tudo seguindo a lógica de redução de custos.

74 – Além dessas medidas recentes, os professores estaduais, desde 1995, têm enfrentado mudanças na grade curricular, alteração no Plano de Carreira, aumento da carga horária e arrocho salarial. Neste semestre, foi realizado um concurso para professores, que tem como essência a demissão e o avanço da municipalização. Os exemplos mostram que, se, de um lado, a municipalização contribuiu com o esvaziamento das escolas (diminuição de alunos), levando ao fechamento de salas e

turnos na rede estadual, de outro lado, superlotaram as salas de aula da rede municipal. Esta superlotação favorece a dispersão e os conflitos entre os alunos e professores.

75 – No município, Serra impôs corte de gastos e privatização. Caminha a passos largos na destruição da escola pública. Seu conteúdo, neoliberal, está em consonância com as medidas implementadas, há mais de uma década, na rede estadual e com a política educacional do governo federal, FHC / Lula. Todas submetidas às diretrizes do Banco Mundial / FMI.

76 – Diante de medidas destruidoras da educação pública, a reivindicação dos explorados de acesso ao ensino gratuito em todos os níveis ganha força se estiver sob a rejeição da escola de classe, mutiladora das faculdades intelectuais da juventude. Sem se admitir que a falência da escola é, em última instância, reflexo da decomposição do capitalismo e que é preciso destruí-lo pela revolução proletária, não se fará outra coisa senão alimentar ilusões na capacidade da burguesia de reformar seu sistema e a velha escola de classe.

77 – O acesso de toda a população ao ensino público, desde a creche à universidade, implica defender a vinculação da escola com o trabalho. Não é possível universalizar o ensino sem atender a reivindicação da juventude, que é o trabalho. Isso pressupõe o combate a todas as formas de exploração da força de trabalho, que condena e mutila as crianças e jovens desde a tenra idade.

DEFENDEMOS:

78 – Fim da reforma educacional do FMI / Banco Mundial / Lula / Alckmin / Serra;

79 – Criação de mais escolas para que nenhuma criança / jovem / adulto fique sem estudar e que nenhum profissional da educação fique sem emprego;

80 – Rechaço à municipalização;

81 – Extinção do Fundef e do Fundeb por serem instrumentos da partilha das miseráveis verbas destinadas à educação. Ampliação dos recursos à escola pública, fim dos subsídios às privadas, não retirada de parte do dinheiro da educação por meio da DRU;

82 – Fim da coexistência entre o ensino público e o privado, que privilegia o particular e sucateia o gratuito. Criação de um único sistema estadual e gratuito sob o controle de quem

trabalha e estuda;

83 – Eliminação de todas as formas de seleção para o acesso aos níveis de ensino. Fim dos vestibulares e vestibulinhos. Acesso livre da creche à universidade. A seleção é a via para impedir que a juventude pobre atinja os níveis mais avançados de escolaridade;

84 – Combate aos mecanismos de avaliação criados pelas reformas governamentais (Saresp, Saeb, Enem, Enade etc.). É que toda avaliação seja resultado do trabalho coletivo entre professores e estudantes;

85 – Um ensino científico, portanto laico, sem interferência religiosa e que esteja vinculado à produção social. Um ensino que una a teoria e a prática. Que esteja em oposição à exploração infantil e juvenil. E que possa desenvolver as capacidades físico-mentais dos estudantes.

86 – Salas de aula com 25 alunos;

87 – Recursos didáticos em todas as unidades escolares;

88 – Funcionamento das bibliotecas e laboratórios;

89 – Contratação de funcionários para todas as unidades escolares;

90 – Redução da jornada de trabalho dos profissionais de educação, sem reduzir o salário, para que ocorra melhoria do ensino e emprego a todos.

91 – Não ao novo PCCS;

92 – Piso salarial vital, calculado pela assembleia dos trabalhadores em educação.

QUESTÃO SINDICAL

93 – O movimento sindical está dividido entre os que apóiam o governo Lula/PT e os que são contra. É falsa a idéia de que existe independência e autonomia sindical em relação ao Partido dos Trabalhadores e os governos. A burocracia sindical petista avançou na estatização dos sindicatos. As organizações de luta dos explorados foram totalmente aparelhadas pelo governo. Servem de apoio a implantação das reformas que atacam os trabalhadores.

94 – A CUT, sob o regime FHC já não combatia as reformas neoliberais. Fazia sindicalismo propositivo, organizando pressão para a aprovação das emendas defendidas pelo PT, em seu pseudo-oposicionismo parlamentar. A CUT estava submetida à estratégia eleitoral e às alianças do PT com os partidos burgueses. Foi transformada em ala-

vanca para o PT se implantar como partido do Estado. Há anos, age como braço do PT no movimento sindical e desenvolve posições pró-capitalistas. Enquanto os exploradores têm atacado duramente as relações de trabalho, as direções sindicais negociam demissões, redução de salários, corte de antigos direitos trabalhistas e precarização da previdência. Apóiam o salário mínimo de fome e ajudam a implantar as reformas antinacionais e antipopulares. O PT e seus sindicalistas aperfeiçoam as leis de proteção do capital contra o trabalho. A direção da CUT integrou-se à administração do governo PT / Lula. O sindicalismo propositivo se transformou em apoio ao governo e empresários.

95 – O PT contraiu relações promíscuas com grupos capitalistas, a burocracia petista se potenciou com o extraordinário orçamento dos sindicatos – fenômeno geral de formação da burocracia profissional (carreirista) e de corrupção. Não à toa, que a social democracia internacional fez uma profunda investida no movimento sindical brasileiro, cooptando as principais lideranças. Também não foi ao acaso, a última reunião desse órgão ser no Brasil. Na verdade, o sindicalismo propositivo defendido pela corrente majoritária Articulação/PT/PCdoB dentro da CUT reflete a política da Internacional de colaboração com uma das frações do imperialismo.

96 – É preciso rechaçar a estatização dos sindicatos/CUT. A luta pela independência da CUT, sindicatos e movimentos frente o governo PT Lula é fundamental para desenvolver a ação direta do proletariado contra a exploração do trabalho.

97 – Somos contra a ruptura aparelhista e o eleitoralismo das correntes petistas e não petistas. Trabalhamos pela constituição de uma poderosa fração revolucionária no interior da CUT e dos sindicatos, que ajude os trabalhadores a reconhecerem o papel traidor da burocracia e que avance na construção da direção classista e revolucionária.

98 – A Conlutas deve ser uma frente única de ação contra a política dos governos e não um instrumento de divisão do proletariado.

DEFENDEMOS:

99 – Independência dos sindicatos e CUT em relação ao Estado e partidos burgueses;

100 – Oposição revolucionária ao governo corrupto do PT/Lula;

101 – Construir a fração revolucionária no interior da CUT para combater as burocracias direitista e reformista para impulsionar as lutas contra a exploração;

102 – Defender o método da ação direta para alcançar as reivindicações em oposição ao eleitoralismo oportunista.

BALANÇO DO SINPEEM

103 – No Sinpeem, a política desenvolvida pela direção não se difere da da CUT. Apesar da direção se colocar, aparentemente, contra as reformas do governo, o método utilizado para combatê-las é o mesmo da CUT, eleitoral-parlamentar. Toda luta começa negociando as reivindicações com o governo e termina derrotada nos bastidores da Câmara, sob a enrolação dos vereadores corrompidos.

104 – Não é atoa que, no último congresso, não foi discutido a questão sindical e o balanço da direção. Era véspera da eleição municipal e as correntes que dirigiam o sindicato não queriam expor abertamente seu eleitoralismo e o apoio disfarçado às frações dos exploradores em disputa. Essa conduta reforçou o estatismo sindical e a dependência à política burguesa.

105 – Nos últimos anos, a direção do SINPEEM negociou as reformas neoliberais do governo Marta/PT. Inicialmente, rejeitava o arrocho salarial e terminava aceitando-o, em troca de esmolas. O apoio crítico ao governo Marta/PT, significou mais ataques às condições de vida dos trabalhadores em educação, a exemplo do novo PCCS (Plano de Cargo, Carreira e Salários), que cortou direitos de uma parcela dos trabalhadores. Tudo acordado na mesa de negociação do SINP.

106 – Com a entrada de Serra, as reformas que atacam direitos estão sendo aceleradas. As perdas salariais vêm aumentando. No primeiro semestre, a direção chegou a antecipar a campanha salarial tendo em vista os ataques do governo Serra. Os trabalhadores atenderam ao chamado do sindicato, mostrando disposição de luta. No entanto, a greve que durou menos de um dia foi claramente negociada em cima de pontos pouco relevantes para os trabalhadores em educação. Isso fortaleceu o governo que intensificou seu ataque aos direitos, manteve o arrocho salarial, antecipou o confisco de 6% e, provavelmente, não garantirá a incorporação da Jornada Especial Integral (JEI) nos

proventos da aposentadoria.

107 – O papel de uma direção sindical é o de organizar a resistência dos trabalhadores. Ao quebrar a greve, a direção do Sinpeem dispersou-os, enfraquecendo o movimento e sujeitando-os novamente às fálidas negociações na Câmara.

108 – Após a greve abortada, houve uma divisão na diretoria, que se materializou nas eleições do sindicato em 3 chapas: chapa 1 (encabeçada por Claudio Fonseca), chapa 2, (PSOL e independentes) e chapa 5 (O Trabalho e PC do B). As três chapas, de forma oportunista, só serviram para confundir os trabalhadores. Como não há democracia sindical, somente a chapa 1 e 2 compõem a atual diretoria.

109 – A corrente majoritária que dirige o Sinpeem, apesar de romper com o PC do B, não rompeu com a política e os métodos burocráticos. No momento em que é necessária a unidade da classe para enfrentar as reformas destruidoras e a ação repressiva do governo do PSDB, essa ala mostra o seu conteúdo corporativista, iludindo e fragmentando o movimento. Pisoteia a democracia sindical. Com isso, prejudica a construção de qualquer luta. Combate um dos princípios elementares do sindicato que é sua natureza de frente de ação. A manutenção dessa política implica a colaboração na implantação das medidas já anunciadas por Serra.

110 – Em contraposição à política implementada pela direção do Sinpeem, a Corrente Proletária se coloca por levar a política da classe operária no seio dos trabalhadores em educação e construir uma verdadeira direção revolucionária no Sinpeem. Para tanto, esse congresso deve rejeitar o corporativismo e o colaboracionismo da burocracia sindical.

PROPOSTAS DE MUDANÇA NO ESTATUTO

111 – As propostas de mudança têm como essência: a independência do Sinpeem perante o Estado, o governo e seus partidos; assegurar e ampliar a democracia operária (sindical) em todas suas instâncias; combater o burocratismo e as formas aparelhistas de controle do sindicato; rechaçar a via sindicato-empresa e fazer do sindicato um instrumento de luta de classe.

112 – A mais ampla democracia sindical está apoiada na soberania das assembléias e no direito de expressão das correntes que intervêm

na classe. Nesse sentido, apresentamos as seguintes emendas:

113 – Emenda Aditiva (onde couber)

114 – O jornal e demais matérias de imprensa da entidade deverão reservar um espaço para expressar as diferentes posições políticas das correntes que intervêm no movimento dos educadores.

115 – Emenda aditiva (onde couber)

116 – Os professores delegados ao Congresso do Sinpeem serão eleitos na proporção de 1 (um) para cada 10 (dez) associados.

117 – Emenda substitutiva ao Artigo 73º

118 – A diretoria será composta pelo critério da proporcionalidade direta, de acordo com os votos obtidos por cada chapa na eleição (sem cortes).

119 – Emenda Aditiva parágrafo 1º do Artigo 73º

120 – Para fins de composição proporcional da Diretoria colegiada, do total de votos colhidos no pleito, não serão considerados os nulos e brancos, servindo esse resultado para o cálculo final da proporcionalidade cabente a cada uma das chapas.

121 – Emenda Aditiva parágrafo 2º do Artigo 73º

122 – A razão da proporcionalidade de que cuida este artigo será apurada dividindo-se o número de votos obtidos pelas chapas pelo número total de votos válidos, assim considerando-se aquele obtido nos termos do parágrafo anterior, multiplicando-se esse quociente por 100 (cem).

123 – Emenda Aditiva parágrafo 3º do Artigo 73º

124 – Definido-se as chapas, estas passarão a escolher as secretarias e comissões que desejam ocupar pela ordem decrescente de número de votos obtidos.

QUESTÃO FUNCIONAL / SALARIAL E PLANO DE LUTAS

FUNCIONAL

125 – No município, Serra iniciou seu mandato impondo o aumento da contribuição previdenciária de 5% para 11%. Manteve o arrocho salarial e anunciou um pacote de reformas para a educação. Seu projeto está assentado na política de corte de gastos e privatização, tendo como base as parcerias BID, ONG's, FIESP e empresariado em geral. Por isso, tem como proposta a ampliação da municipalização; a propaganda de empresas nos uniformes escolares; a eliminação das funções de POIE e POSL; a não garantia da incorporação da

Jornada Especial Integral (JEI) nos proventos da aposentadoria; a redução de turnos nas escolas; a implantação do ensino fundamental de nove anos (com corte no Ensino Infantil); a manutenção das escolas de latinha; a destruição dos CEUS; a redução do valor da merenda, ampliando a terceirização e limitação do EJA em escolas pólo.

126 – Com relação aos trabalhadores, Serra manteve a avaliação de desempenho, que impedirá a evolução funcional. Condiciona a GDE à assiduidade. Promoverá a transferência de funções próprias da área da saúde para a área da educação. Agrava, assim, as condições de trabalho e ensino que, já têm piorado nos últimos anos e poderão se tornar mais grave com a municipalização.

CAMPANHA SALARIAL

127 – A política de arrocho salarial vem desde o governo de Pitta/Maluf, passando por Marta/PT e chegando a Serra/PSDB, a exemplo do 0,1% de reajuste. Os ataques ao funcionalismo em geral e em especial aos trabalhadores de educação têm se avolumado no último período.

128 – É preciso construir a resistência dos trabalhadores em educação em aliança com o funcionalismo, tendo como bandeiras: a luta contra o confisco da Previdência; o aumento real de salário; a reposição de todas as perdas. Combinar estas bandeiras com a luta contra o desemprego, através do fechamento de turnos, da municipalização e do ensino fundamental de nove anos.

PLANO DE LUTAS

129 – Está colocada a tarefa de organizar os trabalhadores nas ruas para arrancar do governo as reivindicações elementares, partindo da defesa do emprego e do salário e avançando na luta mais geral contra o capital. Para tanto, defendemos:

130 – Total independência da CUT em relação ao Estado, aos governos e seus partidos;

131 – Tribunais Populares para julgar a burguesia corrupta;

132 – Não às reformas Sindical / Trabalhista e Educacional;

133 – Recuperação das estatais privatizadas, sob o controle dos trabalhadores;

134 – Fim do latifúndio e entrega das terras aos camponeses, sob o controle dos comitês agrários;

135 – Defesa da vida das massas: salário mínimo vital calculado pelas assembléias; escala móvel de salário; escala móvel de horas de trabalho;

136 – Defesa da juventude: nenhum jovem fora do trabalho, nenhum jovem fora da escola. Salário de acordo com as necessidades;

137 – Por uma escola única, pública e gratuita em todos os níveis e vinculada à produção social;

138 – Estatização de todo o sistema de ensino, sob o controle de quem estuda e trabalha;

139 – Rompimento com o imperialismo; Expropriação sem indenização das multinacionais e controle operário da produção; Não pagamento da dívida externa; Não à ALCA; Fora as tropas brasileiras do Haiti;

140 – Combate ao Imperialismo; defesa da autodeterminação dos povos; fim do intervencionismo militar e econômico dos Estados Unidos nas semicolônias

141 – Luta pelo fim do capitalismo: trabalhar pela revolução e ditadura proletárias, lutar sob a estratégia do governo operário e camponês, organizar a frente única antiimperialista e aliança operário camponesa.

Oposição Alternativa SINPEEM

1 – Ao elaborarmos esta tese estávamos em meio aos escândalos de corrupção no governo federal e a tentativa do acordão no Congresso, com o objetivo de restringir toda a crise à cassação de apenas alguns deputados. Apesar de todo escândalo os principais sindicatos do país e sua principal central sindical a CUT ao invés de mobilizar os trabalhadores contra a corrupção e a política econômica, estão juntos com o governo defendendo-o com o argumento de que se trata de um golpe da direita. A oposição burguesa é tão corrupta quanto o governo Lula, mas isso não muda o fato de que o governo do PT e seus aliados se igualaram a estes e independente de quem seja o governo é preciso denunciar e exigir a apuração e punição de todos os responsáveis. A Coordenação Nacional de Lutas, a Conlutas, é a organização de esquerda que hoje está mobilizando e organizando as lutas contra: a corrupção, a política econômica e as reformas neoliberais, e que promoveu a grande marcha no dia 17 de agosto em Brasília reunindo cerca de 15 mil trabalhadores. E em setembro realizou manifestações em todo o país. Os integrantes da Oposição Alternativa Sinpeem participam da Conlutas e são categoricamente contra o governo e também contra a burguesia e seus representantes (PT, PCdoB, PSDB/PFL, PTB, PDT e demais partidos burgueses).

2 – Assim como Lula e Alckmin, na cidade de São Paulo, Serra avança de forma avassaladora na implementação das reformas: Reforma da Previdência que reduziu os salários dos servidores, parcerias com a iniciativa privada que visa desresponsabilizar o Estado pela educação e os demais serviços, Avaliação institucional e de desempenho que visam responsabilizar os servidores pela má qualidade dos serviços, buscando justificar a destruição do Plano de Carreira.

3 – Apesar de todos os ataques do governo Serra, a direção majoritária preferiu fazer acordo com o governo e acabar com a greve. Usou de inverdades e colocou toda a responsabilidade à categoria caso a greve tivesse continuidade; isentou-se de construir e dar continuidade à greve e usar de todo seu aparato para construir um movimento vitorioso. Com o fim da greve e o acordo firmado entre o governo e a direção do sindicato, o governo sentiu-se bastante à vontade para além de reduzir os

nossos salários, implementar medidas que penalizam os servidores e que contam com a ajuda irrestrita dos veículos de comunicação, para os quais a direção do Sinpeem não deu nenhuma resposta.

4 – Os integrantes da oposição Alternativa ao apresentarem esta tese têm o objetivo de denunciar e apresentar propostas de organização e luta, pois, só com mobilização e luta é possível derrotar o governo e obter conquistas para o conjunto dos trabalhadores.

CONJUNTURAS POLÍTICAS INTERNACIONAL

5 – A ofensiva imperialista tem se intensificado contra a classe trabalhadora em todo o mundo com suas intervenções políticas, econômicas e militares. Cada vez mais o Imperialismo norte-americano procura intervir nos países argumentando ser o porta-voz da democracia, da organização, da condução econômica. As bases militares, as invasões e os governos títeres crescem como forma de alavancar a economia capitalista dos Estados Unidos. E a guerra, há muito tempo, tem servido como base para tal crescimento. Tanto é assim que não por acaso o governo de George Walker Bush torna ainda mais bilionários setores que investiram em sua campanha; indústria armamentista e petrolífera. Mas muitas têm sido as respostas que a classe organizada tem dado ao imperialismo, agitando nas ruas suas bandeiras de autodeterminação.

6 – Depois de Equador, Venezuela e Argentina, também o povo da Bolívia se insurgiu contra o governo títere de seu país, principalmente a comunidade indígena, que, organizada, lutou nas ruas, enfrentando o exército, contra a expropriação do gás natural sem o qual milhares de trabalhadores estariam à mercê da fome e miséria ainda maiores.

7 – Empresas multinacionais travestidas de impulsionadoras civilizatórias tentam engendrar-se, sobretudo, na América Latina para surrupiar as riquezas naturais, sucateando e privatizando o serviço público, primordialmente de fontes energéticas estratégicas, mas de todos os setores da economia.

8 – O Imperialismo norte-americano, junto com seus asseclas europeus e asiáticos, procura salvar-

T
E
S
E

10

XVI
Congresso
de
Educação

Caderno
de
Teses



91

se da derrota iminente que desponta com a resistência do povo iraquiano, que não se dobrou à farsa eleitoral armada em Washington. Também o povo palestino segue lutando para retomar territórios que lhe pertencem e não tem qualquer dúvida sobre a aparente docilidade do genocida Ariel Sharon que tenta desarticular a resistência com as migalhas da fraudulenta desocupação da Faixa de Gaza.

9 – Enquanto isso, o Presidente Lula, o subproduto do imperialismo na América Latina, cumpre hoje mais um sujo papel ao enviar e manter as tropas no Haiti e ao tentar inserir a Petrobrás (parcialmente privatizada) no território boliviano. Isto ao mesmo tempo em que se orgulha de não depender de novos acordos com o FMI, e continua pagando a dívida externa, mensalões internos e arrochando e sucateando o serviço público federal fazendo coro com os demais partidos, antigos representantes da burguesia.

10 – Já o Presidente da Venezuela, Hugo Chavez posa de soberano e anti-ianque, usando indistintamente a consigna de socialismo quando lhe convém. Mas na verdade tem desmontado toda a legislação trabalhista com cooperativas e destruído, através da cooptação, antigas centrais sindicais de luta da classe trabalhadora venezuelana. Aplica um programa-padrão das políticas compensatórias camufladas de conquistas para a classe trabalhadora.

11 – Na Argentina, Néstor Kichner não age de maneira diferente. A cada dia a classe trabalhadora é jogada na miséria com o aumento desenfreado do desemprego e do subemprego. Recentemente vários trabalhadores ativistas foram presos na cidade de Caleta Oliva apenas porque protestavam exigindo o retorno ao trabalho, não aceitando as demissões arbitrárias impostas por empresas multinacionais que se apossaram de boa parte da indústria petroleira local e mantém lucros astronômicos, superexplorando os trabalhadores que se mantiveram empregados.

12 – A política de livre-comércio entre os países os grandes interessados são as empresas transnacionais, devido à sua maior capacidade de deslocamento na busca por mais lucros. Essa é a grande jogada do Mercosul, da Alca e do Nafta: o livre-comércio para as multinacionais. É também enganoso acreditar que um acordo mercosul-união européia não tenha as mesmas bases do acordo da Alca. Esse protocolo facilitará a assinatura da

Alca, abrindo as portas para que os EUA exijam os mesmos critérios para a implementação do acordo na América.

DEFENDEMOS:

13 – Fora as tropas imperialistas do Iraque. Todo apoio à resistência do povo iraquiano!

14 – Todo apoio à luta do povo palestino. Abaixo o Estado fascista de Israel! Por um Estado Palestino laico, democrático e não-racista;

15 – Fora às tropas brasileiras e a missão da ONU do Haiti!;

16 – Não à Alca e ao Mercosul! Saída imediata do Brasil das negociações da Alca;

17 – Pela nacionalização estatal do gás e do petróleo de toda a América Latina, em especial do povo boliviano;

18 – Todo apoio à luta dos trabalhadores no mundo.

NACIONAL

CONTRA O GOVERNO E O CONGRESSO DE CORRUPOTOS FORA TODOS!

19 – Embora milhares de trabalhadores confiassem que o governo Lula mudaria positivamente suas vidas, Lula mostrou sua cara antes mesmo de ser eleito já no documento Carta aos Brasileiros; e nas alianças escusas que fez, expressas na Frente Popular. Toda a política de ataque à classe trabalhadora que Fernando Henrique não conseguiu aprovar, o governo Lula implementou logo em seu primeiro ano. A Reforma da Previdência constituiu mais uma investida contra o patrimônio público ao mesmo tempo em que liberou os petistas para os fundos de pensão e outras benesses, que se traduzem em saques aos direitos dos trabalhadores. Não é à toa que seguindo a trajetória de abandono da luta da classe trabalhadora e de defesa do imperialismo, principalmente do capital financeiro, na atualidade, o governo Lula e o Congresso Nacional estejam imersos no mar de lama. Esta crise demonstrou que até mesmo na corrupção Lula se iguala a Fernando Henrique: compra de votos através do mensalão, desvio de dinheiro público através de verbas de propaganda e outras, loteamento de cargos, abafamento da corrupção... Lula fez de tudo para aprovar medidas contra o

povo: a Reforma da Previdência, o salário mínimo miserável, a política econômica de Palocci e Henrique Meirelles. Os favorecidos continuam os mesmos. Os bancos tiveram 49% de crescimento nos lucros e as grandes empresas 71%. Para agradar George Bush, Lula enviou tropas para o Haiti, pagou bilhões para os bancos, e negocia os acordos da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

20 – Com o governo Lula chega ao fim o ciclo histórico PT/CUT. Este ciclo nasceu nas grandes greves do ABC no final dos anos 70 e gerou o maior partido político do Brasil: o PT. E também a maior central sindical, a CUT. Mas o escândalo do mensalão mostrou que o partido que foi eleito para mudar a vida da classe trabalhadora só fez aumentar os lucros da burguesia. É só mais um partido institucional, corrupto, a serviço dos grandes grupos econômicos. E a CUT, que vinha se descaracterizando desde a década de 90 com suas Câmaras Setoriais tripartites, tornou-se um braço sindical do governo. Uma central governista.

21 – O caso Celso Daniel ilustra bem o que é o PT hoje. Em Santo André se aplicava o modo petista de governar. Isto inclui esquemas de corrupção particularmente com empresas de transporte e lixo. As investigações apontam que o mandatário do crime é Sérgio Sombra, um empresário petista que enriqueceu em Santo André. A posição do PT foi de defender este empresário corrupto. Contratou Aristides Junqueira, um dos melhores e mais caros advogados do país, por R\$500 mil para defender Sérgio Sombra. Este é o triste fim do partido da “ética na política”.

ABAIXO O ACORDÃO!

22 – Lula, junto com o PSDB e o PFL, prepara uma saída para a crise. A fórmula é simples. Dezoito deputados são caçados, Severino Cavalcanti renuncia, e os esquemas de corrupção e a política econômica seguem os mesmos. Para tentar ganhar credibilidade, Maluf e seu filho finalmente são presos (não sabemos por quanto tempo, pois, os ricos nunca ficam muito tempo na cadeia). Mas a verdade é que os beneficiários do mensalão são muito mais numerosos. Este é um Congresso com uma maioria de Severinos. E os grandes grupos econômicos, que são os corruptores, também ficam ocultos.

23 – Para o povo, o PT, o PC do B e a CUT inventaram uma peça de ficção. As denúncias con-

tra o governo são mentiras das elites que querem derrubar Lula. Mas o fato é que as elites querem manter Lula e por um motivo simples: o governo Lula defende seus interesses.

24 – O PSDB, PFL, PPS, PDT, PTB - que são partidos das elites - não querem derrubar Lula, mas enfraquecê-lo para vencê-lo nas eleições presidenciais de 2006.

25 – Há um terceiro campo que não apóia o governo corrupto e neoliberal de Lula. Mas também não compactua com o PSDB e o PFL, tão corruptos quanto o PT. Neste campo há a proposta da senadora Heloísa Helena de plebiscito revogatório, antecipação das eleições e uma grande aliança de partidos “éticos” como o PSOL, o PPS e o PDT. Há dois problemas nesta proposta. O primeiro é que a antecipação das eleições hoje significa que nada vai mudar. Os grandes grupos econômicos continuarão a financiar seus candidatos e assim haverá a mesma compra de votos e de cabos eleitorais. Portanto, um outro candidato das elites, possivelmente o corrupto prefeito de São Paulo, José Serra, seria eleito presidente, sem qualquer melhoria para o povo. O segundo problema é que uma aliança eleitoral com o PPS e o PDT repete o erro do PT de se aliar com partidos que apesar do eventual discurso a favor do povo, também representam os interesses das elites.

DEFENDEMOS:

26 – Só haverá saída para esta crise se os trabalhadores e a juventude tomarem as ruas. E não para apoiar Lula ou o PSDB, mas para lutar pelo FORA TODOS e por um governo socialista dos trabalhadores que enfrente as elites, que puna exemplarmente os corruptos e corruptores com prisão e confisco de bens, que aplique um plano econômico dos trabalhadores, e que governe apoiado em conselhos populares.

27 – Só assim poderemos redirecionar dinheiro público destinado aos bancos e grandes empresas, e voltá-los para duplicar as verbas da educação e da saúde públicas, defender a previdência social, garantir um salário-mínimo que atenda as necessidades reais da classe trabalhadora da cidade e do campo, emprego para todos e outras medidas de interesse do povo trabalhador e da juventude.

28 – Contra o governo e o Congresso de corruptos. Fora Todos!

SINDICAL

DESFILIAÇÃO DO SINPEEM DA CUT JÁ

29 – A CUT apóia o governo Lula contra os trabalhadores. Defendeu a reforma da Previdência, quer aprovar o projeto de reforma sindical e trabalhista que pretende acabar com o 13º salário, férias e licença-maternidade. Seu presidente, Luís Marinho, é hoje Ministro do Trabalho, o que faz da Central um braço do governo.

30 – De uma central pautada pela independência de classe nos anos 80, a CUT se transformou nos anos 90 numa central cidadã, de conciliação e parceria com a burguesia. Agora, além de apoiar incondicionalmente o governo Lula, avança no sentido de tornar-se uma central empresarial, na medida em que pretende gerenciar os fundos de aposentadorias dos trabalhadores em conjunto com bancos privados, atuando como agente direto da privatização da previdência pública. Ao procurar associar-se ao capital financeiro para se locupletar com a aposentadoria dos trabalhadores, a direção da CUT não deixa nada a dever aos parlamentares corruptos do PT.

31 – Desta forma, a CUT transformou-se numa poderosa arma da burguesia e do governo Lula contra os trabalhadores, que desorganiza e enfraquece cada uma das nossas lutas em defesa do salário, do emprego e de nossas conquistas sociais e trabalhistas.

32 – O Sinpeem, além de estar filiando à CUT, contribui mensalmente com mais de 40 mil reais para esta central que apoiou a reforma da previdência que confisca mais 6% dos nossos salários, apóia as reformas sindical e trabalhista, não organiza a luta em defesa dos nossos salários e empregos e, ainda por cima, defende o governo Lula mesmo após todos escândalos de corrupção, que não param de crescer dia a dia.

33 – Não é possível que o Sinpeem permaneça nesta central governista que se encontra nas mãos de uma máfia de burocratas corruptos que só tem uma preocupação: administrar fundos de pensão em conjunto com bancos privados para se enriquecer às custas da miséria dos trabalhadores. Àqueles que julgarem possível retomar a CUT das origens fazemos um chamado: rompam com a CUT e venham construir conosco a Conlutas.

34 – Precisamos decidir se o nosso sindicato deve continuar filiando e destinando recursos para

a CUT defender esse governo corrupto, seu plano econômico e reformas neoliberais.

35 – A base da categoria deve discutir se o Sinpeem deve continuar filiado a uma central governista. A Oposição Alternativa Sinpeem defende a desfiliação imediata de nosso sindicato da CUT.

FORTALECER A CONLUTAS A HORA É DE CONSTRUIR UMA NOVA CENTRAL

36 – A Coordenação Nacional de Lutas nasceu da necessidade de unir os sindicatos e movimentos sociais combativos contra as reformas sindical e trabalhista e a política econômica do governo Lula.

37 – Em agosto deste ano realizou-se em Brasília o II Encontro Nacional da Conlutas. Com mais de 1700 inscritos, marcou a data do Congresso que irá fundar uma nova Central para 28 de abril a 1º de maio de 2006, com encerramento num ato do Dia do Trabalhador, em São Paulo.

38 – O congresso contará com delegados eleitos de sindicatos, oposições sindicais e representantes do movimento popular, trabalhador rural e movimento estudantil. A construção de uma nova Central com esse caráter é um elemento de fundamental importância para a reorganização e integração do movimento de massas brasileiro, na perspectiva da vinculação da luta por suas reivindicações imediatas com a necessidade da gestão de um projeto para o país, que rompa com a lógica reformista da via eleitoral e aponte no sentido da necessidade da revolução socialista, da ruptura com o imperialismo e de um governo dos trabalhadores que exproprie a burguesia.

39 – Conclamamos todas as direções sindicais combativas que estão rompendo com a CUT que venham para a Conlutas e ajudem a construir essa alternativa.

DEFENDEMOS:

- 40 – Desfiliação do Sinpeem da CUT;
- 41 – Participação do Sinpeem na Conlutas.

CONJUNTURA MUNICIPAL/ESTADUAL

42 – Nos últimos 10 anos o governo municipal tem avançado na destruição e sucateamento dos

serviços públicos, na saúde Maluf instituiu o PAS, posteriormente Marta implementou as autarquias repassando para a iniciativa privada os recursos da saúde com as terceirizações que resultaram no sucateamento dos serviços de saúde e desemprego dos profissionais. Na educação o governo Marta avançou nas políticas compensatórias com a continuidade da distribuição do leite nas escolas; bolsa-escola; vai e volta; kits de material escolar e uniformes. O governo Marta deu continuidade as reformas neoliberais, aplicadas pelo governo federal, seguindo diretrizes do Banco Mundial e do FMI.

43 – Marta deixou de mão beijada para Serra a avaliação de desempenho, apoiada pela antiga direção majoritária do Sinpeem. Assim, boa parte da política implementada por Serra é a continuidade destas reformas mesclada aos ataques de Alckmin no governo estadual, tendo por base um serviço público orientado por uma ótica empresarial, onde se preservam as grandes empresas em detrimento dos direitos da população e dos trabalhadores.

44 – Serra pretende implementar o que já foi feito na rede estadual de ensino e que resultou na demissão de milhares educadores. Assim como a privatização e parceiras, as propostas de redução de turnos nas escolas visam o enxugamento da máquina e apontam para a superlotação das salas e reestruturação com vistas à destruição da carreira.

45 – Marta iniciou as reformas para que pudesse atender os interesses dos organismos internacionais, reduziu a verba da educação de 30 para 25%, iniciou as parcerias com ONGs, que naquele momento já interferiam no processo pedagógico no interior de algumas escolas. Serra então promove agora o projeto “São Paulo é uma escola” que visa estabelecer parcerias com ONGs/Osips (Organizações Sociais de Interesse Público), viabilizando programas como Família na Escola; a “Pré” e o “Pós-aula”; possibilitando que estes sejam administrados por organizações sociais se aprovado o PL 318 que se encontra na Câmara. Espaços como as salas de leitura e informática educativa poderão ser administrados por organizações sociais (empresas privadas). Projetos como os da “mãe-crecheira” visam o repasse de verbas da educação para que as mães dos alunos preservem seus filhos em casa, retirando o direito da criança de ser matriculada nas escolas de educação infantil;

com o objetivo de reduzir a demanda nas EMEIS e CEIs, e impõe o ensino fundamental de 9 anos. Além de provocar o embotamento da criança, aplica a velha conhecida política do assistencialismo com a pseudo criação de emprego para as mães que estão desempregadas. Isto sem contar a transformação do aluno em uma espécie de outdoor ambulante com os uniformes com logomarcas de patrocinadores.

46 – Serra promove além do desmonte do ensino público, o arrocho salarial, e, o ataque a nossa aposentadoria, confiscando 6% dos nossos salários. Não assumiu a dívida que o IPREM tem com o funcionalismo municipal. Impõe compulsoriamente o desconto de 3% para o HSPM enquanto deixa de repassar verbas para a saúde. E depois da traição da greve de 2 de junho: mantém o pífio e fictício 0,1% de reajuste salarial.

47 – Governo Alckmin veta aumento de verbas para Educação na LDO

48 – No dia 7 de julho foi aprovada a Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com a previsão de aumento de verbas para a educação. Os deputados após muita pressão de todo o funcionalismo, em especial, os ligados à educação aprovaram o aumento da verba de educação de 30% para 31%, cerca de 470 milhões a mais para a educação.

49 – Como não poderia ser diferente o governador Alckmin vetou o aumento. No dia 16 de agosto a Comissão de Finanças e Orçamento sob intensa pressão do movimento derrubou o veto do governador.

50 – Todo o setor de educação continua sua pressão sobre a ALESP para que os deputados derrubem o veto do governador em plenário.

51 – Essa luta demonstra como o PSDB encara o investimento público em educação, junto com LULA e Serra mantém os parques recursos para a educação pública, nosso congresso deve repudiar essa atitude do governo do PSDB e apoiar todas as lutas por mais verbas em qualquer nível.

DEFENDEMOS:

52 – Educação pública, laica e gratuita, contra a privatização da educação e dos demais serviços públicos;

53 – Controle dos gastos da verba da educação pelos trabalhadores;

54 – Ampliação dos recursos para educação e que estes sejam gastos somente com educação.

Nenhum tostão para ONGS e OSIPS;

55 – Lutar pelo fim das autarquias na saúde;

EDUCACIONAL FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

DEVER DO ESTADO E UM DIREITO DA POPULAÇÃO

56 – A economia mundial atravessa uma estagnação determinada pelas oscilações das economias dos países ricos, em especial dos EUA. Com o objetivo de reverter a crise econômica, o imperialismo pressiona para implantar a ALCA e nas reuniões dos organismos financeiros internacionais (Banco Mundial, FMI e OMC) está em discussão a concepção da educação como serviço, isto é, como mercadoria e inseri-la nos mesmos regulamentos das atividades comerciais e empresariais. Caso isso venha a ocorrer haverá a privatização direta da educação e o fim da educação como um direito inalienável da população e dos trabalhadores. Devemos reafirmar a educação como um direito e um dos instrumentos fundamentais para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político do país para a transformação e superação do capitalismo com vistas à construção do socialismo.

57 – Nesse sentido, o tema financiamento da educação está relacionado com a política econômica e a qualidade do ensino. Não há melhoria na qualidade da educação sem aumento de recursos. Este é o principal debate que em geral se escamoteia.

58 – Durante a era FHC houve uma redução drástica dos recursos, tanto no ensino superior como na educação básica. E este afirmava que a crise da educação era uma questão de bom gerenciamento dos recursos e não falta dos mesmos.

59 – Para atender a demanda de 48 milhões de alunos na educação básica, o governo Lula gastou em 2003 cerca de 46 bilhões de reais. Na educação superior 11 bilhões de reais, o que representam 3,5% do PIB. Esse percentual está muito longe das necessidades do sistema educativo brasileiro e do que recomenda a UNESCO e outros organismos internacionais, que devem ser gastos no mínimo 6% do PIB na educação.

60 – O artigo 212 e o artigo 60 do ADCT da Constituição Federal tratam respectivamente da aplicação mínima de recursos da receita resultan-

te dos impostos: 18% união, 25% estados, distrito federal e municípios. Define que 60% dos recursos vinculados a que se refere o artigo 212 da CF devem ser destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental a fim de assegurar a universalização deste nível de ensino e remuneração condigna do magistério.

61 – Assim, foi criado o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e valorização do Magistério) em 1998. É um fundo de caráter contábil e é constituído por 15% dos seguintes impostos: Estados – ICMS, FPE, IPI e municípios – ICMS, FPM, IPI.

62 – O Fundef é resultado da E.C. Nº 14 que canaliza 60% dos recursos para o ensino fundamental e não cria recursos extras para tal, pelo contrário retira 15% da verba dos municípios que antes era aplicada na educação infantil e de jovens e adultos. Dessa forma, os municípios recebem o valor nacional “per capita” de acordo com o número de alunos matriculados no ensino fundamental.

63 – Por consequência, entre o que deixou de repassar na gestão de FHC e no atual governo, a dívida da união para com o Fundef supera os 11 bilhões de reais, sem considerar a corrupção e os desvios nos estados e municípios como denunciaram as várias CPIs, ainda que estas também não sejam organismos em que se possa confiar. Portanto, a dívida pode ser até maior.

64 – Na gestão do governo Lula persiste a política de financiamento de redução de recursos. Em 2003 houve uma diminuição do orçamento para a educação de 432 milhões de reais. Agora em 2004, o decreto nº 4966/04 estabelece o valor mínimo per capita do Fundef em 564 reais e 60 centavos, quando devia ser 870 reais.

65 – Isto posto, urge a necessidade de superar a crise que atinge a educação brasileira. Temos mais de 20 milhões de analfabetos totais e cerca de 50 milhões de analfabetos funcionais. De cada 100 alunos que entram na primeira série do ensino fundamental apenas 51 concluem o ensino médio.

66 – Para tanto, o governo Lula precisa romper os acordos com o FMI e parar de pagar a dívida externa. É preciso alterar radicalmente a política econômica cujas diretrizes estão a serviço do pagamento das dívidas externa e interna. Somente dessa maneira será possível aplicar 10% já do PIB na educação, rumo aos 15%; 30% de ICMS para

educação em cada estado e reverter a municipalização do ensino fundamental.

67 – Entendemos que não é criando um outro fundo, como o MEC anunciou, o Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb) que melhoraremos a qualidade da educação. Sem aumento de recursos, não há melhoria de qualidade de ensino e conseqüente universalização da educação básica.

68 – Pela educação estatal, laica e de qualidade para todos;

69 – Pela revogação da emenda 14 e do Fundef;

70 – Contra a mercantilização do ensino;

71 – Por 10% do PIB na educação já, rumo aos 15%;

72 – Pelo piso salarial nacionalmente unificado;

73 – 1 salário mínimo do Dieese 1420,61 por 20h/a;

74 – Que o governo Lula realize um plebiscito oficial contra a ALCA.

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

75 – Serra encaminhou para a Câmara Municipal o projeto de Contrato de Gestão, ou seja, a mesma Parceria Público-Privada de Lula e Alckmin, só que com outro nome.

76 – Através deste Contrato de Gestão, a prefeitura permitirá a ingerência de ONGs e empresas privadas na gestão e manutenção das escolas públicas municipais. Assim, os recursos públicos para a Educação serão desviados para a iniciativa privada. Além disso, a interferência de instituições privadas na gestão da escola pública impede qualquer autonomia pedagógica.

DEFENDEMOS:

77 – O retorno dos 30% do Orçamento do Município para a Educação e que estes recursos sejam gastos somente com manutenção e desenvolvimento do Ensino.

78 – Nenhum tostão das verbas da Educação para ONGs e empresas privadas!

79 – Não ao Contrato de Gestão! Em defesa da autonomia político-pedagógica e da gestão escolar!

ENSINO FUNDAMENTAL A PARTIR DOS SEIS ANOS

80 – Desrespeitando totalmente as necessidades da criança e o seu desenvolvimento cognitivo, foi aprovado, em âmbito federal, e será implementado no município de São Paulo a partir de 2006, o início do Ensino fundamental a partir dos seis anos de idade.

81 – Não existe por parte dos governos federal e municipal nenhuma justificativa pedagógica para esta medida. Na verdade, o que interessa ao governo é: 1). Ampliar a municipalização do ensino com o Fundeb, 2). “Diminuir” o déficit de vagas na Educação infantil empurrando as crianças com seis anos de idade para o Ensino fundamental. Por isso, o governo precisa ampliar o Ensino fundamental para 9 anos sem nenhuma discussão com a comunidade escolar!

82 – Com o objetivo de garantir a viabilização desta medida, o governo já está visitando as escolas municipais para verificar os espaços “ociosos” onde possam ser construídas salas emergenciais. Além disso, poderá utilizar também as salas disponíveis das escolas, dentre elas as salas de leitura, informática educativa, e eventualmente as quadras utilizadas nas aulas de Educação Física.

DEFENDEMOS:

83 – Construção de escolas para o atendimento pleno da demanda em educação Infantil e manutenção do 3º estágio nas EMEIS;

84 – Garantia de formação em instituição pública de nível superior dos professores de Educação Infantil, professores de Desenvolvimento Infantil e do Ensino Fundamental I.

85 – Direito de opção de jornada em JEI ou JEA para os educadores dos CEIS.

86 – Chamada dos professores concursados para completar o módulo das unidades escolares

87 – Redução do número de alunos por sala: 25 alunos no Ensino Fundamental e módulo compatível às necessidades da criança nos CEIS e EMEIS

88 – Abertura de novos concursos para todos os cargos

SINDICAL-SINPEEM

89 – O Congresso do Sinpeem de 2002 aprovou que a composição da diretoria do sindicato

passaria a ser realizada pelo critério da proporcionalidade. Porém, o estabelecimento de uma clausura de barreira de 20% deixa ainda fora da diretoria a maior parte dos grupos minoritários. Além disso, segue havendo uma absoluta supremacia da direção majoritária do Sinpeem. Não existe nenhuma democracia interna na entidade. O sindicato é conduzido de maneira autoritária e personalista pelo seu presidente. Toda elaboração dos materiais do sindicato (boletins, jornais e outras publicações) é decidida pela direção majoritária, que não permite a publicação das divergências. As reuniões de Representantes de Escola e do Conselho de Representantes têm sua pauta definida de maneira burocrática e não existe prestação de contas das finanças da entidade sequer aos membros da diretoria.

90 – ELEIÇÃO DO SINPEEM: A eleição do Sinpeem, não foi uma eleição democrática que garantisse as diferentes chapas que concorreram direitos iguais. A comissão eleitoral, por exemplo, constituída por 5 membros, sendo quatro da chapa 1, sendo maioria absoluta na comissão, chegaram a impedir as demais chapas de indicar mesários para a eleição, todo processo pré-eleitoral foi conduzido de maneira bastante burocrática e sob absoluto controle dos membros da chapa 1, a chapa 1 utilizou-se do aparato do Sinpeem para fazer campanha eleitoral durante todo o período, a ponto de se utilizar do cadastro da entidade para enviar e-mails, correspondências, divulgar festas, etc... Apesar de utilizar todo o aparato para a campanha, o resultado da eleição demonstrou que há um grande descontentamento com a direção majoritária (chapa 1), quase 50 % dos associados sequer compareceram às urnas para votar apesar da dispensa do ponto, dos que foram votar 51% manifestaram-se contra a continuidade depositando seu voto nas demais chapas. A oposição Alternativa concorreu às eleições na chapa 4 - Oposição Unificada – com pouco tempo para realizar a campanha, obtivemos 6,52% dos votos, resultado que nos deixa de fora da direção de entidade em função da clausura de barreira de 20%; as duas chapas que obtiveram o percentual mínimo foram a chapa 1 e a chapa 2, sendo que os votos depositados as demais chapas se converteram para estas duas chapas. A composição da nova diretoria não muda muito do que foi a gestão anterior.

91 – Nossa luta em defesa da categoria se dá nas ruas e não pressionando o parlamento. Lutamos por

um sindicato democrático e independente.

DEFENDEMOS:

92 – Fim do presidencialismo: Diretoria colegiada;

93 – Proporcionalidade direta e qualificada em todas as instâncias;

94 – Ampliação do número de subsedes nas regiões com autonomia política e a garantia de infra-estrutura e recursos financeiros para seu pleno funcionamento;

95 – Organização das reuniões de Representantes de Escola e Conselho de Representantes que garantam a manifestação democrática de todas as posições;

96 – Retorno do mandato de um ano para conselheiros;

97 – Rodízio dos dirigentes sindicais liberados;

98 – Transparência na administração financeira da entidade, com prestação de contas regulares (bimestral) amplamente divulgada na categoria;

99 – Independência do sindicato em relação ao Estado, governo, patrões e partidos;

PLANO DE LUTAS

100 – A direção majoritária do Sindicato defendeu que recuássemos da última greve em troca de uma minguada parcela da GDE de R\$ 247,50 e holerite impresso. Pior, mentiu para a categoria ao dizer que a prefeitura garantiria a manutenção da aposentadoria integral. Mentira! Serra está atacando o Plano de Carreira e retirando o direito à incorporação das jornadas especiais. É necessária a construção de um calendário de lutas em defesa dos direitos e dos salários. Somente com a nossa mobilização é possível obter conquistas. É responsabilidade da direção do sindicato mobilizar e utilizar todos os recursos do sindicato para o enfrentamento com o governo.

DEFENDEMOS:

101 – Manutenção e ampliação das conquistas do atual Plano de Carreira;

102 – Reajuste salarial de 34, 76%

103 – Revogação da Reforma da Previdência (Tanto no município quanto na União votada por um parlamento corrupto): Não ao confisco de 6% dos salários! Garantia da incorporação das jorna-

das para fins de aposentadoria a todos os profissionais em educação.

104 – Pagamento dos 81% para todos! Isonomia salarial já!

105 – Piso salarial do DIEESE;

106 – Construção de um calendário de lutas em conjunto com as demais entidades do funcionalismo;

107 – Construção da greve da categoria;

108 – Lutar pelo fim da avaliação de desempenho.

FUNCIONAL

109 – Desde que Serra assume a prefeitura de São Paulo a educação está sendo o principal alvo na política de desmonte e de privatização da Educação. Também na carreira, Serra já retira direitos, a exemplo da implementação da Reforma da Previdência no Município que além de reduzir nossos salários também não respeita o direito à incorporação das jornadas docentes; ao restringir a licença de curta duração a duas por ano e de no máximo 3 dias, utilizando-se da imprensa para colocar a opinião pública contra os servidores, como se os servidores se utilizassem deste instrumento para retirar licenças médica sem necessidade.

110 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTRUMENTO QUE SERÁ UTILIZADO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DO GOVERNO. A Avaliação de desempenho aprovada no governo Marta na mesa do Sistema Nacional de Negociação Permanente (SINP) com a anuência das entidades sindicais poderá ser instrumento de punição aos servidores. A oposição Alternativa denunciou desde o princípio que a participação do Sinpeem na mesa do SINP e a colaboração na elaboração desta nova avaliação significava conivência com o governo e que este instrumento poderia ser utilizado contra os servidores. Como prevíamos é exatamente isto que está acontecendo, o governo já está propagandeando que a gratificação (GDE) será calculada com base na avaliação de desempenho dos servidores, e na vinculação a participação nos projetos do Programa São Paulo é uma Escola.

111 – A Avaliação de Desempenho visa responsabilizar os trabalhadores pela crise da Educação municipal, estabelece entre a direção e demais educadores uma relação de hierárquica, pro-

move uma relação competitiva entre os educadores e possibilita a imposição dos projetos governamentais, como Escola Aberta, Escola da Família, Recreio nas Férias, etc...

112 – Desta forma, a Avaliação de Desempenho será utilizada como instrumento de controle e fiscalização com objetivo de punir os servidores. Significará também o estabelecimento de novos parâmetros para fins de promoção dos professores, especialistas e evolução funcional para o Quadro de Apoio, ou seja, dará início a destruição da carreira do Magistério. Não existe nenhum aspecto desta avaliação que podemos considerar positivo.

113 – Os membros da atual diretoria elaboraram junto com a prefeitura a Avaliação de Desempenho durante a gestão Marta Suplicy, ajudando assim o governo Serra a retirar direitos dos trabalhadores em Educação.

114 – Não haverá melhoria na Educação municipal se não se levar em conta os fatores responsáveis pela baixa qualidade dos serviços. A superlotação das salas, as condições precárias de trabalho dos educadores e da infra-estrutura das escolas, a falta de funcionários, os baixos salários. Tudo isso é ignorado pela prefeitura.

DEFENDEMOS:

115 – Revogação da Lei que instituiu a nova Avaliação de Desempenho;

116 – Gestão e avaliação democrática dos serviços prestados nas unidades pelo Conselho de Escola com ampla participação da comunidade;

117 – Revogação do Decreto que acaba com o direito à licença de curta duração de 7 dias.

118 – Em pesquisa feita pela CNTE, o Brasil vai enfrentar uma crise de falta de professores nos próximos 10 anos. Vivemos uma crise de desencanto com a profissão por questões estruturais, de perspectiva de futuro, de reconhecimento da sociedade e dos governos de plantão. Os professores(as) não recomendam o magistério aos seus filhos(as) nem estimulam jovens a encarar o magistério como profissão. Este fato denuncia a gravidade da situação dos professores e dos trabalhadores que trabalham na escola. Nesta pesquisa da CNTE, percebemos que há mais professores próximo à aposentadoria que profissionais que entram na carreira. Professores com até 25 anos representam apenas 2,9% dos profissionais e mais

de 55% estão na faixa entre 43 a 62 anos.

119 – Diante dos dados apontados e com os outros agravantes, a categoria enfrenta um alto índice de afastamento por problemas de saúde e faltas por problemas de exaustão, fadiga, cansaço mental. A pesquisa mostra que 40% dos docentes já passaram por pelo menos uma cirurgia.

120 – O docente trabalha hoje mais horas que os operários do fim do século XIX, cerca de 70 horas semanais.

121 – Quem estipula os baixos salários? Quem oferece 0,01% de aumento? Quem estipula que 40 alunos é um número ideal para se trabalhar? Quem reduziu salários dos professores? Quem quer acabar com as salas de leitura, e de informática? Quem desfigura o trabalho do professor? Quem implementa a política de transformar as escolas em depósitos de alunos e de funcionários? Quem implementa uma política que faz com o professor não tenha uma boa saúde psíquica? Quem empurra o quadro de apoio ao sofrimento físico?

122 – São as políticas neoliberais implementadas por Lula no governo federal, por Alckmin no Estado e por Serra na cidade de São Paulo. De onde se vê que PT e PSDB em nada se diferenciam.

123 – O PROFESSOR SE VÊ: COMO PSICÓLOGO, ASSISTENTE SOCIAL, CONSELHEIRO, ORGANIZADOR DE FILA, DISTRIBUIDOR DE KITS, ETC

124 – Fazer tudo isso e mais um pouco e ter uma salário inicial de R\$ 500,00, não ter condições de trabalho, não ter formação continuada, salas lotadas e a falta de segurança contribuem para o sofrimento dos profissionais da educação é provocar o desgaste de quem esta e desestimular quem quer entrar na carreira. Passamos por uma crise de identidade profissional. Com as políticas compensatórias de Marta do PT e ampliadas pelo governo Serra do PSDB a crise do magistério aumenta.

DEFENDEMOS:

125 – Realização de campanha junto à comunidade escolar pela redução do número de alunos por sala;

126 – Discutir com a comunidade escolar a questão da qualidade da escola pública;

127 – Equipamentos ergonômicos para as cozinhas e para a limpeza escolar;

128 – Exame periódico anual – para detectar possíveis doenças ocupacionais e outras.

QUADRO DE APOIO EXIGE RESPEITO E DIREITO À EVOLUÇÃO FUNCIONAL

129 – Os profissionais do Quadro de Apoio possuem uma maior jornada de trabalho e são os que mais sofrem com as péssimas condições das escolas, além disso, a proposta de Evolução Funcional elaborada e aprovada na gestão Marta na mesa do SINP não garantem os mesmos direitos estabelecidos no Estatuto do Magistério, deixando o Quadro de Apoio dependente da participação em cursos e eventos e da Avaliação de Desempenho, o que torna quase impossível que estes profissionais evoluam na carreira.

DEFENDEMOS:

130 – Garantia da evolução funcional com os mesmos critérios estabelecidos no estatuto do magistério;

131 – Realização imediata de concurso para completar o módulo;

132 – Diminuição da jornada de trabalho para 30 horas sem redução do salário;

133 – Piso salarial do DIEESE;

134 – Direito ao recesso escolar em julho;

135 – Criação do cargo de cozinheira;

136 – Formação acadêmica em universidade pública;

137 – Formação continuada durante a jornada de trabalho;

138 – O Sindicato deve organizar a implementação de CIPAS nas unidades escolares. Formar no mínimo 10% de escolas por mês, a partir de fevereiro de 2006;

139 – Descanso semanal – sábado e domingo;

Assinam esta tese

Lourdes Quadros Alves - Almir Bento Freitas

César Álvares Raya - Clarice Bonfim

Clóvis Soares Lauton - José Geraldo Correa Junior

Maria Auxiliadora Zan - Maria Emilia F. Moraes

Maria Luiza da Silva - Paulo Alexandre R Estevão

Vilson Fiorentin - Carlos Eduardo (Kadu)

Marlene Jesus V. Rocha - Richard Araújo

Gislene Lopes Bosnich - Nivia Leão

Fabio F. Rezende - Sueli Mangabeira

Adriana (EMEF CEU PAZ) - Pedro José Domingues

Claudio Soares de Souza

Oposição e Luta

CONJUNTURAS POLÍTICAS

INTERNACIONAL

1 – A crise econômica atinge os países imperialistas, que vêem hoje suas economias em desaceleração e recessão.

2 – Os Estados Unidos, a maior potência imperialista mundial, vem apresentando há vários anos queda na produção industrial. Estão com um déficit orçamentário gigantesco: o governo está em dívida com a sua própria população. A balança comercial indica que as importações são maiores que o exportações. O déficit da balança comercial atingiu 618 bilhões de dólares. O desemprego nos EUA tem chegado a 5,5%. Além disso, as últimas análises indicam que aumentou a precariedade do emprego, e as novas contratações estão sendo feitas por prazo determinado e com salários menores.

3 – Bush implementa uma política de cortes nos subsídios de áreas sociais. Reduz direitos do Funcionalismo Público e aumenta os impostos. São políticas que resultam na exclusão das minorias, haja visto que nos Estados Unidos o número dos que vivem abaixo da linha de pobreza tem chegado a 37 milhões. Desses, um em cada quatro é negro e um em cada cinco é hispânico. Somente 8,6% são brancos.

4 – Não é a toa que o ‘atendimento’ às vítimas do furacão Katrina se deu de forma muito lenta. A catástrofe atingiu proporções gigantescas porque há dois anos os diques que continham as águas do Rio Mississippi estavam sem verbas para manutenção.

5 – Essa demora denunciou o descaso para com os trabalhadores e está relacionada ao problema de classe social e de etnia, já que os locais mais atingidos têm em sua maioria pobres e negros. Essa opinião foi veiculada até por analistas conservadores: “Os ricos escaparam, enquanto os pobres foram abandonados”, escreveu David Brooks, do “New York Times”.

6 – Outro exemplo da crise imperialista é o que está acontecendo na economia japonesa, que enfrenta a excessiva desvalorização do dólar frente ao iene. Esse fato interfere na competitividade dos produtos japoneses no mercado norte-ameri-

cano e reduz o ritmo de produção, conseqüentemente menor renda, emprego e consumo.

7 – Já as duas maiores economias da Europa, Alemanha e França, têm apresentado uma taxa de desemprego que atinge 10 %, além de crescente déficit público.

8 – Em agosto de 2004, o Fundo Monetário Internacional divulgou o relatório anual sobre a Europa. Após projetar um crescimento de 2% no PIB, indicou que a economia estaria em recessão “por culpa da inflexibilidade do seu mercado laboral”. Assim impõe à União Européia a flexibilização dos direitos trabalhistas e o aumento das horas trabalhadas.

9 – Como reflexo, os Governos da França, Áustria, Alemanha, Portugal e Itália já começaram a atacar os direitos dos trabalhadores por meio das Reformas nos seus Sistemas Previdenciário, Judiciário, de Ensino, de Saúde e Fiscal.

10 – O resultado dessas políticas em todo o mundo é o aumento do desemprego e da miséria. De acordo com o relatório de 2005, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), nos últimos cinco anos 130 milhões de pessoas alcançaram o mais extremo nível de pobreza e cerca de 2,5 milhões de pessoas vivem com menos de US\$ 2 por dia.

11 – Para explorar mais a classe trabalhadora, impor sua “democracia” e tentar resolver sua crise, os EUA têm ampliado sua ofensiva mundial com invasões e ocupações militares. É o caso da guerra e ocupação do Iraque, que usa a desculpa de “guerra contra o terrorismo” para controlar as reservas de petróleo da região e derrotar o povo iraquiano e golpear o povo palestino, que luta contra o estado nazi-fascista de Israel.

12 – Em nome dessa “guerra”, os países imperialistas fazem aprovar Leis que restringem as liberdades democráticas, ao estilo da Lei Patriótica dos EUA. É o que está fazendo o Governo inglês quando manda sua polícia perseguir imigrantes, como foi o caso do brasileiro assassinado com sete tiros na cabeça, porque está autorizada a “atirar e depois perguntar”.

13 – Apesar da vitória militar sobre o Iraque, os EUA não têm garantia de ter conquistado estabilidade política na região e não soluciona sua crise econômica, muito menos a mundial. Os gastos

com essa guerra já ultrapassaram US\$ 20 bilhões. As previsões de gastos do governo norte-americano para o programa de “reconstrução” do Iraque estão estimadas entre US\$ 100 e US\$ 500 bilhões, que são disputados entre as empresas dentro dos Estados Unidos e pela França, Alemanha e Rússia.

14 – A chamada “reconstrução do Iraque” é uma mentira, pois pretende somente reconstruir e modernizar a infra-estrutura necessária à indústria petrolífera, deixando de lado escolas, hospitais, saneamento etc.

15 – O peso da crise e os custos da guerra serão descarregados sobre os ombros dos trabalhadores em nível mundial. Assim, os ataques enfrentados pelos trabalhadores, dos países imperialistas, são os mesmos enfrentados pelos trabalhadores em nível mundial: os governos de seus países aplicam os planos de ajuste econômico recomendados pelo imperialismo. Isso significa que os direitos sociais e trabalhistas estão sendo destruídos.

16 – Na América Latina, já ocorreram reformas no Chile, na Argentina, no Uruguai e no Brasil. Através dos chamados “planos neoliberais” e assessorados pelo FMI e pelo Banco Mundial, amplia-se o saque aos cofres das semicolônias de tal forma que parques industriais inteiros, como o Argentino estão sendo destruídos.

17 – No estágio em que se encontra a crise estrutural do Sistema Capitalista, não é mais suficiente para o imperialismo à exploração dos países semicoloniais apenas através das empresas multinacionais e da dívida externa. Com o surgimento dos mercados regionais, como a União Européia, da NAFTA e da ALCA, criam-se novos instrumentos de exploração. A formação desses mercados segue a lógica de aumentar os lucros dos grandes monopólios e condenar o conjunto dos trabalhadores à miséria absoluta, pois significa barateamento da mão-de-obra; unificação das leis econômicas e trabalhistas; mais desemprego.

18 – A implementação da ALCA vem ao encontro a essa necessidade, o imperialismo norte-americano pretende aumentar a ingerência econômica, política e militar na América Latina. Como consequência, haverá um aprofundamento da semi-colonização dos países latino-americanos, com um aumento de suas dívidas externas e, para os trabalhadores, mais miséria. Um exemplo dessa ingerência é a militarização da região amazônica com a implantação de bases militares e envio de assessores, o Plano Colômbia, sob o argumen-

to do combate ao narcotráfico e à guerrilha,

19 – O MERCOSUL faz parte dessa política de exploração. Pelo fato de ser um tratado firmado por países semicoloniais, explorados pelo imperialismo, a economia do MERCOSUL é dependente da economia imperialista. No Brasil, esse acordo facilitou a entrada das multinacionais no mercado da informática, além de outros setores estratégicos, com a quebra do monopólio estatal sobre as telecomunicações, gás, petróleo, etc.

20 – E os trabalhadores? Que papel lhes cabe nesse acordo? Afirmamos que são eles que vão pagar a conta mais uma vez. O MERCOSUL não está melhorando as condições de vida dos trabalhadores. Pelo contrário, está produzindo desemprego, redução salarial, aumento da jornada de trabalho, etc. É mais um instrumento para a implantação dos planos de ajuste do FMI.

21 – Contudo, os trabalhadores se mobilizam em várias partes do mundo. São lutas de resistências frente a continuidade dos ataques que o Imperialismo vem promovendo. Os iraquianos resistem à ocupação militar; os palestinos continuam enfrentando Israel; os trabalhadores europeus realizam greves contra as reformas; os trabalhadores da América Latina derrubam presidentes.

22 – Por isso é tarefa daqueles que lutam pelos interesses dos trabalhadores DEFENDER:

23 – pelo fim da ocupação militar do Iraque!

24 – fora as tropas imperialistas do Oriente Médio!

25 – abaixo o estado nazi-fascista de Israel e defesa dos trabalhadores palestinos!

26 – não pagamento das dívidas externas!

27 – contra as reformas que atacam os trabalhadores no mundo inteiro!

28 – abaixo a Alca o Mercosul e o plano Colômbia!

29 – contra a ocupação do Haiti e pela retirada imediata das tropas brasileiras de qualquer país!

30 – pela mobilização internacional dos trabalhadores para derrotar o imperialismo!

31 – por um Brasil socialista numa América Latina socialista e num mundo socialista!

NACIONAL

32 – Nos últimos cinco anos, a miséria, o desemprego e a aplicação dos planos do FMI foram os estopins de imensas mobilizações dos trabalhadores na América Latina. Crises institucionais fo-

ram abertas em vários países, que derrubaram governos e colocaram em “xeque” parlamentos burgueses. Podemos citar como exemplo a Argentina, o Equador e a Bolívia, que tiveram seus presidentes derrubados por greves gerais, com manifestações de milhares de trabalhadores nas ruas. Contudo, a burguesia, com o apoio traidor das direções do movimento dos trabalhadores, tem conseguido dar uma saída institucional para tais crises, através de eleições e substituição do presidente pelo vice.

33 – Esses acontecimentos preocupam tanto o imperialismo como a burguesia brasileira. Nenhum deles almeja que fatos semelhantes ocorram na principal economia do continente sul-americano. Assim, Lula tem sido um forte agente do imperialismo contendo as lutas na América Latina e no Brasil. Prova disso, é o envio de tropas para o Haiti e sua atuação no MERCOSUL.

34 – Lula implementa as reformas e paga a dívida externa, tanto com as prestações dos juros, quanto com a constituição de novos empréstimos. Novos empréstimos só podem ser feitos se o governo brasileiro cumprir os acordos econômicos, para gerar um caixa reserva, chamado de superávit primário. Como o Brasil tem seguido a cartilha do Fundo, obtém superávits primários maiores dos que os exigidos nos acordos porque: promove arrocho salarial, fiscal e monetário; diminui os passivos de verbas a Estados e Municípios; exige o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal; aumenta os preços de eletricidade, telefone, combustível, gás de cozinha, remédios.

35 – Além disso, o superávit primário é formado pelos impostos e tributos que o governo deixa de investir nas áreas sociais. Portanto, deixa de garantir os serviços públicos, que são direitos dos trabalhadores e aplica uma política de privatização, através de:

36 – Focalização dos serviços públicos. Recomendada pelo Banco Mundial, essa política vem sendo utilizada para contenção das mobilizações dos trabalhadores, já que passa a atender apenas os setores mais miseráveis, através de programas como “Fome Zero”, “Primeiro Emprego”, “Bolsa Família”.

37 – Implementa as Parcerias Público Privado, as PPPs, que ampliam o espaço de atuação da iniciativa privada na área pública. Reduz o papel do Estado na economia e nas áreas de infra-estrutura (energia, portos e estradas), oferecendo subsí-

dios para as empresas até que o empreendimento se torne rentável.

38 – Instaure as terceirizações de serviços de manutenção, limpeza, tecnologia nos hospitais, nas universidades, nos transportes e nas empresas públicas.

39 – São ações interligadas que nos atacam diretamente: o corte de verbas dos serviços públicos e a criação de parcerias com empresas privadas. Ao formar as parcerias, terceirizar e abrir licitações a empresas envolvidas nos projetos de focalização social, o governo faz com que o dinheiro público seja destinado ao lucro das empresas. Com isso, abandona a política de universalização dos serviços públicos e abre espaço para empresas e previdências privadas, seguros, planos de saúde, etc. atuem nessas áreas.

40 – Esses ataques não se restringem aos trabalhadores das cidades. No campo, os trabalhadores não têm acesso aos serviços públicos. Enfrentam ainda a precarização do trabalho quando não a escravidão, o desemprego e a morte. Resultado da concentração da terra e dos agro-negócios financiados por Lula/FMI. Os conflitos de terra que cruzam o país não serão resolvidos pela política que o governo desenvolve, pois nem mesmo os tímidos assentamentos que prometeu não está fazendo e, pior ainda, sua política é de impulsionar a expansão dos agro-negócios. Reflexo disso é que a diretoria da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias) é constituída por pessoas ligadas aos grandes pecuaristas e exportadores de soja.

41 – Outra forma de enxugar a máquina do Estado para pagar os juros da dívida é retirando os direitos da classe trabalhadora através das reformas – recomendadas pelo FMI – e que são de interesses dos empresários (economizam gastos e multiplicam seus lucros). A Reforma Sindical é um bom exemplo. Irá regulamentar a gerência do Estado nos sindicatos e centrais com a criminalização do direito a greve. Garantirá a vigência do negociado sobre o legislado, abrindo o caminho para a Reforma Trabalhista que, além de não gerar empregos, pretende acabar com direitos conquistados.

42 – Todas essas políticas são continuidade do governo FHC e que foram garantidas desde o primeiro turno das eleições presidenciais de 2002, por meio do “pacto de governabilidade” entre os candidatos, para preservar as instituições democráticas burguesas e honrar os acordos assumidos

com o FMI e com as empresas privadas. É o que temos visto recentemente: com toda a crise de corrupção, tem-se conseguido manter a governabilidade através de uma 'blindagem' em torno de Lula e de sua política de exploração.

43 – Para implementar todas essas políticas e manter sua base parlamentar, Lula estabeleceu alianças com diversos setores da burguesia, que tradicionalmente estão vinculadas a corrupção. Em diversos momentos, surgiram denúncias de corrupção no Governo e no Congresso. Agora envolve os dirigentes do PT, seus parlamentares e a base aliada do governo, que são denunciados nos esquemas de propinas oferecidas por empresas e bancos. Estão ligadas a um imenso esquema de corrupção envolvendo instituições privadas e estatais, nos processos de licitações públicas.

44 – Esse “mar de lama” comprova a impossibilidade do que as direções do PT sempre apregoaram: que é possível governar o estado burguês com ética e transparência; que a aliança com “setores progressistas” da burguesia garantiria o crescimento econômico e a melhor distribuição de renda e geração de empregos; que se deve confiar nos processos eleitorais e nas instituições do regime burguês para se realizar mudanças em defesa da classe trabalhadora. Não existe possibilidade de governar o estado burguês sem corrupção, pois ela é intrínseca à sociedade de classes, assim como o modo de produção capitalista, na medida em que pressupõe o favorecimento de alguns em detrimento da grande maioria. E mesmo buscando um acordo para sair dessa crise, qualquer alternativa será para manter a exploração sobre os trabalhadores a serviço do pagamento das dívidas externas e internas e ampliar os ataques através de reformas.

45 – Considerando todo esse quadro, devemos lutar para por ABAIXO O GOVERNO LULA/FMI E O CONGRESSO CORRUPTO, já que continuam aplicando as políticas do imperialismo. Mantêm o pagamento da dívida externa, privatizam os serviços públicos através da focalização dos serviços sociais, das Parceiras Público Privado e das terceirizações e ainda implementam a reforma da Previdência, abrindo caminho para as reformas Universitária, Sindical e Trabalhista.

46 – Abaixo o Congresso, que vêm acabando com conquistas dos trabalhadores e que tem mostrado sua face corrupta. O dinheiro da corrupção foi usado para aprovar a destruição dos

nossos direitos!!!!

47 – A classe trabalhadora não pode confiar nem no Governo e nem no Parlamento Burguês. A solução não se encontra dentro do regime burguês (“impeachment”, novas eleições, elaboração de uma nova Constituição, Reforma Política, etc). Muito menos em garantir a governabilidade de Lula ou reconhecer esse Congresso. Pois ambos são responsáveis pela aplicação dos planos do FMI. Lula governa para a burguesia e para o imperialismo com o aval do Congresso.

48 – A única saída para a classe trabalhadora da cidade e do campo é a organização contra o governo, patrões e seus planos. Só através da luta direta é que poderemos barrar as privatização e as reformas. NÃO HÁ OUTRO CAMINHO SENÃO A GREVE GERAL!

O QUE FAZEM AS DIREÇÕES DO MOVIMENTO?

49 – Não organizam a greve geral para por ABAIXO ESSE GOVERNO e seus planos. As direções da CUT, UNE, MST e o PC do B, continuam agindo como muro de contenção para proteger Lula. Têm mantido as lutas que ocorrem no isolamento, apostando no desgaste do movimento. Foi o caso da mobilização dos estudantes contra o aumento das passagens; a greve dos bancários, dos ferroviários e de outras categorias em 2004, professores de vários municípios do país e dos servidores do INSS em 2005. Em relação às reformas, garantiram a aprovação da Reforma da Previdência, e participam da elaboração da Reforma Sindical e Trabalhista,

50 – A “esquerda do PT” discute seu desligamento do partido, buscando se abrigar numa sigla com possibilidades eleitorais no ano que vem (PSOL). A saída desse setor está ligada ao fato das denúncias de corrupção estar prejudicando a imagem do PT e tem pouco a ver com as políticas aplicadas pelo governo Lula, pois suas divergências são pontuais.

51 – O PSOL apresenta uma “proposta de plataforma para o debate e a constituição de unidade para a ação prática...”, a formação de uma frente social e política para construir um projeto alternativo e... o nome de Heloísa Helena como candidata a presidência da República em 2006. Ou seja, sua proposta de ação é a participação nas eleições do ano que vem.

52 – A Conlutas (dirigida pelo PSTU) no último período elegeu como centro de sua política as marchas. Convocou uma para 17 de agosto, em Brasília, sob as reivindicações: contra a corrupção, as reformas neoliberais e a política econômica do governo Lula/FMI. A greve do INSS, em curso no período, não fez parte do chamado. José Maria, presidente do PSTU, afirmou que “surgindo indícios concretos (do envolvimento de Lula) é necessário pedir o impeachment”. Ou seja, uma saída para a crise dentro dos marcos do regime burguês. Hoje a Conlutas tem o chamado de “FORA TODOS”, muito genérica e que não aponta a organização da GREVE GERAL para por ABAIXO LULA E O CONGRESSO CORRUPTO.

53 – Afirmamos que somente a unificação das lutas em curso, como a dos Correios e das Universidades Públicas e a preparação de uma Greve Geral poderá barrar os ataques do governo Lula/FMI e dos patrões e arrancar as reivindicações da classe trabalhadora. É preciso pôr abaixo esse governo e seus planos, assim como o Congresso Nacional que é seu cúmplice.

DEFENDEMOS:

54 – rompimento com o fmi! não ao pagamento da dívida externa!

55 – fora as tropas brasileiras do haiti!

56 – nem pacto, nem tregua: que a cut rompa com o governo lula!

57 – independência da cut e seus sindicatos frente ao governo e aos patrões!

58 – unificação de todas as lutas! greve geral para barrar as reformas e privatizações!

59 – aumento geral de salários!

60 – emprego para todos: redução da jornada de trabalho sem redução do salário e sem flexibilização!

61 – salário mínimo do DIEESE!

62 – fim de todos os latifúndios! reforma agrária radical, sob controle dos trabalhadores!

63 – fim à criminalização dos movimentos sociais!

64 – basta de impunidade aos pistoleiros e mandantes de assassinatos dos sem-terra e camponeses pobres!

65 – direito de auto-defesa dos sem-terra e camponeses pobres!

66 – não à militarização dos conflitos da terra!

67 – moradia para todos os trabalhadores: ex-

propriação imediata de todos os imóveis e terrenos desocupados!

68 – nenhuma confiança no parlamento burguês: pela ação direta dos trabalhadores!

69 – contra as parcerias público privado!

70 – pela universalização dos serviços públicos!

71 – contra as privatizações: reestatização das empresas sob o controle dos trabalhadores!

72 – expropriação dos monopólios!

73 – abaixo o governo Lula/FMI!

74 – abaixo o congresso corrupto!

75 – por um governo operário e camponês!

QUESTÕES EDUCACIONAIS

76 – Os Governos Federal, Estadual e Municipal – aplicando os planos do FMI – têm por objetivo desobrigar o Estado de todas as funções sociais. No que diz respeito à Educação, são reformas que visam privatizá-la e acabar com mais um direito dos trabalhadores, que é a garantia da Escola Pública e gratuita para todos.

77 – A Conferência de Educação para Todos, realizada em março de 1990, na Tailândia, é um dos pontos de partida para as Reformas Educacionais no Brasil e no mundo. Os países participantes assinaram uma “Declaração Mundial de Educação Para Todos”, onde a principal constatação é a de que a Escola Pública não pode mais ser financiada pelo Estado, e que é necessário construir parcerias com a iniciativa privada, pois a educação deve ser de “responsabilidade da sociedade, englobando igualmente os governos, as famílias, as comunidades e as organizações não governamentais”. Criou-se, assim, o Plano Decenal de Educação para Todos, que contou com a participação da CUT, CNTE e com o financiamento da UNICEF, UNESCO e Banco Mundial.

78 – Em 1994, a CNTE assinou com o governo de Itamar Franco o Acordo Nacional de Educação Para Todos. As metas globais do Plano decenal estão embutidas nesse Acordo: abandono definitivo da universalização do Ensino Público; gerenciamento de recursos para a escola pública baseada na Qualidade Total; vinculação do salário dos profissionais em Educação à Avaliação de Desempenho, ligadas às metas de produtividade do sistema. A última Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº. 9.394/96) vem tornar legal esses intentos e os Parâmetros Curriculares Nacionais os transformam em norteadores do trabalho cotidiano nas escolas.

79 – Como reflexo de todas as diretrizes apontadas, Lula/Alckmin/Serra promovem o sucateamento da educação pública através do processo de privatização e da retirada de direitos dos trabalhadores, com as seguintes políticas:

REFORMA UNIVERSITÁRIA

80 – Documentos do Banco Mundial propõem o desmonte da Universidade Pública e da capacidade de produção científica e tecnológica em países como o Brasil. Reduz a Educação Superior à mercadoria e abre esse “mercado” ao capital estrangeiro. Seguindo essas propostas e argumentando que existe uma crise no Ensino Superior, o Governo Federal propõe uma Reforma que trará os seguintes resultados:

81 – Favorecimento das Universidades Privadas, através da “estatização” de suas vagas. O governo quer conceder uma isenção fiscal de R\$ 122 milhões para aquelas que aderirem ao “Pacto para o Desenvolvimento Inclusivo” (inclui projetos como PROUNI, Cota Étnica, Educação Especial). Isso garante que essas Instituições tenham suas vagas ociosas preenchidas e recebam por elas, assegurando que seus lucros se ampliem.

82 – Precarização das condições de trabalho, que ocorre através da retirada de direito dos funcionários das Universidades Públicas e pela falta de professores, um problema resultante de outro ataque do governo: a Reforma da Previdência, que forçou muitos profissionais a se aposentarem antes do tempo (de forma proporcional). Ao invés da abertura imediata de concurso público para resolver a falta de professores, o governo quer criar um sistema de bolsas para docentes aposentados e doutores e com isso irá precarizar as contratações e flexibilizar os direitos trabalhistas.

83 – Ataque ao princípio da gratuidade: quando indica a possibilidade de taxas ou mensalidades para os alunos das Universidades Públicas; incentiva as Fundações, (empresas que usufruem do espaço e dos profissionais da universidade e cobram pelos serviços prestados) e propõe uma contribuição compulsória sobre o imposto de renda para aqueles que já se formaram.

84 – Não aumenta o número de Universidades Públicas, porque a expansão de vagas será através do Ensino à Distância. Com isso, não há necessidade de contratar novos professores e funcionários. O processo de implementação dessa mo-

dalidade de Ensino na USP, por exemplo, está sendo organizado pelos docentes já vinculados e por possíveis parcerias com empresas e fundações.

85 – Instauração de uma “autonomia universitária” somente voltada à captação de recursos financeiros na iniciativa privada. Outra medida para a captação de recursos é a criação de uma nova loteria para financiar as universidades federais, que tem somente o objetivo de encher os cofres da União sem o efetivo retorno para o setor social.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO

86 – Essa Reforma propõe a integração dos Ensinos Médio e Técnico a partir de 2005. Os ataques dessa reforma consistem em:

87 – Retirada de um ano tanto do Ensino Médio como das Escolas Técnicas. Serão dois anos para o médio (cumprindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e determina que a base nacional comum deverá compreender, pelo menos, tempo mínimo de 2400 horas, garantindo a terminalidade) e dois para o profissionalizante. Como consequência, será reduzida em 1/3 a quantidade de aulas, implicando numa demissão brutal de professores.

88 – Redução do conteúdo programático das disciplinas, como reflexo da diminuição do tempo do aluno nesse Nível de Ensino, agrupando as disciplinas em áreas interdisciplinares de conhecimento: Códigos e Linguagens; Ciências da Natureza e da Matemática, Ciências Humanas e Sociais.

89 – Com a diminuição de carga horária de aulas, professores do Ensino Médio terão que complementar jornada no Ensino Fundamental. E os professores do Técnico? Se a escola optar pela forma integrada, será uma “briga de foice no escuro” entre os professores.

90 – A Reforma do Ensino Médio implicará também na queda da qualidade do acesso ao conhecimento para os alunos e levará a redução salarial, porque muitos professores ficarão com poucas aulas ou como eventuais, além de correrem o risco de ficar desempregados.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

91 – Dois projetos são exemplos das políticas governamentais que seguem as indicações do FMI.

92 – Programa Nacional de Inclusão de Jovens - “Projovem”

93 – O governo Lula lançou, no início de fevereiro de 2005, o Programa “ProJovem” para Municípios. Esse programa faz coro a lógica dos projetos de EJA do Ministério da Educação, como “Brasil Alfabetizado” e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio. É um exemplo de privatização, porque fará parcerias com empresas privadas e de focalização social, pois é destinado apenas a jovens de 18 a 24 anos, que não concluíram o Ensino Fundamental e que não trabalham. Além de estudar e obter uma ‘formação profissional’, o aluno selecionado receberá uma bolsa-salário.

94 – Na cidade de São Paulo, Serra já começou a aplicar essa política, que levará a redução do número de escolas que atendem a EJA noturno. Esse fato é indicado pela criação de escolas-pólos, para o ano de 2006, implicando na redução de jornadas e desemprego.

95 – Escola da Juventude

96 – Com o aval dado por Lula, Alckmin lançou o Programa “Escola da Juventude”. Apresenta esse projeto como ‘alternativa’ para trazer o jovem para a escola. No entanto, sua intenção é começar a esvaziar as salas de aula da Suplência, pois as aulas serão oferecidas aos sábados e domingos.

97 – A aplicação desses dois projetos leva ao fechamento de classes em todos os níveis de ensino da EJA, além de envolver parcerias com a sociedade civil (empresas, Ongs, Organizações Sociais, SENAI, SENAC). As aulas poderão ainda ser administradas por monitores, precarizando mais a qualidade do ensino. Têm ainda por finalidade reduzir o tempo que o aluno permanece na escola, seguindo a lógica da Educação como uma empresa, que deve ‘produzir adultos alfabetizados’, ‘melhorando’ em menor tempo os índices de alfabetismo funcional exigidos pelo Banco Mundial, pela UNESCO e pelo FMI. Programas desse gênero também prometem fornecer uma formação profissional rápida, transferindo o problema do desemprego para o indivíduo, quando justifica que a falta de emprego não é pela falta de qualificação – afinal, os oferece.

98 – Por fim, significa redução de jornadas; impossibilidade de acúmulo; rebaixamento de salário e ainda desemprego para os professores.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO – FUNDEF e FUNDEB

99 – Aplicando as determinações do FMI/ Banco Mundial, em 1996, o Governo Federal aprovou a Emenda Constitucional 14, criando o FUNDEF, em vigor até 2006. Esse fundo segue a lógica da redução com gastos públicos, implicando nas privatizações e no ataque aos trabalhadores, porque:

100 – Faz o cálculo para repasse das verbas de acordo com o número de matrículas de cada rede de ensino, promovendo a política da quantidade em detrimento da qualidade.

101 – Parcela o dinheiro público, com gerenciamento burocrático e favorecimento do seu desvio e de redes de corrupção. Exemplo disso é que 115 Municípios brasileiros sofreram, em 2003, intervenção federal em face do desvio de verbas do FUNDEF.

102 – Formalizou legalmente a Municipalização, já que destina recursos ao Ensino Fundamental, para que os Municípios construam redes próprias de ensino, desobrigando os Governos Estaduais de responsabilidade sobre o Ensino Fundamental, e gerando desemprego para professores dessas redes.

103 – O governo Lula, dando seqüência a política já iniciada por FHC, vai transformar o FUNDEF em FUNDEB. A proposta da FUNDEB, além de manter a lógica acima apresentada, se torna uma versão ‘piorada’ do FUNDEF porque:

104 – Não garante aumento de porcentagem do PIB para a Educação (estamos em 3,5% e ficaremos nele!!). Assim, propõe a divisão da mísera verba que era do Ensino Fundamental para outros níveis de ensino.

105 – Defende a constituição do Sistema Único de Educação Básica, que abrangerá os alunos de Creches, Pré-Escolas, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação de Nível Técnico Profissional. Contudo prevê a distribuição dos recursos gradativamente, para os diferentes níveis de ensino.

106 – Propõe o aumento da arrecadação de impostos (mais exploração), já que o FUNDEB envolveria a arrecadação de outros impostos e não apenas do FPM, FPE, IPI e ICMS como faz o FUNDEF.

107 – Estipula que cada etapa da educação tem custo diferenciado, sendo necessárias (o texto trás o termo “exigindo”) outras fontes para cus-

teá-las, ou seja, favorece as parcerias com a iniciativa privada.

108 – Considera a abrangência do Fundo até o Nível Médio, deixando em aberto o financiamento do Ensino Superior, que “teria outras verbas” e que abre mais uma brecha para a privatização.

109 – Mantém a destinação de 60% da arrecadação para pagamento dos profissionais de educação, garantindo que os Estados e Municípios com administrações “eficientes e comprometidas” recebam vencimentos maiores, incentivando a política de bônus e não o aumento real de salários.

MUNICIPALIZAÇÃO

110 – Em São Paulo, essa é uma das prioridades do governo Alckmin/FMI, que assinou convênio com dezenas de municípios signatários.

111 – Municípios que assinaram não conseguiram arcar financeiramente com os custos educacionais. Como consequência, abandonam o atendimento de Creches, Educação Infantil e EJA, além de comprometer a folha de pagamento dos professores que se encontram na rede. Em muitos Municípios, os professores são coagidos a se tornarem “polivalentes”, exercendo a função de faxineiros, inspetores de alunos e outras atividades estranhas à docência.

112 – No Estado de São Paulo, os governos Covas/Alckmin implementaram a reorganização da rede pública de ensino com um discurso falacioso de que era necessário diminuir a violência nas escolas, separando os alunos pequenos (Ciclo I) dos maiores (Ciclo II). O que ocorreu foi o fechamento de salas de aula e demissão de professores, concretizando a Municipalização do Ensino.

113 – Esse processo, já em curso no governo Marta, é definido pelo governo Serra como uma ‘meta racional’, que visa intensificá-lo (ainda falta municipalizar o Ciclo II, do Ensino Fundamental), demonstrando integração com as políticas do governo Alckmin. Claro que não propõe a construção de novas escolas e a realização de concursos. Assim, promove a superlotação de salas de aula precarizando as condições de trabalho.

114 – As direções da CUT, UNE, SINPEEM e APEOESP estão colaborando para a aplicação de todas essas Reformas, já que não denunciam e nem organizam estudantes, professores e funcionários contra elas. QUE AS DIREÇÕES ROMPAM COM OS GOVERNOS LULA/ALCKMIN/SERRA E ORGA-

NIZEM A GREVE PARA BARRAR OS ATAQUES!

DEFENDEMOS:

115 – universalização dos serviços públicos!

116 – ensino público e gratuito para todos em todos os níveis!

117 – estatização de todas as escolas pagas, sem indenização!

118 – fim da LDB!

119 – mais verbas para a educação pública!

120 – pelo aumento da % do PIB para educação!

121 – pela aplicação dos 31% na manutenção e desenvolvimento da educação em todos os municípios!

122 – abaixo a reforma universitária!

123 – construção imediata de novas universidades públicas!

124 – abaixo a reforma do ensino médio de Lula/Alckmin!

125 – fim do projuvem! fim da escola da juventude!

126 – contra o FUNDEF e FUNDEB!

127 – contra a municipalização!

128 – contra as parcerias público privado!

129 – redução da jornada, sem redução salarial!

130 – Sinpeem e Apeoesp deve chamar a CNTE e a CUT para organizarem a greve geral contra as reformas de Lula/Alckmin/Serra!

QUESTÃO FUNCIONAL/SALARIAL E PLANO DE LUTAS

131 – Os prefeitos que vem se alternando na Cidade de São Paulo aplicam essas políticas.

132 – Marta Suplicy, seguindo as diretrizes de Lula/FMI e Banco Mundial. Diminuiu verbas para a Educação, engrossou nossas perdas salariais e instaurou a política de gratificação (bônus), que não é incorporada aos nossos proventos.

133 – Com a Lei 13.652, instituiu a Multifuncionalidade para os Servidores Municipais do Nível Básico, que podem ser remanejados de acordo com as necessidades das unidades de qualquer Serviço Municipal. Esta Lei não garante que isso possa acontecer. Haja vista que o discurso do atual prefeito de ‘sanar’ a falta de profissionais no Município pode impor esse remanejamento. Como consequência será o fim dos concursos de

remoção, terceirizações e não abertura de concursos públicos.

134 – Aprovou a Avaliação de desempenho, que visa penalizar o servidor por aquilo que é de responsabilidade do Estado, porque tenta jogar sobre os ombros do Funcionalismo Municipal a culpa pelo sucateamento que os Governos vêm impondo aos serviços públicos.

135 – Na atual gestão, José Serra tem dado continuidade a essas políticas, intensificando a lógica da Gestão Empresarial na Escola Pública e que vem acabar com nossos direitos, visto que:

136 – Impõe uma planilha de faltas, que poderá ser a justificativa para diminuição do direito as dez abonadas anuais do servidor e mais, pode instituir a estrutura de contagem de horas-aula para somá-las e incidir em descontos de dia de trabalho, além da possível interferência no cálculo do bônus. Segue, assim, a lógica da Qualidade Total.

137 – Visa normatizar a Reforma da Previdência com a anuência da direção do nosso sindicato. Depois de rebaixar nossos salários com o aumento do desconto previdenciário de 5 para 11 %, Serra quer regulamentar tal Reforma, impondo que o cálculo para nossa aposentadoria seja baseado apenas na Jornada Básica. Toda jornada excedente será calculada pela média, porque o governo entende a JEI e JEA como parcelas recebidas em decorrência do exercício por local de trabalho e não como salário incorporado, podendo ser retirada a qualquer momento.

138 – Essa normatização abre espaço para o argumento a favor da Jornada Única, o que implicará na ampliação de horas trabalhadas com alunos, em detrimento do horário coletivo (capacitação, discussão dos projetos e troca de experiências). Nossa Jornada, tal como está, (JB, JB e JEI) é uma das únicas que não foi destruída em nível nacional e como esse governo segue a lógica da otimização dos recursos, pode considerar mais 'produtivo' o aluno permanecer mais tempo em sala de aula (como ocorreu no Estado).

139 – Implementa o Programa "Pró-Jovem", levando ao fechamento de classes de EJA, pois haverá cursos para Jovens e Adultos nos fins de semana, em parcerias com a iniciativa privada. O governo também pretende organizar a Suplência por pólos, reduzindo o número de escolas que atendem essa modalidade de ensino. ESSE PROJETO SIGNIFICA A REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA E DESEMPREGO PARA PROFESSORES.

140 – Reduz períodos, com vistas a instituir o horário pedagógico para todas as escolas, sem propor a construção de novas escolas. O resultado dessa política será a falta de aulas para professores; superlotação de salas de aula; impossibilidade de acúmulos e sobrecarga para os professores, tanto pelo número de alunos quanto pela necessidade de completar jornadas em várias escolas.

141 – Intensifica as terceirizações através da portaria 01.318/2005, que prevê a atuação de Organizações Sociais (OSs), estabelecendo as Parcerias Público Privadas (PPP). Poderão atuar dentro das escolas, no pré e pós-aula, na informática educativa, na biblioteca, na formação de professores e em outras áreas, terceirizando serviços prestados pela escola. Outra ofensiva privatista dessa portaria está no artigo 16, ao prever o afastamento do servidor público para trabalhar nessas OSs, mas que terá seu salário mantido pela Prefeitura.

142 – Essa ação já está sendo efetivada desde setembro, através da parceria com o CIEE e do convênio com Universidades privadas, que fornecerão estagiários para atuar no projeto de pré ou pós-aula. Além disso, tem orientado as escolas que façam um mapeamento das empresas do seu "entorno", para viabilizar as parcerias.

143 – Reduziu as licenças curtas de sete para três dias, que só poderão ser tiradas duas vezes ao ano. Essa portaria confirma a gestão empresarial que o Prefeito quer nos enfiar goela abaixo. Ele tem veiculado nos meios de comunicação que a baixa qualidade da educação está diretamente relacionada a falta (licença) dos professores, sem questionar os motivos (muitas vezes, doenças causadas pelas péssimas condições de trabalho) que os levam a tirá-las. Assim, dissemina na população a idéia de que professor é privilegiado e abusivo (o mesmo discurso que Lula usou para mexer em nossas aposentadorias).

144 – Institui a portaria n 2.870/05, indicando que os POIEs e OSLs devem se tornar professores substitutos, deixando de exercer funções que contribuem para uma educação de qualidade. Ao invés de cada escola ter professores eventuais para suprir as faltas, a portaria descaracteriza a concepção da utilização da sala de leitura como um espaço de incorporação da leitura no cotidiano da escola e da informática como ferramenta para a construção do conhecimento. Além de exigir que os POIEs e POSLs permaneçam no pós aula.

145 – Vem implementando o projeto da "Es-

cola Promotora da Saúde”, na qual os Trabalhadores em Educação, vem ‘tampar o buraco’ do serviço público de saúde. Devem fazer testes de visão nos alunos, ministrar medicação, verificar as carteiras de vacinação, e ainda, podendo vir a coletar exames laboratoriais.

146 – Estabelece o “triângulo gestor” no qual os supervisores junto com os diretores de escola e os coordenadores pedagógicos deverão aplicar, no interior das UEs, as metas e políticas educacionais de Serra, acabando com a autonomia pedagógica nas escolas. Outra função do Trio Gestor será articular, nos moldes do governo, a formação continuada de professores. Segundo as palavras de Pinotti, “é preciso que todos tenham acesso à formação continuada sem se desligarem da escola”, utilizando para isso, estratégias de “ensino à distância e presencial”.

147 – Tem como plano instituir a atribuição diferenciada de aulas para professores de Nível I. Os professores que trabalharão com os primeiros anos serão indicados pelo Trio Gestor. A justificativa é atingir metas de 98 % de alfabetização, premiando os professores que conseguirem atingi-las, com bônus e Avaliação de Desempenho diferenciada (incidindo na Evolução Funcional). Além disso, se aventa a possibilidade de ser auxiliados por estagiário bolsista, oriundos de Universidades Privadas.

148 – Essa ação, juntamente com a GDE e a Avaliação de Desempenho, instaura cada vez mais a competição e a divisão entre os professores.

149 – Implementa a Avaliação de desempenho, que visa responsabilizar e penalizar o trabalhador por aquilo que é de responsabilidade do Estado: a baixa qualidade dos serviços públicos. A Avaliação de Desempenho é um ataque brutal a nossas carreiras e salários, porque vincula a progressão na carreira dos servidores ao cumprimento das metas estipuladas pelo governo, incorrendo na redução de salários. Os servidores só terão promoção de acordo com as notas obtidas na Avaliação de Desempenho. E o perigo maior dessa Avaliação é que pode servir de justificativa para demissões.

150 – Regulamentou a Evolução dos Titulares Efetivos do Quadro de Apoio. Implementou uma carreira fechada e restrita. Fechada porque a primeira mudança só acontece depois de 06 anos de trabalho, depois com 11 e 19 anos (QPE 1, quando o funcionário ingressa no cargo; QPE 2 com 06

anos; QPE 3 com 11 e QPE 4 com 19). Dessa forma, dificulta qualquer melhoria salarial, além de desconsiderar o tempo de trabalho que funcionários trabalharam como comissionados. Restrita porque só atingiu 6 % dos trabalhadores do Quadro de apoio, diferente do que tinha prometido a direção do SINPEEM. Outra demonstração do engodo dessa Evolução é que está atrelada a Avaliação de Desempenho, só sendo computada para fins da Evolução quem atingiu a média de 600 pontos dos últimos três anos, somando ainda tempo de serviço, de carreira e títulos.

151 – Intensifica a política do bônus, que não implica aumento real de salário, através de regras extremamente rígidas, que amarram o servidor a uma falsa ilusão de ser premiado. Mas a premiação está diretamente vinculada ao cumprimento das metas e das regras definidas pelo governo, que significam ataque aos direitos dos trabalhadores.

E MAIS AINDA:

MANTEVE O REAJUSTE SALARIAL DE 0,1%!

152 – Frente aos ataques dos Governos Lula/Serra/ FMI, devemos retomar nossa Campanha Salarial e organizar a GREVE, como único instrumento que poderá barrar tais ataques e trazer vitórias a categoria.

DEFENDEMOS:

153 – contra a reestruturação da carreira, jornadas e cargos de Serra/FMI

154 – manutenção das incorporações de jornadas, cargos e funções

155 – fim do desconto previdenciário

156 – fim da contribuição compulsória de 3% para o HSPM

157 – fim da avaliação de desempenho e seu conteúdo demissionário

158 – manutenção do estatuto do magistério!

159 – fim da precarização, terceirização e privatização dos serviços públicos

160 – fora as organizações sociais das escolas contra as PPPs

161 – abaixo a gestão empresarial na escola pública

162 – abaixo a planilha de faltas

163 – fim do projeto da “escola promotora da saúde”

- 164 – pela construção de escolas
- 165 – redução do número de alunos em sala de aula! (10 alunos nas emeis, 20 alunos nas emefs, 25 alunos no ensino médio)
- 166 – contra a atribuição diferenciada de aulas para professores de NI
- 167 – manutenção da EJA no período noturno!
- 168 – abaixo o ensino fundamental de 9 anos!
- 169 – manutenção das salas de leituras e dos posls e POIES
- 170 – fim da multifuncionalidade
- 171 – abaixo a evolução funcional restrita e fechada do quadro de apoio! por uma evolução funcional aberta para todos
- 172 – redução da jornada do quadro de apoio sem redução de salários
- 173 – contagem do tempo de ADI para todos os efeitos no cargo de PDI
- 174 – reposição das perdas salariais de 34,76%
- 175 – pagamento imediato dos 81%
- 176 – derrotar o governo e construir uma direção de luta para o sindicato.

QUESTÕES SINDICAIS

177 – Com a Reforma Sindical, o Governo Lula retoma a ingerência do estado sobre os sindicatos. Negociada com a CUT e elaborada por representantes de empresários, dirigentes sindicais e do Governo no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), baseia-se no argumento da flexibilização dos direitos trabalhistas para ‘gerar’ mais empregos.

178 – A Reforma Sindical garantirá amplo controle do Governo sobre o movimento sindical. Para os trabalhadores, significa um retrocesso, pois reconhece as Centrais como responsáveis pelas negociações dos direitos da categoria através do Contrato Nacional Coletivo. Assim, acaba com a soberania das assembleias de base e restringe as negociações e os direitos apenas para os trabalhadores sindicalizados.

179 – Outro aspecto importante desta reforma é a proposta de que o que for negociado pelas Centrais, deve prevalecer sobre o que já está na legislação. Por exemplo: se a direção da Central negociar que não será concedido o 13º salário para um ramo de atividade, pouco importa se isto conste na Lei, pois será aplicado o que foi negociado. Ou seja, vem ao encontro da Reforma Trabalhista, que nos impõe mais ataques: acabar com o direito de greve; licença materni-

dade; concessão de férias e outros.

DEFENDEMOS:

- 180 – contra as reformas sindical e trabalhista!
- 181 – que a CUT rompa com o governo Lula/FMI e seus planos!
- 182 – independência da CUT e seus sindicatos frente ao governo e aos patrões!

CUT

183 – Para barrar os ataques dos governos e patrões e para construir uma luta efetiva, os sindicatos e as centrais sindicais devem ser os principais organismos para mobilizar os trabalhadores. No entanto, o que a direção da CUT têm feito?

184 – Além do vergonhoso apoio ao Governo Lula, a direção da CUT deixou isoladas todas as lutas dos servidores. Dessa forma garantiu, por exemplo, impediu que os funcionários públicos se unificassem para barrar a Reforma da Previdência.

185 – Hoje, alguns setores do movimento sindical propõem o rompimento com a CUT. Argumentam que a CUT se integrou à base de apoio do governo e que as relações e interesses econômicos que se estabeleceram entre a Central, o Estado e mesmo setores importantes do empresariado sepultam a possibilidade de recuperação da entidade.

186 – Concordamos que sua direção é o braço do Governo no interior da Central, haja vista que Luiz Marinho (ex-presidente da CUT) é o Ministro do Trabalho. Mas será que dividir os trabalhadores seria a melhor saída? Não contribuiria para mais derrotas?

187 – Pensamos que não é o momento para romper com a CUT. A experiência do movimento de massas com suas direções políticas e sindicais ainda não está completa. Tanto é assim que permanecem à frente dos sindicatos e da Central.

188 – Acreditamos que um processo de ascensão pode derrubar esses burocratas que estão na direção da CUT. Por isso, neste momento, cabe a nós, trabalhadores, varrer com a atual direção da CUT, nos manter nela e lutar pela sua direção.

DEFENDEMOS:

- 190 – nem pacto, nem trégua: que a CUT rom-

pa com o governo Lula!

191 – independência da CUT e seus sindicatos frente ao governo e aos patrões!

192 – democracia operária: a base decide em assembléia!

BALANÇO: CAMPANHA SALARIAL E ELEIÇÕES SINDICAIS DO SINPEEM

193 – A campanha salarial dos Trabalhadores em Educação do Município São Paulo, em 2005, foi marcada pela intensa capacidade de luta e mobilização da categoria, pela capitulação da direção do SINPEEM as negociações do Governo Serra que atende às exigências do FMI/ Banco Mundial.

194 – Vamos lembrar um exemplo: a “greve” que aconteceu dia 02 de junho de 2005. Quando tínhamos bem mais que 8 mil na rua, o atual presidente do sindicato não encaminhou a continuidade da luta, com a desculpa de que não tínhamos discutido a greve nas escolas, se “esquecendo” de que as assembléias são deliberativas. Na realidade, manteve a política de negociar sempre, como já fazia no governo Marta. Também veiculou a ilusão de que alcançamos algumas vitórias na campanha salarial desse ano quando a NOSSA MAIOR VITÓRIA SERIA O AUMENTO REAL DE SALÁRIOS, A MANUTENÇÃO DOS NOSSOS DIREITOS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA.

195 – Não podemos esquecer as campanhas salariais dos anos anteriores. A política da direção majoritária sempre foi a de desviar nossa luta para pressionar os Vereadores, mas a realidade demonstrou que esse é o caminho das nossas derrotas.

196 – Depois das eleições, avaliamos que a vitória da Chapa 1 não se traduz em vitória para nossa categoria. Porque continuará a falta de democracia, a permanente política de pressão parlamentar e a negociação sistemática com o governo.

197 – A Chapa 2, também eleita para a direção, contribui para nossa derrota. Defendeu o fim da greve de 3 dias em 2004, num momento em que havíamos “conquistado” 1% de “aumento”. Mesmo hoje denunciando o Presidente do Sindicato e suas manobras, não apresenta como saída um plano de lutas que mobilize a categoria para a GREVE.

198 – Assim, a diretoria eleita demonstra a que

veio. Nas reuniões de REs como nas assembléias, encaminha as discussões de forma antidemocrática, restringindo o tempo de discussão e mantendo uma postura centralizadora.

199 – Considerando todo o quadro apresentado, é necessária a democratização do sindicato. Propomos a alteração no ESTATUTO:

200 – Capítulo III - Dos órgãos deliberativos

201 – ARTIGO 15

202 – Acrescentar item VI: as reuniões de Representantes de Escolas e abaixo delas os de Conselheiros das subseções são deliberativas para as suas respectivas regiões, podendo encaminhar políticas e ações na abrangência da subseção.

203 – ARTIGO 31

204 – Parágrafo 13: suprimir

205 – Parágrafo 14, item III: modificar: as subseções e regionais terão uma coordenação executiva formada pelos seus membros, eleitos na primeira reunião de Representantes de Escola, o que ocorrerá na própria subseção. Até dois diretores de subseções/regionais do Sinpeem poderão acompanhar as reuniões de conselheiros regionais, com direito a voz, mas sem compor sua executiva.

206 – ARTIGO 33

207 – Suprimir expressão final: “mais membros da diretoria”, devendo ficar: O conselho geral do sinpeem é a somatória dos Conselhos Regionais.

208 – ARTIGO 35 (criar)

209 – As subseções e regionais serão instâncias regionais, autônomas, com verba própria, destinadas pelo Sinpeem, em reunião de Conselho Geral.

210 – Parágrafo 1: As subseções devem estar submetidas regionalmente às reuniões de representantes de escola; no município ao Congresso do Sinpeem, às assembléias gerais ordinárias e extraordinárias e às Reuniões do Conselho Geral.

211 – ARTIGO 65

212 – Modificar: A reunião regional bimestral dos Representantes das Unidades de Trabalho é aberta a todos os sócios, com direito a voz. Os representantes eleitos de unidades de trabalho e os conselheiros regionais terão direito a voz e voto.

213 – Suprimir parágrafo 6º.

214 – ARTIGO 68

215 – Parágrafo 3º: acrescentar: sendo que a numeração das chapas será através de sorteio.

216 – ARTIGO 73

217 – A nova diretoria será composta por proporcionalidade direta e qualificada.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS:

218 – Suprimir artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 8º.

219 – Artigo 7º: As alterações realizadas no presente estatuto pelo XVI Congresso Anual do Sinpeem valem a partir da sua aprovação no mesmo.

Assina essa tese: Oposição e Luta

T
E
S
E

11

XVI
Congresso
de
Educação

Caderno
de
Teses



113

Núcleo de Profissionais em Educação do PCO A Oposição

CONJUNTURA INTERNACIONAL

1 – A crise e o enfraquecimento dos regimes políticos nos principais países imperialistas (EUA e Europa) são expressão da profunda crise do capitalismo mundial. A consequência da crise é a divisão do imperialismo, com a intensificação do conflito entre coligações imperialistas, por um lado e, por outro, o desenvolvimento da tendência à mobilização revolucionária da classe operária e sua organização política independente.

2 – A manifestação mais aguda da crise do capitalismo, no entanto, é a crise da ocupação imperialista no Iraque. Incapaz de manter a sua dominação política e econômica o imperialismo coloca em marcha uma política de ofensiva contra os países explorados, no Iraque e em outros países através da ocupação militar e da guerra. O crescimento da resistência iraquiana e dos ataques da insurgência contra soldados norte-americanos é a demonstração da tendência à mobilização revolucionária das massas contra o capitalismo.

3 – A política imperialista é aplicada à risca pelo Governo Lula, como fica demonstrado a partir da ocupação do Haiti pelas tropas brasileiras, o que caracteriza o governo Lula como agente do imperialismo contra países explorados.

4 – Na América Latina, a crise boliviana ilustra a tendência geral do desenvolvimento político em todo o continente, ou seja, o desmoronamento dos regimes políticos e a mobilização revolucionária da classe operária e das massas populares.

5 – A amplitude da crise capitalista adquire proporções inéditas com os levantes que estão ocorrendo na Argentina, Venezuela, etc.

6 – Os profissionais em Educação neste XVI Congresso do Sinpeem, devem assumir uma clara posição em defesa do povo iraquiano contra o imperialismo e de solidariedade à luta dos povos no mundo: começando por não dar nenhum apoio a política do governo Lula de integrar a ALCA e criticar a política externa brasileira de não apoiar Cuba contra os países imperialistas que controlam a ONU.

7 – Não à ocupação do Iraque pelo imperia-

8 – Fora às tropas brasileiras do Haiti;
9 – Não à ALCA;
10 – Pela autodeterminação dos povos.

CONJUNTURA NACIONAL

11 – O governo Lula enfrenta sua maior crise em função de sérias divergências no interior da burguesia. Os rumos da política econômica e a distribuição do poder são os fatores fundamentais desta crise.

12 – Os esquemas de corrupção, nos quais o governo Lula aparece agora envolvido, são mecanismos fundamentais de funcionamento do sistema capitalista em todos os governos e, portanto, mostra mais uma vez que o governo Lula é apenas um instrumento ocasional da burguesia para levar adiante a política que a própria burguesia em crise não seria capaz de realizar. As denúncias do "mensalão" e outros esquemas de corrupção que vieram à tona nas últimas semanas, são apenas a ponta de um "iceberg", do verdadeiro regime de podridão construído pelos grandes capitalistas e seus partidos ao longo de décadas.

13 – O governo Lula e o PT mergulharam fundo neste mar de lama e exaltaram - como faz a diretoria do Sinpeem - as maravilhas de um governo baseado no entendimento com as máfias tradicionais da política brasileira - os Sarneys, ACM, Quéricia, PT, PMDB, PL e outras.

14 – Com sua política de colaboração de classes "ressuscitaram" os cadáveres políticos que o povo quis sepultar quando votou em Lula e no PT, como o próprio José Serra.

15 – O fracasso da política de alianças com setores da burguesia (PL, PTB, PP e PMDB) demonstra na prática que a política de colaboração de classes levada a frente pelas direções políticas e sindicais é a corrupção das direções do movimento operário pela burguesia, como são claros os exemplos de ex sindicalistas ligados ao Partido dos Trabalhadores e à educação, Delúbio Soares e o deputado Professor Luizinho envolvidos diretamente nos escândalos de corrupção do Mensalão. Os ataques violentos contra a classe operária (reforma da Previdência, pagamento da dívida externa,

privatizações, arrocho salarial, demissões, ataque aos sem-terras, ampliação dos cortes de verbas na educação, privação do ensino público, rios de dinheiro retirados das verbas da educação para sustentar empresários, etc) caracterizam o governo do PT como um governo dos capitalistas.

16 – Por isso, nem a tese do "golpismo de direita", nem a falsa luta "contra a corrupção e fora todos", esta última impulsionada por partidos completamente desmoralizados diante de toda a população, como o PFL, PSDB, PMDB e outros, são solução para a crise do regime político.

17 – A atual situação coloca a necessidade de um Congresso Nacional de todas as organizações operárias de base, que englobe todos os setores explorados e oprimidos da sociedade para apresentar a sua própria alternativa diante do fracasso do governo Lula e para se opor aos ataques da burguesia. Diante desta crise não se pode depositar nenhuma esperança de que os mesmos partidos e políticos sócios do regime de corrupção e exploração dos trabalhadores vão investigar de fato suas mazelas e realizar mudanças verdadeiras por meio das fraudulentas CPI's, como fazem o PCdoB e o PSOL. Tampouco as organizações operárias podem dar um cheque em branco para um governo profundamente comprometido com uma política de defesa dos interesses dos grandes capitalistas às custas da exploração dos trabalhadores (como fazem o PT e o PCdoB que apoiaram o fim das nossas aposentadorias e o aumento das contribuições para a previdência e toda a política de aliança com os partidos do grande capital). Somente grupos reacionários e/ou divisionistas podem também fazer coro com os candidatos a campeões mundiais da corrupção (como o PFL e o PSDB) que agora procuram dizer que os esquemas mafiosos são uma exclusividade do governo da frente popular (como faz o PSTU com seu slogan "Lula sabia").

18 – As organizações dos trabalhadores como os sindicatos e a CUT, do movimento popular, dos camponeses, da juventude etc. precisam discutir e deliberar em um CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO, um conjunto de propostas de luta por suas reivindicações contra o regime apodrecido (salário, emprego, fim dos cortes nos gastos com educação, saúde etc., não pagamento da dívida externa etc.), de mobilização contra as instituições carcomidas do regime político (fora com o congresso

do "mensalão"! e por uma verdadeira alternativa dos trabalhadores diante da crise: um governo dos trabalhadores da cidade e do campo.

LULA: GOVERNO DOS TUBARÕES DO ENSINO

19 – Na área da educação o governo Lula atua em várias frentes para fazer valer seus compromissos com o imperialismo e os grandes capitalistas, desde o ensino superior onde o projeto de reforma universitária levantou como principal propaganda os privilégios dos estudantes que deveriam começar a partir de então a pagar uma taxa de acordo com sua renda, ou seja, com outro nome a privatização do ensino público de terceiro grau, medida que só não foi colocada em prática por ser impopular e o governo se ver mergulhado no mar de lama da crise de corrupção burguesa.

20 – O governo dos empresários levanta o ensino público como um privilégio não para resolver o problema e simplesmente investir as verbas públicas nas universidades públicas, mas, sim para acabar de privatizar este direito fundamental e histórico dos trabalhadores tentando voltar a própria população contra a universidade pública, alegando que esta deveria ser um privilégio de uma minoria rica, e que por isso deveria-se... acabar com a universidade pública.

21 – No mesmo caminho vemos em São Paulo, o governo José Serra, se utilizar dos mecanismos proporcionados pelo governo Lula, como o Fundeb, para implementar a privatização do ensino público na capital paulista procurando aprovar projetos, que significam a passagem direta da administração do ensino para a mão destes capitalistas, como é o projeto de privatização da gestão escolar e o projeto de publicidade nos uniformes de estudantes e funcionários transformando estudantes e servidores em verdadeiros out doors ambulantes.

22 – O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) irá estabelecer um corte imediato em quase metade dos municípios, cerca de 2.455 cidades, de R\$ 882,6 milhões ao ano, em comparação com o repasse que cada uma recebe hoje em média, do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O governo de São Paulo e a Prefeitura estão entre os mais atingidos e deixarão de receber respecti-

vamente R\$ 343,5 milhões e R\$ 30,5 milhões.

23 – A substituição do atual Fundef pelo Fundeb é divulgada como a principal reforma do governo Lula para a educação pública básica, ou seja, do ensino médio e fundamental. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) enviada ao Congresso Nacional em junho prevê que o Fundeb "atenda" o ensino público na pré-escola, no ensino fundamental e médio, além do ensino profissionalizante e de jovens e adultos.

24 – A emenda apenas coloca, em relação a cada série do ensino, que os valores devem se diferenciar sem estabelecer um mínimo gasto para cada um, o que é uma forma de promover o corte da educação principalmente ali onde se concentra a imensa maioria dos estudantes, nas escolas municipais.

25 – O ministro da Educação, Fernando Haddad, colocou que os critérios de distribuição dos recursos do Fundeb para cada categoria (educação infantil, ensino fundamental, médio, etc.) serão regulamentados após a aprovação da proposta de emenda, ou seja, a quantia repassada para a educação vai ser decidida finalmente no Congresso a portas fechadas. A desvinculação das receitas da União, fim da obrigatoriedade de gastos mínimos do Estado com educação, uma das propostas mais impopulares levantadas por Lula cairá, portanto, sobre os municípios que concentram menos verbas acumulando 14,5% da arrecadação de impostos, contra 25% dos Estados e a 60,5% da União.

26 – O governo Lula utiliza-se da cortina de fumaça do Fundeb para esconder a calamidade crescente das escolas públicas e para aprovar a retirada de verbas da educação pública.

27 – O resultado de toda política de sucateamento, cortes de verbas para o ensino e privatização da educação pública brasileira pode se ver na recente pesquisa divulgada pelo Instituto Montenegro (IPM) uma ramificação na área social do Ibope e pela ONG Ação Educativa onde foi detectado que cerca de 75% não conseguem interpretar um texto simples sabendo apenas escrever o nome caracterizando um semi-analfabetismo, mostrando que só se aprofunda a decadência do ensino no país, que tem ocupado as últimas posições nas principais pesquisas que analisam a educação mundial.

28 – Contra essa política de rapina, de defesa dos interesses dos empresários da educação, os

únicos que irão se beneficiar diretamente com qualquer diminuição nos gastos com a educação pública, é necessário defender que as verbas públicas sejam destinadas apenas para o ensino público, o fim do ensino pago, e educação pública, gratuita e de qualidade para todos, não ao pagamento da dívida externa; não ao pagamento da dívida interna; estatização do sistema financeiro; expropriação do latifúndio e assentamento de todos os sem-terra; não as Reformas Sindical, Trabalhista e Universitária; salário mínimo vital de R\$ 1.500,00; redução da jornada de trabalho sem redução dos salários; para realizar este programa é necessário, no entanto, um governo em defesa dos interesses da maioria da população, isto é, um governo dos trabalhadores da cidade e do campo, diretamente controlado pelas organizações políticas da classe trabalhadora e da juventude estudantil, o único capaz de colocar em prática este programa.

CONJUNTURA MUNICIPAL

29 – Após aprovar e impor a redução dos salários em até 14 %, fruto da reforma da previdência municipal, o governo José Serra embasado na reforma nacional da previdência, aprovada pelo corrupto governo Lula - PT e pela Câmara dos deputados, vem agora com a segunda fase da reforma da previdência, que visa acabar com o direito de incorporações para fins de aposentadoria, mesmo para aqueles que tenham os pré - requisitos para a aposentadoria integral, conforme artigo 6º da Emenda Complementar - 41, ou seja, o professor que hoje tem incorporável ao salário a JEI, JEA, JEX, TEX, Jornada básica de 40 horas, Jornada Especial de 40 horas, passará ao se aposentar a ter a incorporação calculada pela média de cada benefício e proporcional ao tempo de contribuição, a partir de julho de 1994, o que gerará uma grande e abrupta perda de poder aquisitivo aos aposentados. Com essas medidas o governo passa por cima de conquistas vitais da categoria como o próprio Estatuto do magistério. Além do que, este projeto segue na linha do que Lula preconizou com seu projeto, os fundos de pensão privados. Com tamanho corte nos salários após a aposentadoria, milhares de trabalhadores com seus já minguados salários, recorrerão a esses fundos para a tentativa de manutenção dos seus salários no mesmo patamar de quando eram da ativa, o que levará os tra-

balhadores a terem de dispender mensalmente uma parcela considerável de seus salários com o pagamento dos fundos privados.

30 – Mais este ataque do governo só é possível, frente à falta de uma política que tenha por interesse mobilizar os trabalhadores. Com a tremenda derrota de nossa mobilização em Julho, fruto da traição da diretoria, o governo se sente totalmente a vontade para ampliar as medidas contra o funcionalismo. Eleito há onze meses o governo Vampiro da educação José Serra- PSDB de São Paulo, quer implementar o desmonte total da educação pública municipal. No mesmo caminho da política burguesa de Marta Suplicy (que reduziu as verbas da educação, não pagou as gratificações por desenvolvimento educacional - GDE, garantidas em lei ao funcionalismo, tentativa de retiradas de inúmeras conquistas como as jornadas da educação, além do arrocho salarial em mais de 30% só na sua gestão e o também comprometimento com a política corrupta do mensalão em São Paulo, no qual o PT chegou a oferecer 4 milhões ao PPS, para que este partido apoiasse a candidatura petista de Marta nas eleições municipais de 2004), o governo José serra já anunciou e implementou medidas que visam retirar milhões em verbas da educação pública paulistana, um dos primeiros anúncios foi o fechamento "paulatino" dos turnos de aula, no horário das 11:00 às 15:00 horas a partir de 2006, o que poderá acarretar a demissão de cerca de 25% dos funcionários da educação, além do aumento da superlotação das salas de aula ao mesmo tempo que milhares de vagas às crianças e adolescentes serão fechadas.

31 – Outra medida draconiana é o anuncio da privatização da gestão escolar com a tramitação em regime de urgência do projeto de lei 318/05, que prevê que entidades não governamentais (ONGs) passem a administrar as escolas públicas gerenciando os recursos, no tocante à contratação de pessoal reposição de materiais e aquisição de equipamentos modernos, uma manobra para através da máscara de organizações não governamentais, empresas privadas terem o caminho aberto para a administração da educação em São Paulo, desviando milhões em recursos para o bolso de grandes capitalistas da educação.

QUESTÃO EDUCACIONAL

EDUCAR PARA A LUTA DE CLASSES

32 – A educação no sistema capitalista tem como objetivo central, principalmente no que diz respeito ao ensino público, a formação de mão de obra para o mercado de trabalho e a domesticação dos filhos dos operários e demais trabalhadores no sentido de que o status quo vigente (de riqueza e esbanjamento de poucos às custas da exploração e miséria da grande maioria) seja mantido.

33 – Em um momento de grande crise histórica do capitalismo, de retrocesso das forças produtivas, a " formação" de milhões de jovens anualmente para o mercado de trabalho é vista como mais um excedente, ou seja, uma produção acima das necessidades do mercado e que portanto, o capitalismo deseja reduzir drasticamente. Por isso, ao mesmo tempo que ataca, em todos os países, conquistas históricas dos trabalhadores (reformas trabalhistas e outras retirando direitos e arrochando salários), a ofensiva contra a educação verifica-se por todos os lados (diminuição de verbas destinadas a mesma).

DECADÊNCIA CAPITALISTA

34 – A decadência capitalista arrasta consigo todos os setores da atividade humana e o ensino não constitui uma exceção. A decadência capitalista é , portanto, a decadência da educação.

35 – O que está colocado, mais do que nunca é a necessidade de colocar a educação a serviço da luta de classes para por fim ao regime político e ao Estado que destrói a educação de milhões em favor dos interesses privados de uma ínfima minoria de exploradores. A educação necessária passa pela luta contra a opressão capitalista que ameaça a existência do sistema público de ensino.

36 – Desde cedo o papel do educador é evidenciar que sem luta, haverá um colossal retrocesso nas condições educacionais e cada vez mais o ensino será transformado num privilégio. Sem luta sequer está assegurado, a existência do ensino público amanhã.

37 – A arma central do ataque do grande capital e seus governos contra o ensino público é o esmagamento salarial e profissional dos trabalhadores da educação. Os governos não se cansam de dizer que defendem a melhoria da escola pú-

blica ao mesmo tempo em que lançam os trabalhadores da educação nas piores condições de salários e de trabalho de todos os tempos.

ENSINO PÚBLICO LAICO E GRATUITO

38 – A defesa do ensino público, gratuito, laico e de boa qualidade para todos os níveis e o combate contra os projetos de destruição do ensino público por parte do grande capital e seus governos, devem ter como ponto de partida a defesa das condições de vida e de trabalho daqueles que carregam nas costas a educação pública: os professores e demais trabalhadores da educação.

39 – A tarefa, portanto, dos que desejam transformar a situação atual é colocar a escola a serviço da luta contra o regime político e o Estado burguês que atuam no sentido da destruição do ensino público e são um entrave ao desenvolvimento social e cultural da maioria da população. Esta tarefa só pode ser realizada através da mobilização dos setores mais oprimidos e mais dinâmicos da comunidade escolar: a juventude estudantil, os professores e funcionários.

QUESTÕES SALARIAIS E FUNCIONAIS

DEFENDER OS INTERESSES DE TODOS OS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

40 – Salário, aposentadoria de todos e os direitos da mulher trabalhadora em primeiro lugar. Veja abaixo os pontos centrais do Programa da OPOSIÇÃO DE VERDADE

41 – Ao longo dos últimos vinte anos, desde o governo Paulo Maluf, as perdas salariais da categoria relativas a inflação acumulada do período estão em cerca de 122%, sendo de acordo com a própria diretoria do Sinpeem relativos a 81% durante o governo Maluf, 23% durante a gestão Celso Pitta e 9% durante a administração Marta Suplicy.

42 – Mas as perdas não param por aí. Durante o governo de Marta Suplicy, o Partido dos Trabalhadores conseguiu o que os próprios partidos da direita tentaram e não conseguiram: retiraram conquista histórica dos profissionais em educação do município de São Paulo, a lei que garantia a aplicação de 30% da arrecadação com gastos em manutenção e desenvolvimento do ensino, aprovando a diminuição deste percentual para 25%.

Além disso, naquele e no atual governo são inúmeras as denúncias do não cumprimento sequer dessa lei e do bilionário rombo causado por este roubo.

43 – Como resultado de toda esta espoliação contra a educação pública em nosso município, vimos ao longo dos últimos anos se degradarem as condições do trabalho educativo em nossa rede: salas superlotadas, 40, 50 alunos; professores e os funcionários obrigados a atender em cada escola dezenas de alunos com necessidades especiais, sem as devidas condições para isso; baixos salários obrigando professores a duplas e até triplas jornadas; falta de segurança e agressões a profissionais da educação, enfim, condições salariais e de trabalho cada vez piores.

44 – Enquanto há milhões para a corrupção nos governos a favor dos grandes conglomerados capitalistas e seus políticos, o discurso da burguesia continua o mesmo retirar ainda mais dinheiro dos serviços públicos.

45 – Em nossa categoria acabamos de sofrer a derrota de nossa campanha salarial, como resultado da traição da diretoria, cujo resultado é a redução dos nossos salários em cerca de 9% e reajuste de 0%.

46 – Frente a esta seqüência de derrotas, resultado da política fracassada da direção sindical de entendimento com os governos inimigos dos trabalhadores, propomos a luta por retomar o Sinpeem para a luta dos profissionais da educação, colocando os milhões que são arrecadados da categoria todos os anos a serviço da defesa dos interesses dos trabalhadores.

47 – Um passo fundamental nesta luta é a discussão em cada escola de um programa com as nossas reivindicações fundamentais, que seja um instrumento de organização de uma ampla parcela de professores e funcionários em torno de um poderoso movimento de oposição, uma OPOSIÇÃO DE VERDADE..

ABAIXO O ARROCHO SALARIAL

48 – Reposição das perdas da inflação acumuladas desde o governo Malufista, que hoje é de cerca de 140%

49 – Piso salarial de R\$ 1.500,00 para o Quadro de Apoio em início de carreira, tendo como base o QPE -01A, de acordo com nossa tabela de vencimentos.

50 – De acordo com a própria constituição

brasileira em seu artigo 7º, o salário deve ser tal que possibilite atender todas as necessidades do trabalhador e sua família, tais como alimentação, saúde, educação, moradia, transporte, lazer, vestuário, higiene, previdência social

51 – * Piso salarial de R\$ 2.500,00 para jornada Básica do professor, tendo como base o QPE11-A, com reajustes de acordo com nosso estatuto do magistério. No caso do professor além das necessidades normais de cada trabalhador, o salário do professor deve ter um complemento que pague, os vários anos investidos na sua formação, faculdade, cursos, pós-graduação, etc. .

52 – Professor é profissão de quem estuda, portanto o salário também deve abarcar os gastos relativos à continuidade e aprimoramento profissional e cultural, como a compra de ao menos um livro por mês, a participação em cursos, visitas a teatros, cinemas, museus, viagens etc...

MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

53 – * Redução do número de alunos por sala de aula, sendo o número de 10 alunos por sala de aula nas EMELs, 15 alunos por sala de aula nas EMELs de 1ª à 4ª série e 25 alunos de 5ª à 8ª série e ensino médio.

54 – * Nas CEIs, diminuição do número de crianças por funcionária (ADI ou PDI) para:

55 – 4 crianças de 0 à 1 ano de idade

56 – 6 crianças de 1 à 2 anos de idade

57 – 8 crianças de 2 à 3 anos de idade

58 – 10 crianças de 3 à 5 anos de idade

59 – * Ampliação do quadro de especialistas em Educação especial nas escolas, para o atendimento adequado às crianças portadoras de necessidades especiais, bem como de outros profissionais especializados em atendimentos especiais destes educandos; criação de condições adequadas e especiais (estrutural e educacional) para a inclusão de todos os setores que possam ser atingidos por esta política (decisão dos pais e da comunidade escolar)

60 – * Construção de centenas de escolas, que o dinheiro público seja investido na educação, não no mensalão

61 – * Campanha pela criação de Cipas em todas as escolas, para garantir condições adequadas de trabalho e a defesa do trabalhador do quadro de Apoio e dos professores

62 – * Volta dos empréstimos junto ao IPREM,

para financiamento da casa própria e empréstimos pessoais subsidiados pelo Município.

63 – * Pela criação do horário coletivo de formação para as ADIs (Auxiliares de desenvolvimento infantil) e PDIs (Professoras de desenvolvimento infantil), nos mesmos moldes do magistério

64 – * Contra a transformação dos POIE(Prof. Orientador de Informática)e POSL(Professor orientador de Sala de leitura) em professores eventuais.

MAIS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO

65 – * Não ao projeto de fechamento dos turnos de aula, proposto por Serra, que gerará a ampliação da jornada dos professores que permanecerem, o desemprego de parcela expressiva da categoria, aumento da superlotação das salas de aula e o próprio aumento da concorrência com professores de outras redes, aumentando o desemprego no magistério.

66 – * Não ao fechamento do EJA(educação de Jovens e Adultos)

67 – * Não ao fechamento de salas de aula

68 – * Abaixo a fraude da falência do IPREM (Instituto de Previdência do município), que o governo devolva para os cofres públicos todo o dinheiro que os governos anteriores deixaram de aplicar no instituto.

69 – * Conselho de trabalhadores para fiscalizar o IPREM, sob controle dos sindicatos e dos próprios servidores

70 – * Não ao projeto de Serra de privatização da gestão escolar, não ao PAS da educação

71 – * Não ao ensino fundamental de nove anos, com o ingresso de crianças aos seis anos de idade, no ensino fundamental.

72 – * Pela revogação do projeto de Marta Suplicy que diminuiu a aplicação das verbas em educação, pela volta e cumprimento dos 30% em Educação, com gastos controlados pelas organizações dos trabalhadores e estudantes. Verbas públicas somente para o ensino público.

73 – * Não à redução de 25% do orçamento de cada unidade dos CEUs, com limpeza e segurança, para gastar em publicidade e para desviar a verba pública.

74 – * Abaixo o corte de R\$ 3 milhões, que seriam justamente retirados da "operação e manutenção" feitas pelas empresas que prestam serviços aos CEUs para serem destinados a gastos com publicidade.

75 – *O ataque centrado nos estudantes e funcionários dos CEU's acontece desde o governo de Marta que, ao final de seu mandato, intensificou o roubo das contas públicas não pagando as empresas terceirizadas que prestavam serviços de caráter essencial. No fim do ano passado, funcionários que trabalhavam nos escolões chegaram a paralisar suas atividades, por causa da falta de pagamento e ainda há dívidas pendentes desde 2004, que Serra não pretende cobrir.

NÃO AO CORTE DE VERBAS NA SAÚDE, HSPM PARA OS SERVIDORES

76 – Com a política de pagamento da dívida externa do governo Lula, servo do Imperialismo, seguida em São Paulo pelos governos burgueses como Serra e Marta Suplicy, a saúde só aprofunda seu caos, no qual o funcionalismo municipal sente na pele. Atualmente o HSPM, além de atender aos milhares de funcionários da capital paulista está sendo obrigado a atender a população paulistana que não tendo onde se socorrer, cada vez mais se utiliza do hospital dos servidores municipais, com isso o governo Serra usa o dinheiro do funcionalismo para compensar a crise dos hospitais municipais.

77 – *Verbas para a Saúde, construção e manutenção dos hospitais da rede municipal, com o HSPM para o Servidor.

78 – * Não ao corte das licenças médicas, se há muitas faltas de professores e funcionários, é em decorrência do ataque às condições de vida e de trabalho dos profissionais em educação. Onde o próprio DSS (Departamento de Saúde do Servidor), através de relatório declarou que, se há algum problema está no fato de que a prefeitura precisa sanar as questões que levam os Profissionais de Educação ao adoecimento.

79 – * Campanha contra a política de desmoralização do funcionalismo implementada por Serra, com a ajuda nada desinteressada da revista VEJA, meio de imprensa que foi denunciado por ser um dos beneficiados com o esquema do mensalão.

APOSENTADORIA

80 – * Contra o desmantelamento da aposentadoria por tempo de serviço. Retorno da aposentadoria especial para os professores

81 – * Máximo de 20 anos para as mulheres e 25 anos para os homens.

82 – * Salário do aposentado igual ao da ativa, incluindo todos os adicionais.

83 – * Não á segunda fase da reforma da previdência de Serra, não o projeto que retira a incorporação das jornadas para fins de aposentadoria.

EM DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES

84 – * Ampla campanha do Sindicato para garantir imediatamente o direito de creche para todas as trabalhadoras da educação. E, enquanto não for atendida esta reivindicação, pagamento de auxílio-creche, de R\$ 300 para cada mãe ou pai educador.

85 – Fim da criminalização do aborto. Liberdade de escolha para as mulheres. Atendimento dos casos de "aborto legal" pela rede pública de saúde.

86 – Não à reforma da CLT que abre espaço para a retirada de conquistas históricas das mulheres como a licença maternidade. Ampliação desta licença para seis meses.

NÃO ÀS REFORMAS CAPITALISTAS DO GOVERNO LULA

87 – * Não à reforma sindical (carta Del Lavoro) do governo que não garante sequer o direito de sindicalização do funcionalismo e coloca os sindicatos sob a tutela do Estado.

88 – * Abaixo a reforma trabalhista. Que o Congresso do "mensalão" e dos banqueiros, tire as mãos dos direitos dos trabalhadores

89 – * Fora com os governos destruidores do ensino publico em benefício dos tubarões do ensino. Não aos governos que cortam gastos com a educação e a saúde para garantir os lucros dos banqueiros e grandes empresas, pagar a dívida externa e distribuir dinheiros entre as máfias que controlam o Estado: POR UM GOVERNO DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO.

QUESTÃO SINDICAL

TRAIÇÃO

90 – Na última campanha salarial a diretoria chegou ao absurdo de rebaixar ainda mais as reivindicações da categoria, deixando para o gover-

no as perdas dos governos anteriores.

91 – Durante o governo Pitta a reivindicação de reajuste salarial estava na casa dos 80%, durante o governo petista de Marta, a diretoria arrumou um subterfúgio e rebaixou nossas reivindicações para cerca de 62% e agora em 2005 quando já temos mais de 122% de perdas acumuladas desde a administração Malufista, a diretoria sindical unificada "reivindicou" 34% de reposição, referentes as perdas do governo Marta, entregando mais de 90% de perdas da categoria para o governo vampiro da educação.

92 – Um dos argumentos capituladores para este roubo contra os bolsos dos profissionais em educação é que seria melhor reivindicar menos para que pudéssemos conseguir mais.

93 – O resultado desta política de apoio ao governo, gerou para a categoria o humilhante reajuste de 0,1%.

94 – Contra esta política de arrocho salarial a categoria se mobilizou e milhares de trabalhadores entraram em greve e foram às ruas, para protestar contra o corte nos salários promovidos pela reforma da previdência dos Governos Lula e Serra, que impôs um desconto de 11% para o IPREM (Instituto de previdência municipal) mais 3% relativo ao HSPM (Hospital do Servidor Público Municipal) sobre os salários, ao mesmo tempo em que o governo oferecia 0% de reajuste, uma afronta que os servidores estavam dispostos a derrubar.

95 – Na assembléia do dia 2 de junho a categoria viu o próprio presidente do sindicato apresentar após reunião com representantes do governo o seguinte informe: o governo não aumentou em nada sua proposta de reajuste, descontaria os dias parados caso não fossem repostos e pagaria um adiantamento de 30% da gratificação por desenvolvimento educacional (GDE) em julho (e assim como este governo aprendeu com Marta Suplicy, dificilmente pagará os 70% restantes em janeiro), ou seja, nada, nada, nada...

96 – A revolta foi generalizada e estava colocado para os presentes organizar os próximos passos da mobilização que deveria incluir uma mobilização conjunta com os professores estaduais há mais de 10 anos sem reajustes salariais. No entanto, o presidente tomou a palavra e defendeu que os professores aceitassem a miserável proposta do governo e encerrassem a greve.

97 – Confusos diante da traição da diretoria, a assembléia se dividiu na votação e foi feito um en-

caminhamento para que mais professores pudessem falar defendendo a continuidade ou o fim da mobilização, esta proposta foi vencedora, mas o presidente não quis saber e encerrou a Assembléia.

98 – É claro que a decisão da categoria era ir à luta caso contrário sequer teriam comparecido à Assembléia e a parcela que votou pelo fim da mobilização o fez assustada com a traição da diretoria que mudou de opinião depois de conversar com o governo, agindo como um Judas que entregou Jesus.

99 – Esta traição fortaleceu o governo, que após àquela assembléia anunciou inúmeros projetos de destruição da educação municipal, como a privatização da gestão escolar, o fechamento do 2º turno das 11hs às 15 horas, o que gerará a demissão de milhares de professores e funcionários do quadro de apoio a partir do início de 2006, formando os turnos de 6 horas, assim como a continuidade das tentativas do governo em acabar com nossas jornadas (JEI, JEIA), o aumento da repressão aos professores e funcionários, usando a questão das faltas de funcionários ao trabalho, anúncio dos Outdoors ambulantes, propaganda nos uniformes de funcionários e estudantes, a segunda fase da reforma municipal da previdência que agora quer retirar o direito a incorporação das jornadas para efeito de aposentadoria.

100 – Toda essa traição não para por aí, na última reunião de representantes do dia 25 de agosto e na assembléia do dia 1 de Setembro, foi aprovada pela oposição a reivindicação de exigir do governo como reivindicação da campanha salarial reajuste de 122% para recuperar as perdas acumuladas desde o início do governo Maluf, no lugar dos 34,76%, no entanto após não ter coragem de defender contra a proposta perante a categoria reunida nos fóruns sindicais, desrespeita as decisões e continua aplicando a reivindicação acertada, não com o restante do funcionalismo como alegam, mas sim, com as burocracias mensalões dos outros sindicatos do funcionalismo municipal, pois quem acredita que os companheiros da saúde perderam nos últimos tempos só 34%.

101 – Uma situação que evidencia a necessidade de construir em cada escola do município de São Paulo um poderoso movimento de Oposição que uma os professores para retomar o sindicato para as lutas da categoria. Esta é a tarefa que esta colocada a partir deste XVI Congresso do Sinpeem.

ABAIXO A DITADURA

CONTRA O GOLPE DA
"PROPORCIONALIDADE", QUE OS
TRABALHADORES CONTROLEM O SINPEEM

102 – As eleições que ocorreram no último dia 19 de agosto, no Sinpeem, ao contrário da propaganda oficial da diretoria, se colocam no campo das mais antidemocráticas eleições sindicais que se tem conhecimento.

103 – Reza o estatuto do Sinpeem, aprovado pela atual diretoria (PT, PCdoB, PSTU e PSOL) que no caso de duas chapas candidatas na eleição, a segunda chapa só elegeria membros se chegar ao percentual de 30% dos votos e no caso de mais de duas chapas concorrentes, qualquer chapa para se ver representada tem que obter ao menos 20% dos votos.

104 – Sobre o nome de "proporcionalidade" temos um verdadeiro esquema ditatorial para favorecer a burocracia que está na direção e controla os vultosos recursos de nosso sindicato e uma verdadeira barreira à representação de amplos setores na direção da entidade.

105 – Esta "proporcionalidade" que o PSTU e o PT também sustentam na APEOESP (onde a barreira é de 10%) serve apenas para impedir uma derrota em larga escala do grupo dirigente e preservar os interesses da burocracia sindical que controla o sindicato em seu próprio proveito, com esquemas que o ex-dirigente sindical (também da educação) Delúbio e toda a sua quadrilha eram mestres (na CUT e no PT).

106 – Contra estes e outros mecanismos burocráticos de controle do Sindicato é preciso uma mobilização para colocar o Sindicato sob o controle dos trabalhadores, dentre outras medidas destacamos:

107 – Soberania das assembleias e prestação de contas regular da diretoria diante da categoria;

108 – Revogar os mandatos dos diretores que traíam os interesses da categoria, não implementem as determinações de Assembleias e Congressos e defendam os interesses do governo;

109 – Comando de negociação eleito em assembleia com o governo eleito

110 – Proporcionalidade direta, ou seja, que o voto de toda categoria seja respeitado, indicação de membros para direção sindical na mesma proporção dos votos obtidos.

111 – Abaixo as cláusulas de barreira.

Assina esta tese:

Núcleo de Profissionais em Educação do PCO - A Oposição

Frente de Oposição Socialista

CONJUNTURA INTERNACIONAL

1 – Sabemos que o capitalismo é um sistema econômico que produz crises cíclicas, no entanto a sua história tem demonstrado um processo de recomposição. Todavia, o que presenciamos, a partir da década de 1970, é uma dificuldade cada vez maior para esta recomposição. Para tentar manter as margens de lucro do passado tem aprofundado cada vez mais o processo de exploração dos trabalhadores. Para tanto, utiliza vários dispositivos:

2 – Desemprego: através da redução de postos de trabalho e da reestruturação dos locais de trabalho;

3 – Terceirização do trabalho;

4 – Flexibilização das legislações que regulam o trabalho;

5 – Banco de horas;

6 – Substituição de trabalho vivo (homens) por morto (máquinas).

7 – Na realidade, o que vimos acima é a materialização das políticas neoliberais, que superexploram os trabalhadores e controlam os países periféricos. A ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), acordo econômico e político que só beneficiaria as grandes burguesias, sobretudo dos EUA, seria a formatação de tais políticas para o conjunto da América, portanto dificultando a resistência dos trabalhadores.

8 – Todavia em sua onda avassaladora de destruição, o imperialismo utiliza-se de um outro mecanismo para expansão do capital: a guerra. Esta, além de criar mercados, destrói força viva de trabalho, força esta que, organizada, poderia causar danos ao capital. É o que assistimos no Oriente Médio.

9 – Os países imperialistas se mantêm como tal, apesar da falácia da globalização, que afirmava o fim dos Estados nacionais. Os Estados Unidos chegam ao século XXI como a principal potência imperialista - as invasões no Afeganistão e no Iraque fundamentam esta afirmação. Tais invasões desnudaram a falácia da democracia burguesa e a supremacia do capital. Em busca do controle das fontes petrolíferas e geopolítico do Oriente Médio, os Estados Unidos destruíram dois Estados e dizimaram parcela significativa de sua população.

10 – Após mais de dois anos da invasão do

Iraque, lá permanecem dirigindo o Estado e a economia. Sob o silêncio da mídia, seus soldados continuam a onda de violência, que dizimam dezenas de milhares de vidas. Mas, mesmo assim, os trabalhadores resistem. O que parecia um país de fácil controle, transformou-se num problema econômico e político sério para os EUA.

11 – A recente tragédia ocorrida em New Orleans, resultado do descaso do governo com a passagem do furacão "Katrina", demonstra a que chegam os representantes do capitalismo. Os milhares de mortos foram uma "queima" do exército de reserva. A imprensa nos apresentava um país muito aquém do "american Way of life", sempre difundido pelos Estados Unidos. Assistimos às imagens que os nossos olhos estão "habituaados" a enxergar na América Latina ou na África. O império, definitivamente, foi desnudado.

12 – Israel é um Estado que vive imerso no conflito que o originou, qual seja: a construção de um Estado em território ocupado. O conflito que divide Israelitas e Palestinos é um conflito insolúvel nos marcos do capitalismo. Um conflito que não será resolvido por um tratado de paz. A discussão religiosa é o verniz que encobre os reais motivos que deram origem ao Estado de Israel, a inferência do imperialismo ocidental no Oriente.

AMÉRICA LATINA

13 – Diante da ofensiva do imperialismo no Oriente-Médio, a América Latina foi secundarizada no debate de conjuntura Internacional. Todavia, os olhos do imperialismo são múltiplos e esta região continua a ser objeto de intervenção externa. O caso da Venezuela é emblemático. As medidas nacionalistas de Hugo Chavez escandalizaram Washington. Com um grau significativo de popularidade em seu país, Hugo Chavez conseguiu manter-se no poder, apesar das investidas do Imperialismo. Mantém-se sob pressão constante do grande capital nacional e internacional. Chavez é um exemplo típico de caudilho latino americano, que apoiado em setores populares, introduz algumas reformas para se manter no poder. Mesmo assim, um político estadunidense propôs, recentemente, o seu assassinato. Em épocas de crise do capitalismo, até as reformas que estejam nos mar-

cos do sistema, são vistas como um risco para a sua reprodução.

14 – Todavia, não nos esqueçamos de que a Venezuela é uma das maiores reservas petrolíferas do planeta e esta é a causa dos conflitos de interesses entre as diversas frações burguesas nacionais e internacionais e a causa principal da invasão dos países do Oriente Médio.

15 – Na Bolívia a situação é de tensão. Os trabalhadores de origem indígena desafiam a democracia burguesa e saem às ruas para defender os seus direitos. No Equador não é diferente. As recentes greves dos trabalhadores do setor petrolífero tornaram explícito os lucros vultosos da burguesia deste setor. Na Argentina, as altas taxas de desemprego denunciam a situação imposta pela política neoliberal no país, cuja expressão mais visível de resistência são os piqueteiros - organização dos trabalhadores desempregados.

16 – Na Colômbia, o imperialismo norte americano, com o disfarce de "combate ao narcotráfico", procura intervir tentando desarticular as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, organização que disputa com o governo oficial o controle do Estado colombiano (controlam cerca de 40% do território).

17 – Diante do exposto, percebemos que há várias mobilizações ocorrendo na América Latina, sendo necessária a construção da unidade, cujo objetivo é superar a sua fragmentação. Não podemos nos enganar: a saída para a unidade está fora do Estado, nas organizações dos trabalhadores. Estas não poderão florescer sob tutela burocrática, mas nos marcos da verdadeira democracia: a dos trabalhadores.

DIANTE DISSO, DEFENDEMOS:

- 18 – Pela autodeterminação dos povos;
- 19 – Todo apoio aos trabalhadores palestinos;
- 20 – Todo apoio à luta dos trabalhadores na América Latina;
- 21 – Fora os Estados Unidos do Iraque;
- 22 – Pela unidade dos trabalhadores na perspectiva da construção do socialismo.

CONJUNTURA NACIONAL

A) CORRUPÇÃO COMO ELEMENTO CONSTITUINTE DO CAPITALISMO

23 – Os recentes acontecimentos na política nacional colocam na ordem do dia a questão da corrupção. Este é um fenômeno próprio do sistema capitalista, presente em suas diferentes instituições, contaminando inclusive as entidades dos trabalhadores.

24 – O mega-esquema de corrupção do governo Lula floresceu nas instituições sindicais. Quando tal esquema é levado para o aparato do Estado, as frações burguesas, já ali presentes, procuram disputar as verbas públicas com os novos gestores deste Estado. O conflito na divisão do quinhão, que ficará para cada fração burguesa, é o que leva às denúncias efetuadas pela direita já encastelada no governo federal.

25 – O escândalo que se iniciou com o caso Waldomiro Diniz, passando pela cueca e malas com dólares, mensalões, caixa 2, campanha com dinheiro escuso, contas em paraísos fiscais, dentre outras excrescências políticas, significou a materialização das alianças com a burguesia, efetuadas pelo PT para ocupar o governo federal. O programa do PT já era burguês, suas alianças eram prioritariamente com a burguesia e a sua atuação no trato das verbas públicas não deixam mais nenhuma dúvida: o PT é um partido burguês!

26 – O PT foi eleito numa aliança de frente popular, pois foi apoiado por amplos setores dos trabalhadores e por uma parcela da burguesia. Todavia, as políticas e a atuação do governo Lula demonstraram que o Partido fez uma opção de classe, governar para a classe burguesa.

27 – Os motivos para um impeachment não faltam, mas a burguesia imperialista tem interesse em manter Lula no poder, visto que este partido governa para esta classe. A reforma da previdência, os juros altíssimos, o superávit primário para além do exigido pelo FMI, o arrocho salarial dos servidores, o salário mínimo ridículo, a liberação dos produtos transgênicos, as propostas de reformas (sindical, trabalhista e universitária), a manutenção das privatizações de FHC, as verbas para o agronegócio, em detrimento dos assentamentos, são algumas expressões da subserviência deste governo neoliberal. O episódio envolvendo o ministro Palocci no recebimento de verbas ilícitas e

a proteção que recebeu da imprensa e dos setores da burguesia expressa a tentativa de mantê-lo como representante do capital no governo. A "governabilidade", tão propalada, está lastreada na sua política econômica, política que tem servido, exclusivamente, à burguesia.

28 – O PT há muito não é mais a opção de organização dos trabalhadores, perdeu-se no emaranhado dos ricos aparatos burocráticos da burguesia: nos cargos nas estatais, nos fundos de pensões, nos mandatos políticos, nas assessorias etc. Seus dirigentes são hoje fac-símiles de burgueses, perderam qualquer vínculo com a classe que um dia afirmaram representar. Têm um padrão de vida que a classe trabalhadora, vivendo de seu parco salário, jamais alcançará sob o capitalismo.

29 – Alguns petistas, para explicar a permanência neste partido necrosado, afirmam ser necessário uma "limpeza na casa", de que ocorreram "distorções", das quais não são responsáveis. Todavia, não lhes parece estranho que os principais dirigentes do PT estejam, direta ou indiretamente, envolvidos no processo de corrupção que corrói o partido? Na realidade, tal discurso é fruto de duas situações: a do crédulo enganado ou do oportunista que ainda almeja algum "cascalho" da estrutura petista.

30 – O esquema de corrupção não envolve apenas o PT, mas outros partidos da direita (PSDB, PL, PFL, PSB, PP, PTB) e até o "comunista" PC do B. Tal partido, que afirma estar o governo "em disputa", denuncia qual é a disputa que faz: a das verbas públicas. Ademais, sustenta, como parte do governo, as suas políticas, sendo, portanto, co-responsável pela situação calamitosa em que se encontra a classe trabalhadora.

B) PLANO DE LUTAS:

31 – Fora as tropas brasileiras do Haiti;

32 – Prisão dos corruptos e corruptores;

33 – Organização de base dos trabalhadores para combater a corrupção e defender os seus direitos: que a CONLUTAS assuma essa tarefa;

34 – Contra as reformas sindical, trabalhista e universitária;

35 – Reforma agrária sob o controle dos trabalhadores;

36 – Confisco dos latifúndios;

37 – Reestatização das empresas privatizadas;

38 – Contra a ALCA e MERCOSUL;

39 – Abaixo o parlamento burguês, cheio da lama da corrupção;

40 – Pela construção do socialismo no Brasil e no Mundo.

QUESTÃO EDUCACIONAL

41 – O XVI Congresso do SINPEEM acontece num momento importante da conjuntura nacional e municipal. As reformas neoliberais que assolam o país há mais de uma década ganharam mais força na cidade de São Paulo. Se com Marta Suplicy tais reformas já eram percebidas no "horizonte político", com Serra na prefeitura não há mais dúvidas de qual será a conduta do PSDB no governo municipal: ataque aos serviços públicos em geral.

42 – No caso específico da educação, ao assumirem o governo Serra/Pinotti já anunciaram uma série de mudanças que, muitas delas, já estão sendo colocadas em prática. Isso porque o governo municipal tem utilizado a mesma "receita" usada pelo próprio PSDB no governo estadual (na época com Mário Covas e Rose Neubauer, secretária de educação).

43 – Aliás, ambos governos publicaram, no início de suas gestões, documentos que apresentaram as intenções que tinham com a educação. No caso de Covas/Neubauer foi o documento "PRINCIPAIS DIRETRIZES EDUCACIONAIS PARA O ESTADO DE SÃO PAULO (1995-1998)", no caso de Serra/Pinotti foi documento EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: UMA PROPOSTA PARA DISCUSSÃO".

44 – Ambos documentos têm, em essência, as mesmas propostas, sendo que no caso do Estado o resultado dessa política foi o sucateamento das escolas, a superlotação de salas, as terceirizações, o arrocho salarial e o processo de demissões de professores.

45 – Tudo isso indica que algo semelhante pode acontecer nas escolas municipais, por isso apresentaremos a seguir um quadro comparativo dos dois documentos para podermos entender melhor o que pretendem Serra e Pinotti:

DOCUMENTOTEMAS:ESTADO (1995-1998)PREFEITURA (2005)

46 – FINANCIAMENTO p. 4 (...) o Estado precisa assumir o papel de articulador e integrador de um projeto de educação (...) que articule parcerias

proficuas para o Estado.p. 13 (...) particularmente no custeio (...) utilização de OCIPs, sem desconsiderar outras formas de financiamento a fundo perdido (empresas, FIESP, BID) que passaremos a analisar junto com o governo do Estado .

47 – MUNICIPALIZAÇÃOp. 6 (...) O grande provedor do ensino fundamental em S. Paulo é a rede estadual (...) O Estado encontra-se sobrecarregado em relação aos municípios (...) esta administração buscará novas parcerias, entre as quais os municípios se constituirão em parceiros privilegiados. p. 13 (...) Penso que a municipalização do ensino fundamental deve ser, a médio prazo, meta racional, pois temos agora uma oportunidade única de realizá-la, sem prejuízo para os dois governos (...) Integração com o governo do Estado: é fundamental que isso ocorra.

48 – TURNOSp. 8 (...) com a falta de racionalidade da rede de ensino de S. Paulo, os alunos cumprem uma carga horária insuficiente em grande parte da rede. Na verdade, muitas escolas apresentam até quatro turnos de aulas, fazendo com que o tempo de permanência nas escolas fique muito aquém do desejável. p. 12 (...) Integração com o governo do Estado: é fundamental que isso ocorra. Não se pode continuar com escolas municipais com 3 ou 4 turnos para atender à demanda ao lado de escolas estaduais com dois turnos e outras que vêm gradativamente desativadas.

49 – RACIONALIZAÇÃO DO PESSOALp. 9 (...) Hoje a SEE possui uma estrutura afastada dos problemas do ensino, que emprega uma estratégia pouco eficiente, que contribui para a subutilização dos recursos humanos, físicos, materiais, conduzindo ao uso inadequado das verbas-recursos financeiros.p. 14 (...) Completar os módulos de pessoal em todas as unidades educacionais: reduzindo o número de profissionais afastados, especialmente os professores

50 – PARCEIROSp. 17 (...) esta administração buscará novas parcerias com empresários, professores, pais, universidades etc - entre as quais os municípios se constituirão em parceiros privilegiados (...) deverá ser oferecido um leque de formas de parcerias: construção e manutenção das escolas, gerenciamento de toda uma rede (municipal), cooperativas, terceirizações etc.p. 13 (...) Obtenção de recursos adicionais: particularmente de custeio. Captação de recursos de OCIPs, financiamentos com recursos nacionais (empresas, FIESP etc) e internacionais (BID).

51 – JORNADA DE TRABALHOp. 9 (...) a atual administração procede uma excessiva centralização o que colabora para uma jornada de trabalho diferenciada (escolas comum e padrão), promovendo: incompatibilidade entre carga de trabalho e carga horária dos alunos e não fixação do docente na U.E. NÃO HÁ UMA REFERÊNCIA EXPLÍCITA QUANTO A ESSE ASPECTO, MAS QUANDO O GOVERNO PROPÕE A DIMINUIÇÃO DE TURNOS, ESSE FATO PODERÁ AFETAR DIRETAMENTE A JORNADA DE TRABALHO DOCENTE.

52 – AVALIAÇÃO (INTERNA/EXTERNA)p. 9 (...) A SEE não consta com mecanismos de avaliação e controle do serviço prestado; p. 21 (...) reconhece-se que os salários atuais são fortes desestimuladores (...) para tanto será necessário estabelecer mecanismos de avaliação e promoção do trabalho efetivamente realizado pelo funcionário. p. 17 (...) é responsabilidade desta administração avaliar e propor para a ação supervisora um projeto de trabalho que valorize a carreira e ofereça às escolas mais uma alternativa de apoio pedagógico.

53 – FORMAÇÃO CONTINUADANÃO HÁ UMA REFERÊNCIA EXPLÍCITA QUANTO A ESSE ASPECTO, PORÉM NAS ESCOLAS ESTADUAIS CADA VEZ MAIS A RESPONSABILIDADE PELA FORMAÇÃO DOCENTE ESTÁ NAS MÃOS DE DIRETORES E CPs.p. 16 (...) é relevante e será feita pela criação de uma Agência de Formação ligada à Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia, tendo o Diretor da Escola como principal articulador e o Coordenador Pedagógico como responsável pela gestão das ações de formação.

54 – Não restam dúvidas de que a proposta do atual governo municipal é a reforma educacional que Mário Covas e Rose Neubauer implementaram no Estado. Nela estão contidas: a privatização (e custeio privado da educação através de parcerias), a municipalização do ensino, o aumento do número de alunos por sala, a demissão de profissionais da educação, o ataque à carreira do magistério, a avaliação (interna e externa) como forma de vigiar e "premiar ou punir" os "bons ou maus" profissionais.

55 – Sem sermos maniqueístas, podemos afirmar que o destino da educação municipal de São Paulo pode ser esse, caso não haja luta e mobilização dos profissionais da educação. E, nesse caso específico, estamos falando da Greve. O instrumento de luta que mais amedronta patrões e governos de plantão, deve ser nossa arma para bar-

rar os ataques de Serra à educação de São Paulo.

O SOMATÓRIO DA REFORMA EDUCACIONAL DE SERRA/PINOTTI

56 – I) Redução de turnos + aumento do nº de alunos por sala + fim das jornadas + municipalização + formação em rede = Desemprego e deterioração das condições de trabalho.

57 – A redução de turnos é a principal medida no início do governo Serra. Prova disso que ela é propagandeada por todos os seus membros.

58 – A princípio muitos podem achar boa tal medida, porém precisamos ter muito cuidado. Isso porque o governo utilizará um argumento "pedagógico" para essa mudança, ou seja, para os pais e comunidade escolar dirá que os alunos ficarão mais tempo na escola, em segundo lugar porque, para os professores e demais profissionais da educação, dirá que a escola será melhor administrada e seu uso (espaços e tempos escolares) melhor organizado.

59 – Chamamos atenção sobre isso porque, em que pese os argumentos pedagógicos serem fortes, o objetivo real do governo estará oculto no "debate pedagógico", qual seja, diminuição de gastos públicos com a educação municipal.

60 – A redução de turnos significará, de imediato, o aumento do número de alunos por sala (portanto a deterioração das condições de trabalho) e a diminuição de postos de trabalho (demissão de professores). Tal medida tem a ver com o processo de municipalização do ensino fundamental na cidade de São Paulo, uma vez que no caso do Estado, dos 645 municípios, 499 já assinaram o termo de convênio de municipalização (quase 80% dos municípios).

61 – Além disso, essa medida (redução de turnos), poderá dar início a uma reação em cadeia: reorganização física da rede (ex. Fund. I num determinado turno e Fund. II em outro); reorganização da jornada (fim da JEI, JEA, JEX, TEX), coisa que a reforma da previdência municipal já tenta fazer na perspectiva de jornada única; possibilidade do aumento do tempo da aula (ex. de 45 min. Para 50 min.) com uma possibilidade pior, como no Estado, com a instituição da "hora-relógio" de 60 minutos.

62 – Como os professores ficarão cada vez mais "presos" nas escolas, a formação se dará em local de serviço, a chamada formação em rede, onde o

diretor e o coordenador pedagógico receberão uma formação de gestores, para em seguida "formarem" os professores.

63 – II) Ensino Fundamental de 9 anos + Projeto Mãe Crecheira + FUNDEB = Menos dinheiro para as CEIs, EMElS e EMEFs.

64 – O projeto do FUNDEB, (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) em discussão no Congresso Nacional, pretende substituir o FUNDEF de FHC. Tem como principal "característica" a inclusão do ensino médio, porém com uma diferença substancial.

65 – Pelo projeto, a transferência de recursos para a Pré-Escola, para o Ensino Médio e para o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), será escalonado. Assim, no primeiro ano de vigência do fundo, somente ¼ dos seus recursos destinar-se-ia a essas três modalidades de ensino e somente a partir do quarto ano é que haveria a disponibilidade de recursos "totais" a essas três modalidades de ensino.

66 – Essa proposta casa-se com a defesa do ensino fundamental de 9 anos, que serviria para "trazer" um ano da pré-escola ao ensino fundamental, "mascarando" a não aplicação de verbas nessa modalidade de ensino. Juntando a isso o projeto "Mãe Crecheira" (o recebimento de valor per capita das mães que não levarem seus filhos à creche) com a finalidade de desconstruir a demanda real de crianças sem creche (em São Paulo há uma média de 300.000 crianças) fazendo com que o governo gaste menos com elas.

67 – Esses projetos juntos farão com que o governo gaste menos recursos financeiros com a escola pública (em todos os níveis) além de poder levar ao fim da pré-escola pública e a muitas demissões.

68 – III) Políticas assistencialistas (leite, uniforme "outdoor") + Escola da Família + Gestão das escolas por organizações sociais (ONGs) = Privatização do ensino público municipal.

69 – O projeto do leite continua (agora com uma fiscalização de assiduidade dos alunos mais rigorosa) e o governo lançou a idéia do uniforme. Inicialmente, foi anunciado que as escolas receberiam verbas para essa finalidade, através da APM, e que contratariam costureiras para fazerem seus uniformes.

70 – Em seguida, apresentou outra proposta, anunciou um convênio com uma associação cha-

mada Abravest que forneceria 900 mil uniformes aos alunos e, em troca, solicitaria da Prefeitura o anúncio de empresas, a ela filiada, nos uniformes. Serão os "alunos outdoor". Um absurdo, do ponto de vista humano, pedagógico e político.

71 – Essa proposta está em consonância com um projeto de lei (que já está na Câmara) transferindo dinheiro e responsabilidade, na condução da escola pública, a organizações sociais "sem fins lucrativos" (ONGs, por exemplo).

72 – Na prática, trata-se da privatização do ensino público municipal, coisa que não podemos deixar que se realize.

73 – Assim também é o projeto Escola da Família que a Prefeitura "importou" do Estado. Já são 200 escolas (Emeis e Emefs) com um gasto previsto de R\$ 48 milhões e 15 mil bolsistas (que trabalharão nos finais de semana e receberão uma bolsa de estudo de R\$ 267,00 cada). Na prática, trata-se da transferência de dinheiro público para as faculdades particulares, sob o pretexto de um trabalho pedagógico.

74 – IV) Avaliação Externa (saesp/saeb) + Avaliação Interna (avaliação de desempenho) = Demagogia pública, fim das evoluções funcionais e mais demissões.

75 – As avaliações externas da educação brasileira (como o SARESP, por exemplo) têm servido para "demonstrar" à opinião pública que a escola vai mal, colocando a comunidade contra os profissionais da educação e construindo toda uma lógica pró-reformas privatizantes.

76 – Assim também servem as avaliações internas (avaliação de desempenho) que foram construídas a partir da determinação de agências externas (Banco Mundial) para punir os trabalhadores com demissões, caso não se enquadrem aos requisitos do modelo de educação que as políticas neoliberais têm construído no país há mais de uma década.

77 – Essas propostas, todas do governo Serra/Pinotti, são condensadas num projeto maior que a administração chama de "Programa São Paulo é uma Escola" que se sustenta em dois eixos ou duas iniciativas por parte do poder público: 1) Ampliação do tempo para o desenvolvimento do processo de ensino e da aprendizagem; 2) Revitalização e uso dos espaços ociosos da cidade.

78 – Por isso o XVI Congresso precisa aprovar resoluções que coloquem nossa categoria em mobilização, pela defesa da escola pública, do

emprego e por mais recursos públicos com a Educação Pública.

DEFENDEMOS:

79 – Manutenção do POIE, POSL e Auxiliar de Período nas funções originais;

80 – Não à redução de turnos;

81 – Não ao Ensino Fundamental de 9 anos;

82 – Contra a Formação em Rede;

83 – Que as Universidades Públicas promovam formação;

84 – Não às políticas assistencialistas;

85 – Não ao uso do Uniforme Outdoor;

86 – Não à ingerência das ONGs na educação pública municipal;

87 – Não à privatização do ensino público municipal;

88 – Contra a política de fundos do governo;

89 – Não ao FUNDEF; Contra o FUNDEB;

90 – Em defesa da carreira do Magistério;

91 – Mais verbas para a educação pública;

92 – Em defesa das jornadas docentes (JB, JEA, JEI, JEX, TEX)

93 – Em defesa dos direitos do Quadro de Apoio;

94 – Contra o projeto "Mãe Crecheira";

95 – Abertura de mais escolas (CEIs, EMEIs, EMEFs)

96 – Diminuição de alunos por sala

97 – Campanha Municipal pela diminuição do nº de alunos por sala;

QUESTÃO FUNCIONAL/CAMPANHA SALARIAL/PLANO DE LUTAS

REFORMA DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

98 – Neste ano de 2005, antecipamos nossa campanha salarial, visto que já iniciamos o ano com a reforma da previdência municipal. A direção do SINPEEM optou pela pressão parlamentar, jogando a ilusão de que poderíamos reverter ou mesmo "melhorar" a proposta de Serra. Os resultados nos mostram o contrário, os vereadores, tal qual Serra, ignoraram as reivindicações e aprovaram a reforma sem nenhuma cerimônia. A consequência imediata foi o aumento do desconto do IPREM em 6%, totalizando 11% e a redução de nossos salários.

99 – Mas a reforma ainda não está completa,

as negociações trazem surpresas muito desagradáveis! Com a regulamentação, poderemos perder o direito à incorporação da jornada. A diretoria do SINPEEM anunciou como positiva a proposta de incorporação, para fins de aposentadoria, para quem trabalhou na jornada especial por cinco anos até a data de 11/08/05. A proposta não passa de um engodo para jogar areia nos nossos olhos. Na verdade, o que teremos de concreto, se essa proposta prevalecer, é o fim da incorporação da jornada e a possibilidade de sua reorganização, com jornada única.

DEFENDEMOS:

- 100 – Contra o desconto de 6%;
- 101 – Pelo direito à incorporação da jornada.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

102 – A avaliação de desempenho aprofunda, no setor da Educação, os critérios que dizem respeito ao mercado e à iniciativa privada. Quando fala em planos de metas, produtividade, desempenho, resultados e gestão, a Prefeitura aplica a lógica de mercado e concebe a escola como empresa e a educação como mercadoria.

103 – A precarização dos serviços públicos, pela falta de recursos e funcionários, não será mais responsabilidade da Administração e sim problema de gestão que isenta o Estado de sua responsabilidade e fomenta a disputa entre os funcionários, pois estes serão responsabilizados pelos resultados negativos e pelo não cumprimento das metas, caso não sejam atingidas. As metas serão estabelecidas pela Unidade de Trabalho, mas deverão ser aprovadas e monitoradas pela Coordenadoria e pelo Subprefeito. É por isso que nos fatores para avaliação constam, na avaliação individual, itens como "Abertura a mudanças: consigo me adaptar a situações novas e mudanças no trabalho, buscando entender e atender novas demandas e prioridades"., "Iniciativa: empreendo esforços para resolver as demandas e necessidades dos usuários e da equipe, tão logo elas surjam." ou na avaliação da equipe: "alinhamento com as diretrizes: desenvolvemos nosso trabalho de acordo com as diretrizes estabelecidas". Ou seja, independente da situação, os funcionários deverão apresentar soluções imediatas aos problemas enfrentados no serviço público, e de prefe-

rência com resultados positivos, tudo isso sob as mesmas condições de trabalho.

104 – Faz parte também da nova sistemática a avaliação dos usuários, que colocará novamente a responsabilidade do serviço público para o servidor que está em contato direto com o usuário. Todos nós, que trabalhamos nas escolas, sabemos das dificuldades de trabalho e das condições subumanas a que somos submetidos, assim o problema que está em todo o sistema de ensino é individualizado, ficando sob a responsabilidade dos funcionários.

105 – A avaliação de desempenho, aprovada no governo Marta/PT e tão bem aceita por Serra, é também instrumento, (Emenda 19) de demissão dos funcionários públicos por insuficiência de desempenho. As reformas de Serra atestam a possibilidade de demissões e os meios para isso já estão nas mãos do governo.

106 – Nós, da FOS, somos contra a proposta de avaliação de desempenho em seu conjunto, consideramos todos os seus pontos prejudiciais ao funcionalismo. A direção do SINPEEM, ao negociá-la, no SINP, promoveu um duro golpe em nosso plano de carreira, diz que participou de "todo o processo de discussão para evitar maiores prejuízos aos servidores", mas na realidade deveria ter organizado a categoria para lutar contra os ataques do governo.

DEFENDEMOS:

- 107 – Contra a avaliação de desempenho;

REGULAMENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO QUADRO DE APOIO NÃO REPRESENTOU VITÓRIA PARA OS FUNCIONÁRIOS

108 – A avaliação de desempenho é critério para a Evolução Funcional e promoção do Quadro de Apoio. As dificuldades para se alcançar pontuação que permita a evolução são muitas. O peso atribuído à avaliação de desempenho e aos cursos torna os critérios quase impeditivos para que a evolução ocorra. As chefias poderão prejudicar os funcionários do Quadro de Apoio por meio de avaliações arbitrárias, utilizando-as como instrumento de punição, é bom lembrar que o Quadro de Apoio sofre constantemente com problemas de assédio moral.

- 109 – A falta de funcionários e as condições

precárias de trabalho são problemas que se agravam a cada dia, acarretando inclusive várias doenças ocupacionais para esses profissionais, contudo as condições de trabalho servirão apenas como fator de correção na avaliação de desempenho. A Evolução Funcional tendo como critério único o tempo não foi contemplada na regulamentação. Além disso, mesmo que o funcionário preencha todos os critérios para evolução, permanecerá mais 1 ano na categoria, caso tenha sofrido penalidades de repreensão ou de suspensão.

110 – Um dos critérios para apuração da pontuação de títulos - conforme Portaria nº 46.064 de 13/07/05 - refere-se aos trabalhos com a comunidade, que devem ser previstos no Projeto Político Pedagógico e serem validados pelo Conselho de Escola. Essas atividades serão reconhecidas se realizadas fora do horário de trabalho e sem remuneração, ou seja, é trabalho voluntário para quem já trabalha 40 horas semanais! Mas, como se não bastasse tudo isso, o tempo de comissionado não foi considerado para o primeiro enquadramento.

DEFENDEMOS:

111 – Evolução funcional do Quadro de Apoio com os mesmos critérios estabelecidos no Estatuto do Magistério;

112 – Concurso público para completar o módulo do Quadro de Apoio nas UEs;

113 – Diminuição da jornada de trabalho;

114 – Fim das terceirizações da cozinha;

115 – Criação do cargo de cozinheira, com salário compatível à função;

116 – Formação Acadêmica durante a jornada de trabalho;

117 – Direito gratuito à colônia de férias do SINPEEM;

118 – Direito ao recesso escolar.

EDUCAÇÃO INFANTIL EMEIs/CEIs

EMEIs

119 – A crescente falta de vagas, as salas de aula superlotadas (média de 40 alunos!), prédios e equipamentos em péssimo estado e inadequados para as crianças com necessidades especiais, falta de professores e funcionários, etc. nada mais são do que a expressão do descaso. É importante que o SINPEEM faça a luta em defesa da educação in-

fantil, pela manutenção do 3º estágio nas EMEIs, que se tenha nessas unidades o POIE e o POSL, formação em horário de trabalho e redução do número de alunos nas salas de aula.

DEFENDEMOS:

120 – Professor Orientador de Sala de Leitura e Professor Orientador de Informática Educativa nas EMEIs;

121 – Adequação dos prédios para os alunos com necessidades especiais;

122 – Parques com brinquedos em bom estado e adequados às crianças;

123 – Brinquedos e materiais pedagógicos de qualidade;

124 – Fim da superlotação nas EMEIs;

125 – Mais verbas para educação infantil;

126 – Vagas para todas as crianças;

127 – Manutenção do 3º estágio;

128 – Formação em horário de trabalho.

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

129 – Os efeitos da política do governo são sentidos em todos os níveis da Educação. No caso dos CEIs, o sucateamento traduz-se no abandono das creches no aspecto pedagógico, na falta de recursos humanos e de equipamentos, nas instalações precárias, nos baixos salários e na ausência de perspectivas de melhores condições de trabalho. O problema da falta de vagas está muito longe de ser resolvido e para mascará-lo a Prefeitura apresenta o projeto "Mãe Crecheira" que institui um "benefício" para a mãe não levar seu filho aos CEIs, além de não assumir a administração direta dos Centros de Educação infantil, por meio da privatização das creches, em que instituições conveniadas assumem sua administração.

130 – O professor de desenvolvimento infantil tem carga horária de 30 horas semanais, dentro das quais há previsão de 3 horas destinadas ao desenvolvimento de atividades educacionais e pedagógicas. Como o número de volantes nos CEIs não é suficiente, surge a proposta de que o horário coletivo seja cumprido durante o sono das crianças. Sem infra-estrutura adequada, os professores se negam a praticar tal irresponsabilidade e o horário coletivo não acontece. Na prática, as PDIs têm jornada semanal de 30 horas com as crianças.

131 – Outra consequência do não preenchi-

mento do quadro de volantes nos CEIs é que o número máximo de crianças por professor não é respeitado, chegando ao dobro no grupo.

132 – A não contratação de pessoal comprova a inexistência de políticas públicas que visem a capacitação de docentes e desenvolvimento adequado do trabalho pedagógico. Isso tira do profissional seu papel de educador, fazendo dele um simples cumpridor de tarefas.

DEFENDEMOS:

133 – Preenchimento do módulo de pessoal dos CEIs;

134 – Enfermeira nos CEIs;

135 – Formação durante o horário de trabalho para todos os funcionários;

136 – Formação superior a todos os educadores dos CEIs em universidade pública;

137 – Instalações adequadas para as crianças e área de lazer;

138 – Contra o projeto "Mãe Crecheira";

139 – Não às creches conveniadas. Que a Prefeitura assuma sua administração;

140 – Vagas para todas as crianças nos Centros de Educação Infantil;

CAMPANHA SALARIAL

141 – Nossa campanha salarial de 2005 começou em março, sob o primeiro ataque do governo Serra, que já iniciou o seu mandato investindo sobre os direitos dos funcionários públicos municipais, com a reforma da previdência. Desde então, fizemos a nossa pauta de reivindicação englobando também a questão previdenciária. As manifestações foram crescendo e a disposição de luta da categoria, para responder aos ataques, ficava cada vez mais evidente.

142 – A organização dos comandos de greve, com visitas e debates nas escolas, mostrou o poder de ação dos comandos de base, que culminou na assembléia do dia 2/6 e no primeiro dia de greve. Nesse dia, mais de 12 mil pessoas demonstraram o seu repúdio às políticas de Serra. Porém, o presidente do SINPEEM, recuando da luta, defendeu contra a greve que se iniciava, sobrando apenas a aceitação da vergonhosa proposta da Administração: holerite impresso, (como se isso não fosse obrigação da Prefeitura), "reajuste" de R\$ 0,60 no vale refeição, 0,1% de "reajuste" e pagamento de

30% da GDE, que mais tarde foi condicionada a assiduidade, avaliação de desempenho, a licença de curta duração, etc., sendo que com esses critérios, vários funcionários poderão ter que devolver parte ou todo o dinheiro correspondente ao pagamento da GDE.

143 – Diante disso, a direção do SINPEEM não pode vacilar, deve organizar a categoria para a luta, a fim de combater toda retirada ou ameaça aos nossos direitos. Para isso, temos que utilizar os nossos instrumentos de luta e o mais poderoso que temos é a greve. Esse instrumento que vem sendo desprezado pela direção de nosso sindicato e até mesmo sendo questionado explicitamente nas publicações de responsabilidade da diretoria, deve ser recuperado urgentemente. Não foi sem motivos que o secretário municipal de educação, Pinotti, agradeceu "a todos pela compreensão e sentido patriótico" por não terem prosseguido com a greve, não satisfeito, afirmou ainda, no mesmo documento, que o fim da licença de curta duração foi para "beneficiar as crianças e os próprios professores". O que o governo teme é a greve, por isso agradeceu quando a interrompemos. Precisamos nos preparar para o enfrentamento, só a nossa luta garantirá vitórias!

DEFENDEMOS:

144 – Reajuste de 34,76%;

145 – Incorporação da GDE ao salário;

146 – Isonomia salarial, 81% para todos.

A POLÍTICA NEOLIBERAL DE SERRA/PINOTTI

147 – Serra pretende acabar com as funções de Professor Orientador de Informática Educativa (POIE) e de Professor Orientador de Sala de Leitura (POSL), já que desde janeiro de 2005, nenhum professor tem sido designado para estas funções. Para o laboratório de informática, Serra almeja contratar técnicos, via ONGs, descaracterizando totalmente o trabalho pedagógico desenvolvido pelos educadores que atuam neste importante espaço escolar, além de superexplorar a força de trabalho. O mesmo ocorre com as salas de leitura, em que se pretende substituir os educadores por estagiários. Para descaracterizar ainda mais estes dois ambientes pedagógicos, Serra/Pinotti pretendem utilizá-los no "projeto demagógico" denominado pós-escola, que em nada contribuirá para o

processo de ensino/aprendizagem.

148 – Continuando seu projeto de desvalorização dos profissionais da Educação, Serra/Pinotti implementam nas Coordenadorias de Educação o mapa de controle diário de faltas dos profissionais, intitulado "estudo do absenteísmo", com o objetivo claro de pressioná-los a não se ausentar do serviço, sem se preocupar com as condições de trabalho às quais estão submetidos, ou seja, para o governo pouco importa o motivo que leva os profissionais a faltar. A prova cabal do descaso do governo se expressou com o fim da licença de curta duração e a campanha incessante na mídia, desqualificando e desmoralizando os servidores municipais, especialmente da Educação, por conta das licenças médicas. A direção do SINPEEM negociou o limite de dias de licença médica de curta duração (duas licenças por ano de no máximo três dias). Caso este limite seja ultrapassado, o servidor será encaminhado ao DSS para perícia médica, um procedimento burocrático e que não garante a licença. As salas de aula superlotadas, escolas desestruturadas, quadro de funcionários incompleto e situações de stress, são fatores que levam a desestabilização física e emocional do profissional, ficando este suscetível à doenças do trabalho (síndrome de burnout, síndrome do pânico, depressão e outras).

149 – Não obstante, o governo municipal segue à risca o projeto implementado na rede estadual, ao publicar, no segundo semestre, o decreto 46.146, que institui a Gratificação por Desenvolvimento Educacional (GDE), o qual atrela o valor a ser recebido pelos educadores (bônus), à assiduidade individual e coletiva na unidade escolar e a avaliação de desempenho, considerando, para efeito de contabilidade das faltas, inclusive as licenças médicas de curta duração. Uma verdadeira afronta aos trabalhadores. Esta política de bônus não garante remuneração digna aos profissionais em educação e por isso devemos rechaçá-la, reivindicando melhores salários e melhores condições de trabalho e não "esmola" concedida em troca da submissão à política educacional nefasta que é aplicada (projetos demagógicos, controle de ausências etc).

150 – O próximo ataque está por vir: a redução de turnos, que tem como objetivo por fim às jornadas especiais (JEI e JEA) e o desemprego, via cessação de contratos de trabalho e a não chamada dos concursados.

HSPM

151 – O atendimento no Hospital do Servidor Público Municipal tem piorado cada vez mais. No início deste ano, por ordem do atual Superintendente, alguns atendimentos foram cancelados ou adiados com a alegação de falta de material e de leitos, priorizando somente os casos mais graves. Este procedimento demonstra o verdadeiro caos em que se encontra a saúde pública no município de São Paulo. É importante salientarmos que o HSPM é um hospital público e deve atender bem a todos que procuram seus serviços. Neste sentido, devemos lutar para a melhoria no atendimento oferecido pelo HSPM, bem como pelo não pagamento da contribuição de 3%, visto que atualmente já contribuimos com 11% através do RPPS (IPREM), assim como todos os trabalhadores que são assistidos pelo INSS.

QUESTÃO SINDICAL

BALANÇO DA ATUAL DIRETORIA

152 – A campanha de desmoralização do funcionários públicos continua. Assim como os "marajás" de Collor, os "privilegiados" de FHC e os "vagabundos" de Lula, no momento da aprovação da reforma da previdência, Serra vem disseminando na mídia a idéia de que faltamos indiscriminadamente, paralelamente publicou o Decreto que acaba com a licença de curta duração. Agora, as Coordenadorias estão solicitando o mapa das faltas.

153 – Percebemos que não há divergências entre PT/PSDB, a disputa é eleitoral. Também no governo Marta/PT sofremos enormes ataques, basta lembrar a tentativa de mudança de cálculo do quinquênio e da sexta parte.

154 – Em sua gestão Marta/PT aprovou a avaliação de desempenho, que foi negociada pela direção do SINPEEM, o Plano de Cargos Carreira e Salários do Nível Médio e já deixou pronta a reforma da previdência para Serra aplicar. Serra dá continuidade ao governo de Marta, a política de bônus (GDE) permanece, assim como a avaliação de desempenho, e as tentativas constantes de destruir nossa carreira, que já teve início com a avaliação de desempenho. Os nossos salários estão reduzindo e as condições de trabalho, a cada dia, tornam-se mais difíceis.

155 – A atuação da direção do SINPEEM, di-

ante da intensidade de todos esses ataques, é tímida e vacilante nos momentos cruciais, limita-se a ser correia de transmissão da Prefeitura, isto é, limita-se a informar os educadores sobre os ataques promovidos pela Administração sem assumir, efetivamente, luta que possa barrá-los. Foi assim na greve de 3 dias, durante o governo Marta, em que, sem conquistas, voltamos a trabalhar só com a promessa de negociação que não representou ganhos. A história se repetiu este ano, no dia 2/6, a intransigência de Serra, de não negociar, foi quebrada com a nossa greve, porém, mais uma vez, a direção fugiu da luta, considerando que algumas de nossas reivindicações foram atendidas e jogando esperanças nas negociações. Apesar do freqüente discurso de vitória da direção, não temos muito a comemorar. No atual momento estamos lutando para manter conquistas, não para ampliá-las.

ELEIÇÃO PARA A DIRETORIA 2005/2008, POUCAS PERSPECTIVAS DE MUDANÇAS

156 – Este ano houve eleição para a diretoria do SINPEEM, as perspectivas de mudanças são pequenas. As chapas 1 e 2 foram as únicas que obtiveram o percentual mínimo de 20%, exigido para compor a diretoria. Os membros dessas duas chapas, em sua maioria, já está na direção. O SINPEEM é um sindicato com 35 diretores, mas com a centralização das decisões na figura do presidente. Esse centralismo, somado à falta de democracia, pode ser observado nas publicações da entidade, nas reuniões de representantes de escola, nas reuniões de conselheiros, nas assembléias, nos Congressos e na estrutura das subseções que além de poucas não possuem nenhuma autonomia política e financeira.

157 – Precisamos romper com essa estrutura engessada que compromete todo o trabalho sindical realizado pelos representantes de escola, os conselheiros e os militantes em geral, o sindicato não pertence a uma pessoa, mas a toda categoria, é um espaço privilegiado para se debater as questões de interesse dos educadores.

158 – Nesse sentido, é fundamental que haja a democratização das instâncias do sindicato, com REs descentralizados, subseções com autonomia, onde os conselheiros possam atuar também com autonomia. Os resultados positivos da atuação dos conselheiros e representantes de escola observamos nos comandos de greve, a organização se for-

talece e o movimento só tende a crescer. Por isso, é importante que o Estatuto do SINPEEM, que prevê a organização e a inauguração das subseções Leste II, Oeste e Norte "até novembro de 2002" seja cumprido.

DEFENDEMOS:

159 – Subseções com autonomia financeira e política;

160 – Fim do presidencialismo. Diretoria colegiada;

161 – Proporcionalidade direta e qualificada, sem corte;

162 – Em defesa da democracia sindical.

A CUT: DE CENTRAL DE LUTA À CENTRAL DE LULA

163 – A CUT surgiu como um importante instrumento de luta dos trabalhadores. Nos primeiros anos a Central nasceu independente e classista aglutinando os setores que não se alinhavam com o peleguismo tradicional e amarelo (CGT). Nos primeiros anos a central manteve os instrumentos da democracia operária e se pôs à frente das principais lutas dos trabalhadores. Vide as greves gerais ocorridas na década de 1980. Mas na medida que a CUT crescia e ganhava respeito entre os trabalhadores crescia também a influência da social democracia no seio da Central.

164 – Já na década de 90, tem início a política do sindicalismo "propositivo", opondo-se ao sindicalismo de luta. As câmaras setoriais são exemplos desta política de conciliação de classe.

165 – Os mesmos dirigentes que alçaram ao poder devido a comandarem grandes mobilizações; greves gerais, e até mesmo ocupações de fábricas, hoje são os responsáveis por transformar a CUT num verdadeiro "órgão de defesa e apoio ao governo federal".

166 – Mas a traição não é recente. Não esqueçamos de Vicentinho afirmando que a Reforma da Previdência (FHC) era "algo necessário" e que a central não poderia deixar de "negociar" com o governo. O resultado todos nós conhecemos.

CUT EM TEMPOS DE LULA

167 – O pouco de independência que existia na CUT foi jogada na lata do lixo com a eleição de

Lula. Antes e depois do pleito a Central assumiu o papel de esquecer as bandeiras históricas e defender o governo "democrático e popular". Mesmo com o governo federal optando pelo neoliberalismo a Central não mudou de posição. Não temos outra formulação para a atual situação da CUT: chapa branca e governista. Além da política adotada pela central, a presença de ex-sindicalistas em cargos do executivo não deixam dúvidas do seu caráter governista, a exemplo de Ricardo Berzoini (bancários, ex-ministro da Previdência); Luiz Gushiken (bancários, Secretário de Comunicação de Governo); Jacques Wagner (petroleiros, ex-ministro do Trabalho); Olívio Dutra (bancários, ex-ministro das Cidades).

168 – Agora a representação mais oficial: o ministro Luis Marinho, que saiu diretamente da presidência da CUT para o ministério do Trabalho. Diante deste quadro de total capitulação só nos resta uma saída: construir uma outra alternativa de luta que garanta a independência total dos trabalhadores.

POR UMA NOVA ALTERNATIVA DE LUTA E RESISTÊNCIA

169 – O governo Lula deu prosseguimento às reformas neoliberais impostas pelo imperialismo e seus organismos. O discurso de mudança, em relação às políticas neoliberais, não se mostrou na prática. O próprio FHC reiterada vezes afirmou que esse governo era uma continuidade da sua gestão.

170 – A CUT, ao invés de se posicionar de maneira independente e contra as reformas implementadas pelos neoliberais lulistas, decidiu se omitir e defender abertamente o governo. É nesse contexto que nasceu a CONLUTAS. Era necessária uma frente de mobilização daqueles que defendiam a manutenção da independência da classe trabalhadora brasileira e combatesse a retirada dos nossos direitos. Todavia, é preciso democratizar a Coordenação Nacional de lutas, pois esta se encontra extremamente centralizada.

PLANO DE LUTAS

DEFENDEMOS:

- 171 – Manutenção dos turnos das escolas;
- 172 – Campanha intensiva para redução do

número de alunos nos CEIs, nas EMEIs, EMEFs e EMEFMs;

173 – Denúncia do governo Serra, mostrando as condições de trabalho a que estão submetidos os profissionais da educação, bem como as doenças ocupacionais devido às precárias condições de trabalho;

174 – Mobilização e organização da categoria na perspectiva da construção da greve, na defesa dos nossos direitos;

175 – Campanha em defesa da escola pública; contra todas as formas de privatização do ensino público: contratos de gestão, parcerias, ONGs, terceirizações;

176 – Defesa do concurso público para provimento dos cargos;

ESTATUTO

CAPÍTULO II

177 – 1) Art. 11º - SUPRESSIVA - Suprimir do Inciso IV: "...desde que tenha se associado até dois meses antes da data das eleições gerais para a diretoria".

178 – 2) Art. 11º - SUPRESSIVA - Suprimir do Inciso VI: "...quando tiver no mínimo 6 (seis) meses de sindicalização".

179 – 3) Art. 11º - SUBSTITUTIVA - Substituir o Inciso XII por: "Ao assumir um cargo no legislativo o diretor da entidade licenciar-se-á automaticamente de suas funções na diretoria"

CAPÍTULO III

180 – 4) Art. 24º - SUBSTITUTIVA - Substituir o Parágrafo 6º por: "O quorum da Assembléia Geral Extraordinária será igual ou superior a 1% (um por cento) dos associados".

181 – 5) Art. 30º - SUPRESSIVA - Suprimir todo o artigo

182 – 6) Art. 32º - ADITIVA - Adicionar ao Parágrafo 14º do artigo o seguinte: "O SINPEEM terá 5 Subsedes nas regiões: Leste I; Leste II; Norte; Sul; Oeste que contarão com autonomia financeira (repasso de verbas da sede central, de acordo com a quantidade de associados por sub-sede) e política (atuação política dos conselheiros eleitos na região).

183 – 7) Art. 32º - SUBSTITUTIVA - Substituir o Inciso II do Parágrafo 14º por: "As Subsedes/

Regionais terão uma coordenação executiva, eleita na primeira reunião de posse, após as eleições, devendo essa acontecer em até um mês após o pleito".

184 – 8) Art. 32º - SUPRESSIVA - Suprimir o Inciso III do Parágrafo 14º do artigo.

185 – 9) Art. 32º - ADITIVA - Adicionar ao Inciso V do Parágrafo 14º: "Departamento de assuntos culturais e Departamento de assuntos jurídicos".

186 – 10) Art. 32º - SUBSTITUTIVA - Substituir as letras "a" e "b" do Parágrafo 15º do artigo por: "a) Cada Subsede receberá um repasse de verba mensal, proveniente da sede central, referente ao número de associados da região".

187 – "b)O repasse de verba às subsedes será no valor de 20% (vinte por cento) referente ao número de associados da região".

188 – 11) Art. 33º - SUBSTITUTIVA - Substituir ao artigo o seguinte: "O Conselho Regional terá no mínimo um Coordenador, um Secretário Geral, dois Tesoureiros (1º e 2º tesoureiros), eleitos na primeira reunião de posse após as eleições regionais, devendo essa acontecer em até um mês após o pleito".

CAPÍTULO VII

189 – 12) Art. 70º -ADITIVA - Adicionar ao artigo: "...e referendada pela Assembléia Geral".

190 – 13) Art. 74º - SUBSTITUTIVA - Substituir o artigo por: "A diretoria será composta por proporcionalidade direta, qualificada e sem cortes, mediante o percentual de votos que as chapas inscritas obtiverem no pleito".

191 – 14) Art. 75º - SUBSTITUTIVA - Substituir as letras "a", "b", "c" e "d" por:

192 – "a) ...10% (dez por cento) dos votantes"

193 – "b) ... antecedência de 10 (dez) dias"

194 – "c) ...quorum de 5% (cinco por cento)"

195 – "d) ...tomada por maioria simples"

Assina esta tese: Frente de Oposição Socialista

Reivindicações para a carreira do magistério, que não oneram os cofres da prefeitura

QUANTO AO PROFESSOR ADJUNTO:

1 – Deveria ter o mesmo direito de pleitear a eleição dentro do Conselho de Escola para os cargos de Assistente de Diretor, Coordenador Pedagógico (desde que habilitado) e a função de Professor Orientador de Sala de Leitura, tendo em vista que os mesmos podem ocupar as funções de POIE e Auxiliar de Direção.

2 – Não deveria cair de jornada, quando o professor substitui por mais de 6 meses o titular em LIP e o mesmo retorna no último dia letivo do ano.

3 – Poder acessar o cargo de titular após 5 anos ou mais de efetivo exercício como adjunto, visto que fez a mesma prova de conhecimentos gerais e específicos que o titular, os educadores de CEIS foram transformados em PDIs.

QUANTO AO PROFESSOR TITULAR:

4 – Dar garantia ao professor titular detentor de dois cargos, a oportunidade de escolher seu bloco de classes/aula em períodos diversos, alternados, para que possa compor a sua opção de jornada, funcionando da mesma maneira que o professor excedente, ou seja, ter o direito em escolher na Coordenadoria após a primeira etapa de atribuição de aulas, pois na remoção não há garantias de que terá períodos diferentes, sendo hoje obrigado a solicitar uma LIP ou exoneração de um dos cargos.

QUANTO AO QÜINQUÊNIO:

DEVERIA SER AUTOMÁTICO,
JÁ QUE ESTAMOS INFORMATIZADOS.

Assina esta tese: Lenice Helena Jones

E-MAILS DO SINPEEM

Assessoria de Imprensa	_____	imprensa@sinpeem.com.br
Atendimento (questões funcionais, salariais, previdência e aposentadoria)	_____	atendimento@sinpeem.com.br
Colônia de Férias e Excursões	_____	colonia.lazer@sinpeem.com.br
Departamento Jurídico	_____	juridico@sinpeem.com.br
Presidência	_____	presidencia@sinpeem.com.br
Processos em andamento	_____	seuprocesso@sinpeem.com.br
Secretaria (cursos e seminários)	_____	secretarias@sinpeem.com.br
Secretaria (sindicalização e atualização)	_____	informes@sinpeem.com.br
Secretaria de Formação	_____	formacao@sinpeem.com.br
Tesouraria	_____	tesouraria@sinpeem.com.br

Consulte no site do SINPEEM:

Estatutos: dos Funcionários Públicos, do Magistério, do Idoso, da Criança e do Adolescente. LDB, jornais, Manual de Legislação, relação de todas as escolas e subprefeituras. Confira também a programação do SINPEEM Park, excursões, cursos, tabela de vencimentos, convênios com hotéis, telefones e sites úteis.
Aproveite e mantenha seu cadastro atualizado.

www.sinpeem.com.br

